TOPA

TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO
BAHIA 2007-2014

TOPA

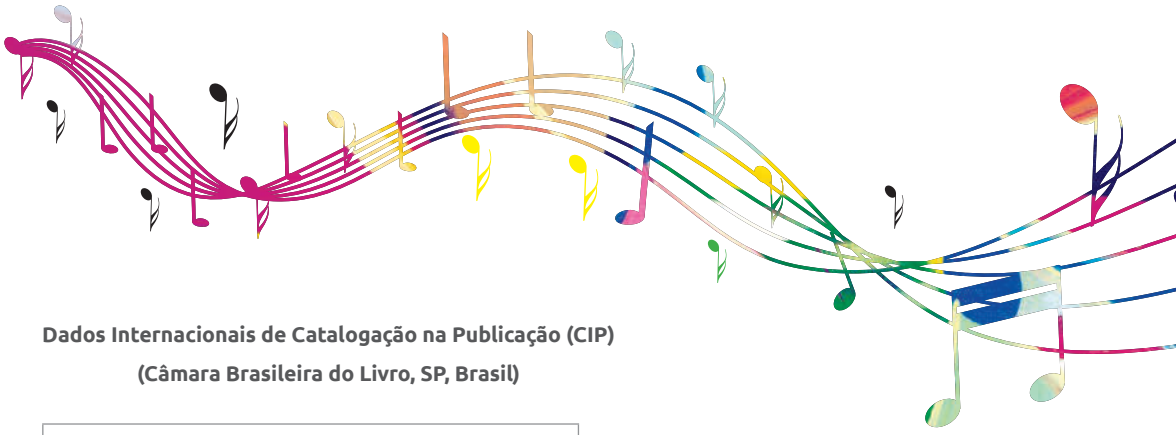
TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO
BAHIA 2007-2014

Francisca Elenir Alves e Moacir Gadotti
Organizadores

Anderson Fernandes de Alencar, Ângela Antunes, Francisca Rodrigues de Oliveira Pini, Luiz Marine José do Nascimento, Paulo Roberto Padilha e Sonia Couto Feitosa
Coautores

Alcir de Souza Caria (coordenação), Alessandra Rodrigues dos Santos, Alex André Vargem, Camila Téo, Daniel Neves Montezano, Emiliano Palmada Liu, George Santos da Silva, Jany Dilourdes Nascimento, Renata Regina Alves da Roza, Sheila Ceccon, Simone Chung Hiun Lee
Preparação de Originais

Instituto Paulo Freire
TOPA TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO | Bahia GOVERNO TERRA DE TODOS NÓS
Ministério da Educação
GOVERNO FEDERAL BRASIL PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

TOPA : Todos Pela Alfabetização : Bahia 2007-2014
Organizadores: Francisca Elenir Alves
e Moacir Gadotti. -- São Paulo : Instituto Paulo
Freire, 2014.

Bibliografia

ISBN 978-85-60867-16-5

1. Alfabetização 2. Alfabetização - Bahia
(Estado) - História 3. Alfabetização - Formação
de professores 4. Alfabetização - Métodos I.
Alves, Francisca Elenir. II. Gadotti, Moacir.

14-10137 CDD-372.41609

Índices para catálogo sistemático:
1. Alfabetização : Metodologia :
Educação : História 372.41609

Instituto Paulo Freire
Rua Cerro Corá, 550, 1º andar, sala 10
São Paulo – SP – Brasil
CEP: 05061-100
(11) 3021-5536
www.paulofreire.org
ipf@paulofreire.org

Secretaria da Educação do Estado da Bahia
Coordenação do TOPA - Todos pela Alfabetização
5ª Avenida. nº 550, sl 402, 4º andar - Centro Administrativo
da Bahia - CAB
Salvador - BA - Brasil
CEP: 41745-004
(71) 3115-1355
http://www.sec.ba.gov.br/topa/
topa@educacao.ba.gov.br

Topa ensinar
Topa aprender
E Topa a
E Topa b
E Topa ser

Alguém melhor
pronto pra crescer

Alguém melhor
Livre pra escrever
Livro para ler
Livre para ser

Alguém melhor
Pronto pra crescer

Alguém melhor
Que Topa ajudar
Que Topa ensinar
Que Topa aprender

Gilberto Gil

O quadro “Vida Seca”, que ilustra a capa deste livro, é de autoria de **Cláudio Guimarães da Silva**, estudante da Educação de Jovens e Adultos no Colégio Estadual Professor Valdir Araújo de Castro, situado no município de São Félix do Coribé, pertencente à Diretoria Regional de Educação (Direc) 26 – Bom Jesus da Lapa. Esta é uma das 99 obras de arte estudantis produzidas para a 2ª Mostra do Projeto de Artes Visuais Estudantis (AVE) organizada pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia e exposta na cidade de Mata de São João, na primavera de 2009.

Fonte: http://institucional.educacao.ba.gov.br/ave

Expediente

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

Jaques Wagner
Governador do Estado da Bahia

Osvaldo Barreto Filho
Secretário da Educação do Estado da Bahia

Francisca Elenir Alves
Coordenadora-Geral do Programa TOPA – Todos pela Alfabetização

Aderbal de Castro Meira Filho
Subsecretário

Paulo Pontes da Silva
Chefe de Gabinete

Programa TOPA – Todos pela Alfabetização

Fabiane da Hora Santana
Gladimir Araujo Ferreira
Rubianara Santos Simões
Assessoria Administrativa

Ana Luiza Santos Borges
Carla Guanais Liberal
Delinalva Lourdes da Silva Fernandes
Maria Célia Silva Coelho (Coordenação)
Maria Telma da Silva Ferreira
Mariluse da França Dias
Ynajara Macêdo Silva
Coordenação Pedagógica

Adelaide Costa Guimarães
Alba Sirley Moreira Santos Nery
Daniela Silva Ferreira
Fernanda Maia da Silva
Gleide Regina Batista de Oliveira (Coordenação)
José Leonardo Costa Pires
Marcio Argolo Queiroz
Miralva Pereira Firmo
Nelson Omar Bories
Rosana Maria Souza Rodrigues
Coordenação de Monitoramento

Alessandra Acácio de Oliveira Gomes
Clélia Reis Moreno
Daiane Costa de Jesus
Jorge Luiz Lopes
Luiza Ubiratan de Oliveira
Maria Nasaré Soares Matos
Priscila Sapucaia Nascimento
Renato Duarte Caraciola
Ricardo Buri Caldas (Coordenação)
Tâmara Moura Silva
Viviane Alcântara Peixoto
Coordenação Financeira

Ana Paula Fernandes da Silva
Maiara Souza Sacramento (Coordenação)
Natasha Alexandrino da Silva Morgado
Nivanides da Cruz da Silva
Rafael Campos de Jesus
Coordenação de Sistema

Arimária Valério da Cruz
DIREC 6 Ilhéus

Aurina Rego Almeida
DIREC 23 Macaúbas

Camila Correia Braz
DIREC 4 Santo Antônio de Jesus

Claudiane Garcia Neves
RIREC 32 Cruz das Almas

Eliezer Souza de Miranda
DIREC 2 Feira de Santana

Eliton Carlos Passos da Silva e Elielma Ferreira da Conceição
DIREC 22 Ibotirama

Emiron santos da Silva
DIREC 7 Itabuna

Erika Feitosa da Silveira
DIREC 10 Paulo Afonso

Géssica Miranda Santos
DIREC 8 Eunapólis

Graciele Maria Santos Gomes
DIREC 15 Juazeiro

Helenilza Oliveira Lopes Santos
DIREC 9 Teixeira de Freitas

Ione de Castro Ribeiro Fernandes
DIREC 30 Guanambi

Isabel Geanne Felisbela Neves Ribeiro
DIREC 26 Bom Jesus da Lapa

Jânia Caires Araújo
DIREC 19 Brumado

Jeane Santos Macambira Araújo
DIREC 25 Barreiras

Lorena Silva Benevides
DIREC 17 Piritiba

Márcia Maciel Santana
DIREC 31 Santo Amaro

Maria Betânia de Freitas Teófilo –
DIREC 16 Jacobina

Maria Joanicelma da Silva
DIREC 11 Ribeira do Pombal

Marizete Pereira de Oliveira
DIREC 21 Irecê

Orlandino Rocha Passos
DIREC 28 Senhor do Bonfim

Neli Simpliciana de Souza Machado
DIREC 27 Seabra

Nilson Ladeira da Silva
DIREC 24 Caetité

Nilson Pereira de Souza Júnior
DIREC 12 Serrinha

Roberta Teixeira Campos Lima
DIREC 3 Alagoinhas

Rosemar Ávilar Silva
DIREC 13 Jequié

Salete Sodré Nunes Duarte
DIREC 14 Itapetinga

Saulo Bispo de Deus
DIREC 18 Itaberaba

Solange Moutinho Santos
DIEC 20 Vitória da Conquista

Valter José dos Santos Silva
DIREC 5 Valença

Vyviane Souza Rezende
DIREC 29 Amargosa

Supervisores Regionais do Programa TOPA nas DIRECs

Faculdade de Ciência e Tecnologia Albert Einstein – Factae
Faculdade de Ciências Educacionais – FACE
Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR
Faculdade Maria Milza – FAMAM
Faculdade Social da Bahia
Faculdade Zacarias de Góes – FAZAG
Instituto Educacional do Recôncavo Baiano – IERB
Instituto Imborés
União Metropolitana de Educação e Cultura – UNIME

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Unidades Formadoras

INSTITUTO PAULO FREIRE

Paulo Freire
Patrono

Moacir Gadotti
Presidente de Honra

Ângela Antunes
Francisca Pini
Paulo Roberto Padilha
Diretores Pedagógicos

Alexandre Munck
Diretor Administrativo-Financeiro

Alessandra Rodrigues dos Santos
Coordenadora de Educação de Adultos

Adriana da Silva Brito
Allan Nascimento Ribeiro
Camila Naiara Ferreira da Silva Lima
Crislane Isabela Ferreira da Silva
Devalmir Calazans Morais de Andrade
Elaine Brandão Silva
Ivanna Nascimento Alcântara Silva de Moura
Larianne Rocha Silva
Lenessia Hannah Santos da Silva Midlej
Lirian Maria Oliveira Alcântara
Marcia Valéria Chagas Nogueira
Maria da Conceição de Jesus Leite
Neuzeni Rosa de Jesus
Nilton Conceição Jesus
Pedro Henrique Araújo da Silva
Sandra Maria Nascimento Alcântara
Sayonara Rodrigues de Lima Dantas
Talita Gila Andrade
Unifleides Ferreira do Nascimento Souza
Verônica Lopes de Magalhães
Entrevistadores

EDITORA E LIVRARIA INSTITUTO PAULO FREIRE

Janaina Abreu
Coordenadora Gráfico-Editorial

Rodrigo Gomes
Projeto Gráfico, Diagramação e Arte-Final

Emília Silva
Assistente de Produção Gráfico-Editorial

Sabrina Abbas
Pesquisadora de Texto e Imagem

Agnaldo Alves
Revisão

Camila Téo
Assessora Técnica

Sumário

Prefácio **12**
Jaques Wagner

Apresentação **16**
Osvaldo Barreto

Introdução **20**
Francisca Elenir Alves

1. Origem do TOPA **26**
Adesão ao Programa Brasil Alfabetizado – Assumindo o diálogo como pressuposto – Nunca é tarde para recomeçar – Um exemplo para o Brasil

2. Fundamentos teórico-metodológicos **52**
A alfabetização de jovens, adultos e idosos no contexto da Educação Popular – Concepção de alfabetização de jovens, adultos e idosos na perspectiva emancipatória – Procedimentos metodológicos – Conceito de evasão na Educação Popular de jovens, adultos e idosos – Relação teoria e prática – O TOPA e a Educação Popular

3. Gestão político-administrativa **76**
Um programa para a Bahia – Estrutura organizacional – Dimensão técnico-pedagógico-financeira – Sistema de monitoramento avançado

4. Diversidade dos sujeitos **112**
Dimensão etária e geracional – Dimensão étnico-racial – Dimensão de gênero – Dimensão regional – Pessoas com deficiência – Alfabetização na perspectiva da educação inclusiva

5. Formação dos alfabetizadores **138**
Formação Inicial e Formação Continuada – As especificidades da alfabetização de jovens, adultos e idosos – O perfil do alfabetizador – O professor formador do TOPA – O planejamento, a organização do trabalho e a formação no TOPA

6. Processo de ensino-aprendizagem **156**
As contribuições do socioconstrutivismo – Leitura do Mundo, Leitura da Palavra

7. Avaliação do Programa **170**
Construindo os caminhos para a avaliação do impacto do Programa – A politicidade e a dialogicidade da avaliação institucional

8. Cotidiano político-pedagógico **188**
O planejamento como ato dialógico – Avaliação cognitiva da aprendizagem – Estudo e mapeamento da demanda em cada região do estado – Termo de adesão das entidades sociais e prefeituras – Formação dos alfabetizadores – Planejamento das ações intersetoriais – Alimentação e materiais didático-pedagógicos

9. Alfabetização e cultura **208**
Alfabetização e Cultura em Paulo Freire – Educação escolar e Cultura – Diálogos com a práxis – O TOPA e a Cultura Popular

10. Articulação e mobilização social **226**
Desafios contemporâneos da nossa democracia – Democracia, mobilização popular e mobilização social – O TOPA como espaço e ferramenta da mobilização social – Por uma Política Nacional de Participação Social

11. Lugares diferentes, soluções diferentes **248**
Trata-se de um sonho? Utopia? – A realidade é difícil, mas não é imutável – Lugares, territórios, identidades – Lugar de vida, espaço de construção coletiva

12. Incluir e emancipar **270**
Desenvolvimento e justiça econômica – Conscientização e equidade – Impactos do TOPA na vida das pessoas – Não basta incluir, é preciso emancipar

13. Presente e futuro: perspectivas **292**
Por que investir na alfabetização de jovens, adultos e idosos? – Concepção freiriana de Alfabetização de Adultos – Garantir a continuidade dos estudos e a formação profissional – Contribuições do TOPA a uma política pública de Educação Popular – Uma outra educação é possível e necessária

Referências **316**

Roberto Viana/ GOVBA

Prefácio

Uma caminhada de oito anos ensina muito. Quando a frieza das estatísticas é confrontada com a realidade das pessoas, percebemos a real dimensão da responsabilidade da nossa missão como gestores. A cada quilômetro de estrada que construímos, significa que há adiante mais dois a serem feitos. Quando inserimos uma pequena comunidade no século 21, levando água, energia elétrica, saúde e educação de qualidade, é preciso fazer o mesmo em inúmeras outras. Ao tirarmos famílias inteiras das ruas, proporcionando-lhes moradias dignas, é sabido que existem milhares de outras reivindicando os mesmos direitos.

Para quem detém o mandato popular, há apenas uma opção: seguir em frente. Quem se amedronta com as demandas não ousa no impossível e nem ao menos executa o possível. Tenho certeza de que minha gestão iniciou uma nova etapa na vida dos 15 milhões de baianos, promovendo a transformação que deverá ser consolidada. O processo é contínuo.

Quando assumi o governo, dentre os vários problemas que mantinham a Bahia entre os estados socialmente mais atrasados do Brasil, o que mais incomodava era o analfabetismo. Em 2006, mais de 55% das pessoas acima de 40 anos não sabiam ler. Tirar esses baianos das trevas era uma obrigação.

Por isso, inspirados por educadores como Anísio Teixeira e Cosme de Farias, lançamos o Programa Todos pela Alfabetização, o TOPA. O desafio era enorme, tais as desigualdades sociais e culturais da Bahia, além das grandes distâncias entre as regiões do Estado e a dificuldade de acesso a um grande número de comunidades.

Foi construída, para superar esses obstáculos, uma grande articulação que envolveu entidades do movimento social, prefeituras, igrejas, sindicatos, associações comunitárias, colônias de pescadores, comunidades quilombolas, ciganos, indígenas, terreiros de cultura afro, presídios, hospitais e universidades. O empenho de milhares de colaboradores ajudou a mudar a vida dos que viviam segregados pelo analfabetismo, motivados pelo legado de Paulo Freire: não bastava educar e incluir. Era preciso emancipar.

Como resultado, reduzimos o analfabetismo na Bahia a níveis superiores à média nacional, beneficiando 1,3 milhão de baianos, sendo o TOPA considerado a principal ação do Programa Brasil Alfabetizado, do governo federal.

Esta publicação mostra o TOPA além dos números. Em suas páginas estão reunidos informações, depoimentos e reflexões sobre o Programa que abriu as portas da cidadania para muitos baianos.

Jaques Wagner
Governador do Estado da Bahia

Ronaldo Silva/GOVBA
TODA
TODA

Apresentação

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia, no período de 2007-2014, vem desenvolvendo uma política educacional apoiada nos 10 compromissos assumidos com a sociedade baiana para garantir o direito a uma educação de efetiva qualidade sociocultural e socioambiental a todas as pessoas, a saber: alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade e extinguir o analfabetismo escolar; fortalecer a inclusão educacional; ampliar o acesso à educação integral; combater a repetência e o abandono escolar; assegurar a alfabetização e a escolaridade aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular; valorizar os profissionais da educação e promover sua formação; fortalecer a gestão democrática e participativa da rede de ensino; inovar e diversificar os currículos, promovendo o acesso ao conhecimento científico, às artes e à cultura; estimular as inovações e o uso das tecnologias como instrumentos pedagógicos e de gestão escolar; garantir o desenvolvimento dos jovens para uma inserção cidadã na vida social e no mundo do trabalho.

Estes compromissos, ao longo destes anos, se converteram em um amplo conjunto de programas, políticas, projetos e ações governamentais importantes, com destaque para o Pacto com os municípios para a alfabetização na idade certa; implementação do Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam), que inclui, entre outras ações, assessoria técnica para a elaboração de planos municipais de educação, formação de gestores e fortalecimento de conselhos municipais de educação; Projeto Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec); ampliação e reformulação da rede estadual de educação profissional;

implementação do Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica (Paip); criação dos Centros Noturnos de Educação; investimentos na melhoria permanente da qualidade do transporte de estudantes da zona rural e da alimentação escolar da rede estadual; construção, reforma e manutenção da estrutura física escolar de toda a rede estadual de ensino; garantia de uniforme escolar a todos; implantação de sistemas de gestão escolar, potencializando a transparência e o controle social da educação.

Dentre os inúmeros compromissos e realizações deste governo, um deles se caracterizou como marca de nossa gestão: o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA). O TOPA é motivo de imensa alegria e satisfação pelo trabalho realizado e pelos resultados alcançados.

Ao construirmos o TOPA, alguns elementos foram decisivos: o diálogo, a participação, a mobilização social, a intersetorialidade, o investimento em gestão, informatização e formação, a parceria com as universidades e a convicção de que não alcançaríamos os objetivos a que nos propusemos sem a ação conjunta do governo com a sociedade civil.

A metodologia do TOPA traz uma essência fundamental, que é a autodeterminação da comunidade durante o processo de alfabetização. Daí a importância dos princípios filosófico-político-pedagógicos de Paulo Freire, os quais inspiraram o TOPA, que procurou ouvir as pessoas e construir com elas as ações a partir das situações significativas de seus contextos. E, assim, com uma metodologia fundamentada no pensamento freiriano, ao fazer com que alcançassem o que desejavam, no caso, a alfabetização, paralelamente fortalecemos a cidadania, estimulamos as organizações civis e os movimentos sociais, promovemos a participação direta da população na definição e acompanhamento de políticas públicas, incentivando as organizações populares a opinarem e fiscalizarem os atos do governo, ensinando a ler o mundo e a reescrevê-lo, construindo realidades mais justas socialmente, alinhados, e, de certa forma, já nos antecipando à Política Nacional de Participação Social e à Política Nacional de Educação Popular.

Da aula inaugural do TOPA, em 2007, até a conclusão da sétima etapa, em 2014, foram inúmeros os aprendizados construídos na concretização dessa política de governo. O TOPA contou com o apoio de diferentes sujeitos sociais e políticos. Sem a presença das universidades, dos movimentos sociais, dos coordenadores de turma, dos alfabetizadores, dos supervisores, dos sindicatos, das prefeituras, dos tradutores-intérpretes de LIBRAS, da equipe coordenadora do TOPA, não teríamos os resultados alcançados, nem teríamos chegado ao público historicamente excluído das políticas sociais: as comunidades quilombolas, os alunos do sistema carcerário, os pescadores, os ciganos, os grupos indígenas, os portadores de doenças crônicas...

O TOPA chegou a muitos lugares e transformou muitas vidas. Há muitos desafios ainda pela frente, e a continuidade dessa luta pressupõe pesquisa, sistematização, registro, reflexão sobre o que foi realizado, para que possamos propor ações futuras. Preservar a memória não significa ficar preso ao passado, mas ampliar as possibilidades de reinventar o futuro. A memória é fundamental para não nos desvincularmos ou nos alienarmos da nossa própria história. É preciso conhecer os elos que dão sentido aos acontecimentos, promovendo a conscientização e o fortalecimento da história educacional que estamos construindo. Nesse sentido, nasce este livro. Nele, apresentamos o Programa Todos pela Alfabetização ao longo das etapas executadas, revelando-nos, dentre outros aspectos, sua origem e seus fundamentos, a gestão político-pedagógica, a diversidade dos sujeitos do TOPA, o processo de avaliação etc. Todos/as juntos/as fomos capazes de construir essa história. Com os aprendizados acumulados e com a vontade política de fazer a Bahia mudar ainda mais, compartilhamos esta publicação na esperança de que ela contribua para que nosso estado em breve possa ser declarado livre do analfabetismo.

Osvaldo Barreto
Secretário da Educação

Arlete Barbosa

Introdução

Mulheres e homens se fundam no e pelo trabalho, na e pela palavra. Negar o direito ao trabalho ou à palavra é negar o direito à própria vida. O Programa Todos pela Alfabetização – TOPA, comprometido com a vida dos trabalhadores/as baianos/as, reconhece o trabalho e a palavra como direitos indissociáveis entre si e indispensáveis para o existir humano.

Desde 2007, mais de um milhão e duzentos e oitenta mil jovens, adultos e idosos não alfabetizados encontraram no TOPA uma nova oportunidade para aprenderem a ler e a escrever não só palavras, mas as suas próprias vidas.

Este livro conta um pouco dessa história. Sabemos que ela é muito maior do que as páginas desta publicação puderam registrar. Preferindo uma abordagem temática, e não cronológica, a memória do TOPA é aqui apresentada em diálogo com a história da Educação Popular baiana, com a história da alfabetização de jovens, adultos e idosos, com ênfase, principalmente, nos últimos dez anos, inserindo o TOPA no contexto do Programa Brasil Alfabetizado, do qual ele é seu maior parceiro, estabelecendo conexões com as práticas político-pedagógicas vivenciadas no nosso Programa. Também dialoga com a história das pessoas que por ele passaram. Este caminho se justifica por entendermos que o TOPA, ao favorecer o encontro de milhares de pessoas em torno de si, incorpora à sua própria história a vida das pessoas que a ele se ligaram. São educandos, alfabetizadores, coordenadores de turma, supervisores de ensino, lideranças populares vinculadas aos movimentos sociais, representantes das prefeituras parceiras, universidades e Instituições de Ensino

Superior, denominadas unidades formadoras de alfabetizadores, supervisores e tantos outros.

Além de registrar a memória do Programa TOPA ao longo dos sete anos, este livro traz, também, uma perspectiva propositiva e anunciativa, reconhecendo que sua permanência e continuidade como Programa muito pode contribuir para o **sonho de uma Bahia economicamente justa e socialmente democrática.**

Ao longo dos seus 13 capítulos, o/a leitor/a poderá refletir sobre a importância, limites e alcances do TOPA em relação aos eixos temáticos a partir dos quais o Programa é aqui caracterizado. No capítulo 1, o destaque é em torno da origem do TOPA, seus pressupostos e compromissos. Os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a práxis cotidiana de todos os envolvidos no Programa são discutidos no capítulo 2.

Dar materialidade e viabilizar objetivamente um programa com o gigantismo do TOPA exigiu a construção de um modelo de gestão político-administrativa específico e próprio, e todo esse processo é apresentado no capítulo 3.

A reflexão em torno da diversidade dos sujeitos que participaram do Programa é feita no capítulo 4, seguida, no capítulo 5, do registro do processo de formação dos alfabetizadores que atuaram no TOPA ao longo das 7 etapas. No capítulo 6, são abordados os aspectos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem que educandos e alfabetizadores protagonizaram em seus espaços de alfabetização.

O Programa, desde o seu início, vivenciou processos de avaliação diagnóstica de modo a verificar o grau de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática alcançado pelos educandos a cada etapa, e o leitor é convidado a refletir sobre alguns aspectos desses processos no capítulo 7.

Cotidianamente, tanto na Secretaria da Educação do Estado da Bahia quanto nas Direcs, entidades sociais, prefeituras, universidades parceiras e equipes, vivenciaram múltiplos processos de planejamento político-pedagógico com vistas ao pleno desenvolvimento das aprendizagens pretendidas, e são amplamente discutidos no capítulo 8.

O capítulo 9 historiciza aspectos importantes do Programa presentes na relação entre alfabetização e diversidade cultural do povo baiano. Enquanto programa de alfabetização que nasceu, fundamentalmente, em resposta à luta histórica dos movimentos sociais no estado, no capítulo 10 apresentamos o TOPA como agente articulador e mobilizador social.

Para fazer-se presente e efetivo em todo o estado da Bahia, o TOPA , desde o seu início, entendeu que era preciso respeitar as características locais e assumir para si a ideia de que, para lugares diferentes, seria necessário propor soluções diferentes, o que lhe rendeu

importantes experiências e resultados, discutidos no capítulo 11.

Numa perspectiva freiriana, o TOPA não dicotomiza alfabetização de conscientização, entendendo que a aprendizagem da leitura e da escrita, pelo educando, passa pela aprendizagem da leitura do próprio mundo. Apoiando-se neste pressuposto, o capítulo 12 trata o programa em torno da relação entre alfabetização, conscientização e a histórica luta por maior equidade econômica, política e social no Brasil.

No último capítulo, o de número 13, além de ser caracterizado no contexto das lutas históricas pelo fim do analfabetismo no Brasil, contribuições do TOPA à urgente política pública de Educação Popular são discutidas, situando-o como experiência relevante de alfabetização.

Trata-se de um livro que caracteriza o TOPA reunindo histórias de vidas, concepções, registros fotográficos, pesquisas desenvolvidas nas universidades, depoimentos e entrevistas feitas com participantes egressos, notícias sobre o programa etc.

Cumpre registrar o nosso agradecimento a todos e a todas que cotidianamente fizeram e fazem o TOPA acontecer de modo tão significativo. Da **Coordenação Pedagógica**: Alba Rocha, Ana Luiza, Carla Guanais, Conceição Costa, Delinalva Fernandes, Elen Assis, Hélida Almeida, Ione Bonfim, Maria Célia, Maria Consuelo, Maria Telma, Mariluse Dias, Ynajara Macêdo. Da Coordenação de Mobilização e Monitoramento: Adelaide Guimarães, Alba Sirley, Cristina Pereira, Daniela Ferreira, Edivani Araújo da Cunha, Fernanda Maia, Gleide Regina Oliveira, José Leonardo, Márcio Argolo, Maurício Oliveira, Miralva Firmo, Nelson Bories, Paulo Roberto Gomes, Rosana Rodrigues. Da **Coordenação Financeira**: Alessandra Gomes, Ana Paula Tamburi, Clélia Moreno, Daiane de Jesus, Diana Farias, Eder Joe, Fábio Campos, Jorge Luiz, Lívia Coelho, Luiza Ubiratan, Maria Nasaré Ribeiro, Priscila Sapucaia, Renato Caraciola, Ricardo Buri, Tâmara Moura, Viviane Peixoto. Da **Coordenação de Sistemas**: Alexandro Fiaccone, Ana Paula Fernandes, Daniele Rodrigues, George Luiz Junior, Janivia Placido, Maiara Sacramento, Natasha Morgado, Nivanides da Silva, Rafael Campos, Rosangela Campos. Da **Coordenação Administrativa**: Fabiane da Hora, Gladimir Ferreira, Iule Caroline, Judhygalle Lima, Rubianara Simões. Da Coordenação do Projeto Saúde em Movimento: Ana Valéria Cordeiro, Léssia Melo.

Uma menção especial às **unidades formadoras** responsáveis pela formação político-pedagógica dos alfabetizadores e demais quadros envolvidos no atendimento aos educandos do TOPA, a saber: Faculdade Independente do Nordeste – Fainor; Faculdade Maria Milza – Famam; Faculdade de Ciência e Tecnologia Albert Einstein – Factae; Instituto Educacional do Recôncavo Baiano – Ierb; Instituto Imborés;

Universidade do Estado da Bahia – Uneb; Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs; Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb; Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc União Metropolitana de Educação e Cultura – Unime; Faculdade Zacarias de Góes – Fazag; Faculdade de Ciências Educacionais – Face; Faculdade Social da Bahia.

A história aqui registrada só foi possível graças, também, ao importante trabalho de pesquisa realizado por uma ampla **equipe de docentes pesquisadores** ligados às universidades parceiras do TOPA que, especialmente, em 2012, produziu estudos e relatórios sobre o período de 2007-2010. Ficam aqui nossos agradecimentos a esses/as educadores/pesquisadores/as: Profa. Dra. Maria Antonia Brandão de Andrade (Fainor); Profa. Msc. Djacira Maria de Oliveira Araúio (Uefs); Prof. Dr. Antonio Pereira (Uneb); Profa. Fabiane da Hora Santana (Uneb); Prof. Hilário José Menezes (Fainor); Prof. Luciano Lima Souza (Uesb); Prof. Dr. Luciano Sérgio Ventin Bonfim (Uneb); Profa. Luciene Souza Santos (Uesb); Prof. Marcelo Silva Borges (Uneb); Profa. Dra. Maria de Fátima de Andrade Ferreira (Uesb); Profa. Dra. Maria de Fátima Souza dos Santos de Oliveira (Uesc); Profa. Maria do Socorro da Silva Chagas (Uneb); Profa. Maria Sidiney Nepomuceno Sanches (Famam); Profa. Mônica Brandão Meireles (Uesc); Profa. Dra. Mônica Celestino Santos (Uneb); Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia (Ufrb); Profa. Patrícia Magris (Uneb); Profa. Roseane Mota da Costa Pereira (Famam); Prof. Thiago Oliveira Cavalcante (Uneb); Profa. Viviane Alcântara Peixoto – (Famam); Profa. Viviane França dos Santos (Uneb).

O Programa Todos pela Alfabetização vem sendo desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, mas não se restringe a ela. Articulado às diretrizes de governo, conduzidas pelo Sr. Governador de Estado Jaques Wagner, o TOPA se efetiva a partir de múltiplas ações intersecretariais. Fica aqui o nosso agradecimento a toda a administração estadual, que sempre nos apoiou e nunca poupou esforços para ver o programa alcançar seus objetivos.

E, por fim, nossos agradecimentos ao Ministério da Educação, parceiro e financiador deste programa, bem como às prefeituras e entidades e movimentos sociais e sindicais da Bahia, que, sob a coordenação desta Secretaria da Educação, têm cumprido importante papel na luta pelo fim do analfabetismo em nosso estado. Lembrando sempre que educação é um direito que não prescreve com a idade.

Francisca Elenir Alves
Coordenadora-Geral do TOPA
Secretaria da Educação do Estado da Bahia

Ronaldo Silva/ GOVBA

Roberto Viana/ GOVBA

Arquivo TOPA

Arquivo TOPA

1 Origem do TOPA

O Programa Todos pela Alfabetização – TOPA constitui-se num grande coletivo social que, desde 2007, tem semeado sonhos e plantado esperanças por onde passa. Se o seu nascimento e cultivo, enquanto programa governamental, deu-se a partir de um Decreto-Lei, foi no interior dos movimentos sociais e sindicais e prefeituras parceiras espalhados por todo o estado da Bahia que o TOPA encontrou solo fértil para crescer e se desenvolver.

Apesar de, nas últimas décadas, a educação pública brasileira ter alcançado as classes populares, a dura e árida realidade, que a marca desde a sua origem, são suas características elitistas e excludentes. Nascida nas e para as elites, a nossa educação ainda se mostra incapaz de se afirmar democrática e inclusiva, tanto pela não universalização do acesso à escola, mantendo grande contingente populacional de jovens, adultos e idosos privados do direito à educação,

A educação de jovens e adultos sempre esteve relegada a segundo plano, era vista como uma 'chaga' e o analfabeto como um 'doente'. Neste governo, a alfabetização de jovens, adultos e idosos foi colocada na pauta do dia. Coordenadora do TOPA, **Francisca Elenir Alves**.[1]

1 Fonte: <http://fainor.blogspot.com.br/2010/05/alfabetizacao-de-jovens-e-adultos-e-uma.html> Acesso em: 20 jun 2014.

quanto pela reprodução de modelos curriculares de grande potencial excludente, negando à maioria da população uma experiência educativa emancipadora, conectada com a sua realidade e voltada às suas necessidades.

No estado da Bahia, muitos jovens, adultos e idosos foram vítimas dessa educação originalmente desenhada para poucos e que, mesmo com a ampliação da oferta de matrículas, no seu interior, reafirmava-se para alguns apenas, ao propor práticas curriculares ainda contaminadas de pressupostos excludentes.

Apesar de o Brasil ter alcançado importantes transformações sociais nesta última década, por meio de ações de desenvolvimento econômico associadas a amplas políticas inclusivas e distributivas de renda, ainda somos um país muito desigual, com uma das piores distribuições de renda do mundo, acompanhada de elevados índices de analfabetismo. Em 2011, no Brasil, foram identificadas 13.933.173 pessoas que não sabem ler e escrever um bilhete simples (IBGE – PNAD/2011). O equivalente a 9,6% da população brasileira maior de 15 anos de idade, consideradas analfabetas. Na distribuição do analfabetismo entre as cinco regiões brasileiras, o Nordeste concentra o maior número, o equivalente a quase metade de toda a população brasileira não alfabetizada.

Nordeste	Sudeste	Norte	Sul	Centro-Oeste
6.900.000 16,9%	3.200.000 4,8%	1.200.000 10,2%	1.000.000 4,9%	718.000 6,3%

Fonte: IBGE – PNAD/2011

Em 2011, no estado da Bahia, o índice de analfabetismo era de 16,6%, com 1.729.297 analfabetos com 15 anos ou mais[2]. Em

2 A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) contesta esses números e apresenta um índice de analfabetismo de 14%, indicando, por meio do Boletim Resultados da PNAD 2011 - Educação, elaborado a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), que aponta que, de 2006 a 2011, o analfabetismo foi reduzido de 19% para 14% em todo o estado.

relação à faixa etária, neste estado, a maior concentração de pessoas que não sabem ler e escrever está entre aquelas com mais 60 anos (44%), seguidas pelos adultos com idade entre 40 e 59 anos (22,1%), depois, por pessoas entre 25 e 39 anos (10%) e, finalmente, pelos jovens entre 15 e 24 anos (3,7%)

É inaceitável que no século XXI, quando se fala em revolução tecnológica e em requalificação profissional, tenhamos dois milhões de baianos sem o pré-requisito básico para essa caminhada, que é a alfabetização.
Governador do estado **Jaques Wagner**[3]

Nas últimas décadas, este cenário tem mudado na Bahia entre as pessoas com 10 anos ou mais de idade, resultado de políticas governamentais e ações da sociedade civil. Registra-se uma tendência declinante no estado, embora o volume de analfabetos ainda desafie os governos. Em 1950, 68,3% dos baianos não sabiam ler e escrever. Em 1970 e 1980, a proporção caiu para 51,8% e 44%, respectivamente. Em 1991, houve um declínio para 35,2% e, em 2000, para 21,6%. (BAHIA, 2012a, p. 12)

3 Fonte: <http://fainor.blogspot.com.br/2010/05/alfabetizacao-de-jovens-e-adultos-e-uma.html> Acesso em 20 jul. 2014.

Educandos(as) da zona rural da Bahia, em 14 de maio de 2008

Arquivo TOPA

As últimas pesquisas indicam que as taxas de analfabetismo são maiores entre os cidadãos e cidadãs mais idosos: 44% dos baianos com 60 anos ou mais são analfabetos; 22,1% daqueles com idade entre 40 e 59 anos estão nesta mesma situação; e 10% daqueles na faixa entre 25 e 39 anos não aprenderam a ler e escrever. O percentual entre os mais jovens, de 15 a 24 anos, é de 3,7%. Observa-se, ainda, que indígenas e negros são mais atingidos pelo analfabetismo do que os indivíduos de outras etnias. Entre os não alfabetizados, os indígenas e negros correspondem a 18,9% e 17,8%, respectivamente, enquanto os pardos, brancos e amarelos somam 17,1%, 14,3% e 15%. (IBGE, 2014)

Apesar dos amplos esforços em favor da ampliação do acesso à escola, conforme quadro a seguir, a oferta de EJA em todo o estado, no ano de 2007, foi de 515.207 vagas; em 2008, foi de 525.018, e em 2009, 500.119 vagas no ensino de EJA em todo o estado da Bahia. Dados que revelam um fenômeno comum a praticamente todos os estados brasileiros, e a Bahia não foge à regra, da dificuldade que as redes de ensino regular demonstram ter para assegurar o pronto atendimento e imediata oferta de vaga à população de jovens, adultos e idosos que não sabem ler e escrever e, consequentemente, zerar o analfabetismo local.

O Programa Todos pela Alfabetização – TOPA nasce neste contexto histórico e vem, desde 2007, desafiando-se a mudar este cenário, combatendo o analfabetismo entre jovens, adultos e idosos.

O TOPA tem ido aonde a escola não consegue ir, apresentando-se, desse modo, como importante alternativa à transformação da realidade acima descrita, contribuindo para um quadro educacional mais includente.

Matrículas por nível de Ensino								
Bahia – 2007-2009								
Ano	Dependência	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	EJA	Educação Especial	Total
2007	Estadual	1.822	492.285	584.970	4.466	268.371	4.567	1.356.481
	Federal	-	472	4.526	3.669	-	8	8.675
	Municipal	402.785	1.975.265	30.291	891	245.187	19.462	2.673.881
	Privada	90.921	155.462	34.956	5.096	1.649	8.439	296.523
	Total	**495.528**	**2.623.484**	**654.743**	**14.122**	**515.207**	**32.476**	**4.335.560**
2008	Estadual	1.638	467.592	575.571	4.981	270.714	3.147	1.323.643
	Federal	-	455	4.903	4.137	339	18	9.852
	Municipal	402.252	1.925.565	25.726	1.060	251.510	23.149	2.629.262
	Privada	113.520	205.106	43.252	5.470	2.455	8.992	378.795
	Total	**517.410**	**2.598.718**	**649.452**	**15.648**	**525.018**	**35.306**	**4.341.552**
2009	Estadual	1.273	432.974	572.057	6.809	231.024	2.196	1.246.333
	Federal	-	460	5.868	3.423	447	23	10.221
	Municipal	391.940	1.884.033	18.637	549	264.678	25.678	2.585.515
	Privada	109.710	219.597	42.646	5.730	3.970	5.789	387.442
	Total	**502.923**	**2.537.064**	**639.208**	**16.511**	**500.119**	**33.686**	**4.229.511**
Fonte: SEC, MEC/INEP Elaboração: SEI/COPES								

1. Adesão ao Programa Brasil Alfabetizado

O governo da Bahia, durante a gestão do Governador Jaques Wagner, por meio do decreto nº 10.339 de maio de 2007, aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado, do governo federal, e criou o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA.

Manu Dias/ GOVBA

Aula Inaugural da primeira etapa do Programa TOPA com a presença dos (das) educandos(as) e do governador Jaques Wagner

Para suplantar esta lacuna histórica, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos como mecanismo propulsor da escolarização e da promoção da cidadania plena, em todo o País, com prioridade para os 1.928 municípios cuja população era constituída por 25% ou mais de analfabetos – portanto, aproximadamente 90% localizado na região Nordeste.

A União assegura custeio de bolsas para alfabetizadores, coordenadores de turma e tradutores intérpretes da língua brasileira de sinais, as Libras, e acesso a livro didático pelos alfabetizandos, por meio do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC); repasse de recursos financeiros para transporte, aquisição de merenda e materiais didáticos, formação inicial e continuada de bolsistas, acompanhamento das ações em campo, entre outras demandas; e apoio técnico para implementação do PBA por Estados e pelo Distrito Federal.

Alinhado à proposta federal, o governo do Estado da Bahia aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado em 2007, e designou a Secretaria da Educação do Estado para a

Aula Inaugural do TOPA

Localizada no nordeste do estado, a cidade de Coronel João Sá, com 6.285 habitantes, a 440 km de Salvador, era o município com o maior percentual de analfabetos da Bahia: 51,8%, de acordo com dados do censo do IBGE de 2001. E foi ela a escolhida para sediar a aula inaugural do TOPA, ministrada pelo senhor governador do estado Jaques Wagner em 15 de outubro de 2007.

Em 2012, segundo PNAD, o seu índice de analfabetismo foi reduzido para 39,29%.

> sua implantação em território baiano, considerando a demanda, a realidade regional e seguindo os princípios do Projeto Político-Educacional estadual. Assim, a SEC elaborou o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), iniciativa voltada ao desenvolvimento de ações para alfabetização e escolarização na Bahia, orientadas e mantidas por meio do PBA. (BAHIA, 2012a, p. 12)

Para combater o analfabetismo na Bahia, em 1996, foi instituído o Programa Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA Bahia), que a partir de 2003 vinculou-se ao Programa Brasil Alfabetizado, cumprindo um importante papel no desafio baiano pelo fim do analfabetismo. Nessa trilha, o TOPA, desde a sua implementação, vem ressignificando historicamente tanto as concepções quanto o *modus operandi* das ações e movimentos de luta contra o analfabetismo, aprofundando seus objetivos e potencializando as parcerias e articulações junto ao governo federal, governos municipais e entidades sociais.

O Programa TOPA tem os seguintes objetivos[4]:

4 Disponível em: <http://programatopabahia.blogspot.com.br/p/programa-topa-todos-pela-alfabetizacao.html> Acesso em 20 jul. 2014.

- Promover uma educação de qualidade para a população de jovens, adultos e idosos, assegurando seu ingresso e permanência na escola, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para a inclusão social, política, econômica e cultural desses sujeitos.

- Reduzir o índice de analfabetismo na Bahia.

- Assegurar, à população de 15 anos ou mais, as condições objetivas necessárias para a continuidade dos estudos.

- Realizar ações que contribuam com o desenvolvimento social e econômico da população baiana.

- Apoiar os municípios baianos na melhoria dos seus indicadores educacionais.

- Firmar parcerias com os municípios baianos para a execução do programa de alfabetização.

- Articular governo e sociedade numa ação política de melhoria das condições de vida da população baiana.

Por meio das ações do TOPA, jovens acima de 15 anos, adultos e idosos não alfabetizados, que não tiveram a oportunidade de acesso à escola, puderam ter e continuam tendo acesso a uma educação comprometida com a transformação social, política, econômica e cultural, a partir da efetivação da aprendizagem da Língua Portuguesa e da Matemática.

Não são poucos os depoimentos e manifestações de educandos e parceiros que revelam a importância do Programa (BAHIA, 2013a):

"O TOPA é um Programa espetacular. Veio trazer luz para quem ainda não sabia ler e escrever na idade adulta." **Pedro Pereira da Silva** *– presidente da Associação dos Pescadores e Marisqueiros de Nazaré das Farinhas.*

"Eu nasci na roça. Antigamente, o povo não colocava os filhos na escola. O meu desejo era ler a Bíblia. Hoje, já leio bastante, graças a Deus. Antes do TOPA, eu lutava pra ler, mas não conseguia." **Alaíde de Jesus**, *64 anos, Feira de Santana.*

2. Assumindo o diálogo como pressuposto

O caminho a percorrer ainda é longo até que o direito à alfabetização seja garantido a todos/todas e a Bahia esteja livre do analfabetismo. No entanto, a metodologia, a forma como o Programa TOPA foi estruturado e tem sido executado, integrando diversos sujeitos sociais em torno dessa causa, tem permitido o seu permanente aprimoramento na direção de uma alfabetização para além do domínio da leitura, escrita e cálculo, incluindo a formação para a cidadania e a transformação social.

O TOPA não reduz o direito à educação ao desenvolvimento dos aspectos cognitivos do educando, buscando construir sentidos mais amplos para a aprendizagem dos jovens, adultos e idosos nele matriculados. Suas ações visam reduzir o índice de analfabetismo na Bahia e assegurar, à população de 15 anos ou mais, as condições objetivas necessárias para a continuidade dos estudos, bem como articular ações que contribuam com o desenvolvimento social e econômico da população, apoiando os municípios baianos na melhoria dos seus indicadores educacionais, articulando movimentos sociais e sindicais e parcerias entre governo e sociedade numa ação política de melhoria das condições de vida da população (BAHIA, 2011a).

Na luta contra o analfabetismo, é fundamental considerar as especifidades regionais, planejando ações de intervenção local coerentes com a identidade cultural, política, social e econômica de cada região. Todas as políticas sociais desenvolvidas no atual governo foram desenhadas e implementadas com base nos aspectos locais de cada região do estado. O Programa TOPA, tendo isto por pressuposto, vem se desenvolvendo e se realizando considerando que lugares diferentes exigem soluções diferentes.

> Assim sendo, o Programa TOPA [...] caracteriza-se pela ampla capilaridade e pela diversidade de grupos e comunidades atendidos desde seu surgimento no ano de 2007. A simultânea inserção em territórios, com tantas especificidades e demandas diferenciadas, desafiou a equipe de concepção e execução, exigindo versatilidade para a adaptação do trabalho à realidade de cada segmento ou comunidade atendido, mas respeitando-se sempre os princípios, valores e objetivos delineados pelo Programa. (BAHIA, 2012a, p. 87)

Os arranjos regionais que um programa com diretrizes comuns a todo o estado tem realizado, só são possíveis graças ao fecundo diálogo que o TOPA enseja entre os vários atores sociais locais responsáveis pelas ações alfabetizadoras previstas, a saber, movimentos sociais e prefeituras.

Se, de um lado, o TOPA lhes empresta diretrizes e pressupostos comuns para a realização do trabalho, os movimentos sociais e prefeituras encontram, nas realidades locais em que se inserem, os demais ingredientes necessários para desenvolverem uma ação alfabetizadora contextualizada e própria. Essa é uma das principais marcas do Programa: mobilizar autores-atores sociais locais para um amplo diálogo em torno do analfabetismo na Bahia e, apoiados nas referencialidades metodológicas do TOPA, estimulá-los a planejarem suas ações político-pedagógicas de alfabetização em permanente **diálogo com a realidade.** Referencialidade apoiada na dialogia freiriana, que compreende o diálogo como imperativo existencial humano e prática social capaz de levar as pessoas a inaugurarem novas realidades para si, por meio da tomada de consciência de que podem, mediatizados pelo mundo, nele e sobre ele agirem.

> A palavra, porque lugar do encontro e do reconhecimento das consciências, também o é do reencontro e do reconhecimento de si mesmo. A palavra pessoal, criadora, pois a palavra repetida é monólogo das consciências que perderam sua identidade, isoladas, imersas na multidão anônima e submissas a um destino que lhes é imposto e que não são capazes de superar. (FREIRE, 2013a, p. 26)

Atividade Cultural do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), na formatura da 5ª etapa do Programa TOPA, em Salvador, dia 21 de agosto de 2013

Mateus Pereira / GOVBA

Ao assumir o diálogo como pressuposto, ao mesmo tempo que contribui para visibilizar a ação política de atores e movimentos sociais locais, criando condições para pronunciarem uma mesma palavra de luta contra o analfabetismo, o TOPA também se apresenta, em cada um dos espaços de alfabetização criados, como oportunidade para jovens, adultos e idosos romperem a cortina do anonimato, ocuparem seus lugares na esfera pública da vida e assumirem uma presença cidadã no seu tempo e lugar.

Reconhecidamente, os **movimentos e entidades sociais e sindicais** presentes em todo o estado da Bahia têm bandeiras de luta próprias e há anos vêm cumprindo um importante papel de mobilização em torno da defesa dos direitos políticos, civis e sociais da população.

A luta pelo direito à educação sempre integrou a lista de prioridades dos movimentos sociais e sindicais. Como expressão do seu tempo e construção histórica de homens e mulheres que há anos militam na defesa de uma educação para todos, o TOPA inova ao mostrar-se capaz de convergir em torno de si iniciativas governamentais de enfrentamento ao analfabetismo com a força e o compromisso dos movimentos sociais. Uma convergência que, nunca livre das tensões e divergências programáticas e políticas de cada uma das partes envolvidas, tem sido construída no plano do diálogo sistemático e crítico.

> Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca das ideias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2013a, p. 109)

Como todo programa governamental, o TOPA está subordinado a um marco legal e normativo e, consequentemente, as partes constitutivas dele – Secretaria da Educação, universidades, entidades e movimentos sociais e sindicais, prefeituras

– devem cumprir uma série de obrigações durante a execução das ações previstas.

No entanto, no plano político-pedagógico, ao longo das sete etapas do programa, *encontros* foram fomentados e vivenciados por todos, no intuito de permitir que gestores, pesquisadores, alfabetizadores e educandos estabelecessem diálogos humanizadores e emancipadores entre si, capazes de, não apenas transformar o programa e aproximá-lo daquilo que os seus objetivos preconizam, mas também transformarem a si próprios enquanto sujeitos. O diálogo verdadeiro não separa o objeto a ser transformado dos sujeitos que sobre ele intencionam e agem. O TOPA, que ao longo dos anos vem se aprimorando e se transformando numa importante tecnologia social de enfrentamento ao analfabetismo, tem no diálogo entre seus protagonistas a sua principal força e sentido. Um diálogo utópico, crítico e libertador que se retroalimenta da esperança, do trabalho e da convicção de que a mudança é possível e urgente, e é construída no conflito, na denúncia, no anúncio e no compromisso com a mudança.

> Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. […] Sem esta fé nos homens o diálogo é uma farsa. Transforma-se, na melhor das hipóteses, em manipulação adocicadamente paternalista. (FREIRE, 2013a, p. 113)

Passaram pelo programa, até 2013, um milhão duzentos e oitenta mil educandos/as, e cada um deles/as guarda muitas histórias sobre a importância do TOPA para suas vidas, revelando que muito além da aquisição da leitura e da escrita, há um amplo conjunto de aprendizagens sociais que os educandos tiveram a oportunidade de alcançar.

Por ocasião da primeira cerimônia de formatura dos educandos participantes da 1ª etapa do TOPA, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, citou em seu discurso histórias de homens e mulheres que alcançaram novas perspectivas para suas vidas depois de passarem pelo Programa.

> Histórias como a do detento Bernardo Barbosa, que está preso em Valença e, graças ao TOPA, escreveu a primeira carta de sua vida. Foi uma carta de amor para a esposa Carmelita, no Dia dos Namorados, dizendo que ela era a mulher mais linda e a mulher da sua vida. (SILVA, 2008, p. 6)

Educanda na cerimônia de certificação do Programa TOPA, realizada na cidade de Salvador, em 21 de agosto de 2013

Mateus Pereira/ GOVBA

Fóruns de Educação de Jovens e Adultos na Bahia

Uma história de mobilização social pelo fim do analfabetismo

Motivados pela realização dos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), que desde 1999 caracterizam-se como um marco no debate e intercâmbio das políticas de EJA no Brasil, entidades representativas dos diversos segmentos, como o Serviço Social da Indústria (SESI), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Associação de Educadores Católicos (AEC), Fórum de Educação do Campo, Instituto Integrar,Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Secretaria Municipal de Salvador e Secretaria da Educação de Alagoinhas articularam--se para a implantação do Fórum de EJA na Bahia. Para tanto, foi criado, em agosto de 2001, um Pré-Fórum, com a missão de buscar coletivamente as condições para a implantação de um fórum de EJA que contemplasse a diversidade de atores sociais que configura a EJA na grande extensão do estado da Bahia. Circunstâncias favoráveis, como a localização na capital de órgãos gestores e deliberativos das políticas de educação e da EJA, a Secretaria Estadual de Educação e a Universidade do Estado da Bahia (Uneb), facilitaram a mobilização dos atores sociais em diferentes regiões da Bahia. [...]

Após o IV ENEJA, em 2002, foi adotado o sugestivo nome de Pré-Fórum, cuja missão seria a de instituir o Fórum de EJA na Bahia por meio da realização do I Encontro do Fórum de Educação de Jovens e Adultos no estado, nos dias 12 e 13 de novembro de 2002. O encontro contou com a participação expressiva de professores, gestores, pesquisadores, professores universitários, educadores populares de vários municípios do estado, envolvidos direta ou indiretamente com a educação de jovens e adultos. Concomitante à mobilização para a criação do fórum estadual, em novembro de 2001 foi instituído o Fórum de EJA no extremo sul da Bahia, que surgiu baseado na demanda por formação especifica dos educadores de adultos que atuavam no Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (PRAJA). Diante dessa demanda, os coordenadores do PRAJA organizaram e ministraram um curso de formação intitulado Repensando a Prática – Buscando Alternativas. O curso, com duração de 90 horas, teve como objetivos: aprofundar o entendimento sobre educação como prática de liberdade em Paulo Freire, refletir sobre o trabalho pedagógico desenvolvido nos grupos de alfabetização e educação de adultos do PRAJA e

discutir a elaboração de material adequado à educação de adultos. Participaram desse curso educadores atuantes na educação do PRAJA, da Pastoral da Criança, do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), bem como professores da rede pública municipal de educação interessados em discutir o tema. Ao final desse curso, os educadores participantes assumiram o compromisso de implantar o fórum de EJA no extremo sul da Bahia, como forma de garantir a continuidade das discussões em torno da educação de adultos. Trilhando os seus próprios caminhos, somam-se a esse fórum regional e ao fórum estadual, outros regionais: em Alagoinhas, Jequié, Território do Sisal e Recôncavo. Não podemos deixar de mencionar que, além dos fóruns, vários outros coletivos foram se mobilizando em defesa da EJA, tanto no estado como no Brasil, constituindo--se, também, como sujeitos nesse processo de mobilização.

Trecho extraído e adaptado de: FRANÇA, Magdalânia C. & CEARON, Nelcida Maria, *Fóruns de Educação de Jovens e Adultos: uma história contada a partir da mobilização na Bahia e da participação do segmento das universidades.* Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 21, n. 37, p. 63-70, jan./jun. 2012

Fórum Permanente EJA Recôncavo da Bahia

Roda de Prosa Itinerante em Maragojipe, ação do Fórum de EJA do Recôncavo da Bahia, em novembro de 2013

3. Nunca é tarde para recomeçar

O jovem educando do TOPA, Bernardo Barbosa, escolheu escrever uma carta de amor à sua esposa para apresentar-se ao mundo como alfabetizado. No programa TOPA, diante do seu compromisso com uma prática pedagógica que alfabetiza a partir do uso social da língua que seus educandos fazem ou podem vir a fazer, escrever uma carta à esposa revela não apenas um ato de amor pela companheira, mas um reposicionamento pessoal diante da própria história, que passa a gozar da possibilidade de ser mais bem lida e escrita.

A alfabetização de homens e mulheres que, na infância, por diversas razões, tiveram o direito à educação negado, deve ser entendida como um importante processo de **empoderamento social** e alternativa para a autodeterminação. Processo esse que inclui importantes mudanças na relação das pessoas com o mundo do trabalho. Se este requer um conjunto de habilidades no uso da língua não dominadas pelos não alfabetizados, a alfabetização se apresenta como possibilidade de acesso a condições menos precárias de trabalho e renda. Foi o caso de três educandos do TOPA de 2007.

> História como a de três ex-alunos – Antônia Brito, Hermano da Silva e Celina da Hora – que concluíram o Topa e, com muita dedicação, passaram no concurso público da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus. Histórias de vidas que já mudaram e ainda estão mudando, e o melhor e mais importante de tudo: histórias que agora começam a serem escritas pelos próprios personagens. (SILVA, 2008, p. 7)

No TOPA, como em outras experiências educativas efetivamente emancipadoras, não são apenas os educandos que aprendem e consequentemente se transformam enquanto sujeitos. O Programa também tem oportunizado importantes aprendizagens aos seus alfabetizadores, coordenadores de turmas, gestores etc., transformando-se num grande círculo de cultura, que na perspectiva freiriana é aquela ambiência educativa fraterna, crítica, esperançosa e humanizadora de aprendizagem social.

Ao longo das suas 7 etapas, o Programa foi, inúmeras vezes, alvo da presença solidária e comprometida de educadores e demais trabalhadores que nele atuaram. Homens e mulheres viram o TOPA não apenas como uma fonte de renda para viabilizarem seus projetos pessoais e/ou familiares de vida, mas como alternativa política viável de transformação social da realidade local. Como exemplo, recorremos novamente ao discurso do então Presidente Lula.

TOPA realizando sonhos[5]

Os exemplos mostram que o Topa tem sido um realizador de sonhos não apenas de pessoas com idades avançadas e que não acreditam mais que teriam a oportunidade de ler e de escrever, como também de jovens que, no passado, deixaram a escola para trás e hoje retornam, através do programa, pensando em construir uma nova história. Este foi o caso da jovem Alane Santos Silva, 24 anos. Aos 14 anos, ela ainda não tinha se alfabetizado e uma gravidez não planejada acabou distanciando-a ainda mais da oportunidade de garantir o seu direito à educação.

Este ano, já mãe de três filhos, percebeu que era possível pensar em construir um futuro diferente com o convite de uma colega para participar do Topa. "Tinha vontade de ler e escrever, mas tinha vergonha de ir para a escola nessa idade. O povo ia dizer: "o que uma mãe de família quer na escola?" Mas, pensei que tenho meus filhos e quero ensinar muitas coisas para eles e antes não podia. Hoje, leio estorinhas para mim e para eles, escrevo cartinhas para meus paqueras e até em computador já mexo", conta, dizendo que só pretende deixar a escola quando conseguir se formar no curso de serviço social.

> […] Alfabetizadoras lá do sertão, que foram fazer o curso de capacitação em Vitória da Conquista levando nos braços seus filhos de poucos meses, ou até mesmo semanas de vida. Uma delas, muito feliz com o novo trabalho, levou o bebê nascido há apenas dois dias. Então, você tem razão: essas alfabetizadoras são mais do que professoras, são heroínas brasileiras e não medem sacrifício. […] Histórias de alfabetizadores e alfabetizadoras, Fernando, que andavam até seis quilômetros a pé para ensinar aos brasileiros que queriam aprender. […] . (SILVA, 2008, p. 7)

5 Notícia publicada em 19 de maio de 2010, no blog da Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Fonte: <http://fainor.blogspot.com.br/2010/05/nunca-e-tarde-para-recomecar.html>. Acesso em 20 jun. 2014.

Educar para transformar, para ver novas realidades humanas nascerem. Esta é a grande razão e sentido a que se propõe o TOPA e que os educadores procuram desenvolver no seu cotidiano docente. As adversidades e desafios a serem enfrentados são sempre muito grandes, como, por exemplo, educandos com baixa visão, iluminação das salas de aula um tanto insuficientes, inexperiência pedagógica dos docentes, entre outros. Mas sempre foi notória a disposição dos educadores e coordenadores de turma, bem como dos demais gestores do TOPA, em realizar o melhor trabalho possível junto a seus educandos. Segundo Freire,

> […] não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa. Esta afirmação recusa, de um lado, o otimismo ingênuo que tem na educação a chave das transformações sociais, a solução para todos os problemas; de outro, o pessimismo igualmente acrítico e mecanicista. (FREIRE, 2001a, p. 47)

A superação do otimismo ingênuo e o afastamento de um pessimismo acrítico e mecanicista sobre a realidade exige dos educadores consciência histórica e política, bem como compreensão crítica dos sentidos que o trabalho docente traz em si, especialmente no contexto de um programa de alfabetização.

A história precisa ser entendida como possibilidade, como produção humana, logo sujeita ao querer daqueles que a constroem socialmente. É certo que todos desejamos um mundo bem diferente do que temos hoje, socialmente mais justo e democrático. No entanto, sabemos que se trata de uma realidade humana ainda em construção, exigindo de todos que atuam no interior da educação pública brasileira compromissos político-pedagógicos que favoreçam a criação de possibilidades inéditas e caminhos inovadores para o enfrentamento dos velhos problemas que afetam a nossa vida. As histórias dos educadores mencionados acima são bons exemplos disso.

4. Um exemplo para o Brasil

Um dos imperativos éticos no qual a educação se apoia é o reconhecimento do ser humano como sujeito capaz de recriar e transformar a realidade em que se encontra e, por meio de uma educação emancipadora, abrir espaços para que as pessoas tomem consciência de si como sujeitos históricos e, alimentados de esperança, participem socialmente da construção da felicidade humana.

O TOPA significa um exemplo que a Bahia dá ao Brasil de resgate de uma dívida histórica com os baianos. No que diz respeito à alfabetização de adultos, a Bahia abraçou o projeto como nenhum outro estado. **Fernando Haddad**, *então Ministro da Educação, durante a formatura de 2008.*[6]

A educação é uma prática social que se realiza na esperança, que segundo Paulo Freire é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário que nos leva a projetar outras realidades humanas, estando reservada à educação, entre tantas outras práticas sociais, a importante tarefa de fomentar nas pessoas atitudes utópicas em relação à vida.

6 Fonte: <http://topadirec10.blogspot.com.br/2010/12/cerimonia-de-certificacao-do-topa.html> Acesso em 20 jun. 2014.

(Da esq. para dir.) O governador Jaques Wagner, o então presidente da Republica, Luiz Inácio Lula da Silva, a educanda da 1ª etapa e o então ministro da Educação, Fernando Haddad, na formatura dos(as) educandos(as) no Centro de Aperfeiçoamento Profissional (CAP) da Uesb, campus de Vitória da Conquista, em 29 de julho de 2008

> E não vai nisso nenhum idealismo. A imaginação, a conjectura em torno do mundo diferente da opressão são tão necessários aos sujeitos históricos e transformadores da realidade para sua práxis, quanto necessariamente faz parte do trabalho humano que o operário tenha antes na cabeça o desenho, a "conjectura" do que vai fazer. Aí está uma das tarefas da educação democrática e popular. (FREIRE, 2013e, p. 45)

A esperança não pode ser entendida como um sentimento fugaz e inconsequente. As emoções que nos tomam a alma ao longo da nossa história só podem traduzir-se em esperança quando associadas a uma ação coletiva sobre o mundo. Toda a esperança se fertiliza no agir humano e na caminhada rumo ao que se espera. A esperança que se sente na simples contemplação da história é uma emoção estéril.

É por meio de uma ação consciente, empreendida socialmente, que o ser humano pode, em diálogo com seus semelhantes e com a própria realidade, ler o mundo e agir intencionalmente sobre ele, com vistas à sua transformação.

O Programa TOPA, diante do compromisso de desenvolver uma práxis alfabetizadora fundamentada na esperança de que um outro mundo é possível, tem visto o seu trabalho ser reconhecido nacionalmente, tornando-se importante referência para o aprimoramento das ações de enfrentamento ao analfabetismo em todo o país, fomentadas no interior do Ministério da Educação. O **Prêmio Darcy Ribeiro de Educação**, obtido na Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal em 2011, é um bom exemplo da importância do TOPA no contexto nacional.

Programa estadual Todos pela Alfabetização recebe prêmio nacional[7]

O Programa Todos pela Alfabetização (Topa), desenvolvido pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria da Educação e em parceria com o governo federal e os municípios, recebeu nesta quarta-feira [26 de outubro de 2011], em Brasília (DF), o Prêmio Darcy Ribeiro de Educação. A iniciativa da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal é um reconhecimento a instituições que se destacaram na defesa e promoção da educação no país. Com números que impressionam os especialistas em educação, o Topa foi homenageado por ser o maior programa voltado para a redução do analfabetismo no Brasil. O prêmio entregue durante sessão solene no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional, foi recebido pelo governador Jaques Wagner. Ele agradeceu o reconhecimento da Câmara e disse que o prêmio é um grande estímulo para todos que trabalham com a educação no estado. "É uma honra receber um prêmio com o nome de Darcy Ribeiro, um brasileiro que se destacou na área da educação. A Bahia, terra de Rui Barbosa, Castro Alves e Anísio Teixeira, tinha o título de campeã do analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos. Agora, mostramos que, com empenho e um programa arrojado, é possível acabar com esse problema histórico". De acordo com o governador, o programa continuará, e agora com mais entusiasmo depois do prêmio. "Esse reconhecimento mostra que estamos no caminho certo. Em quatro anos e seis meses devemos chegar à marca de um milhão de alfabetizados, o que orgulha a todos nós". A presidente da Comissão de Educação da Câmara, deputada Fátima Bezerra, explicou que o Topa foi escolhido por sua eficiência na redução do índice de analfabetismo. "É um programa que promove a cidadania, e a homenagem é mais que merecida. Moramos num país com altos índices de analfabetismo, cerca de 10%

7 Artigo publicado em: <http://www.comunicacao.ba.gov.br/noticias/2011/10/26/programa-estadual-todos-pela-alfabetizacao-recebe-premio-nacional > Acesso em: 20 jun. 2014.

na média nacional, e 20% no Nordeste. Daí porque essa iniciativa da Bahia é muito oportuna". Responsável pela condução do programa, o secretário da Educação do Estado, Osvaldo Barreto, disse que reconhecimento aumenta a responsabilidade. "Vamos continuar trabalhando para acabar com o analfabetismo na Bahia. Esse prêmio, além de nos estimular, fez crescer o nosso compromisso com a causa". Estiveram presentes na cerimônia os deputados federais Amauri Teixeira, Nelson Pelegrino, Luís Alberto, Rui Costa e Valdenor Pereira, os senadores Walter Pinheiro e Lídice da Mata, o secretário de Planejamento do Estado, Zézeu Ribeiro, e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence.

Números comprovam eficiência do maior programa de alfabetização

Estado que historicamente possuiu o maior número de analfabetos do país, a Bahia está conseguindo mudar essa realidade com o Topa. Lançado em 2007, o programa já alfabetizou 841 mil pessoas em várias regiões do estado. Formatado para chegar às localidades mais distantes, o programa conta com a parceria de prefeituras, associações comunitárias e movimentos sociais, que disponibilizam locais para a realização das aulas e mobilizam as comunidades para a importância da alfabetização. Atualmente, 675 entidades participam do Topa, que chegou a 407 dos 417 municípios baianos. O programa está em sua quarta etapa, com 251 mil alunos matriculados e frequentando as aulas. O curso dura oito meses e todo o material didático é fornecido pelo Estado. Cada turma tem, no máximo, 15 alunos, e para garantir ainda mais a eficiência, os professores passam por uma capacitação. Com uma proposta pedagógica que valoriza a experiência de vida e os conhecimentos dos alfabetizandos, o Topa possibilita o acesso à leitura e à escrita a partir da realidade social dos alunos. "Nós trabalhamos muito o dia a dia deles, os textos trazem sempre questões ligadas à família, ao bairro, de forma que essa proximidade facilite o entendimento", explica a professora Maria Carmem, que ensina na escola Fonte do Capim, no bairro de San Martim, em Salvador.

Histórias de superação e força de vontade para ler e escrever

Em quatro anos de funcionamento, o Topa mudou a vida de muita gente e produziu histórias incríveis de força de vontade e de superação. Dona Enedina, moradora de Ilhéus, que aos 100 anos foi alfabetizada, é o maior exemplo. Sem nunca ter entrado numa sala de aula, ela encontrou coragem para aprender a ler e escrever. As dificuldades para se locomover, ouvir e

até enxergar não foram obstáculo para que realizasse o sonho de conhecer as palavras. Assim, a exemplo dela, milhares de baianos que em idade escolar não tiveram a oportunidade de frequentar a escola, entraram numa sala de aula pela primeira vez. Dona Maria Inês, 63, moradora de Salvador, é outro exemplo. Ela concluiu o curso no fim de 2010. Durante oito meses foi à escola todos os dias e assim que terminou procurou a professora e disse – "quero continuar a estudar". Hoje, Dona Maria Inês está matriculada no Programa de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, onde os alunos do TOPA podem continuar sua formação. Essa inclusive é uma das metas do programa, estimular os estudantes a se manterem na escola.

Premiação

O Prêmio Darcy Ribeiro de Educação é concedido anualmente desde o ano 2000 e os indicados são selecionados pela Comissão de Educação da Câmara.

Haroldo Abrantes/ GOVBA

Francisca Elenir Alves e o governador Jaques Wagner na Câmara dos Deputados, na entrega do Prêmio Darcy Ribeiro de Educação, recebido pelo Programa TOPA - Todos pela Alfabetização, em 26 de outubro de 2011

O povo brasileiro, desde 2003, vem construindo sua história apoiados na certeza de que "a esperança vence o medo". A luta contra o analfabetismo no Brasil ainda é grande, pois trata-se de um fenômeno social complexo. E o estado da Bahia tem dado ao Brasil, por meio do Programa TOPA, um grande exemplo de como enfrentá-lo com vigor, esperança, alegria, fé, rigorosidade e diálogo, características historicamente constitutivas do povo baiano.

A luta contra o analfabetismo na Bahia

Na luta contra o analfabetismo, o Governo do Estado da Bahia não se intimidou e por meio de sua Secretaria da Educação fez uma grande convocação local para superação do analfabetismo. O esforço implementado pela Bahia para um desafio tão grande e tão complexo não foi apenas político, mas também orçamentário e organizativo. Assim, em consonância com o Plano de Governo e as políticas criadas pelo Ministério da Educação, o Estado, por meio do Decreto nº 10.339 de maio de 2007, instituiu o Programa Todos pela Alfabetização.

A ousadia e a coragem do governo baiano transformou o Programa Todos pela Alfabetização no maior parceiro do Brasil Alfabetizado. Desde que o TOPA foi instituído, em 2007, mais de 1 milhão de pessoas já foram atendidas pelo Programa. A decisão do Governo da Bahia e da sociedade baiana de enfrentar o analfabetismo merece o nosso reconhecimento. Nenhum outro estado da Federação tem feito esforços na mesma proporção, em quantidade e qualidade. Não há solução mágica em educação. Não há solução sem a participação ativa e comprometida, sem a participação dos poderes estaduais e municipais, sem a articulação de políticas de cultura, saúde, assistência social, geração de emprego e renda, entre outras, que fortaleça o sentido da alfabetização para as pessoas que frequentam as turmas.

Os resultados alcançados pelo TOPA são, sem sombra de dúvidas, um estímulo para o prosseguimento, a ampliação e a melhoria da oferta da educação de jovens e adultos, garantindo a educação ao longo da vida.

Como se sabe, o impacto da alfabetização de jovens e adultos é imenso, em diversas dimensões da vida: pessoal, familiar, comunitária, profissional e cidadã. Num momento em que se anunciam boas perspectivas de crescimento econômico para o país, é fundamental que a alfabetização e a educação de jovens e adultos tenham a devida relevância e prioridade, de tal sorte que sejam elas poderosos instrumentos de redução das desigualdades que teimam em dividir e separar o povo brasileiro.

Mauro José da Silva
Diretor de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
Secretaria da Educação Continuada,
Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Ministério da Educação

Arquivo TOPA

Francisa Elenir Alves e Mauro José da Silva no Encontro Nacional dos Gestores do PBA, em 09 de outubro de 2014

Ronaldo Silva/ GOVBA

Arquivo TOPA

Carla Ornelas/ GOVBA

2 Fundamentos teórico-metodológicos

O TOPA se insere no movimento histórico de luta em defesa do direito à educação entre a população de jovens, adultos e idosos que vem, ao longo de décadas, construindo fundamentos próprios. Este capítulo busca caracterizar os pressupostos e referencialidades que o TOPA tem assumido para si, em diálogo com a historicidade do próprio movimento de Educação Popular de jovens e adultos no Brasil.

Para que se possa refletir acerca dos fundamentos teórico-metodológicos do TOPA, faz-se necessário compreender como a educação de jovens, adultos e idosos foi se constituindo ao longo da história, com o intuito de observar seus avanços, retrocessos e identificar as contribuições de autores que a ela se dedicaram. Nesta trajetória, merece destaque o surgimento do conceito de Educação Popular no qual a Educação de Jovens e Adultos, na perspectiva emancipatória, está inserido.

Analisando a história da Educação de Adultos no Brasil, percebe-se que não houve políticas de EJA até 1930 e, sim, um conjunto de práticas de alfabetização totalmente esvaziadas de conteúdos e metodologias próprias para os adultos. No Brasil Colônia, grande parte da elite era analfabeta e, segundo Haddad e Di Pierro (1999, p. 108-109),

> [...] a comunicação, nas suas diferentes dimensões, era oral, baseada na récita e na memorização. O ensino jesuítico dedicava a esse segmento social o ensino da filosofia e da retórica. Para os escravos e indígenas, os jesuítas lançavam mão da catequização, com o intuito

de *domar os corpos e o espírito* para o exercício da obediência e da submissão. Os jesuítas transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. (Grifo do autor)

1. A alfabetização de jovens, adultos e idosos no contexto da Educação Popular

No Brasil Império, após a expulsão dos jesuítas pelo governo português, o ensino jesuítico dá lugar às aulas régias, ministradas por pessoas convidadas, sem nenhuma formação pedagógica. Com a vinda da família real, a coroa portuguesa criou um conjunto de iniciativas culturais e educativas, mas ainda sem nenhuma metodologia específica para o trabalho com adultos.

De 1808 até a proclamação da Independência, nada acontece em favor da educação para o povo, e somente a elite da época tinha "permissão social" para se educar.

Antoine Louis Claude Desttut de Tracy, em 1802 (apud FRIGOTTO, 1987, p. 15), expunha aquilo que historicamente vem se concretizando até os dias atuais:

> Os homens de classe operária têm desde cedo a necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento e, sobretudo, o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo nas escolas [...]. Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muitas coisas para aprender para alcançar o que se espera deles no futuro.

Esse pensamento, em escala menor, ainda permeia o imaginário social, justificando o crescimento do ensino privado e a quase inexistência de políticas públicas de educação para as

camadas menos favorecidas da sociedade, conforme escreve Ana Maria Araújo Freire (1989, p. 34): “há um privilégio para a classe burguesa e a educação deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria, onde só tem quem pode pagar”.

Na República Velha, a questão do analfabetismo começa a merecer certa preocupação e iniciam-se reformas educacionais que pouco afetam a Educação de Adultos. No início do século XIX, o governo central passa a cuidar da educação da elite e delega às províncias a responsabilidade de educar a população menos favorecida, excluindo-se desse grupo os negros escravos e as mulheres. Porém, na segunda metade do século XIX, havia negros letrados. Eram escravos denominados “negros de ganho”, que trabalhavam para outras pessoas e davam o dinheiro a seus senhores.

Carlos Lyra / Montagem: Isis Brandão

Paulo Freire (em pé, de óculos, à esquerda) discursa durante cerimônia de formatura, na 40ª hora da Experiência de Angicos. Na solenidade, estavam presentes Miguel Arraes, Clóvis Mota, Seixas Dória, Virgílio Távora, Aluízio Alves, João Goulart, e no canto, à direita, o marechal Castelo Branco, que em 1964 foi o principal líder militar do golpe. Dois projetos de nação se confrontando no mesmo espaço, em 2 de abril de 1963

A legislação do Império permitia a existência de aulas noturnas nos espaços escolares, porém com teor filantrópico, não sendo, portanto, remuneradas. É possível inferir que, nesse período, surge a visão, que vigora até os dias atuais, de que a EJA pode acontecer de qualquer jeito, em qualquer espaço, com qualquer educador, com qualquer conteúdo. Essas aulas noturnas e a alfabetização no exército foram as primeiras iniciativas de Educação de Adultos no final do século XIX.

O século XX vem marcado pela ideia de que o analfabetismo é parte do atraso social e passa a ser visto como uma "chaga", um "câncer", uma "erva daninha que precisa ser erradicada". Em 1915, surge a Liga Brasileira contra o Analfabetismo, mas ainda persiste a ausência de políticas de educação para adultos.

Em 1945, o Fundo Nacional do Ensino Primário reserva 25% dos repasses da União à educação supletiva dos adultos. Em 1947, com o aproveitamento dos recursos do Fundo, a União lança, em plano nacional, a primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA).

Após a ditadura do Estado Novo, o governo passa a assumir a Educação de Jovens e Adultos, tomando-a como sua responsabilidade, liberando recursos que, até então, eram destinados somente ao ensino básico regular. Esse avanço, embora significativo, não representou progressos na dimensão metodológica. As aulas para adultos continuavam a ser ministradas por professores especializados na educação para crianças e os materiais didáticos, a abordagem e a metodologia eram totalmente infantilizadas, desconsiderando os saberes e a vivência dos(as) educandos(as) adultos(as).

No início dos anos de 1960, cresciam os movimentos de cultura popular que lutavam para que as classes mais empobrecidas, em especial os moradores do campo, tivessem direito à alfabetização e continuidade dos estudos. A luta desses movimentos no contexto de participação popular culminou com o lançamento do **Programa Nacional de Alfabetização** do Ministério da Educação e Cultura com base no Sistema Paulo Freire. Este Programa, que teve a efêmera existência de oitenta dias, apresentava-se como possibilidade de superação do modelo assistencialista e compensatório que fora imprimido à EJA desde seu surgimento.

O Programa, inserido no contexto de um amplo **Movimento de Educação Popular**, atingiu o seu ápice com a experiência de alfabetização de adultos realizada no município de Angicos, no Rio Grande do Norte**,** no período de dezembro de 1962, quando um grupo de estudantes, em sua maioria universitários, realizou o levantamento do universo vocabular da população de Angicos, até 2 de abril de 1963, quando se deu o encerramento das atividades

dos Círculos de Cultura, com a presença do presidente João Goulart e do governador do Rio Grande do Norte, Aluízio Alves.

Impedido de dar continuidade ao Programa em função do golpe civil-militar em 1964, Paulo Freire deixou o país, mas não abandonou a luta em prol da Educação Popular. Teve a oportunidade de desenvolver projetos de alfabetização de adultos em vários países e, após mais de 25 anos, retomou sua proposta de Educação Popular no Brasil, por meio da criação do Movimento de Alfabetização (MOVA), no período em que foi Secretário Municipal de Educação de São Paulo (1989-1991).

A criação e expansão do MOVA ajudou a fortalecer a Educação Popular. Segundo Moacir Gadotti (2008, p. 86),

> O Projeto MOVA-SP teve grande repercussão, tanto na cidade de São Paulo como em outros estados, pela proposta de fortalecimento dos movimentos populares sem atrelá--los ao Estado. É um exemplo de parceria entre a sociedade civil e o Estado. É evidente que, nestas circunstâncias, a relação não era sempre harmoniosa. Ela é perpassada por tensões. Mas essa é a condição necessária para um trabalho paritário entre o Estado e os movimentos populares.

A partir do MOVA-SP, começaram a surgir diferentes experiências de MOVA em vários estados brasileiros, que resgatavam princípios da Educação Popular pautada nas ideias de Paulo Freire.

Mesmo adotando formatos diferentes quanto aos tipos de parceria, duração dos cursos etc., os MOVAs, a exemplo da experiência realizada em São Paulo, continuaram mantendo um princípio comum: a **metodologia freiriana.** E resgatavam o legado de Paulo Freire, tanto do ponto de vista metodológico, quanto político.

É possível concluir que a história pedagógica do Brasil e da América Latina foi marcada pela presença transformadora de Paulo Freire. Como um dos primeiros incentivadores da concepção de Educação Popular, ele consolidou um dos paradigmas mais ricos da pedagogia contemporânea, que propunha romper com a educação feita para as elites. Num contexto de massificação, de exclusão, de desarticulação da escola com a sociedade, Freire deu sua efetiva contribuição ao propor um projeto educacional radicalmente democrático e libertador.

O Programa TOPA se vê inserido nesse contexto histórico de luta por uma educação de adultos transformadora, cujos pressupostos nasceram dos movimentos populares e que o atual governo estadual, democrático e popular, assumiu institucionalmente.

2. Concepção de alfabetização de jovens, adultos e idosos na perspectiva emancipatória

Em 1990, com a realização da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, entendeu-se a Alfabetização de Jovens e Adultos como a primeira etapa da Educação Básica, consagrando a ideia de que a alfabetização não pode ser separada das demais etapas. Por esse motivo, neste texto, é adotada a expressão EJA, que carrega em si a fase da Alfabetização.

Vale ressaltar que a concepção de alfabetização pautada em Paulo Freire ultrapassa a ideia de que esse processo se reduz a uma técnica de decodificação. Estar alfabetizado implica conhecer a linguagem nos diferentes sentidos que essa possa assumir nos diversos textos e contextos da vida humana. Essa construção coletiva e pessoal passa a ser concebida como capacidade de compreender e comunicar o mundo e as próprias ideias, por diversos meios e códigos. Se pensada tendo por referencial os avanços tecnológicos e a complexidade que estes imprimem no universo da comunicação, podemos considerar que os processos de alfabetização devem vir a se instituir enquanto um processo que ocorre ao longo da vida dos sujeitos.

Esse conceito da alfabetização incorpora a ideia de **educação ao longo da vida**, pois somos seres inconclusos e inacabados, fazendo-nos e refazendo-nos permanentemente nas relações diárias que estabelecemos conosco, com os outros e com o mundo. Essa incompletude, própria da forma humana de existir, intrinsecamente histórica, faz da Educação de Jovens e Adultos uma prática mais que reparadora e compensatória; faz dela uma condição necessária ao desenvolvimento social, econômico, político e cultural de um país. Conforme afirma o Professor Moacir Gadotti (2004, p. 22),

> Não há sociedades que tenham resolvido seus problemas sociais e econômicos sem equacionar, devidamente, os problemas de educação, e não há países que tenham

Acervo IPF

Acervo IPF

encontrado soluções de seus problemas educacionais sem equacionar devida e simultaneamente a Educação de Adultos e a alfabetização.

Não basta, portanto, oferecer qualquer educação a estes jovens e adultos, cujo desejo de "ser mais" os faz retornar à escola. As diversas práticas educativas trazem em seu cerne um caráter, ao mesmo tempo, pedagógico e político. Pedagógico porque essas práticas implicam uma teoria do conhecimento, uma epistemologia que molda os processos de ensino-aprendizagem. Político porque toda prática educativa é uma prática a favor de algo e/ou de alguém e se dispõe contra algo e/ou alguém. Como nos dizia Paulo Freire, não há educação neutra, e a própria pretensão à neutralidade é em si mesma uma postura política.

A teoria do conhecimento de Paulo Freire marcou a ruptura do paradigma compensatório e possibilitou uma compreensão da EJA que a caracteriza, politicamente, como campo de direitos e, metodologicamente, como modalidade com especificidade. Paulo Freire ressignificou conceitos, criou categorias e consolidou uma nova visão dessa modalidade, razão pela qual falar em concepção de EJA numa perspectiva emancipatória é falar da epistemologia freiriana.

A proposta freiriana vai além da mecânica de transmissão das técnicas elementares de leitura e escrita comuns nas práticas tradicionais ou bancárias,

como Paulo Freire as denominava. Ela incorpora categorias que ficaram conhecidas a partir do processo de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire na década de 1960. Vejamos algumas dessas concepções presentes na proposta freiriana:

Círculo de Cultura – Os Círculos de Cultura pressupõem que o(a) educador(a) e o(a) educando(a) reflitam sobre o objeto investigado, a realidade, o contexto, mobilizados por uma questão geradora de debate, carregada de conteúdo do universo cultural do(a) educando(a). Não se trata, apenas, de uma forma de organização espacial da sala. Mas não basta mudar a posição das carteiras. É preciso mudar a concepção de aula. Os Círculos de Cultura reconhecem a centralidade da cultura no processo educativo, a construção coletiva do conhecimento, evidenciando o sujeito a partir do seu contexto cultural, entendendo que se aprende ao ensinar, e ensina-se ao aprender.

> Em lugar de escola, que nos parece um conceito, entre nós, demasiado carregado de passividade, em face de nossa própria formação (mesmo quando se lhe dá o atributo de ativa), contradizendo a dinâmica fase de transição, lançamos o *Círculo de Cultura*. Em lugar do professor, com tradições fortemente "doadoras", o *Coordenador de Debates*. Em lugar de aula discursiva, o *diálogo*. Em lugar de aluno, com tradições passivas, o *participante de grupo*. Em lugar dos "pontos" e de programas alienados, *programação compacta*, "reduzida" e "codificada" em unidades de aprendizado (FREIRE, 2013b, p. 135) grifos do autor

Concepção de professor – A figura do(a) professor(a), na visão tradicionalista, é a de quem tem o papel privilegiado de detentor do saber. Para Paulo Freire, é aquele que tem o papel de coordenar e problematizar as discussões, por isso nos Círculos de Cultura coordenados por Paulo Freire, o professor era denominado **Animador de debates**. Cabia a ele ou ela conhecer o universo vocabular dos(as) educandos(as), o saber traduzido em sua oralidade, partindo sempre de sua bagagem cultural repleta de conhecimentos vividos, que se manifestam em suas histórias de vida, em seus causos. Freire também usou o termo educador(a), em lugar de professor(a).

Concepção de aluno – O sujeito do processo educativo, que deve ter participação ativa na própria aprendizagem, foi denominado por Paulo Freire de **educando(a)**. O gerúndio marca a ação em movimento, ou seja, o sujeito que se educa permanentemente em contato com o objeto do conhecimento e na relação com seus pares e com o(a)

educador(a). A proposta freiriana coloca o(a) educando(a) na posição de investigador(a). É a partir da curiosidade epistemológica que o move, que ele(ela) vai descobrindo aquilo que lhe era velado. É por meio das discussões, da problematização da realidade, que o(a) educando(a) vai avançando na sua própria aprendizagem.

Concepção de conhecimento – A concepção freiriana procura explicitar que não há conhecimento pronto e acabado. Ele está sempre em construção. Aprendemos ao longo da vida e a partir das experiências anteriores, o que faz cair por terra a tese de que alguém está totalmente pronto para ensinar e alguém está totalmente pronto para receber esse conhecimento, como uma transferência bancária. A alfabetização na concepção emancipatória é o processo de incorporação do código escrito às práticas cotidianas, permitindo que a pessoa que se apropria deste código possa ampliá-lo constantemente e utilizá-lo em favor de seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

3. Procedimentos metodológicos

Temos observado no Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) uma série de práticas que conseguiram avançar na perspectiva da aprendizagem significativa e da transformação social. Destaca-se, nestas práticas, a opção por procedimentos metodológicos que contemplam, entre outras coisas:

A pesquisa sociológica – Trata-se da Leitura do Mundo como instrumento de análise crítica da realidade. Incorpora a investigação do universo vocabular e os modos de vida na localidade (estudo da realidade).

A tematização – Tematizar é transformar o observado em temas, para que se possa estudar, minuciosamente, seus componentes.

A problematização – É a busca de superação da primeira visão ingênua por uma visão crítica, que objetiva transformar o contexto vivido.

Após Leitura do Mundo, educandos(as) promovem a Festa Junina da Direc 6 - Ilhéus, na turma Cheiro Bão, na 4ª etapa do Programa TOPA, em 10 de junho de 2011

A intervenção local – A Leitura do Mundo ajuda a identificar os problemas e as potencialidades – educacionais, sociais, culturais, ambientais, econômicos, políticos etc. – presentes na comunidade, com o objetivo de observar elementos que até então estavam velados. Ela possibilita promover a transformação, a mudança necessária para a solução do problema e para o aproveitamento das potencialidades existentes na comunidade, porventura ainda não identificadas e, nem sequer, conhecidas. A transformação nem sempre se dá de imediato. Ela é processual e aumenta à medida que a realidade vai sendo desvelada. Nesse movimento, a participação da comunidade escolar e extraescolar é fundamental para garantir múltiplos olhares e diferentes formas de intervir na realidade. De acordo com Freire (2013c, p. 42-43),

> Se antes a alfabetização de adultos era tratada e realizada de forma autoritária, centrada na compreensão mágica da palavra, palavra doada pelo educador aos analfabetos; se antes os textos geralmente oferecidos como leitura aos alunos escondiam muito mais do que desvelavam a realidade, agora, pelo contrário, a

> alfabetização como ato de conhecimento, como ato criador e como ato político é um esforço de leitura do mundo e da palavra.

Estes procedimentos metodológicos alinhados à concepção emancipatória de EJA resultam numa ação alfabetizadora capaz de promover a inclusão social daqueles e daquelas que dela fazem parte, além da prática da democracia, do diálogo e da crítica.

4. Conceito de evasão na Educação Popular de Jovens, Adultos e Idosos

A evasão é um fenômeno histórico que impacta sensivelmente qualquer programa de alfabetização. Para além de culpabilizar a pessoa do educando, ao longo das 7 etapas, o TOPA se viu desafiado a, na sua práxis político-pedagógica, construir caminhos alternativos de enfrentamento dessa questão à luz de referencialidades anteriores ao Programa construídos na perspectiva da Educação Popular de jovens, adultos e idosos.

A reflexão sobre os fundamentos teórico-metodológicos da Educação de jovens, adultos e idosos no Brasil exige que se faça uma análise para além da abordagem metodológica. A forma como a EJA foi sendo estruturada ao longo da história, a composição do público, formado por pessoas com tempo e estímulos reduzidos, a instabilidade na oferta e o pouco prestígio social desta modalidade, dentre outras coisas, contribuem para criar um clima que impacta na aprendizagem e na frequência dos(as) educandos(as).

É fato que um dos grandes problemas que EJA enfrenta é a evasão, que ocorre quando um(a) estudante deixa de frequentar as aulas após ter frequentado parte do período letivo. Em tese, a evasão começa a partir do momento em que o(a) educando(a) para de comparecer às aulas. No entanto, a evasão é um processo que se inicia muito antes de ele(a) abandonar o curso.

A decisão de retomar os estudos, ou até mesmo de iniciá-lo na idade adulta, exige que o(a) aprendiz mude sua rotina,

replaneje sua vida, reestruture seus horários, enfim, faça mudanças substantivas no seu cotidiano. No entanto, dadas as condições de vida desse público, são frequentes problemas que inviabilizam o planejado. Antes de tomar a quase sempre difícil decisão de parar os estudos, o(a) educando(a) já lançou mão de diversas alternativas, por isso é correto afirmar que a evasão, na verdade, caracteriza-se por um longo processo que se arrasta ao limite da exaustão e acarreta o abandono das salas de aula.

Na Educação de Jovens e Adultos, o perfil predominante é de estudantes trabalhadores, e os motivos que os levam a desistir das aulas são, quase sempre, de ordem econômica. As demandas do mundo do trabalho tornam-se prioritárias e inviabilizam outros projetos como educação, qualidade de vida, lazer etc.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) prevê, em seu artigo 427, alguns benefícios para o(a) jovem trabalhador(a). No entanto, na relação com o empregador, o(a) estudante trabalhador(a) não tem condições de negociação e se vê obrigado a ceder à pressão que lhe é imposta, sob pena de demissão.

Todas essas questões são consideradas antes da decisão de parar de estudar, portanto, a afirmação de que a evasão na EJA acontece porque os(as) estudantes não têm interesse em aprender, não tem fundamento.

Não se pode deixar de reconhecer que a metodologia adotada pelo(a) educador(a) tem um peso importante na decisão de interromper os estudos. Aulas monótonas, em que o(a) estudante passa parte do tempo repetindo, em voz alta, a ladainha do(a) educador(a) e outra parte copiando o ponto da lousa geram desmotivação. Segundo Paulo Freire (1993, p. 37):

> Se educar, para nós, não fosse sempre um fardo, se ler não fosse uma obrigação amarga a cumprir, se, pelo contrário, estudar e ler fossem fontes de alegria e de prazer, de que resulta também o indispensável conhecimento com que nos movemos melhor no mundo, teríamos índices melhor reveladores da qualidade da nossa educação.

Pensar e repensar a prática, tornando-a cada vez mais instigadora, menos repetitiva e enfadonha torna-se, portanto, uma exigência para os(as) educadores(as).

Outra questão muito comum, quando se trata de Educação de Jovens e Adultos, é a questão do controle de frequência dos(as) alunos(as). Ainda hoje, os cursos oferecidos, em geral, não respeitam o contexto de vida dos(as) educandos(as) jovens e adultos. O agricultor, o artesão, o catador de castanha, o quebrador de coco, o pescador marinho, o pescador ribeirinho, o catador de materiais recicláveis, enfim, seja na zona

rural ou na zona urbana, cada grupo de trabalhadores possui uma rotina e, se esta não for considerada, invariavelmente, acarretará numa frequência insatisfatória nas turmas da EJA. Numa **perspectiva emancipadora**, a realidade em que o educando está inserido deve ser considerada, respeitada e faz parte das definições, dos ajustes e das flexibilizações curriculares. Neste sentido, o currículo do curso ajusta-se aos tempos dos alunos, e não o contrário.

Pode-se afirmar que essa desconexão com a vida dos alunos pode gerar baixa frequência e ser forte anúncio de evasão. Muitas vezes, mesmo tendo o desejo de continuar, os(as) educandos(as) se constrangem com as muitas faltas e decidem parar de vez.

Nessa mesma linha, observa-se a existência de outro fenômeno: o da frequência flutuante. Ela ocorre quando estudantes deixam de frequentar as aulas por um período mais longo por ocasião de eventos sazonais, como colheitas diversas, corte de cana e até mudança de turnos no trabalho.

Neste sentido, quando se lida com essa modalidade, a palavra-chave é flexibilização. Para um público com condições de vida e de trabalho tão diversos, não faz sentido manter condições de participação tão herméticas. Há que se flexibilizar o horário, as

Acervo IPF

Educandos(as) construindo coletivamente o conhecimento durante Círculo de Cultura em turma localizada em uma comunidade do MST - Direc 21 - Irecê, 6ª etapa

diferentes formas e possibilidades de reposição de ausências e de conteúdos e, principalmente, repensar as formas como estes estudantes estão sendo avaliados. Em muitos casos, a avaliação é tão assustadora que as ausências ocorrem justamente nos dias em que ela acontece.

Todas estas questões contribuem para compreensão da evasão na EJA. Levando em conta todos estes fatores, pode-se afirmar que o que existe, na verdade, é um processo de expulsão do(a) educando(a), que se inicia na infância e o(a) acompanha até a vida adulta. Enquanto uma parcela da população tem a sua trajetória escolar garantida, as crianças das classes populares enfrentam, desde cedo, toda a sorte de dificuldades. Sobre isso, Freire (2001a, p.35-50) diz,

> Gostaria de recusar o conceito de evasão. As crianças populares brasileiras são expulsas da escola – não, obviamente, porque esta ou aquela professora, por uma questão de pura antipatia pessoal, expulse estes ou aqueles alunos ou os aprove. É a estrutura mesma da sociedade que cria uma série de impasses e de dificuldades, uns em solidariedade com os outros, de que resultam obstáculos enormes para as crianças populares não só chegarem à escola, mas também, quando chegam, nela ficarem e nela fazerem o percurso a que têm direito.

É preciso que a evasão na EJA seja entendida como parte constitutiva da realidade. Não podemos naturalizá-la. É preciso enfrentá-la de forma que ela não continue se tornando um impeditivo para a permanência do(a) educando(a).

O Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), desde a sua origem, tem refletido sobre estas questões e buscado se estruturar de forma a garantir o acesso e a permanência dos(as) alfabetizandos(as) que nele se inscrevem. Um exemplo dessa preocupação é que uma das experiências premiadas na 2ª edição do **Prêmio Cosme de Farias**[1]**,** 2010, na categoria Alfabetizador, foi de Iracy dos Santos Silva, que fez um trabalho na comunidade de Jiribatuba, no município de Vera Cruz, para reduzir a evasão de seus alunos. A educadora propôs dar aulas nas residências para facilitar o acesso, já que alguns educandos(as) são pescadores, marisqueiras, catadores de piaçavas e extrativistas, um trabalho árduo que os deixam sem condições de percorrer longas distâncias até a escola.

1 O Prêmio Cosme de Farias reconhece experiências e ações dos municípios e entidades parceiras do Governo que se destacaram na redução dos índices de analfabetismo. Foi criado em 2007 e faz uma homenagem a Cosme de Farias, reconhecido por lutar em causas populares, sobretudo no combate ao analfabetismo.

Arquivo TOPA

Márcio Araújo de Almeida, vencedor da segunda edição do Prêmio Cosme de Farias, na categoria tradutor-intérprete de Libras, com a supervisora local Valdeci Mamona Passos, na cerimônia de formatura da 3ª etapa do Programa TOPA, na Assembleia Legislativa, no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em 10 de dezembro de 2010

5. Relação teoria e prática

É comum ouvir relatos de educadores, em momentos de formação, que dizem não querer saber de teorias e sim de atividades práticas, como se fosse possível dicotomizá-las. Toda prática tem uma teoria que a sustenta e, na maioria das vezes, essa teoria é revelada pela abordagem metodológica do(a) educador(a) e pela produção dos(as) educandos(as). Ao analisar produções de alfabetizandos(as) do TOPA, é possível constatar a valorização de seus saberes, o que revela uma opção por uma teoria de conhecimento pautada nos princípios da Educação Popular.

Como exemplo, destacamos o cordel elaborado pelo alfabetizando **Denilson Menezes Gomes**, popularmente conhecido como Tito, que fez parte da Turma do TOPA na Associação Comunitária do Loteamento Vila Esperança (ALCOVIES) em Irecê, Direc 21.

Ele é autor do cordel intitulado “Topa é”.

TOPA É...

Topa é: Todos pela alfabetização
Topa é: Trazendo oportunidade
para analfabetos
Topa é: Trabalho, ordem,
progresso, aprendizado, etc.

Depois destes significados
agora eu vou me expressar
sobre a importância do Topa
dentro do meu lar.

Vivia eu adormecido
sem nada estudar
foi aí que apareceu
um anjo pra me ajudar
fazendo-me um convite
pra do Topa participar.

A princípio resisti
em nada eu queria concordar
mas depois de muita insistência
resolvi me matricular

Poucos dias depois
das aulas comecei a participar
Dona Edna, com esforço
conseguiu agendar
a presença de dois
escritores de cordel
pra minha sorte, eu estava lá.

Veio o primeiro escritor
para seu trabalho apresentar
muitos risos e muitos aplausos
estava gostoso aquele lugar.

Terminada a apresentação
a pró e a presidente
começaram a conversar
sugeriram que os alunos
fizessem um cordel
pra na próxima semana apresentar
o assunto era casamento aí
não tive trabalho pra criar.

Uma semana depois
veio outro escritor
com seus livros muito lindos
também se apresentou
arrancou risos e aplausos
de todos que presenciou.

No final fui convidado
pra o meu trabalho apresentar
me bateu uma tremedeira
que eu quase não consigo falar
no final me apresentei
e a surpresa foi grande
naquele lugar.

De pé fui aplaudido
por todos que estavam lá
sorrisos lágrimas e gritos
eu ouvi e vi o povo expressar.

Até mesmo o escritor
se alevantou pra me abraçar
ouvi dele muitos elogios
isto serviu pra me incentivar.

Depois de tudo isso
muitas coisas boas vieram
me proporcionar
várias apresentações
nos mais diversos lugares.

Foi uma emoção muito grande
que eu nem sei explicar.

Já nas primeiras semanas
começamos a trabalhar
em uma roda de leitura
a pró fez todos, participar.

Para mim era algo inédito
eu nem sabia como começar
mas com a ajuda da pró
Maria de Fátima
comecei a desenrolar.

Também tivemos a ajuda
de outra pessoa que eu não
poderia deixar de citar
é a presidente da associação
que em tudo veio nos ajudar
o nome dela é Edna Lucia
este nome vocês têm que guardar.

Através desta mulher
foi que eu vim despertar
sobre leitura de cordel
algo que eu nunca tinha
parado pra escutar.

Até mesmo uma grande viagem
eu também ganhei
fui pra Salvador com tudo pago
confesso que foi o melhor presente
que de alguém já ganhei
Recebi meu certificado
Por o tempo que estudei,
Também uma coleção de livros
E todos já estudei.

Uma camisa do Topa
Como troféu eu guardarei
Pra relembrar todos
esses momentos
Que através do Topa eu passei.

Topa é: Todos olhando pro amanhã
Topa é: Tito hoje pensa assim.

Autor: **Denilson Menezes Gomes,**
Popular TITO – Alcovies – Irecê,
professora Maria de Fátima Vieira.

Uma das primeiras questões a se analisar nessa atividade é o seu caráter desafiador. O próprio educando vai narrando como se envolveu na produção do cordel. Ele fala sobre o que acontece com a maioria dos adultos não alfabetizados que, num dado momento, são motivados por algum colega a voltar a estudar.

A atividade de roda de leitura desenvolvida pela educadora **Maria de Fátima** e a apresentação de escritores e cordelistas possibilitaram ao educando tomar conhecimento deste gênero literário. O trabalho em parceria com a presidente da associação, **Sra. Edna Lucia**, mostra quão importante é a participação de todos os segmentos ligados ao processo de alfabetização.

Quanto ao educando, a sua motivação para escrever partiu do que lhe era conhecido: o seu curso de alfabetização. Ao iniciar o cordel, apresentando três definições para a sigla TOPA, ele revela a noção de pertencimento ao Programa que lhe possibilita essa experiência que está transformando sua vida. É possível perceber a elevação da autoestima e uma autoimagem positiva do educando, pela valorização de seus saberes.

A abordagem metodológica garantiu, nesta atividade, a ampliação dos conhecimentos existentes e a construção de novos saberes.

6. O TOPA e a Educação Popular

Se considerarmos que a educação emancipadora constrói sujeitos críticos, é preciso assegurar esse direito a todos e a todas. Seria muito ingênuo de nossa parte adotar o termo "educação" de forma genérica, sem nos posicionar a favor de quem, contra quem. Optamos pela educação que oprime ou pela que liberta. Como dizia Paulo Freire (FREIRE, 2013d, p.100),

> não posso ser professor se não percebo cada vez melhor que, por não poder ser neutra, minha prática exige de mim uma definição. Uma tomada de posição. Decisão. Ruptura. Exige de mim que escolha entre isto e aquilo. Não posso ser professor a favor de quem quer que seja

> e a favor de não importa o quê. Não posso ser professor a favor simplesmente do Homem ou da Humanidade, frase de uma vaguidade demasiado contrastante com a concretude da prática educativa. Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou de esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra a dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais.

O Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) optou por uma concepção de educação popular.

Paulo Freire, em entrevista a Rosa Maria Torres em 1987, expõe sua visão a respeito deste tema, superando a confusão frequente que trata Educação Popular como sinônimo de Educação de Jovens e Adultos. Para ele "a educação popular se delineia como um esforço no sentido da mobilização e da organização das classes populares com vista à criação de um poder popular". Portanto, necessariamente, não está diretamente ligada à EJA. A Educação Popular não depende da idade do educando, e Paulo Freire prossegue, dizendo: "o que marca, o que define a educação popular, não é a idade dos educandos, mas a opção política, a prática política entendida e assumida na prática educativa" (TORRES, 1987, p. 86-87).

Paulo Freire entende Educação Popular como cultura e como processo de mobilização social com vistas à criação de um poder popular. O espaço público será sempre um espaço de disputa de hegemonia, de disputa de projetos de Sociedade.

A prática democrática do Estado não é ainda majoritária na nossa sociedade, apesar de reconhecidos avanços. Trata-se de fortalecer as formas de controle do Estado, estimulando organizações civis, organizando a participação direta da população na definição de políticas públicas, incentivando as organizações populares a opinarem e fiscalizarem os atos do governo. A saída está numa teoria radicalmente democrática do Estado, como aponta o Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, da Presidenta Dilma Rousseff, que instituiu a *Política Nacional de Participação Social* e o *Sistema Nacional de Participação Social*.

A disputa central da democracia brasileira hoje está se dando no campo da participação social. E não se trata de novidade, já que a democracia participativa está no primeiro artigo da Constituição de 1988. Trata-se de um processo de qualificação da nossa democracia diante de uma democracia formal que proclama direitos que não os atente. Ampliar a cidadania é um dever de uma sociedade que quer avançar.

Vivência de Leitura do Mundo em sala de aula: representação da comunidade em maquete desenvolvida pelos educandos(as) da Direc 22 - Ibotirama, 6ª etapa

Na experiência de Paulo Freire em Angicos, em 1963, a palavra "conscientização" foi traduzida nos relatórios de avaliação dos alfabetizandos como sinônimo de "politização". Alfabetizar não era meramente decifrar códigos, era preciso "conscientizar". Para Paulo Freire, a conscientização precede a alfabetização.

O pensamento pedagógico de Paulo Freire e a sua proposta de alfabetização de adultos inspiraram os principais programas de alfabetização que vieram depois. Entre eles podemos colocar o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA). A alfabetização e a educação de adultos deveriam partir sempre do exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação da origem de seus problemas e das possibilidades de superá-los.

No final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a Educação Popular, como todo processo histórico, passava por uma refundação. Com a redemocratização da América Latina, emergiram experiências de Educação Popular em muitos setores, como: saúde, trabalho, assistência social, terra, moradia, gênero, religião etc. Assim, no Brasil, muitos projetos foram retomados, inclusive o pôr fim ao analfabetismo adulto. Novos temas foram incorporados: o diálogo de saberes, os conceitos de sociedade civil, gênero, questão ambiental, a valorização da subjetividade etc., distanciando-se de uma leitura reprodutivista da educação. A Educação Popular começa a ser entendida como política pública e o TOPA, uma iniciativa de governo, se apresenta como importante expressão desse processo.

Dadas as especificidades da alfabetização de jovens, adultos e idosos, ela não pode ser pensada apenas na lógica tradicional da educação escolar. Há que se pensar a educação de jovens, adultos e idosos no contexto da Educação Popular, feita com o(a) educando(a) e não somente para ele, como uma doação, um favor, uma reparação do tempo perdido. Esse "fazer com" pressupõe a necessidade de ouvir o que este público quer e precisa para sua formação. Muito se avançaria na EJA se as políticas educacionais partissem da escuta a esse público tão diverso, com tantas necessidades educacionais diferenciadas. Um dos desafios que poderiam reverter-se em possibilidades diz respeito ao **tempo e espaço de aprendizagens**.

O tempo na EJA não pode correr no sentido anti-horário da perda, da reposição de conteúdos perdidos. Este(a) adulto(a), que muitas vezes se considera culpado(a) por não ter conseguido levar adiante sua escolaridade, chega às salas de aula da EJA com muita ansiedade. Para alguns, a volta aos estudos acalenta uma esperança promissora de um emprego melhor. Para outros, é o desejo de saber mais para ensinar os filhos na escola, ou mesmo para ter autonomia na escrita de uma correspondência, na leitura de um texto bíblico, na capacidade de deslocar-se autonomamente pela cidade e até para compreender e lidar com as novas tecnologias. Mas há inúmeros casos de pessoas que buscam mais do que a aprendizagem formal. Elas buscam um espaço de sociabilidade. Buscam, muitas vezes, driblar a solidão, serem vistas, ouvidas, sentirem-se vivas.

Essa imensa diversidade presente na EJA exige que não haja modelos únicos e sim híbridos. Desta forma, tempo e espaço precisam garantir não só o acesso à EJA, mas, acima de tudo, sua relevância e significado.

Sala de aula da alfabetizadora Angela Maria, na 7ª etapa

Ronaldo Silva/ GOVBA

A importância do TOPA para a construção de uma Política de Educação de jovens, adultos e idosos para a Bahia

A Professora Doutora Rita Oliveira, Coordenadora de Educação de Jovens e Adultos da SEC/BA, destaca a importância do Programa:

Penso que o TOPA tem uma contribuição singular. É um programa que visa alfabetizar justamente os jovens e trabalhadores adultos que historicamente foram afastados do processo de escolarização. Pensar em um programa capaz de atender um grande número de baianos nessa condição é algo fundamental. O TOPA tem contribuído muito, principalmente pela concepção de alfabetização. É uma concepção que visa a formação de sujeitos críticos inseridos em seu contexto. [...] Compreendemos que é um programa muito importante para pensar a política da educação de jovens, adultos e idosos na Bahia, e esse programa é parte dessa política. É importante para pensar o processo inicial de escolarização e alfabetização de jovens e adultos. [...] O TOPA nos traz um diferencial na medida em que consegue realizar a alfabetização em larga escala e com qualidade. Assegurando essa alfabetização em larga escala por todo o território baiano, o que torna essa proposta ousada, pois ter 1 milhão de alfabetizandos nesse processo é algo ousado, primando sempre pela qualidade dessa alfabetização, penso que esse é um dos grandes ganhos do programa TOPA. Pensar nessa alfabetização considerando essa concepção séria de alfabetização de jovens e adultos, a formação desses sujeitos críticos que possam servir ao território baiano, dentro das entidades e espaços onde estão localizados, contribuindo para que eles sintam o desejo de continuar estudando, acho que este é um dos grandes objetivos já alcançados pelo TOPA. Um ponto importante é a apresentação de grandes números em termos de cobertura territorial, o TOPA conseguiu avançar em números na Bahia, mas não falo somente de números, mas da qualidade da alfabetização, que prima pela formação crítica desses sujeitos. Então, penso que esse é um dos méritos do TOPA na Bahia hoje. (OLIVEIRA, 2014, p. 1)

O mais importante, no entanto, quando se pensa em tempo e espaço de aprendizagem, é o reconhecimento de que se aprende em todo lugar e a todo tempo. O espaço escolar, nesse sentido, é apenas um dos vários ambientes de aprendizagem e é nele que se inscrevem os sonhos, os desejos, as utopias, as aspirações dos diferentes sujeitos que ali convivem.

Dessa forma, um dos maiores desafios da EJA é consolidá-la como parte da Política Nacional de Educação Popular, garantindo-lhe maior institucionalidade no tocante à financiamento e execução, mas garantindo os princípios e diretrizes da Educação Popular no que diz respeito à metodologia e à flexibilização do tempo e do espaço de aprendizagem.

Das muitas avaliações já realizadas do Programa TOPA, destacamos a realizada no **V Encontro Estadual Escuta Aberta do TOPA**. Esta ação aconteceu em outubro de 2013 e reuniu representantes dos movimentos sociais e sindicais que aderiram à sexta etapa do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), com o objetivo de avaliar, coletivamente, as ações da sexta etapa, e socializar o processo de adesão à sétima etapa, em 2014. Segundo os participantes do Encontro, o Programa alcançou o objetivo de suprir as necessidades educacionais básicas da população e trouxe mudanças significativas para o quadro social do estado da Bahia.

O TOPA, o maior programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos em andamento no País, segue em seu desafio de continuar o seu processo de alfabetização, inclusão social e emancipação, contribuindo com a conquista do direito dos cidadãos e cidadãs baianos/as a uma educação pública de qualidade ao longo da vida.

V Encontro Estadual Escuta Aberta do TOPA, realizado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia com os representantes dos Movimentos Sociais e Sindicais. Na mesa, da esq. para a dir., Ângela Antunes, Moacir Gadotti, Osvaldo Barreto, Francisca Elenir Alves e Edgard Larry

Adenilson Nunes/ GOVBA

Suami Dias/ ASCOM/SEC

3 Gestão político-administrativa

Além dos aspectos político-pedagógicos vinculados à alfabetização de jovens, adultos e idosos, de fato, não são pequenos os desafios relacionados à gestão político-administrativa de programas voltados a esse público.

Em cumprimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN nº 9394/96, que determina, entre outros direitos, a oferta de educação ao público jovem, adulto e idoso que não teve acesso aos estudos na denominada idade certa, o Governo Federal sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei n°. 13.005, de 25 de junho de 2014, que estabeleceu como primeira diretriz a "erradicação do analfabetismo[1]". Para a garantia desta diretriz, foi incluída a meta n° 9, que estabelece "elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional".

No entanto, apenas leis não asseguram o acesso pleno ao direito à educação. Como escreveu o poeta Carlos Drummond de Andrade, "As leis não bastam. Os lírios não nascem da Lei".

1 Observamos que o termo "erradicação do analfabetismo" não é o mais adequado, pois erradicar é cortar o mal pela raiz e, longe de ser uma chaga ou uma doença, o analfabetismo é um problema sociocultural de nossa sociedade, a ser enfrentado como tal por todos, que não se constitui, portanto, em enfermidade natural. Seria mais correto, portanto, falarmos em "eliminação ou superação do analfabetismo".

São também necessárias ações concretas, materializadas por meio de planos, programas e políticas públicas que deem resposta ao que fixa a lei. Esses, por sua vez, dependem da força política, das diretrizes educacionais e da previsão orçamentária e, cada vez mais, de articulações intersetoriais, intersecretariais e interministeriais – na verdade, em todos os níveis da administração pública, além da parceria entre Estado e sociedade civil. Nessa direção, o político, o pedagógico e o administrativo/financeiro não estão dissociados e devem funcionar articulada e organicamente.

Muitas iniciativas de alfabetização de jovens, adultos e idosos ocorreram no Brasil; algumas delas de caráter mais conservador e outras com uma perspectiva mais progressista e libertadora. A grande questão é que todas elas apresentaram e ainda apresentam dificuldade de alinhar as dimensões política, pedagógica e administrativa. O que se vai debater a seguir é, justamente, como a experiência do TOPA pode contribuir nessa direção. Mas, antes disso, é preciso compreender o TOPA em um contexto mais amplo e, inclusive, na relação que estabelece com outros programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, já existentes no estado da Bahia e em todo o país. Isso aponta para novas formas de institucionalidade, que servem como incentivo na busca de gestões interorganizacionais que, na atualidade, e especialmente no TOPA, são experimentadas.

A partir de 2003, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação (MEC), criou o **Programa Brasil Alfabetizado** (PBA). O Programa pretendia ser "uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade".[2] A sua concepção reconhece a educação como direito humano, e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida.

Os principais objetivos do Programa Brasil Alfabetizado são:

2 Portal Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817> Acesso em 2 ago. 2014

I - contribuir para superar o analfabetismo no Brasil;

II - contribuir para a universalização da alfabetização e do ensino fundamental de jovens, adultos e idosos; e

III - contribuir para a progressiva continuidade dos estudos em níveis mais elevados, promovendo o acesso à educação como direito de todos, em qualquer momento da vida, por meio da responsabilidade solidária entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios.

O orçamento para a execução do Programa Brasil Alfabetizado é garantido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e a alocação dos recursos é baseada em pesquisas realizadas pelo IBGE, priorizando iniciativas que busquem beneficiar regiões com os maiores índices de analfabetismo.

Ao longo dos onze anos do PBA, municípios e estados receberam o apoio técnico e financeiro para a implementação das ações do programa, visando a garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizandos.

A cada ano, o FNDE publica uma resolução, a qual estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, e para o pagamento de bolsas aos voluntários que atuam no Programa.

A resolução estabelece ainda que o valor de apoio do FNDE, repassado aos Entes Executores, poderá ser destinado ao custeio das seguintes ações:

I - etapas inicial e continuada da formação de alfabetizadores, tradutores-intérpretes de Libras e alfabetizadores-coordenadores de turmas;

II - aquisição de material escolar;

III - aquisição de material para o alfabetizador;

IV - aquisição de gêneros alimentícios destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades da alimentação escolar dos alfabetizandos;

V - transporte para os alfabetizandos;

VI - aquisição ou reprodução de materiais pedagógicos e literários, para uso nas turmas, e;

VII - reprodução dos testes cognitivos a serem aplicados aos alfabetizandos.

Esta resolução regulamenta também as responsabilidades de cada agente do Programa. Por exemplo, a **Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão** (SECADI/MEC) que, entre outras funções, deve fazer o acompanhamento da execução do PBA, além de comunicar ao FNDE/MEC quaisquer anormalidades que possam vir a ocorrer durante o cumprimento desta resolução. Ao FNDE cabe, entre outros compromissos, assegurar e coordenar um sistema de monitoramento da execução, bem como realizar auditorias para pronta resposta a denúncias circunstanciadas. Ao Ente Executor (EEx), ou seja, estados, Distrito Federal e municípios, a resolução do FNDE estabelece, entre outras obrigações, as responsabilidades de localizar, identificar, mobilizar e cadastrar jovens, adultos e idosos não alfabetizados para ingresso em turmas de alfabetização do PBA. A resolução define ainda que o Ente Executor deve garantir que os voluntários alfabetizadores, alfabetizadores-coordenadores de turmas e os tradutores-intérpretes de Libras participem efetivamente das etapas inicial e continuada da formação.

Para a adesão ao Programa, os Entes Executores interessados em realizar ações de alfabetização no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado devem apresentar ao MEC, além do "Termo de Adesão", um Plano Plurianual de Alfabetização (Ppalfa), em que devem estar indicadas as ações pedagógicas, de gestão e coordenação, o plano de formação inicial e continuada, bem como as metas a serem alcançadas, a abrangência e o período de execução do Programa.

1. Um programa para a Bahia

Em 2006, a taxa de analfabetos da Bahia chegava ao índice alarmante de 18,6%, ou seja, cerca de 2.057.000 pessoas com mais de 15 anos não sabiam ler ou escrever. Quando esses números eram analisados mais profundamente, observava-se que a maioria desses analfabetos estava concentrada nas regiões rurais do estado, chegando a cerca de 31,6%, considerada uma das taxas mais elevadas do Brasil.

Diante desta realidade, a partir de 2007 o Governo do Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, criou o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), que já surge com a meta de alfabetizar um milhão de jovens, adultos e idosos até o final de 2010.

Equipe da Coordenação Financeira, da esq. para a dir, Alessandra Acácio de Oliveira Gomes, Clélia Reis Moreno, Ricardo Buri Caldas, Priscila Sapucaia Nascimento, Daiane Costa de Jesus, Viviane Alcântara Peixoto, Jorge Luiz Lopes, Luiza Ubiratan de Oliveira, Maria Nasaré Soares Matos e Renato Duarte Caraciola, em outubro de 2014

Gladimir Ferreira / TOPA

Alinhado com as políticas nacionais de alfabetização de jovens e adultos, em especial, o PBA o TOPA visa a reduzir o número de analfabetos, promover uma educação de qualidade social e assegurar o ingresso e a permanência da população de jovens, adultos e idosos na escola. Para isso, o TOPA busca garantir as oportunidades necessárias a que jovens e adultos se apropriem da leitura e da escrita e criar condições objetivas para a inclusão social, política, econômica e cultural dessas pessoas.

Este Programa também tem como meta a realização de ações que contribuem para o desenvolvimento social e econômico, articulando o governo e sociedade numa ação política intersetorial para a melhoria das condições de vida da população baiana.

> Falar em elementos novos quando tratamos de um programa de educação de jovens e adultos não é fácil. Na realidade o TOPA está dando continuidade a uma história já existente no campo da educação de jovens e adultos no país e que tem desdobramentos nos Estados e municípios nos quais nós atuamos. […] O TOPA é diferente por ser ofertado aos municípios e não exigir deles essa contrapartida no sentido de que seja implantado naquela cidade e para aquele grupo de pessoas que demandam por essa modalidade de escolarização. Isso é um ponto muito positivo e que o difere de outras iniciativas. O TOPA não pressupõe que uma prefeitura tenha que disponibilizar um montante significativo de recursos ou que a sociedade civil, organizada ou não em entidades, faça esse papel para que o convênio seja firmado naquele município, já acho que esse é um diferencial. É uma proposta que a Secretaria da Educação teve, o tempo inteiro, assim como em outros governos, uma vontade muito grande de que ele fosse implantado em todos os municípios de forma séria. (SALES, 2014, p. 1)

É por isso que podemos afirmar que o Programa TOPA constitui-se numa política de governo organizada para efetivamente atender à histórica demanda de alfabetização no Estado da Bahia, mas com qualidade sociocultural, o que significa, ao mesmo tempo, alfabetizar, formar para o exercício pleno e ativo da cidadania, educar para o trabalho partindo do contexto social dos sujeitos que participam desse processo, respeitando, valorizando os direitos humanos e convivendo com a diversidade social, com as experiências prévias de educandos e educadores. Para alcançar tais objetivos, o TOPA promove e tenta ampliar, em seu processo de construção de execução, a articulação entre diversas áreas e setores do Estado e da sociedade civil, inserindo-se no contexto de ações educacionais associadas a uma visão muito contemporânea de desenvolvimento social e de desenvolvimento local.

Educando da Direc 16 - Jacobina, em clínica de hemodiálise. A alfabetizadora Raquel Deraldina Gomez recebeu o Prêmio Cosme de Farias, na Categoria Educador, em sua 4ª edição, e afirma que a experiência devolve a autoestima dos educandos(as) e ameniza a dor causada pelo tratamento (Trecho de reportagem publicada em 27 de junho de 2013, em <http:// estudantes. educacao.ba.gov.br/>)

Arquivo TOPA

Acervo IPF

Reunião de formação com coordenadores locais e alfabetizadores, realizada na Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), Direc 8 - Eunápolis, em 10 de julho de 2014

O TOPA inscreve-se como programa característico no quadro das "novas institucionalidades", que se volta, além de seus objetivos educativos mais específicos, conforme Silveira (2008, p. 48), "para a viabilização de serviços inovadores para o desenvolvimento territorial, com graus variáveis de intersetorialidade (envolvendo aspectos como trabalho e renda, meio ambiente, infraestrutura, comunicação e informação)". (SILVEIRA, 2004)

Desta forma, este Programa reconhece que a educação é um dos caminhos para garantir ao cidadão seus direitos básicos, cabendo à Secretaria da Educação do Estado da Bahia implementar uma política educacional que articule e agregue outras Secretarias Estaduais, Prefeituras Municipais e Entidades Sociais.

Com a participação de outras **Secretarias Estaduais** nesse processo, o programa TOPA estabelece parcerias fundamentais que complementam o processo de alfabetização e de garantia dos direitos do cidadão, como as articulações realizadas com:

1 – **Tribunal Regional Eleitoral da Bahia**, com o objetivo de informar os cidadãos sobre noções e procedimentos referentes à justiça eleitoral;

O TOPA e o diálogo com as universidades da Bahia

A Professora Angela Gusmão, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), destaca a importância do diálogo entre o TOPA e as unidades formadoras de alfabetizadores:

"Antes nós recebíamos programas já formatados, somente para que colocássemos em prática, e no TOPA fomos chamados para pensar um programa. Assim conseguimos analisar melhor cada situação, pois sabemos que existem diferenças, e essas diferenças precisam ser levadas em consideração. Essa parceria com as universidades regionais, conhecedoras das realidades das regiões onde são inseridas e pensando em um programa capaz de atender demandas diferentes, foi algo bastante significativo" (GUSMÃO, 2014, p. 1)

2 – **Secretaria de Segurança Pública da Bahia,** para o encaminhamento de emissão de carteiras de identidade, para casos de alfabetizandos que ainda não possuam;

3 – **Área de Assistência Social,** para atendimento dos beneficiários do programa Bolsa Família, do Governo Federal, visando ao aumento da escolaridade e à redução do analfabetismo como estratégia para a superação da pobreza;

4 – **Territórios da Cidadania**, procurando a superação da pobreza por intermédio da geração de renda e trabalho em meio rural;

5 – **Agricultura Familiar**, estabelecendo que parte da merenda seja adquirida diretamente dos pequenos produtores;

6 – **Secretaria de Saúde**, através do Programa Saúde em Movimento, que assegura exames de vista, cirurgias e óculos aos alfabetizandos do Programa.

Atendimentos Oftalmológicos realizados				
Ano	Consultas	Óculos	Cirurgia	Municípios
2009	8.500	6.800	2.000	25
2010	7.500	5.800	2.400	58
2011	8.500	6.700	600	87
2012	11.800	8.000	1.150	231
2013	4.300	2.300	880	149
2014	6.300	3.600	400	175
Fonte: SEC/BA, 2014				

O TOPA promove ações intersetoriais, intersecretariais e intermunicipais, criando espaços de diálogo, de encontros e de intercâmbio de experiências, e também de recursos, que envolvem iniciativas decorrentes de uma política que incentiva a participação social, promovendo convergências e intercâmbios com o máximo de atores. Na prática, está na direção do "fazer avançar a democracia desde o local, [o que] significa produzir esse intercâmbio e ampliar a distribuição do poder, com a participação direta dos agentes locais nas questões que lhes dizem respeito". (SILVEIRA, 2008, p. 48)

As parcerias entre as Prefeituras e o Programa TOPA também têm demonstrado um movimento muito importante para a consolidação da política de alfabetização do Estado da Bahia.

Arquivo TOPA

Educandos(as) da Direc 6 - Ilhéus, durante entrega de óculos. Resultado de ação realizada pelo TOPA em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Arataca, na 4ª etapa do Programa

Apesar de o Ministério da Educação possibilitar o conveniamento dos municípios diretamente com o órgão federal, a parceria no âmbito estadual demonstra uma melhor organização dos fluxos. Além de possibilitar aos municípios que eles estejam inseridos em uma rede mais ampla, que troquem experiências e dialoguem com realidades muito próximas das vivenciadas por eles. Outro fator importante nessa forma de organização é a facilidade que o órgão estadual possui de monitorar, acompanhar e oferecer, caso necessário, alguma forma de suporte ao município – o que evidentemente exigiria em âmbito nacional maiores esforços e maiores gastos.

O TOPA me trouxe algo muito importante, porque pude estar em contato com pessoas que revelam e demonstram interesse profundo em aprender. Eu tenho notado durante as aulas o modo como elas se apresentam, a alegria que sentem em poder estar aprendendo, então aquilo ali motiva muito a gente, você vê nas pessoas aquela vontade, aquela ânsia de aprender, com interesse profundo que realmente leva você a ficar emocionado. Alfabetizador **Hamilton Francisco Daltro**, *Município de Guanambi.*

Vemos, pois, o desenrolar de um Programa que contribui com

> a construção, o acompanhamento e o planejamento educativo das ações locais, bem como de seus espaços e tempos, abraçando a diversidade" (…) e para ampliar a articulação e a sinergia entre as diferentes áreas e setores da municipalidade, facilitando encontros e parcerias entre eles. (PADILHA, 2010, p. 11)

Número de prefeituras que estabeleceram parcerias com o TOPA	
Exercício	Adesões Prefeitura
2007/2008	307
2008/2009	355
2009/2010	357
2010/2011	245
2011/2012	206
2012/2013	261
2013/2014	206

Fonte: SEC/BA, 2014

Entidades sociais que estabeleceram parcerias com o TOPA	
Exercício	Adesões Prefeitura
2007/2008	170
2008/2009	441
2009/2010	675
2010/2011	405
2011/2012	488
2012/2013	565
2013/2014	603

Fonte: SEC/BA, 2014

As parcerias com outras Secretarias Estaduais e Prefeituras Municipais foram e ainda são uma importante forma de organização para a viabilização do TOPA, o que evidencia o caráter popular deste Programa. Conforme afirma Paulo Freire, "A democracia demanda estruturas democratizantes e não estruturas inibidoras da presença participativa da sociedade civil no comando da política da república" (2001a, p. 38). Entretanto, é a realização de parcerias com Entidades Sociais que tem evidenciado o caráter democrático deste Programa, garantindo maior aproximação entre o Estado e a sociedade civil.

Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, a educação "será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade". Portanto, ao chamar as entidades sociais para participar desse processo, o TOPA as corresponsabiliza e as integra neste desafio. Quando estabelece tais parcerias, o governo do Estado garante maior participação popular no processo de construção de políticas públicas, o que tem ajudado a fortalecer o movimento social e contribuído para o empoderamento da comunidade. E destacamos que, no contexto do TOPA, o resgate do saber popular, da cultura primeira das pessoas e das comunidades têm qualificado esta

participação processualmente, o que é o mais importante, pois, como nos ensina o educador e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão (2010, p. 125),

> uma das formas mais ativas neste campo das relações solidariamente educativas vividas entre as pessoas está nos pequenos grupos, nas cooperativas, nas organizações não governamentais e em outras associações civis dedicadas a algum tipo de estudo, trabalho social ou qualquer outra forma de participação solidária.

Conforme apontado anteriormente, a maioria das pessoas analfabetas do estado concentram-se na zona rural; o que dificulta a localização e o acesso a essa população. No entanto, tal realidade é minimizada por meio da capilaridade das entidades sociais nos diversos setores da sociedade. Nesse sentido, destacam-se as parcerias com os sindicatos, igrejas, terreiros de religiões de matrizes africanas, associações comunitárias, colônias de pescadores, comunidades quilombolas, ciganas e indígenas, sistema carcerário etc., contribuindo para o fortalecimento de uma rede colaborativa de alfabetização.

Equipe da Assessoria Administrativa, da esq. para dir., Gladimir Araujo Ferreira, Rubianara Santos Simões e Fabiane da Hora Santana, em outubro de 2014

Geraldo Carvalho/ ASCOM/SEC

Mas para que a participação social seja efetiva, é fundamental que o governo reconheça o papel da sociedade civil e do **controle social na gestão de políticas públicas**. Assim, visando a garantir a plena participação social, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, por intermédio do TOPA, convocou os representantes das entidades sociais para reuniões amplas, como os **Encontros Estaduais de Escuta Aberta**. Nesses encontros, o governo garante momentos de diálogo que ajudam a melhorar a gestão da política pública, para que aqueles que estão na ponta apresentem suas demandas, dificuldades e conquistas em relação ao TOPA em cada região.

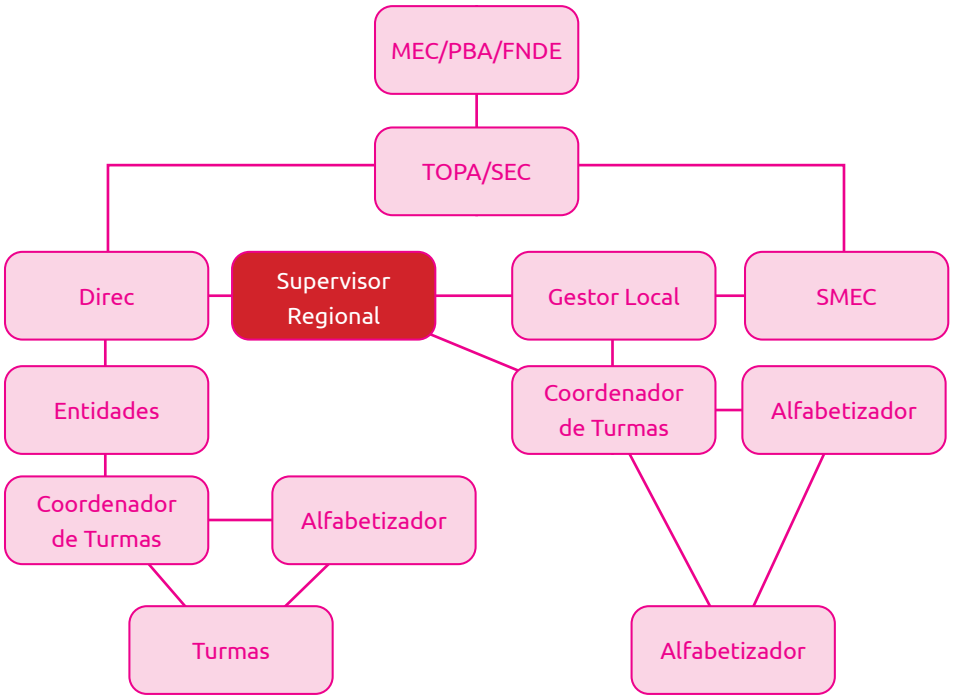
A qualidade da política pública depende, entre outros fatores, da atenção da sociedade para o investimento social que está sendo feito. Por isso, programas como o TOPA tornam-se mais fortes com o envolvimento amplo da sociedade. Somente com o controle social as iniciativas do governo responderão às necessidades da coletividade e ao interesse público, tendo mais chances de alcançarem resultados significativos e eficazes para a melhoria da realidade que se deseja transformar.

Importante destacar ainda que a participação social contribui também para o aumento da **democratização da gestão pública**, por meio do envolvimento de diversos atores-autores da sociedade, cada qual com suas necessidades e interesses específicos.

Tanto para os gestores quanto para as entidades sociais, o aumento da participação social ainda é algo recente, que gera conflito de interesses, de modo que todos estão se adaptando a essa nova forma de governo. Mas, nesse processo democrático, todos aprendem e reconhecem a importância de se dialogar para construir estratégias que respondam às diferentes necessidades identificadas.

Buscando aliar saber popular e saber científico, o TOPA, além das parcerias com as entidades sociais, também firma parcerias com as Universidades baianas, públicas e privadas, para oferecer formação aos alfabetizadores e coordenadores de turmas.

Organograma Operacional do Programa TOPA



2. Estrutura organizacional

Sabendo que os resultados alcançados dependem de um conjunto de ações, de instituições e de pessoas, e atendendo ao disposto na legislação federal e estadual, para a viabilização do Programa TOPA, a SEC/BA organizou uma estrutura administrativa e pedagógica que busca atender os alfabetizandos em todo território do estado.

Para que fosse possível a organização logística das ações do TOPA em cada região, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia garantiu a disponibilização de espaços nas sedes regionais denominadas Diretorias Regionais de Educação (Direcs). As Direcs

> representam a Secretaria na administração regional e recebem apoio da sede, bem como desenvolvem programas que melhoram a ação da Secretaria junto aos municípios

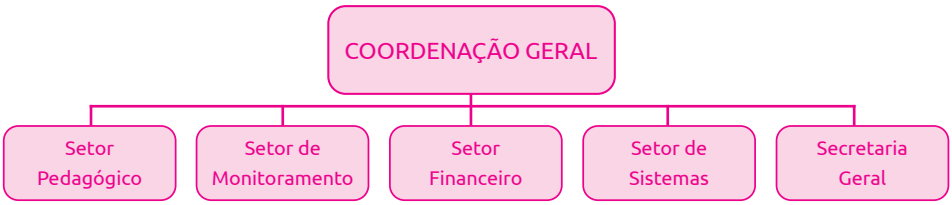
> do Estado e têm por finalidade descentralizar as ações educacionais, socioeducativas e comunitárias, no âmbito do Estado, executando atividades técnico-pedagógicas e administrativo-financeiras.[3]

Atualmente, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia possui 32 Direcs, dotadas de recursos humanos e instalações físicas próprias, possibilitando a execução do Programa TOPA em todas as regiões da Bahia.

Além da estrutura física para o funcionamento das ações, o Programa TOPA conta com uma equipe composta por uma coordenação-geral, quatro subcoordenações: Monitoramento; Financeiro; Sistemas e Pedagógico, uma secretaria-geral, 32 supervisores regionais e pessoal de apoio (digitadores) distribuídos em cada uma das Direcs.

3 Disponível em: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/direc> Acesso em: 20 jun. 2014.

Organograma Geral do Programa TOPA:



Com uma equipe que abrange os setores pedagógico, administrativo e financeiro, o grande desafio enfrentado pela SEC/BA é estabelecer uma sinergia entre os seus recursos humanos, garantindo as especificidades de cada equipe em meio aos fluxos de trabalho que, a todo momento, se interconectam. Cabe à equipe administrativa entender o sentido pedagógico do trabalho que realiza, assim como cabe à equipe pedagógica entender o sentido administrativo do trabalho que realiza.

A essa equipe são somados os bolsistas, ou seja, os coordenadores de turmas, alfabetizadores e tradutores-intérpretes de Libras, que a cada etapa são vinculados ao PBA através de um processo seletivo e passam por formações processuais realizadas pelas universidades públicas e privadas parceiras do Programa.

A equipe da Direc 16 - Jacobina no I Treinamento de Digitadores do Programa TOPA, realizado em novembro de 2013, na cidade de Salvador. Na foto, a coordenadora do sistema da SEC, Maiara Sacramento, Erivelton Oliveira, Maíra Ferreira, Paulo Roberto, Sigismundo Brasileiro e Klébia Márcia

Sara Santos

Quadro geral do número de turmas e bolsistas

Exercício	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014
Turmas	14.408	31.599	49.413	30.449	20.956	19.600	18.509
Alfabetizadores	14.408	26.150	43.443	25.682	17.564	15.048	15.384
Coordenadores	1.064	3.338	6.101	3.830	1.812	2.445	2.081
Tradutores	110	74	151	363	129	15	12

Fonte: SEC/BA, 2014

É responsabilidade das Entidades Parceiras e das Secretarias Municipais de Educação selecionar todos os alfabetizadores e tradutores-intérpretes de Libras que irão atuar no Programa. Para isso, são realizadas chamadas púbicas em jornais locais e/ou afixadas em murais, sempre por meio impresso, visando a tornar o processo de seleção mais amplo e democrático.

A seleção dos alfabetizadores-coordenadores de turmas é de responsabilidade da Coordenação-Geral do Programa TOPA/Setor Pedagógico, cabendo às Entidades Parceiras e das Secretarias Municipais de Educação a divulgação das vagas e a convocação dos candidatos.

Durante o período de inscrição, todos aqueles que concorrem às vagas devem entregar os formulários de recrutamento devidamente preenchidos às Entidades Parceiras e Secretarias Municipais de Educação. E, quando os formulários são analisados, busca-se verificar quais concorrentes estão mais aptos em responder às atribuições previstas na resolução do FNDE:

> Art. 10. A seleção dos voluntários para atuarem como alfabetizadores, alfabetizadores-coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes de Libras deve ser realizada pelos EEx por meio de edital público, obedecendo aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência da administração pública.
>
> § 1º O edital público deve explicitar os pré-requisitos para a seleção, considerando, no mínimo, os

relacionados nos §§ 2º, 3º e 4º deste artigo, e eventuais requisitos adicionais.

§ 2º A seleção dos alfabetizadores deve considerar os seguintes requisitos:

I - ser preferencialmente professor de rede pública de ensino;

II – possuir, no mínimo, certificado de conclusão de nível médio;

III - ser capaz de desempenhar todas as atividades descritas para os alfabetizadores no Manual Operacional do PBA (Anexo I).

§ 3º A seleção dos alfabetizadores-coordenadores de turmas deve considerar os seguintes critérios mínimos:

I - ser preferencialmente professor de rede pública de ensino;

II - possuir formação de nível superior em Educação, já concluída ou em curso, ou formação superior em qualquer curso de graduação;

III - comprovar experiência anterior em educação, preferencialmente, em educação de jovens e adultos;

IV - desenvolver efetivamente todas as ações desempenhadas nas turmas, descritas para os alfabetizadores-coordenadores de turmas no Manual Operacional do PBA (Anexo I).

§ 4º A seleção dos tradutores-intérpretes de Libras deverá considerar os seguintes critérios mínimos:

I - ser preferencialmente servidor de rede pública de ensino;

II - possuir formação de nível médio e certificação obtida por meio do Programa Nacional de Proficiência em Libras (Prolibras) ou graduação em Letras/Libras Bacharelado, ou ainda formação em nível de pós-graduação em Libras em curso autorizado pelo MEC oferecido por instituição de ensino superior devidamente reconhecida;

III - comprovar experiência anterior em educação;

IV - desenvolver efetivamente todas as ações descritas para os tradutores-intérpretes de Libras no Manual

Operacional do PBA (Anexo I).

§ 5º Ao final da seleção dos voluntários, o EEx deverá anexar, no SBA, ofício assinado pelo secretário de Estado da Educação ou prefeito, assim como pelo gestor local, informando detalhadamente como ocorreram as fases da seleção, acompanhado de documento comprobatório da publicação de edital e do resultado da seleção.

§ 6º O cadastro de bolsistas só será liberado no SBA após a inserção do ofício com a comprovação da seleção dos alfabetizadores, alfabetizadores-coordenadores de turmas e dos alfabetizadores tradutores-intérpretes de Libras.

§ 7º O secretário de Estado da Educação, o prefeito ou o gestor local não poderá, sob qualquer pretexto, ser cadastrado como bolsista do Programa em qualquer função, seja como alfabetizador ou alfabetizador-coordenador de turma, seja como tradutor-intérprete de Libras.

§ 8º Os voluntários que, em ciclos anteriores do Programa, tenham sido selecionados por meio de edital público e tenham desempenhado suas atribuições adequadamente, segundo avaliação do EEx, poderão ser dispensados da nova seleção, desde que estejam de acordo com os critérios estabelecidos no edital publicado pelo EEx.

§ 9º É obrigatória a participação dos voluntários nas etapas inicial e continuada da formação, conforme orientações constantes no Manual Operacional do PBA (Anexo I).[4]

As atividades previstas para cada bolsista é apresentada anualmente no caderno com as Orientações para a Adesão ao Programa TOPA. Aos coordenadores de turmas, por exemplo, cabe a mobilização para a formação de no mínimo 6 (seis) e no máximo 9 (nove) turmas. O coordenador deverá acompanhar semanalmente no mínimo três turmas de alfabetização, observando as necessidades de cada turma, eventuais problemas, e supervisionando e registrando as ações relacionadas à distribuição do material escolar e pedagógico, ao registro civil, aos exames oftalmológicos e distribuição de óculos, bem como outras ações que o Programa possa ofertar durante a etapa.

Além das visitas, o coordenador deverá planejar e ministrar a formação continuada dos alfabetizadores, durante as reuniões semanais ou quinzenais.

Ainda faz parte das suas atribuições

4 Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/5142-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-52,-de-11-de-dezembro-de-2013> Acesso em: 20 jun. 2014

o controle e supervisão da frequência dos alfabetizadores e tradutores-intérpretes de Libras nas turmas sob sua coordenação, e encaminhamento das informações ao gestor local e/ou representante legal da Entidade no final do mês.

O documento com as orientações para a Adesão ao Programa TOPA estabelece como atividades dos bolsistas alfabetizadores o próprio processo de alfabetização dos jovens, adultos e idosos cadastrados no Programa, a participação nas atividades formativas das universidades, a formação de uma única turma, garantindo a carga horária, quantidade de alfabetizandos e que ela funcione de acordo com as regras gerais do documento.

Os tradutores-intérpretes de Libras também deverão atuar em apenas uma única turma e participar das reuniões com os coordenadores e formações com as unidades formadoras.

Após o processo de seleção dos alfabetizadores, alfabetizadores-coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes de Libras, cabe às instituições formadoras desenvolverem ações formativas continuadas que garantam a qualidade na atuação dos profissionais contratados. Em cada macrorregião, ocorrem três formações: uma inicial de 24 horas e outras duas processuais continuadas de 16 horas cada, totalizando 56 horas, de modo que haja ações formativas em cada macrorregião durante toda a etapa do Programa.

Quando se trata de encontros centralizados, a oportunidade é utilizada para discutir diretrizes gerais, bem como para estimular o intercâmbio de práticas desenvolvidas nas diferentes regiões. No entanto, quando se trata de encontros macrorregionais, a ênfase é dada em questões mais específicas que respondem aos desafios enfrentados em cada região. De qualquer forma, sempre há a intenção de articular redes solidárias com representantes de diferentes setores da sociedade, para conseguir encaminhar os desafios que surgem em todo o processo de implementação do TOPA.

TOPA, mobilização e diálogo social contra o analfabetismo

Acredito que o TOPA constitui-se em mais uma etapa da luta histórica pelo fim do analfabetismo e isso fica claro quando percebemos que ele, enquanto Programa, desnaturaliza o analfabetismo como sendo apenas mais uma das mazelas (características) da pobreza; traz a voz das pessoas não alfabetizadas, e por conseguinte marginalizadas, para que falem sobre sua condição; assegura que o analfabetismo seja visto como uma questão de Estado, e esse se responsabiliza pela superação dessa condição, mas ao mesmo tempo traz as pessoas do local para a discussão e reflexão dos caminhos a serem seguidos nessa trajetória; junta as Direcs, prefeituras e entidades civis para pensar, organizar e operacionalizar essa força tarefa, que, aliás, a meu ver, constitui-se numa marca histórica definitiva para juntar sociedade civil e sociedade política; estabelece o diálogo direto com os atores sociais por meio da escuta aberta com representantes das Direcs, Prefeituras e entidades civis, coordenadores de turma e Instituição Formadora.

Professora Doutora Alba Lúcia Gonçalves, coordenadora-geral do TOPA na Universidade Estadual de Santa Cruz de Ilhéus/ BA.

As instituições formadoras são as universidades públicas e privadas que estabelecem parcerias estratégicas com a SEC/BA e contratadas após seleção pública que ocorre por meio de edital. A cada etapa do Programa, de acordo com as demandas identificadas, mudam as regiões beneficiadas e as instituições responsáveis por desencadear o processo formativo em cada macrorregião.

Por fim, ainda em relação às instituições formadoras, vale a pena considerar que o currículo das universidades públicas e

privadas ainda reservam uma carga horária muito restrita para a disciplina de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Quando acontece o engajamento crítico da comunidade universitária em programas de extensão como o TOPA, o conhecimento sobre essa modalidade de ensino e o compromisso com ela acaba sendo ampliado. E sabemos o quanto isso é importante num estado com índices de analfabetismo ainda tão altos.

3. Dimensão técnico--pedagógico-financeira

O TOPA atua com uma rede de instituições formadoras e, para isso, é essencial garantir diretrizes que orientem o trabalho de todas elas em uma mesma direção. Caso contrário, em vez de um Programa, seriam desenvolvidos projetos regionais sem uma estratégia e um mote comum definido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia.

Existe uma equipe responsável pelo **acompanhamento pedagógico** das ações do TOPA em todas as macrorregiões. Isso significa que o trabalho de seleção e de formação desenvolvido pelas instituições parceiras é cuidadosamente supervisionado.

Equipe técnica e supervisores do TOPA, em outubro de 2014

Cabe a essa equipe da SEC estabelecer um diálogo permanente com as universidades parceiras, de modo que:

- Articule os objetivos educacionais do TOPA aos Programas Federais de alfabetização de jovens, adultos e idosos.

- Defina diretrizes gerais do Programa, considerando as escutas ampliadas e as demandas apresentadas pelas regiões do estado da Bahia.

- Participe da elaboração e valide o plano de trabalho proposto por cada uma das instituições formadoras.

- Analise criteriosamente os resultados obtidos com os testes cognitivos de entrada e de saída e, se necessário, reorientar o plano de trabalho das universidades.

- Acompanhe o processo de seleção dos alfabetizadores, alfabetizadores-coordenadores de turmas e tradutores-intérpretes de Libras pelos EEx, verificando se tudo ocorre de forma democrática e responde às atribuições previstas na resolução do FNDE.

- Monitore se as formações desenvolvidas pelas instituições formadoras estão ocorrendo conforme o plano de trabalho validado pela SEC (índice de participação, alcance dos objetivos etc.).

- Apoie as equipes pedagógicas das Direcs para que consigam estabelecer estratégias para a implementação do Programa TOPA em todas as regiões da Bahia.

- Estabeleça parcerias com demais secretarias de governo, prefeituras e entidades sociais para desenvolver ações educativas articuladas.

Responsável pelo controle dos gastos do Programa TOPA, a equipe do setor financeiro tem a missão de viabilizar a execução administrativa do projeto. Para isso, deve sempre atuar dentro das regras gerais para o uso do dinheiro público, tendo como referência os princípios fundamentais da legalidade e da administração pública.

O desafio posto a essa equipe da Secretaria da Educação é operacionalizar os fluxos financeiros de maneira eficiente: otimizando o gasto público, valorizando o investimento de recursos em setores estratégicos e relevantes para o desenvolvimento social, ambiental e econômico.

Dessa forma, para desenvolver um trabalho pautado nas regras da Administração Pública, a Secretaria da Educação, ao firmar convênios com as prefeituras e adesões com entidades sociais, exige documentos jurídicos que comprovem a legalidade de cada uma dessas instituições. Tal processo obriga que todas estejam devidamente regularizadas, fato importante principalmente para as pequenas Entidades Sociais, que, ao se regularizarem, encontram oportunidades de estabelecer outros convênios com a administração pública ou terem acesso a outros programas sociais.

A cada etapa a Secretaria da Educação divulga um documento com as orientações para a adesão do Programa TOPA. Este documento é elaborado com base nas determinações previstas nas Resoluções disponibilizadas pelo FNDE a cada ano.

O manual de orientações prevê regras para a participação das Prefeituras e Entidades, como:

- A obrigatoriedade da indicação de um técnico responsável pelo acompanhamento das ações desenvolvidas.

- A quantidade de no mínimo 8 alfabetizandos na zona rural e 16 alfabetizandos na zona urbana em cada turma.

- A definição de um calendário com duração de 8 meses e, no mínimo, 320 horas-aula, distribuídas em no máximo quatro dias por semana, com duração de até duas horas e trinta minutos cada.

- A exigência do cadastramento de todos os alfabetizadores, coordenadores de turmas e intérpretes de Libras, além do cadastro das turmas e dos alfabetizandos.

- O dever das turmas de alfabetização ocorrerem em espaços de uso público, com boas condições elétricas, hidráulicas e sanitária, boa iluminação, banheiros individualizados e salas equipadas com cadeiras, mesas, quadro e água potável.

- Possibilitar o acompanhamento pedagógico dos coordenadores de turmas.

- A indicação, por meio de ofício, da meta de turmas na zona rural e urbana, e total de alfabetizadores e coordenadores.

Além disso, todas as ações desenvolvidas no TOPA exigem um processo minucioso de prestação de contas de todos os recursos recebidos pelo FNDE/MEC, de acordo com os prazos estipulados e os moldes definidos no capítulo IV desta resolução, "Da prestação de contas pelo EEx".

Outras referências importantes para a **execução financeira** são:

- Lei Federal 8.666/93: que estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

- Lei Estadual 9.433/2005: que dispõe sobre as licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes do Estado da Bahia e dá outras providências.

4. Sistema de Monitoramento Avançado

A equipe do Monitoramento é a responsável pelo acompanhamento direto da execução do Programa TOPA. Ela garante a qualidade na execução do Programa em todas as suas dimensões: técnica, pedagógica e administrativa.

Para tanto, o trabalho desenvolvido conta com o suporte do Sistema Informatizado de Gestão do Programa, desenvolvido pela SEC/BA, no qual é possível acompanhar virtualmente o desenvolvimento das ações, como o lançamento mensal da autorização do pagamento aos bolsistas, cadastro dos alfabetizandos, alfabetizadores, coordenadores e salas de aula, cadastro de todas as prefeituras e entidades sociais parceiras do Programa, além de permitir à equipe da secretaria a elaboração de relatórios gerenciais que controlam o monitoramento das visitas de acompanhamento realizadas *in loco* e as eventuais notificações geradas.

O Ministério da Educação disponibiliza um sistema informatizado para o cadastro dos alfabetizandos e salas de aula do Programa Brasil Alfabetizado. Entretanto, o Programa TOPA, com suas mais de 15 mil salas de aula e cerca de 200 mil alfabetizandos participantes em cada etapa, necessitou de um novo recurso da tecnologia da informação que possibilitasse o acompanhamento de todo processo por parte da equipe de monitoramento.

Equipe da Coordenação de Monitoramento, da esq. para a dir, José Leonardo Costa Pires, Nelson Omar Bories, Alba Sirley Moreira Santos Nery, Daniela Silva Ferreira, Adelaide Costa Guimarães, Gleide Regina Batista de Oliveira, Ivonete Conceição Oliveira Amorim, Uilma Cristiane Nascimento dos Santos, Miralva Pereira Firmo e Marcio Argolo Queiroz, em outubro de 2014

O uso desta tecnologia também tem possibilitado maior agilidade no processo de registros das visitas de monitoramento feitas pela equipe da SEC, garantindo melhor acompanhamento das notificações realizadas. Por exemplo, um problema de ruído que interfere na concentração dos alunos, a insatisfação com um alfabetizador etc.

O sistema também possui uma base de dados que permite aos gestores conhecerem o perfil dos alfabetizandos do Programa, para eventuais consultas e integração com outras políticas públicas. Isso é exatamente estratégico para programas que respondam e estejam alinhados às reais necessidades da população.

Outra funcionalidade importante do sistema é o controle para a liberação do pagamento dos bolsistas. Mensalmente os coordenadores das turmas informam aos Supervisores das Direcs (para as turmas vinculadas às entidades) e aos Gestores Públicos (para as turmas vinculadas às prefeituras) sobre o funcionamento de cada turma por quem ele está responsável. Os Supervisores e Gestores Públicos fazem o lançamento da frequência das turmas no Sistema de Gestão para a validação dos pagamentos aos bolsistas. Posteriormente, o Setor de Sistema analisa os lançamentos e atualiza o Sistema de Gestão de Bolsas – SGB do Ministério da Educação, que por sua vez efetua o pagamento diretamente aos bolsistas.

Além do acompanhamento à distância, a equipe de Monitoramento realiza visitas presenciais, com a finalidade de verificar se está garantida a qualidade no processo de alfabetização.

Assim, mensalmente, os técnicos da SEC/BA e supervisores regionais realizam visitas de monitoramento aos municípios, acompanhando e avaliando turmas dos movimentos sociais e sindicais e das prefeituras. As visitas têm por objetivo verificar se as salas de aula estão funcionando dentro do planejado, respeitando as normas que regem o funcionamento do Programa. São verificados ainda elementos relacionados à infraestrutura e as condições das salas de aula – tais como espaço adequado, iluminação, mobiliário, ventilação, material pedagógico acessível, água potável etc. Do ponto de vista administrativo, são

Compromisso da equipe do TOPA

Cristina Porto Pacheco Pereira, Assistente Social e integrante da equipe do TOPA na Secretaria da Educação até o início de 2013, fala do comprometimento de todos com o Programa:

"Eu digo que essa é uma equipe sem igual no estado, porque ter pessoas que passam 15 dias viajando e visitando os lugares mais ermos e com os acessos mais difíceis, usando balsa, andando pela madrugada para chegar nas turmas no período noturno, levar mais de uma hora da cidade principal até o distrito onde fica a sala, viajar durante a noite na estrada. É muito perigo, e eles vão. [...] É feita uma avaliação das condições da sala, do alfabetizador, e se mostrar presente é também muito importante para o alfabetizando. A participação da equipe na aula é muito importante, e tanto o setor de monitoramento quanto o pedagógico realizam este trabalho de visita. [...] Na terceira etapa já tínhamos um sistema de monitoramento pronto, com notificação das turmas, para anotar falhas, problemas, casos de turmas com um único alfabetizando, o alfabetizador ou coordenador que estiver junto assina, comprovando que está ciente da notificação e deve corrigir essas questões. (PEREIRA, 2014, p.2)

Geraldo Carvalho/ ASCOM/SEC

Equipe da Coordenação de Sistema, da esq. para a dir, Maiara Souza Sacramento, Nivanildes da Cruz da Silva, Natasha Alexandrino da Silva Morgado, Camila Helena Santos de Almeida, Ana Paula Fernandes da Silva, Rafael Campos de Jesus e Lidiane do Espírito Santos de Almeida, em outubro de 2014

observados elementos como a quantidade de alfabetizandos de acordo com a resolução, grau de escolaridade, experiência e formação do alfabetizador, presença do tradutor-intérprete de libras, quando necessário, lista de frequência dos alfabetizandos, disponibilidade e satisfação quanto à merenda oferecida.

Durante as visitas, as notificações e observações de possíveis irregularidades são registradas em um instrumental próprio desenvolvido pela SEC/BA e posteriormente são lançadas no Sistema de Gestão do Programa. Dessa forma, a Prefeitura ou Entidade Social responsável pela sala de aula recebe uma notificação para a regularização do problema, dentro do prazo de 10 dias úteis. Depois de esgotadas todas as tentativas de regularização dos problemas identificados, em último caso, se não houver solução, a sala de aula é encerrada e os alunos destinados para outra turma mais próxima.

O processo de monitoramento é fundamental ao Programa, pois possibilita a correção de eventuais problemas de forma mais rápida e cria um canal direto de contato entre os alfabetizandos e a SEC/BA. Isso possibilita um diálogo permanente, quando os próprios alfabetizandos têm a possibilidade de compartilhar críticas, elogios ou sugestões que devem ser consideradas para as atualizações do Programa.

Reunião realizada no dia 14 de março de 2013, na Secretaria da Educação do Estado da Bahia, com Daniel Montezano, Alessandra Rodrigues, Ângela Antunes, Francisca Pini (pelo IPF) e Ricardo Buri Caldas, Conceição Sousa Costa, Francisca Elenir Alves (pelo TOPA) para a professora Elenir, coordenadora geral do Programa TOPA, apresentar parte da equipe e oferecer informações gerais sobre o Programa

Arquivo IPF

Ao longo das 7 etapas do Programa, inúmeros aprimoramentos processuais marcaram a gestão político-administrativa do Programa TOPA, alcançando consistente fluxo organizacional por meio de uma ampla rede de parcerias em torno do desafio de lutar em prol do pleno direito à educação da população de jovens, adultos e idosos com nenhuma ou baixa escolaridade.

> Em sete anos nós vimos muitos problemas que existiam no programa serem solucionados, de uma etapa para a outra as questões serem solucionadas. Antigamente havia, por exemplo, um grande atraso na chegada do material didático lá na ponta do processo, e isso foi resolvido. Havia atrasos no repasse de bolsas e, muitas vezes, chegávamos como coordenadores da formação nas localidades e as pessoas diziam que estavam sem receber a bolsa. E eu dizia a eles que a reclamação era justa, mas que não estavam fazendo para a pessoa certa, pois eu não lidava com isso, cuidava apenas da formação, e ainda dizia que era possível encaminhar a questão para quem era de direito. Ao longo do tempo esse tipo de coisa foi resolvida, o que demonstra, na verdade, uma seriedade do programa em si, da própria proposta dessa política pública por parte do governo em relação ao atendimento de quem está na ponta do processo, do alfabetizador, do coordenador de turma e do educando em si. Isso eu destaco como uma coisa bacana, já que nós acompanhamos a resolução desses problemas que evidentemente ocorrem, visto que aquilo que é humano normalmente é falho, mas quando se tem seriedade as falhas vão sendo corrigidas a médio e longo prazo. (TUPINIQUIM, 2014, p. 3)

Entendemos que o TOPA construiu ao longo desses anos importantes referencialidades para a gestão de programas de alfabetização em larga escala e muito pode contribuir com o Brasil que, no seu Plano Nacional de Educação, tem por meta zerar o analfabetismo até o fim do próximo decênio.

Analfabetismo: um desafio a ser superado

Reconhecendo o dever do Estado de garantir a educação como direito de todos, o Ministério da Educação criou em 2003 o Programa Brasil Alfabetizado, recolocando, dessa forma, a alfabetização de jovens, adultos e idosos como uma das prioridades na agenda educacional do país. Ao tomar essa iniciativa, o MEC chamou para si a responsabilidade política e constitucional de induzir, sustentar e coordenar um esforço nacional de alfabetização, adotando uma nova concepção de política pública para enfrentar este grande desafio. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), coloca-se, na Meta 9, outro grande desafio: "elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional".

De acordo com o Censo Populacional (IBGE, 2010), existiam 66 milhões de brasileiros acima de 15 anos – ou seja, mais de um terço da população total do País – que não completaram as oito séries do ensino fundamental; deste contingente, a metade nem sequer havia concluído quatro anos de estudo (33 milhões de pessoas), nível mínimo de escolarização abaixo do qual, segundo parâmetro utilizado pelo IBGE, as pessoas enfrentam uma situação de "analfabetismo funcional". O mais grave, porém, é que existiam cerca de 13 milhões de pessoas com idade igual ou superior aos 15 anos que ao menos sabem escrever um bilhete simples, sendo consideradas analfabetas absolutas.

Para dar conta do enorme desafio e atender ao compromisso do Governo, o Ministério da Educação criou em sua estrutura a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Tratou-se, na verdade, de uma inovação político-administrativa que refletiu, de um lado, o próprio amadurecimento democrático da sociedade brasileira e, de

outro, o avanço das políticas públicas de educação no tocante à incorporação dos grupos sociais historicamente marginalizados e privados de cidadania. Este novo formato organizacional conferiu ao MEC maior capacidade institucional, orçamentária e gerencial para, por meio da SECAD, promover uma efetiva integração das políticas de inclusão e diversidade tanto no plano federal como em relação às demais instâncias administrativas. Dessa forma, o Ministério da Educação ampliou e fortaleceu um conjunto de políticas voltadas especificamente para os grupos sociais historicamente desfavorecidos. Fazem parte do público-alvo preferencial das políticas de inclusão e diversidade os seguintes grupos sociais: jovens e adultos não alfabetizados ou com baixa escolaridade, afrodescendentes e quilombolas, populações do campo, povos indígenas, crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social, população prisional, adolescentes e jovens privados de liberdade e internos em instituições socioeducativas.

Dessa forma, o principal desafio assumido pela SECAD foi transformar essa extensa pauta temática em políticas públicas coerentes e articuladas que contribuíssem para a superação das desigualdades educacionais, resgatando e fortalecendo a dimensão inclusiva e emancipatória da educação. Para desempenhar este papel, a SECAD necessitou dialogar e interagir com uma multiplicidade de atores, governamentais e não governamentais. Dado o grau de focalização e de discriminação positiva dos grupos sociais mais vulneráveis, algumas dessas políticas têm sido frequentemente agregadas sob a rubrica de políticas de ação afirmativa. Elas respeitam o princípio republicano da equidade ao reconhecer que determinados grupos, estruturalmente em desvantagem, devem receber atenção especial do Estado para que seus membros tenham assegurado o pleno exercício de um direito básico de cidadania, qual seja o direito à igualdade de oportunidades educacionais, tanto nas condições de acesso como na qualidade da oferta.

Paralelamente à reestruturação organizacional, especificamente à criação da SECAD, o MEC promoveu um realinhamento das ações federais no campo da alfabetização e

de educação de jovens e adultos, visando assegurar maior eficiência, relevância e efetividade, bem como maior integração com os sistemas estaduais e municipais de ensino. Lembramos que, a partir do Decreto nº 7.690/2012, que aprovou a Estrutura Regimental do Ministério da Educação, a Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), incorpora a Secretaria da Educação Especial e passou a denominar-se: "Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI)".

Ao subordinar as políticas de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos à mesma unidade de execução, o MEC sinalizou claramente a disposição de promover ativamente uma integração mais estreita entre as ações do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e das principais ações de promoção e ampliação da educação de jovens e adultos. Como os sistemas estaduais e municipais de ensino são os principais responsáveis pela oferta de Educação de Jovens e Adultos, o MEC decidiu ampliar a participação dos Estados e Municípios na distribuição dos recursos do PBA, atribuindo um papel complementar aos demais parceiros: instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil.

Cabe registrar ainda que, especialmente durante o período de 2006 a 2010, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos passou a ser contemplada em todos os mecanismos de financiamento vigentes para a educação básica, quais sejam: FUNDEB; PNATE; PNAE, Programas Nacionais do Livro Didático (para Alfabetização e, mais recentemente, para a Educação de Jovens e Adultos). Completando este conjunto de medidas de fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos, em outubro de 2012 foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 48/2012, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos Estados, Municípios e Distrito Federal para manutenção de novas turmas de Educação de Jovens e Adultos, possibilitando, assim, que as pessoas que passaram pelos programas de alfabetização possam dar continuidade à sua escolarização. São avanços históricos na política de EJA, que lhe conferem

institucionalidade e elementos estruturais para assegurar ampliação de oferta com qualidade e de garantir o direito à educação para todos, em qualquer momento da vida.

Mauro José da Silva
Diretor de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
Ministério da Educação

Da esq. para a dir., Eliane Ribeiro Andrade, Mauro José da Silva e Sonia Couto Souza Feitosa no VII Seminário do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, em julho de 2012

Acervo IPF

Carol Garcia/ GOVBA

Acervo IPF

Carla Ornelas/ GOVBA

4 Diversidade dos sujeitos

A sociedade brasileira é marcada pela diversidade. Como povo constituído por diferentes etnias, somos diversos na cultura, nos costumes, nas práticas sociais, em razão das influências herdadas por aqueles que aqui estavam desde sempre e dos que chegaram, tanto na condição de colonizadores, como de escravizados.

No que concerne à alfabetização de jovens, adultos e idosos, atualmente ela sofre a influência dos amplos processos sociais transcorridos no século passado. A instabilidade da economia, o aumento da expectativa de vida, as novas configurações familiares, os vários papéis da mulher na sociedade, com impactos nas relações de gênero, a luta pela garantia dos direitos sociais, as transformações no mundo do trabalho e a revolução tecnológica contribuíram para a criação de novas estratégias de inserção social. Todas essas transformações acabaram por gerar demandas específicas para os diferentes sujeitos da EJA. Até meados da década de 1980, esses sujeitos não eram percebidos em sua subjetividade, mas vistos somente como aqueles a quem falta a escolaridade. Com a democratização e as práticas participativas que ela desencadeou, surgem estudos que passam a reconhecê-los

Pra mim, o TOPA teve muita importância, porque a gente conseguiu muitas coisas. Hoje eu sei ir atrás dos meus direitos, que até aquele momento eu não sabia, e hoje eu sei. Educanda **Maria Lima da Costa**, *49 anos, Município de Livramento de Nossa Senhora.*

com identidade social e também na sua relação de classe social. Surge, nesse período, o reconhecimento das diferentes identidades desse público, e o tema da diversidade passa a ser objeto de estudos e pesquisas nesta modalidade.

Há que se reafirmar que falamos de um público marcado por uma múltipla composição étnica, etária/geracional, de gênero, sexual, envolvendo também uma grande parcela de pessoas que exigem atenção específica por conta de suas características e diferenças sociais, culturais, físicas, bio-psicológicas, entre outras. Somada a essa diversidade constituinte da dimensão humana, existe ainda o fato de muitas dessas pessoas pertencerem a um lugar social, que, via de regra, oferece condições precárias de vida.

Por isso, ao se falar sobre diversidade dos sujeitos da EJA, cabe explicitar de que sujeitos estamos falando. Segundo Marta Kohl de Oliveira (1999, p. 59)

> O adulto, para a EJA, não é o estudante universitário, o profissional qualificado que frequenta cursos de formação continuada ou de especialização, ou a pessoa adulta interessada em aperfeiçoar seus conhecimentos em áreas como artes, línguas estrangeiras ou música, por exemplo... É o jovem, recentemente incorporado ao território da antiga educação de adultos, não é aquele com uma história de escolaridade regular, o vestibulando ou o aluno de cursos extracurriculares em busca de enriquecimento pessoal. Não é também o adolescente no sentido naturalizado de pertinência a uma etapa bio-psicológica da vida. Assim sendo, não se pode enquadrar essa modalidade na configuração das demais. Há inúmeras especifidades na EJA que exigem uma outra lógica, um outro olhar, uma outra estrutura.

A partir desta afirmação, percebe-se que o que define o público da alfabetização de jovens, adultos e idosos não é somente o recorte etário, mas um leque de inúmeros elementos que exigem um olhar diferenciado para esses/as educandos/as. Por isso, compreender a diversidade dessas pessoas nas dimensões etária/geracional, de gênero, de etnia, geracional, diferentes características físicas e psicológicas é fundamental, pois é preciso assegurar uma metodologia que dialogue com esse conjunto e, acima de tudo, ajude a construir estratégias de trabalho que sejam capazes de incluir todas as particularidades.

1. Dimensão etária e geracional

No que diz respeito à diversidade geracional, percebe-se a necessidade de fortalecimento de políticas focalizadas.

Nos últimos anos, constatamos o crescimento da matrícula de adolescentes e jovens nas salas de educação de adultos, o que nos traz uma nova realidade, já que, na atualidade, quando se fala em geração, ou seja, em diferentes classes genealógicas, considera-se populações com diferenças etárias de 10 anos. Antigamente se definia uma nova geração a cada 25 anos. Esse fenômeno continua em ascendência e poucos estudos são observados nessa área, pois na EJA é comum termos hoje alunos e alunas, numa mesma turma, com 20 anos, com 40 ou com 60 anos ou mais. Existem inúmeras pesquisas que tratam da cultura juvenil, porém poucas publicações relacionam juventude e escolaridade, principalmente no que diz respeito à presença dos jovens nas salas de aula de adultos. Os jovens demandam processos educacionais que os insiram no universo profissional e nas diferentes práticas sociais e culturais, considerando que o "mundo da cultura aparece como espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos

O TOPA foi muito importante para mim. Me sentia muito bem lá com as amigas e com a professora, que ficava muito feliz quando a gente ia. Eu gostava muito, muito, muito. Educanda **Madalena da Conceição**, *70 anos, Município de Governador Mangabeira.*

Carol Garcia/ GOVBA

e rituais, nos quais os jovens buscam demarcar uma identidade juvenil". (DAYRELL apud ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 117).

Se é na cultura, e por meio dela, que esses jovens se reconhecem, entendemos que o trabalho com a educação de jovens e adultos não pode prescindir dessa dimensão. Concordamos com Arroyo (2005, p. 21) quando diz:

> [...] o que há de mais esperançoso na configuração da EJA como campo específico de educação é o protagonismo da juventude. Esse tempo da vida foi visto apenas como uma etapa preparatória para a vida adulta. Um tempo provisório. Nas últimas décadas, vem se revelando como um tempo humano, social, cultural, identitário que se faz presente nos diversos espaços da sociedade, nos movimentos sociais, na mídia, no cinema, nas artes, na cultura... Um tempo que traz suas marcas de socialização e sociabilidade, de formação e de intervenção. A juventude e a vida adulta como um tempo de direitos humanos, mas também de sua negação.

Os adultos, por sua vez, têm seu foco no aperfeiçoamento profissional, de modo a garantir a inserção e a manutenção no mercado de trabalho. A condição de trabalhador exige que a prática educativa tenha como um dos seus eixos principais a questão do trabalho como princípio educativo. O que se busca não é a preparação de mão de obra barata para manutenção da mais-valia, mas a formação de uma consciência crítica em relação ao trabalho, à profissionalização, à geração de renda, na perspectiva da economia solidária. E as pessoas idosas, por sua vez, possuem características, experiências e saberes profissionais, culturais, estéticas, religiosas etc., que também exigem uma atenção específica e o respeito aos seus respectivos ritmos socioculturais. Conforme estabelece o artigo 2º do Estatuto do Idoso, promulgado em 1º de outubro de 2003 – por meio da Lei 10.741,

> O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Isso deve também ser respeitado e levado em consideração nos processos de alfabetização de jovens e adultos, e o TOPA tem tratado desta dimensão, e destes cuidados, com esmero.

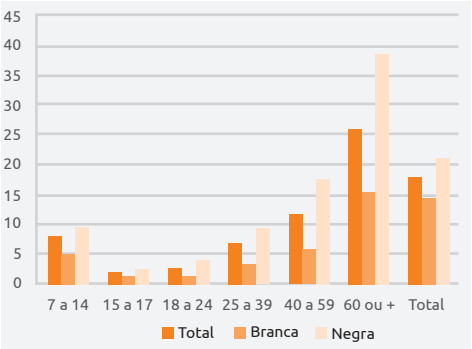
Arquivo TOPA

Educandos(as) do Abrigo São Francisco de Assis, que oferece moradia e abrigo para pessoas em situação de rua, Direc 7 - Itabuna, em setembro de 2013

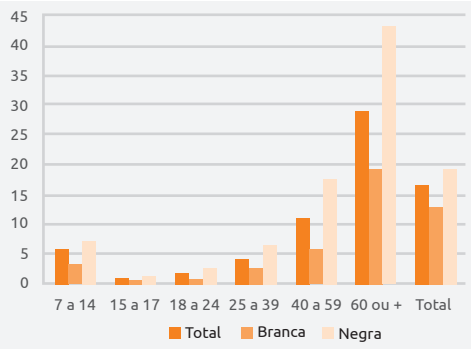
2. Dimensão étnico-racial

A história do Brasil é marcada por desigualdade e injustiça. Somente para relembrar, a abolição da escravatura ocorreu oficialmente em 1888, e o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão. Essa desigualdade marcou severamente a população negra, conforme expressam os gráficos[1] a seguir.

Taxa de analfabetismo de homens por grupos de idade, segundo a cor/raça.



Taxa de analfabetismo de mulheres por grupos de idade, segundo a cor/raça.



Fonte: PNAD 2009, baseado em ROSEMBERG & MADSEN, 2011

Ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), entre os não alfabetizados no estado da

1 Disponível em: <http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/08/31/alfabetizacao-genero-e-raca-no-brasil-as-desigualdades-no-ler-e-escrever/>

Bahia, os pardos, brancos e amarelos somam 17,1%, 14,3% e 15%, enquanto os indígenas e negros correspondem a 18,9% e 17,8%, respectivamente.

No âmbito educacional, a questão étnica começou a ganhar espaço na década passada, com a aprovação da Lei n.º 10.639/2003, que institui a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira, e da Lei n.º 11.645/2008, que passou a exigir a inclusão, no currículo oficial da rede de ensino, do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Mas mesmo que garantidas por meio de um aparato legal, essas leis ainda não estão sendo amplamente cumpridas, e as práticas na alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos ainda não as incorporam com a profundidade e qualidade necessárias ao trato dessas questões.

O Governo Federal criou em 2003 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), cuja função é formular políticas de promoção e igualdade racial em conjunto com os demais ministérios, em especial com o MEC, que por meio da Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) vem criando programas e projetos nessa perspectiva.

Essas conquistas são frutos da organização e da resistência dos povos negros, indígenas e do conjunto dos movimentos sociais comprometidos com essa causa.

O significado social das leis reside na mudança curricular. As matrizes curriculares serão obrigadas a dialogarem com esses conteúdos que historicamente não foram trabalhados. Agora com "o estudo da História da África, dos Africanos e Indígenas", a organização dos negros e indígenas, suas contribuições na formação da sociedade brasileira, nas dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais farão parte desse conjunto de conhecimento que o ensino fundamental e médio terão direito de estudar na escola.

A implementação dessas leis exigiu conhecimento da realidade e dos desafios que estavam postos na sociedade. O primeiro foi o preconceito e sua negação; o segundo, a falta de materiais didáticos para esse objetivo; e o terceiro, trazer os educadores(as) para a reflexão.

Mas o Brasil é um país de dimensão intercontinental, que traz em sua herança, em suas matrizes culturais, múltiplas etnias, diferentes culturas. Para além das três etnias referenciais de nossa constituição – branca, negra, indígena –, convivemos diariamente, sobretudo no contexto do mundo contemporâneo, com a presença de diferentes culturas e agrupamentos humanos, que devem ser respeitados e valorizados em suas "diferentes diferenças" e "múltiplas semelhanças". Nesse sentido, há que termos cuidadosa atenção aos "Círculos de Cultura" propostos por Paulo

Educandos indíginas da Direc 10 - Paulo Afonso, participando da solenidade de certificação da 3ª etapa, em dezembro de 2010

Freire, nos processos de alfabetização, que justamente colocam em interação diferentes culturas para que, juntas, dialoguem entre si, respeitem as respectivas identidades culturais, mas também em processos interativos que possam recriar as suas próprias culturas, buscando a promoção de relações humanas "intertransculturais", o que hoje se exige em todo e qualquer processo educativo. (PADILHA, 2007)

3. Dimensão de gênero

O conceito de gênero coloca claramente o ser mulher e o ser homem como uma construção social, a partir do que é estabelecido como feminino e masculino e dos papéis sociais destinados a cada um. Por isso, gênero é um termo emprestado da gramática. Foi a palavra escolhida para diferenciar a construção social do masculino e feminino do sexo biológico. (FARIA e NOBRE,1997, p. 42)

Esse conceito vem conquistando espaço social, a partir de sua incorporação pelo movimento feminista. Este movimento tem percebido que é preciso ter propostas para melhorar a vida das mulheres, e que isso significa lutar por um mundo melhor para

todas e todos, sem perder a capacidade de responder às questões das mulheres e sua relação com os conceitos de classe, raça e etnia. (Idem, p. 40)

A importância de incluir essa reflexão na EJA decorre da necessidade de compreender como historicamente a sociedade estabeleceu o espaço privado para mulheres e o espaço público aos homens. Isso não foi natural, mas socialmente determinado, portanto, pode ser modificado. Homens e mulheres precisam conviver tanto no espaço privado quanto no espaço público, e a divisão desses papéis exige apreensão da realidade e o modo de vida que está atrelado à cultura e às relações de poder. Francisca Elenir Alves, em sua tese de doutorado[2], reportando-se a antropóloga Cecilia Maria Bacellar Sardenberg, destaca que

> o conceito de gênero não substitui a categoria social 'mulher', tampouco torna irrelevantes pesquisas e reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Muito ao contrário: permite que se pense tal categoria como uma construção social, historicamente específica, e, como tal, construção legítima da situação 'real' de discriminação, exploração e subordinação das mulheres. Ao mesmo tempo, a categoria social/relacional 'gênero' não nega a diversidade da condição social e experiências femininas em sociedades distintas no tempo e no espaço e, ressalte-se, inclusive no seu interior. Como categoria analítica, gênero possibilita pensarmos como os recortes de classe, raça/etnia e idade/geração permeiam as vivências de 'gênero', de sorte a construírem experiências femininas e masculinas bastante distintas.

Na alfabetização de jovens, adultos e idosos, as **mulheres são maioria**, o que significa um deslocamento do espaço privado para o espaço público, das relações sociais e de novos grupos sociais. Isso gera conflito quando essas mulheres são casadas e seus parceiros não compreendem o sentido político do retorno ao espaço escolar, o que exigirá do educador(a) nova postura e estratégias de interação com as(os) educandas(os), que favoreçam um estreito diálogo com o ambiente familiar.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2010, entre os 18 e 24 anos de idade, 32% das mulheres brasileiras nessa faixa etária estudam. Entre os homens, a porcentagem cai para 28,9%.

Percebe-se o crescente número de mulheres que ampliam a sua atuação na sociedade e em suas comunidades, assumindo a chefia de suas famílias.

2 ALVES, Francisca Elenir. *De Escrava a Cidadã: educação, trabalho e emancipação das trabalhadoras domésticas*. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Salvador, 2013, p. 60

São responsáveis não só pelo sustento financeiro das suas residências, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos filhos.

No contexto da educação de jovens e adultos, a diversidade sexual também se faz presente. No próprio campo das discussões relacionadas à garantia dos direitos humanos, o tema da identidade sexual tem sido pouco trabalhado e discutido. Isso tem causado grandes males à vida de muitas pessoas e a grupos sociais que, como quaisquer outros, deveriam ter seus direitos respeitados e suas identidades preservadas e valorizadas.

Recente e importante pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo e pelo Instituto Rosa Luxemburgo com diferentes segmentos sociais (escolares, grupos comunitários, LGBTs, entre outros) verificou que preconceito assumido *versus* preconceito velado em relação às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTs) e, em especial, sobre o grau de concordância/discordância com afirmações referentes a essas identidades sexuais. Constatou-se que 84% dos(as) entrevistados(as) disseram que "Deus fez o homem e a mulher com sexos diferentes para que cumpram seu papel e tenham filhos"; 58% consideraram que "a homossexualidade é um pecado contra as leis de Deus";

Mateus Pereira/GOVBA

2ª Conferência LGBT da Bahia, realizada em outubro de 2011

44% entendem que "as pessoas bissexuais, que gostam sexualmente de homens e de mulheres, não sabem o que querem [e] são mal resolvidas"; 38% responderam que "casais gays ou de lésbicas não deveriam criar filhos"; e 29% entendem que "a homossexualidade é uma doença que precisa ser tratada" etc. (VENTURI; BOKANY, 2011, p. 200).

Quando pensamos na difusão de representações homofóbicas, a Igreja é a primeira instituição que nos costuma vir à mente. No entanto, entre as diversas instituições, um dos *locus* privilegiados de (re)produção e disseminação e, ao mesmo tempo, de enfrentamento e desestabilização da homofobia é a escola. A pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostra que a família e a escola figuram como os piores espaços de discriminação homofóbica. (PRADO; JUNQUEIRA, 2011, p. 59)

Vivemos desafiados, como cidadãos e cidadãs, educadores e educadoras, a trabalhar na busca de relações pessoais e interpessoais mais coerentes com o ideal de uma sociedade mais justa, pacífica, solidária e sem preconceitos. No âmbito da educação, podemos considerar a problemática da diversidade e da identidade sexual um tema sempre presente nas nossas aulas e nos nossos currículos.

A aprendizagem, por parte do educador e da educadora, do educando e da educanda, sobre a valorização, respeito e convivência com as diferentes orientações afetivo-sexuais e quaisquer outras diferenças culturais, é algo tão importante quanto aprender a ler, a escrever, a se alfabetizar cultural, política e tecnologicamente.

De acordo com o Relatório do Programa Brasil Alfabetizado no Estado da Bahia, o Programa TOPA, desde as etapas iniciais, contribuiu para atenuar esta realidade dramática, alfabetizando dezenas de pessoas transgêneros. Neste caso, a inserção no TOPA surgia como elemento propulsor de mudanças de vida, tanto pela alfabetização e preparação para a compreensão do mundo quanto para a interação e o estabelecimento de relações sociais. Nas edições de 2008, 2009 e 2010, 385 travestis e transexuais inscreveram-se no Programa, conforme dados coletados do Sistema Gestão TOPA (2012) e sintetizados na tabela a seguir:

Alfabetizandos transgêneros (travestis e transexuais) cadastrados TOPA/SEC 2008-2010

etapa	Total de Alfabetizandos	Alfabetizandos Cadastrados Transgêneros (Travestis e Transexuais)
2008	334.836	204
2009	519.372	134
2010	256.850	47
TOTAL	**1.111.058**	**385**

Fonte: Sistema Gestão TOPA/ SEC, 2012.

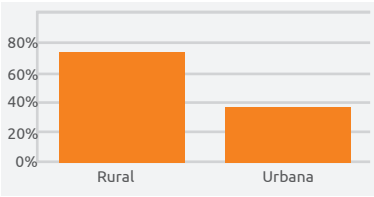
Ressalte-se, contudo, que pode haver uma subnotificação da inserção de travestis e transexuais no Programa. Como

são alvo constante de discriminação e preconceito, inúmeros aprendentes podem ter omitido a condição de transgênero no ato da inscrição. (BAHIA, 2012a, p.78)

4. Dimensão regional

Historicamente temos observado maior oferta de escolarização nos grandes centros urbanos. As redes de ensino costumam concentrar suas atividades nas regiões onde há maior circulação de pessoas e, quase sempre, a zona rural é esquecida. No estado da Bahia, em pesquisa realizada por ocasião da aplicação dos testes cognitivos de entrada com 24.012 educandos na 6ª etapa do Programa em 2013, 65% das turmas de alfabetização estavam localizadas na zona rural, o que sinaliza que há investimento de maneira equitativa no estado como um todo.

Localização das turmas
Âmbito Estadual



Nas zonas rurais, os longos percursos entre as escolas e as residências dos(as) estudantes acabam por dificultar a frequência, pois além das distâncias ainda têm que lidar com as dificuldades climáticas, exaustão após uma dura jornada de trabalho na lavoura e até mesmo questões de segurança. Embora existam recursos referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate) para educandos(as) dos programas de EJA, nem todas as secretarias municipais e estaduais de educação recorrem a esse benefício.

É fundamental o respeito às especificidades regionais durante o desenvolvimento de políticas sociais de qualquer natureza. O TOPA, enquanto programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos, integrado a uma ampla política de desenvolvimento econômico e social implementada pelo atual governo, se valeu dos estudos em torno dos 27 Territórios de Identidade para o planejamento das suas ações.

De acordo com a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN[3], com o objetivo de identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões, o Governo passou a reconhecer a existência de 27 Territórios de Identidade, constituídos a partir da especificidade de cada região. Os critérios para a definição de cada um deles basearam-se no sentimento de pertencimento, onde as comunidades, através de suas representações, foram convidadas a opinar.

3 http://www.seplan.ba.gov.br/territorios-de-identidade

Pescadores em um dos Terminais Pesqueiros do Estado, 2012

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

5. Pessoas com deficiência

Boaventura de Sousa Santos afirma que "Temos o direito de ser igual, sempre que a diferença nos inferioriza. Temos o direito de ser diferentes, sempre, que a igualdade nos descaracteriza". (SANTOS, 1996). Nesse sentido, no que concerne aos direitos das "pessoas com deficiência" ou com "necessidades especiais de aprendizagem", como são tratadas até muito recentemente – preferimos nos referir a "direitos das pessoas de serem diferentes e semelhantes" –, há que se garantir a defesa da educação inclusiva e de boa qualidade, que não apenas integre, mas que de fato inclua o educando(a) na sua totalidade, assegurando-lhe condições de aprendizagem, participação e

trocas. Há que se valorizar também suas potencialidades, valendo-se do uso de estratégias de inclusão – como a escrita e leitura em braile para os deficientes visuais, libras para os deficientes auditivos –, infraestrutura que permita o acesso para deficientes físicos e para múltiplas deficiências e profissionais preparados para lidar com esses tipos de necessidades especiais.

O trabalho com pessoas com diferentes características e especificidades físicas ou psicológicas, na perspectiva da garantia de seus direitos de serem diferentes e semelhantes e, nem por isso, "anormais", "deficientes", ou "especiais", exige uma **mudança cultural** que inclua a ampliação da visão sobre as potencialidades dos seres humanos não reduzida à intelectualidade, e amplie a discussão conceitual sobre as definições de deficiência e de normalidade, como já temos aqui tratado. A educação sempre esteve muito presa a padrões de comportamentos esperados, à adequação a uma cultura dominante e a resultados de aprendizagem que atendessem à sociedade e não às necessidades e anseios individuais. Nessa proposta curricular considera-se fundamental pensarmos sobre qual educação queremos e para quê.

As pessoas possuem diferentes potencialidades que podem e devem ser desenvolvidas durante a vida, valorizando as diferentes formas de ser e estar no mundo e ampliando as possibilidades de relação entre as pessoas e delas com o mundo que as cerca, além, evidentemente, de valorizarmos também as suas "diferentes diferenças e múltiplas semelhanças (PADILHA, 2007).

Nossa sociedade, em geral, ainda valoriza demasiadamente a intelectualidade. Mudar esse enfoque significa descobrir um novo mundo dentro de si mesmo e nas pessoas e nas coisas que nos cercam. Reconhecer, por exemplo, que pessoas com limitações intelectuais podem ter habilidade musical, dramática, ou que pessoas com dificuldades de locomoção podem ser intelectualmente muito desenvolvidas. Trata-se, portanto, de valorizarmos mais, e também, a sensibilidade humana.

Evidentemente, os termos hoje utilizados no Brasil, a este respeito, fundamentam-se na Declaração de Salamanca, de 1994, da qual o nosso país é signatário. Foi esta Declaração que consagrou a política da educação inclusiva e contempla as questões dos educandos com deficiência, os superdotados e a diversidade étnico-cultural.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (Lei nº 9394/96) incorporou, para a Educação Especial, os postulados da Declaração de Salamanca, definindo-a como a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com necessidades especiais.

Por fim, o documento **Política Nacional de Educação Especial na**

Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação (MEC), de 2008, que contextualiza os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando a constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, afirma que na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a constituir a proposta pedagógica da escola, definindo como seu público participante os alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos e outros, que implicam transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. As definições do público participante devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

A alfabetizadora Marisa Bonfim (de blusa verde), alfabetizou seu irmão Genivaldo Araújo, sua mãe Isolina Araujo (de óculos) e sua tia Eliana Santos. A turma fica no bairro do Calabetão, Direc 1 – Salvador, 7ª etapa, 2014

Acervo IPF

Esse marco jurídico é fruto do trabalho coletivo de muitos educadores(as), que nessa trajetória histórica têm feito do ato de educar um ato político, disseminando por todos os cantos da vida em sociedade os objetivos e diretrizes da inclusão, demonstrando que o direito à educação é de todos, e que os efeitos da escolarização na vida das pessoas é uma possibilidade de transformar-se e de transformar o mundo.

O Programa Todos pela Alfabetização traz em seu nome a sua principal essência: a participação de todos e todas na eliminação do analfabetismo no estado. Por "todos", entende-se o compromisso do Estado, da sociedade civil e dos movimentos sociais, entre outros.

Desde 2007 o TOPA trabalha com as duas configurações, tanto com prefeituras quanto com movimentos sociais. Acho isso interessante por ser uma correlação de forças no município que permite a participação e opinião de todos para uma construção conjunta. O TOPA foi construído com a participação de todos os seus atores, desde as universidades aos trabalhadores que estão aqui no nível central, os trabalhadores que estão nas Direcs, todos os professores, os alfabetizadores e coordenadores, todas essas pessoas e também os encontros que fizemos fizeram com que o TOPA fosse crescendo e se aprimorando. (PEREIRA, 2014, p. 1)

O esforço conjunto destes segmentos soma-se à dimensão intersetorial do Programa, fortalecendo as práticas de inclusão e inserção social do público participante, composto por jovens (acima de 15 anos), adultos e idosos não alfabetizados, professores da educação básica de rede pública de ensino, professores não habilitados para o magistério, mas em exercício na rede, educadores populares com nível médio de escolaridade, coordenadores de turma e tradutores-intérpretes de Libras.

Vale destacar, dentro desse conjunto de participantes, o compromisso de alguns educadores, como é o caso da educadora **Iracy dos Santos Silva**.

Alfabetizando de porta em porta

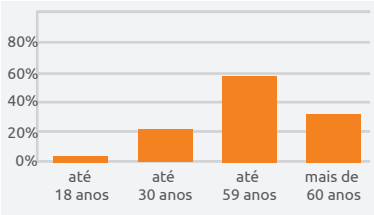
Inúmeros pescadores, marisqueiras e catadores de piaçava de Jiribatuba, no município de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, a cerca de 15 quilômetros de Salvador, são desafiados pela natureza, todos os dias, na batalha pelo sustento. Em meio ao mangue e à vegetação nativa composta por resquícios de mata atlântica, começam, ainda de madrugada, a busca artesanal por pescados e pelas folhas de palmeira, matéria-prima usada em telhados, utensílios domésticos, artefatos de decoração e acessórios. Diante da exaustiva lida, o cansaço vence a maioria já ao anoitecer. A esta altura, sobra desejo, mas falta condição física para se dedicar a qualquer atividade, mesmo que esta possa trazer-lhes um alento para o futuro, a exemplo da escolarização. Muitos nem sequer sabem assinar o nome, o que inibe o aperfeiçoamento das técnicas, a reivindicação dos direitos previstos por leis e a conquista de um trabalho que lhes garanta melhor renda.

Contudo, a realidade de algumas dessas pessoas mudou a partir do ingresso no Programa Todos pela Alfabetização, em 2009, por iniciativa de uma educadora persistente. Como faltavam forças para os trabalhadores analfabetos para irem, à noite, à sala de aula disponibilizada pela Escola Municipal Duque de Caxias, a pedagoga **Iracy dos Santos Silva** resolveu desenvolver as atividades para a alfabetização na casa dos próprios alfabetizandos. Bateu de porta em porta para identificar os interessados, dividiu os inscritos no TOPA em três grupos, alocando cada um no espaço mais próximo de suas residências. Residente na comunidade, estava decidida a reduzir a evasão. (BAHIA, 2012a, p. 177)

Rosângela Cordaro

Com relação aos educandos/as, é grande a diversidade, não sendo possível traçar uma identidade homogênea, embora se percebam algumas singularidades. Com relação à faixa etária, o perfil predominante dos/as educandos/as matriculados/as na 6ª etapa do Programa estava na faixa dos 30 aos 59 anos, conforme levantamento realizado por ocasião da avaliação cognitiva, como vemos no gráfico a seguir:

Idade
Âmbito Estadual



De acordo com o gráfico, trata-se, portanto, de pessoas na fase adulta. Este adulto, que muitas vezes se considera culpado por não ter conseguido levar adiante sua escolaridade, chega nas salas de alfabetização com muita ansiedade. Para alguns, a volta aos estudos acalenta uma esperança promissora de um emprego melhor. Para outros, é o desejo de saber mais para ensinar os filhos. Para muitos, apenas o desejo de ler a Bíblia, os letreiros de destino dos ônibus, o jornal, enfim, ler o mundo e o que nele há para ser lido.

Nas sociedades, em geral, é muito comum conceber a idade adulta como aquela capaz de atingir a estabilidade econômica. É a fase em que, via de regra, o vigor físico, a capacidade intelectual e o dinamismo estão mais exacerbados, contribuindo para a conquista de sucesso profissional. Mas, na mesma proporção, vemos o aumento do desemprego, da baixa escolaridade e da falta de oportunidades econômicas, penalizando homens e mulheres que iniciam nesta fase não somente uma carreira profissional, mas também a constituição de uma família.

Todos esses fatores contribuem para a volta aos bancos escolares, na esperança de que a elevação da escolaridade possa garantir maior empregabilidade e inserção social.

Já os idosos que, de maneira geral, viram seus filhos crescer e, muitas vezes, ajudam na educação dos netos, têm a expectativa de que o ensino possa favorecer a socialização e a realização de atividades práticas do dia a dia com mais autonomia, como ler receitas, escrever bilhetes, ajudar nas tarefas escolares dos netos, fazer transações comerciais e bancárias etc. Em inúmeros casos, esses idosos buscam um espaço de socialização de amizade, de vida.

Há numerosos relatos interessantes envolvendo a diversidade etária dos(as) educandos(as) do TOPA. Dentre eles, selecionamos a história do agricultor aposentado Ubaldo Dias, que com 106 anos era um entusiasmado frequentador do Programa na etapa de 2009.

Imbuído da dedicação aos estudos e disposição típica dos adolescentes, o agricultor aposentado Ubaldo Dias, em 2009, nem de perto aparentava os 106 anos de idade que tinha. Pelo menos, duas noites por semana o centenário caminhava, com o caderno embaixo dos braços, até a escola municipal do distrito de São João do Paraíso, no município de Mascote, localizado no Sul da Bahia, onde assistia às aulas da etapa de 2009 do Programa Todos pela Alfabetização, junto com outros idosos, adultos e jovens da comunidade.

Já acomodado na escola, o agricultor assistia, com atenção, às aulas ministradas pela alfabetizadora Ana Cláudia Lisboa, então com 22 anos, uma de suas netas. Em casa, revisava o conteúdo e treinava a escrita e a leitura com a bisneta de quatro anos, chamada Letícia. Tanto empenho deixava a família honrada: "Me sinto muito orgulhosa do esforço de meu avô em começar a essa altura da vida uma nova etapa. Ele é um aluno atencioso e disciplinado que em pouco tempo conseguiu aprender muitas coisas, apesar de suas limitações", afirmou Ana Cláudia (in ALUNO COM 106 ANOS, 27 out. 2009).

Estimulado pela neta alfabetizadora voluntária do TOPA, Ubaldo Dias matriculou-se na segunda etapa do Programa com a esperança, sobretudo, de aprender a assinar. Em cerca de dois meses de estudos, o trabalhador rural conseguiu grafar o nome completo, um dos seus maiores desejos, e ficou ainda mais motivado para dar continuidade ao processo de alfabetização. No decorrer do curso, passou por criterioso exame oftalmológico e recebeu óculos para enxergar melhor. Ao final do período letivo, já demonstrava que havia construído a base alfabética e obteve a certificação do Estado.

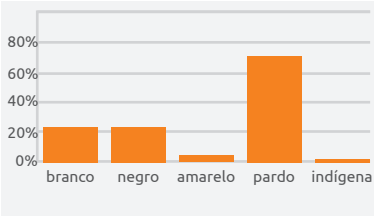
Ubaldo está entre as milhares de pessoas com mais de 60 anos cadastradas no Programa em toda a Bahia, desde a edição de 2007, na tentativa de aprender a ler, escrever e contar, mesmo após a aposentadoria. O Estado considera que a alfabetização é um direito de todo cidadão, que não prescreve com o avanço da idade. Por vezes, a alfabetização é um sonho antigo, acalentado por décadas e não realizado anteriormente devido a fatores como a dificuldade de conciliar estudo e trabalho, de obtenção de vagas na rede pública de ensino e de aprendizado.

Para a coordenadora municipal do TOPA, Unifleides Ferreira (in ALUNO COM 106 ANOS, 27

out. 2009), o aposentado é um "exemplo de que nunca é tarde para aprender". Sem domínio da leitura e da escrita, em geral, não resta alternativa à população local, afora a dedicação ao trabalho braçal na lavoura de cacau, à lida com gado bovino ou à pesca de subsistência no Rio Pardo. Na região, a possibilidade de ser alfabetizado pode permitir a mudança no posicionamento na carreira profissional e, quiçá, uma mudança de vida. Texto extraído e adaptado de Bahia (2012a, p. 172)

Com relação à raça/etnia, os(as) educandos(as) do TOPA que fizeram os testes cognitivos de entrada e saída da 6ª etapa autodeclararam-se pardos, como podemos ver no gráfico:

Raça e Cor
Âmbito Estadual

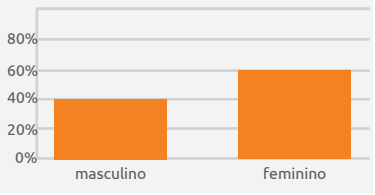


O alto índice de pessoas que se declararam pardas leva-nos a construir a hipótese de que a opção por essa cor mascara um não reconhecimento da negritude. Nesse sentido, é possível inferir que há mais pessoas de cor preta no grupo do que o gráfico revela. Essa hipótese impõe a necessidade de promover ações didático-pedagógicas no sentido de fortalecer o pertencimento étnico.

A Pesquisa Nacional de Domicílio (Pnad) de 2009 aponta que, no período de 2001 a 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de aproximadamente 27% para 35%. Em termos absolutos, são quase 22 milhões de famílias que identificam como principal responsável alguém do sexo feminino.

Essa realidade tem levado um grande número de mulheres a retomar os estudos e/ou iniciá-los, no caso daquelas que nunca tiveram essa oportunidade. Isso tem acontecido também no TOPA, como nos mostra o gráfico obtido num universo 24.012 educandos(as) pesquisados durante o processo de aplicação de testes cognitivos de entrada na 6ª etapa, 2013.

Sexo
Âmbito Estadual



6. Alfabetização na perspectiva da educação inclusiva

Há inúmeras experiências exitosas envolvendo o TOPA ao longo de suas fases. Em todas, percebe-se a preocupação

com a coerência entre o que se diz e o que se faz, entre teoria e prática.

Em relação à garantia do acesso e a permanência de pessoas com deficiência no Programa, pode-se observar esta coerência pelo relato a seguir.

> Papel, regletes e punção para escrita em braile – ao invés dos corriqueiros lápis, borracha e caderno sobre a mesa – davam indícios de que aquele era um ambiente de aprendizagem diverso da maioria em funcionamento da Bahia. E era. O local era improvisado para receber uma das quatro turmas da zona rural do município de Jeremoabo, vinculadas à Prefeitura na etapa 2010 do Programa Todos pela Alfabetização, compostas, predominantemente, por alfabetizandos com baixa ou nenhuma visão, cujos alfabetizadores voluntários também tinham deficiência visual grave. São grupos atípicos, pois, por recomendação do TOPA e do Programa Brasil Alfabetizado, deveria haver, no máximo, apenas três pessoas com deficiência em cada um, para ampliar a possibilidade de êxito na empreitada.
>
> Desafiados a aprender a ler e escrever em braile, após terem perdido a visão na infância devido a acidentes e doença, a dupla desejava replicar a própria experiência entre moradores de Jeremoabo e adjacências (Antas, Coronel João Sá, Novo Triunfo, Pedro Alexandre e Sítio do Quinto) com deficiência visual, para, por meio da educação, lhes ofertar a melhoria das condições de sobrevivência e os subsídios para o exercício da cidadania.
>
> Por isso, afora as atividades pedagógicas, os irmãos atuavam em frentes diversas. Eles buscavam, por exemplo, conscientizar a sociedade – em especial, as famílias – do potencial das pessoas com limitações sensoriais, das possibilidades de adaptação para uso de equipamentos em casa e públicos e autonomia, e dos seus direitos assegurados pela Constituição Federal (1988) e por outros dispositivos legais, como o benefício mensal da Previdência Social. O desafio era evitar o preconceito e a discriminação, assim como estimular a cooperação para que levassem as pessoas com deficiência à escola, a instituições comunitárias, a espaços de lazer.
>
> Dirigentes da Associação de Cegos do Semiárido Baiano, José Batista e Joilton também encaminhavam os indivíduos com cegueira para avaliação e tratamento médico, inclusive em

Salvador, auxílio no processo de adaptação no Instituto de Cegos da Bahia, na capital baiana, e obtenção da pensão previdenciária; e, ainda, providenciavam a documentação necessária para garantia de acesso aos direitos legais, como carteira de identidade, cadastro de pessoa física (CPF) e título de eleitor.

(Começava-se a alfabetização com atividades para o (re) conhecimento das letras e dos números grafados em braile e o aprendizado do manuseio com o reglete – uma espécie de régua que permite a escrita em braile, através da pressão do punção sobre uma folha de papel especial.

Os princípios pedagógicos aplicados (baseados na concepção freiriana) e o conteúdo programático abordados nos ambientes de aprendizagem eram idênticos àqueles adotados em turmas regulares do Programa TOPA.

O diferencial é que os alfabetizadores eram cegos e conhecedores das idiossincrasias da educação para pessoas com limitações visuais, o que facilitava a identificação das demandas e a adoção de medidas que pudessem solucionar os problemas com eficácia e, por outro lado, estimulava os estudantes a se desenvolverem. As aulas precisavam ser o mais perto possível da residência do alunado, para que, com o tempo, o deslocamento pudesse ser feito com autonomia, sem dependência de parentes e amigos; e, em geral, ocorriam na casa de voluntários.

Quanto aos materiais, alguns eram emprestados pelos próprios alfabetizadores e outros, cedidos por entidades não governamentais, como a Bibliobraille (sediada em São Paulo). Mais recentemente, ao ser certificada da situação, a Secretaria da Educação do Estado passou a providenciar materiais essenciais à manutenção das atividades, como papel específico para escrita em braile e regletes. Texto extraído e adaptado de Bahia (2012a, p. 175)

Relatos como este mostram o reconhecimento do direito à aprendizagem a todos os cidadão e cidadãs e a importância de envidar esforços para garantir e efetivar esse direito.

A preocupação com a **inclusão das pessoas com deficiência** na escola é recente. Em junho de 1994, dirigentes de mais de 80 países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia de direitos educacionais. Ela proclama as escolas

Sala de aula inclusiva em Serra Preta, Direc 2 - Feira de Santana

regulares inclusivas como o meio mais eficaz de combate à discriminação. E determina que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais ou linguísticas. Em 2001, é celebrada na Guatemala a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência. O Brasil é signatário desse documento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13 de junho de 2001, e promulgado pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001, da Presidência da República. É importante que esse marco legal seja aplicado a todos os sujeitos nesta condição, independentemente da faixa etária.

A práxis político-pedagógica do TOPA tem se pautado pelo estudo dos referenciais e marcos legais sobre a EJA e incorporado a prática da escuta às diferentes necessidades dos(as) educandos(as), valorizando as vozes destes diferentes sujeitos. O TOPA está sempre aberto às mudanças necessárias também em relação a esta temática, que exige a todo momento, de to-

dos nós, atenção para que sejamos coerentes tanto nos nossos processos de alfabetização, como na atualização da própria linguagem relacionada ao tema, até porque entendemos que linguagem é cultura. Portanto, o reconhecimento e respeito à diversidade deve estar presente nas relações que se estabelecem em sala de aula, nos Projetos Político-Pedagógicos, nas matrizes curriculares, na metodologia, na mediação pedagógica.

É preciso considerar que os(as) educandos(as) têm saberes que foram construídos ao longo da vida nos diferentes e múltiplos contextos, que sabem ler o mundo, não só o mundo explícito, revelado, mas o mundo que se desvela a partir do seu olhar curioso, aprendente, e que buscam autonomia e libertação da condição de oprimidos.

Como já vimos ao longo deste texto, pela imensa riqueza e complexidade dos sujeitos que dela fazem parte, a EJA se diferencia das demais modalidades e requer políticas públicas que levem em conta este diferencial.

A questão colocada é como a educação tem acolhido a diversidade e trabalhado na perspectiva de assegurar direitos para todos? O Programa TOPA, no estado da Bahia, enfrenta este desafio.

> O grande diferencial do programa TOPA é ser um programa de cunho social que garante a possibilidade de ampliar o nível de cidadania das pessoas, de sujeitos que, por muito tempo foram excluídos do processo de escolarização e não tiveram acesso a educação. Isso faz com que o estado também garanta esse acesso a educação. (COUTINHO, 2014, p. 1)

Garantir alfabetização e a possibilidade de escolarização ao indivíduo como mecanismo de promoção da inclusão social, política, econômica e cultural e fomento ao exercício pleno da cidadania é a missão do TOPA. Esta se alinha a valores como: solidariedade, autonomia, criticidade, dialogicidade e respeito, que por sua vez estão coerentes com o objetivo geral do

programa, que é promover uma educação de qualidade para a população de jovens, adultos e idosos, assegurando seu ingresso e permanência na escola, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para a inclusão social, política, econômica e cultural desses sujeitos.

No que diz respeito à diversidade contida no campo da EJA, verificamos que os princípios do TOPA buscam contemplar essa diversidade, por meio:

- Da construção coletiva do conhecimento e valorização das experiências dos sujeitos durante todo o processo formativo.
- Do respeito à diversidade socioeconômica, política e cultural dos sujeitos envolvidos.
- Do respeito às especificidades de cada localidade, aos saberes, aos valores, às tradições, às experiências, às potencialidades, aos desafios e à diversidade dos sujeitos envolvidos.
- Da indissociabilidade da teoria e da prática, durante as ações de educação e de formação.
- De ações formadoras que favoreçam a autonomia dos sujeitos, considerando as especificidades dos jovens, adultos e idosos, tendo em vista suas diferentes trajetórias, expectativas e experiências.
- Do fortalecimento das identidades culturais no processo de formação.

Mas a missão, os valores, objetivos e princípios do TOPA não aparecem somente nos documentos oficiais. Eles se materializam na prática diária e no atendimento aos segmentos sociais e comunidades com demandas especiais, dentre as quais destacamos: comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas, comunidades ciganas, ribeirinhos, caiçaras, catadores de piaçava, assentados por programas de reforma agrária, pescadores, marisqueiras, catadores de materiais recicláveis, profissionais do sexo, extrativistas, trabalhadores da indústria, trabalhadores libertados de situação de trabalho escravo, travestis e transexuais, encarcerados, adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, pessoas com deficiência, pessoas com hanseníase e beneficiários de programas sociais.

Este leque de diversidade ilustra uma importante face do TOPA no estado da Bahia e revela uma realidade que está presente em todo o território nacional. Somos uma nação marcada pela diversidade e não se pode pensar em projetos educacionais inclusivos e transformadores sem considerar seriamente esta questão.

Os muitos desafios já enfrentados apontam para inúmeras perspectivas e possibilidades. Estas, por sua vez, se concretizarão com o fortalecimento do programa, que poderá se dar por meio da ampliação e qualificação da oferta, do investimento na formação continuada dos educadores e gestores e da consolidação do programa como política pública de EJA, na perspectiva da Educação Popular.

Arquivo TOPA

Turma do educando Manoel Santana, com deficiência auditiva, que foi alfabetizado em Libras pela alfabetizadora Brenda Stefanny, na 3ª etapa do Programa TOPA

Marcio Argolo/ TOPA

Acervo IPF

Acervo IPF

Arquivo TOPA

5 Formação dos alfabetizadores

A alfabetização de jovens, adultos e idosos, dada a sua especificidade, requer processos contínuos de formação dos seus alfabetizadores, que, em diálogo com as práticas cotidianas de sala de aula, desafiam-se na construção dos sentidos político-pedagógicos necessários para a aprendizagem da leitura e da escrita pelos seus educandos. Em razão disso, teoria e prática são e devem ser entendidas como coisas diferentes, mas que precisam manter uma relação de interdependência, uma vez que a teoria sem vinculação com a prática é ineficaz, e a prática sem articulação com a teoria é atitude aventureira e, em certos casos, irresponsável.

Estudos, reflexões e debates sobre o complexo processo de alfabetização é condição para o sucesso de qualquer projeto. Desse modo, temas como métodos de alfabetização, metodologia de alfabetização, Psicogênese da Língua Escrita, letramento e alfabetização, conhecimento, aprendizagem, sujeitos da EJA, formação política, educação ambiental, diálogo entre arte e educação e educação da sensibilidade, avaliação, dentre outros, fazem parte dos processos formativos do TOPA, buscando oferecer a educação de qualidade social que as educandas e educandos da Bahia merecem e precisam para ampliar as possibilidades de exercício da cidadania.

1. Formação Inicial e Formação Continuada

O Estado da Bahia, através do decreto nº 10.339, de maio de 2007, aderiu ao Programa Brasil Alfabetizado, do governo federal, por meio da criação do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), objetivando promover uma educação de qualidade social para a população de jovens e adultos e idosos, assegurando seu ingresso e permanência nos espaços de alfabetização, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para sua inclusão social, política, econômica e cultural. Suas ações visam a reduzir o índice de analfabetismo na Bahia e assegurar à população de 15 anos ou mais as condições objetivas necessárias para a continuidade dos estudos; articular ações que contribuam com o desenvolvimento social e econômico da população, apoiando os municípios baianos na melhoria dos seus indicadores educacionais, bem como articular movimentos e parcerias entre governo e sociedade numa ação política de melhoria das condições de vida da população.

No conjunto das ações fundamentais para a implementação de um programa como este, a formação de alfabetizadores deve se dar em dois níveis e momentos: no início de cada etapa e ao

Marcio Argolo/ TOPA

Formação com os coordenadores e alfabetizadores da Direc 30 - Guanambi, realizada no prédio sede da Diversa Educação Integrada, em junho de 2013

longo dela. Esses níveis e momentos dialogam entre si, constituindo a totalidade da formação esperada para educadoras e educadores do Programa, trabalhando o processo de alfabetização na dimensão e complexidade envolvidas. A professora Rita Oliveira (2014), quando atuou como educadora formadora no TOPA, nos aponta alguns desses primeiros caminhos.

> Quando assumi, por alguns momentos, o papel de formadora de alfabetizadores, já considerei que estava cumprindo ali uma grande função social, que é a de dialogar com nossos pares, os alfabetizadores, sobre a maneira na qual a nossa atuação como professores pode contribuir para que esses jovens e adultos, que durante anos ficaram fora do processo de escolarização, possam retomar esse processo se sentindo seguros, autônomos e confiantes na retomada de um sonho que em algum momento foi deixado para trás. O primeiro passo é a contribuição para esse diálogo com os alfabetizadores, que em muitas situações não tinham formação inicial em curso de pedagogia ou magistério, mas tinham o desejo político e social de ajudar a alfabetizar outras pessoas. Então, já tínhamos que partir para um trabalho com um público que compreendia o seu papel social, essa era uma grande vantagem. Por outro lado, existiam algumas carências conceituais, epistemológicas, relacionadas ao fazer docente, e esse se constituiu em um dos grandes desafios, pois tínhamos pessoas conscientes de seus papéis sociais e que estavam buscando a formação para cumprir bem esse papel, mas chegavam até nós com uma série de lacunas conceituais do fazer pedagógico, e o tempo de formação era muito pequeno para dar conta desse processo. […] (OLIVEIRA, 2014, p. 2)

Como é possível observar, é fundamental se introduzir conhecimentos básicos sobre o processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos, que, na perspectiva freiriana, reconhece o entrelaçamento dos aspectos cognitivos, técnicos e metodológicos envolvidos na ação alfabetizadora e as questões políticas, sociais e culturais.

A Formação Continuada trata de aprofundar os temas introduzidos na Formação Inicial e acrescenta novas temáticas de acordo com as diferentes realidades desveladas pelo processo de Leitura do Mundo desenvolvido em cada localidade constitutiva do TOPA, como uma pesquisa sobre a situação local e seu necessário diálogo com a realidade global.

Acervo IPF

Educandos da Direc 10 - Paulo Afonso, durante a 6ª etapa do Programa TOPA, em 2013

Com base nos postulados do educador Paulo Freire, nos dois níveis de formação, as atividades são desenvolvidas por meio do diálogo e da relação horizontal entre as pessoas envolvidas. O **Círculo de Cultura** é um procedimento metodológico bastante comum para promover esse tipo de relação entre educador e educandos, transformando o ambiente da sala de aula em espaço de reflexão coletiva, debate e construção de conhecimento com a contribuição efetiva dos diferentes saberes que circulam e são "trocados" entre os participantes de cada turma.

A formação inicial do TOPA procura garantir os princípios fundamentais que orientam a formação de educadores da EJA na perspectiva da Educação Popular, a partir do momento em que todas as discussões apontam para o principal sujeito das ações educativas nos Círculos de Cultura, o educando, onde as suas especificidades socioculturais serão os indicadores primordiais para o planejamento do Programa.

Há cinco anos me dedico a este projeto. É gratificante ver a mudança de cada aluno, e eu me emociono porque pude observar vidas sendo mudadas através da minha ajuda. Só tenho a agradecer. Alfabetizadora **Isis Fernanda Silva Santos**, *Município de Brumado.*

O TOPA é um programa que desenvolve muito o educador, pelo fato da gente participar dos cursos pedagógicos, que são muito bons, e onde a gente aprende bastante. Alfabetizadora **Maria de Jesus Souza**, *Município de Macaúbas.*

Alfabetização e a luta por um outro mundo possível

O professor Edgar Larry Andrade Soares, Coordenador-Geral do TOPA da Unidade Formadora FAINOR, de Vitória da Conquista, ao destacar a importância do Programa, ressaltou:

"É perceptível que o programa TOPA possibilitou uma experiência onde as Unidades Formadoras que efetivamente compreenderam o alcance do projeto não ficassem limitadas apenas a ensinar alguém a ler ou a escrever e fossem muito além disso. Uma das questões era descobrir, desnudar alguém para o mundo, metaforicamente falando, no sentido de fazer com que as pessoas se sentissem gente, se sentissem vivas. Onde os sonhos passaram a ser descortinados. A elevação da autoestima levou as pessoas a conhecerem outros mundos possíveis, outras realidades que são palpáveis não apenas no sentido do limite dos sonhos ou das desilusões, pelo contrário. A partir do momento no qual começo a conhecer, a descobrir, o mundo vai se transformando. O TOPA tem levado isso." (SOARES, 2014, p. 1)

A importância de valorizar a história de vida dos educandos, priorizar os níveis iniciais de aprendizagem na escrita, leitura e matemática como princípio do processo de alfabetização, compreender que o conhecimento é inerente ao ser humano diferenciando-se a partir de suas vivências afetivas e culturais, entender que o reconhecimento crítico da realidade sociocultural em que os sujeitos estão inseridos é o fio condutor para o estabelecimento de uma educação transformadora e emancipatória. São estas questões que envolvem todo o processo formativo, no sentido de fortalecer a prática por meio da compreensão dos referenciais teóricos que a norteiam.

Ao longo das etapas, a formação mensal desenvolvida pelos professores formadores com os grupos de alfabetizadores se orienta em torno dos seguintes objetivos:

- socializar o processo de formação permanente dos alfabetizadores nas formações;
- avaliar o funcionamento dos núcleos e turmas do Projeto em cada Direc;
- avaliar criticamente as ações didático-pedagógicas nas turmas;
- discutir e compreender a proposta metodológica e os princípios político-pedagógicos do TOPA, por meio do estudo sobre os referenciais teóricos que o norteiam;
- refletir criticamente sobre as ações de acompanhamento político-pedagógico nas turmas de alfabetização;
- avaliar a elaboração dos instrumentais de monitoramento e avaliação do coordenador local;
- construir coletivamente a programação das formações gerais continuadas de educadores e professores formadores.

A Formação Continuada de Professores Formadores é uma ação fundamental para o alcance dos objetivos e metas do TOPA, a partir do momento em que oportuniza aos participantes a socialização constante de seus avanços e dificuldades no processo de acompanhamento pedagógico.

2. As especificidades da alfabetização de jovens, adultos e idosos

Se a formação é fundamental em qualquer modalidade da educação, quando se trata de alfabetização de jovens, adultos e idosos é condição *sine qua non* para que as práticas desenvolvidas no espaço de alfabetização tenham êxito. Pois basta um olhar um pouco mais cuidadoso sobre o assunto para percebermos que a EJA não ocupa o merecido lugar nas universidades, faculdades e centros acadêmicos do país. Verifica-se também a pouca literatura sobre as especificidades dessa modalidade.

Contudo, é importante reconhecer os avanços que houve na questão do reconhecimento das particularidades e necessidades da EJA. Os fatos a seguir corroboram esses avanços: o reconhecimento da EJA como modalidade na promulgação da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN), em 1996; a Elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos; a Resolução n.º 01/00 – CNE, segundo a qual a EJA passa a ter função qualificadora, atualização de conhecimentos por toda a vida como função permanente; reparadora, a restauração de um direito negado, e equalizadora a forma pela qual se distribuem os bens sociais para garantir uma redistribuição e alocação em vista de mais igualdade, consideradas as situações específicas

(CNE/CNB 11/2000). Por último, a inclusão da EJA no Fundo Nacional da Educação Básica (FUNDEB), em 2007.

Por outro lado, apesar desses avanços na forma da lei, ainda são poucos os cursos universitários que contemplam o tratamento das particularidades da EJA com disciplinas específicas. Quando isso ocorre, em geral, é por iniciativa isolada de professores que conhecem, são interessados pela temática e consideram sua importância diante dos números de pessoas com pouca ou nenhuma escolarização.

Abordar a EJA com as especificidades nela engendradas significa considerar o educando como jovem, adulto e idoso. Por mais óbvio que isso possa parecer, muitas práticas alfabetizadoras ignoram as particularidades desses sujeitos e insistem em promover atividades infantilizadas em sala de aula, tratando o educando da EJA como crianças.

Ainda é necessário que os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, como é o caso do TOPA, promovam um processo de formação de educadoras e educadores que esclareça, por meio de estudos, reflexões e debates, quem são essas educandas e educandos que frequentam as aulas de alfabetização. Portanto, há dois desafios a serem enfrentados: um de natureza teórica e outro de natureza teórico-metodológica, quais sejam: 1) Conhecer, de maneira geral, quem é o jovem, o adulto e o idoso, nas suas especificidades; 2) Conhecer as especificidades desse jovem, adulto e idoso do estado da Bahia e que frequentam as aulas do TOPA.

O processo de Leitura do Mundo é o procedimento metodológico que se deve orientar para proporcionar conhecimentos necessários sobre educandas e educandos do TOPA e possibilitar as devidas intervenções didáticas na aquisição da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos trabalhados em sala de aula. Isto é, parte-se de uma investigação sobre a realidade das comunidades onde o TOPA atua e articulam-se os dados e informações dessa pesquisa com os conteúdos necessários à aquisição da leitura e da escrita e dos conhecimentos matemáticos. Para transformar a realidade é preciso antes conhecê-la.

Vivências colaborativas de aprendizagem durante a formação dos alfabetizadores

O Professor Doutor **Ricardo Tupiniquim**, da Universidade do Estado da Bahia, faz breve relato da sua experiência como professor formador de alfabetizadores numa das etapas do TOPA:

"Tenho experiência como formador do Programa, indo até a ponta fazer a formação do alfabetizador, mas também de coordenar o processo de formação nos polos regionais da UNEB, então coordenei no polo da universidade em Barreiras, no extremo oeste da Bahia, a cidade central com 32 municípios, e tínhamos formações do TOPA em pelo menos 8. Em alguns desses 8 municípios, eu de fato capacitei. Era uma experiência muito enriquecedora, porque os alfabetizadores esperavam muito de nós. Havia gente com todo tipo de perfil, professores que só tinham a habilitação do magistério no ensino médio, jovens que haviam acabado de sair da formação geral do ensino médio, muitas vezes sem nenhuma experiência anterior com ensino. Eles esperavam muito de nós, mas não apenas na questão conteudística, mas principalmente de procedimentos. [...] A experiência de formar alfabetizadores nessas capacitações do TOPA que a UNEB realizava foi bastante enriquecedora porque existia a troca, com momentos nos quais os professores que estavam na docência em seu municípios diziam: "Nossa, eu nunca pensei nisso! Vou levar para a minha sala de aula", ou então momentos nos quais eles mesmos relatavam coisas também curiosas e interessantes, que eu recolhia e passava para os outros alfabetizadores do Programa". (TUPINIQUIM, 2014, p. 2)

Formação Inicial de coordenadores e alfabetizadores, realizada na Direc 26 - Bom Jesus da Lapa, 3ª etapa, em 2010

Nesse sentido, saber o que pensam, o que sabem, o que desejam e com que sonham os educandos do Programa é fundamental para contribuir com as mudanças em suas vidas, melhorando a qualidade delas por meio da alfabetização.

3. O perfil do alfabetizador

Além dos conhecimentos sobre a alfabetização, é necessário que o educador conheça as especificidades do público com o qual irá trabalhar para que a relação e as atividades desenvolvidas obedeçam a rigorosidade que merece o trabalho com pessoas jovens, adultas e/ou idosas. A construção da identidade docente do alfabetizador passa fundamentalmente pelo entendimento de quem são os educandos com os quais trabalhará, suas características e, consequentemente, quais as suas necessidades político-pedagógicas. O perfil do educador se constrói na relação com o grupo de educandos que porta características e demandas específicas. E quem é esse público que tem estado nas salas de aula da alfabetização e da educação de jovens, adultos e idosos, e que determina em grande parte o próprio perfil do educador responsável pela turma de alfabetização? Falemos um pouco de cada um deles.

Segundo documentos oficiais, jovem é a pessoa que se encontra entre os 15 e os 29 anos de idade. Entretanto, sabemos que ser jovem não se resume à faixa etária, mas trata-se de um conjunto amplo e complexo de fatores que se entrelaçam na constituição das características da juventude.

Inúmeras visões sobre os jovens foram se constituindo ao longo do tempo. Não há um conceito único e perene. Trata-se, pois, de uma concepção construída histórica e culturalmente, que incorpora cenários sociais locais e globais, além de elementos relativos a gênero, etnia, condição social, diálogo geracional, criando não apenas uma juventude, mas várias juventudes, como vemos em José Machado Pais (1997 apud ABRAMOVAY; ANDRADE; ESTEVES, 2007, p. 23-24), que declara haver duas grandes linhas na sociologia da juventude:

> Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isto é, pertencerem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade é conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência. Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo juventudes, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presentes nessa categoria.

Os jovens, com suas linguagens próprias, seu dinamismo e curiosidade, requerem do educador uma abordagem metodológica diferenciada. A identificação com esse dinamismo, a predisposição em compreender a postura irreverente das pessoas nesta faixa etária, são fatores fundamentais na relação educador-educando. Desverticalizar essa relação é o primeiro passo em busca dessa compreensão.

Os adultos são as pessoas que têm entre 30 e 59 anos. Pela sua constituição psicossocial, pode representar o equilíbrio necessário ao convívio entre jovens, adultos e idosos, inclusive pelo seu grau de maturidade e sua capacidade de compreensão dessas relações por vezes conflituosas motivadas pela diferença de idade entre aqueles que

têm entre 15 e 29 anos, os jovens, e os que têm idade a partir de 60 anos, os idosos.

Essa parcela hegemônica do Programa pode desempenhar um papel fundamental para equacionar as diferenças entre os jovens e os idosos que, em certa medida, representa algum grau de dificuldade no desenvolvimento da prática pedagógica.

Cabe ao educador mediar essas relações e lançar mão da compreensão e contribuição dos adultos na superação dos obstáculos que se apresentem, convocando todos para uma convivência harmoniosa, apesar das diferenças de idade, de interesses e desejos. Isto é, compete ao educador coordenar o processo educativo nas salas de aula com essa heterogeneidade, de forma que todos tenham assegurado o seu direito de aprender, bem como o de compartilhar saberes num clima de cooperação e solidariedade mesmo, e principalmente nos momentos em que haja algum nível de tensão durante as aulas.

Segundo o texto de apresentação do **Estatuto do Idoso**, Lei Federal nº 10.741, é considerada idosa pessoa com 60 anos ou mais. De acordo com o Estatuto, no Brasil tem aumentado muito os anos de vida da população, e isso tem provocado algumas medidas necessárias por parte da sociedade e do poder público diante desse novo quadro. Segundo o documento, o aumento da longevidade e a redução das taxas de mortalidade, nas últimas

Turma da APAE, durante estudo do meio, Direc 30 - Guanambi, em 2012

décadas do século passado, mudaram o perfil demográfico do Brasil. Rapidamente, deixamos de ser um "país de jovens" e o envelhecimento tornou-se questão fundamental para as políticas públicas. Os brasileiros com mais de 60 anos representam 8,6% da população. Esta proporção chegará a 14% em 2025 (32 milhões de idosos).

A formação de alfabetizadores para trabalhar com pessoas idosas deve contemplar preocupações centrais relacionadas ao domínio de informações imprescindíveis para o exercício da cidadania, entre elas o conhecimento minucioso do Estatuto do Idoso e do Plano Nacional para a Pessoa Idosa. As atividades sociodeducacionais propostas precisam favorecer uma leitura contextualizada desses documentos, reforçando o compromisso dos idosos com as causas individuais e sociais da velhice.

4. O professor formador do TOPA

Se os conhecimentos e condições já mencionados são necessários ao educador que vai alfabetizar os jovens, adultos e idosos do TOPA, o Programa reconhece que são igualmente imprescindíveis aqueles conhecimentos aos profissionais que trabalharão com a formação dos alfabetizadores.

Dessa maneira, o(a) educador formador de educadores do TOPA, além dos conhecimentos já mencionados, é movido pela inquietação que mobiliza para a reflexão, o estudo, a pesquisa sobre temas relacionados à alfabetização, que busca articular a leitura da palavra à leitura do mundo. Ou seja, para além da decodificação dos signos linguísticos e outros signos e símbolos, o(a) educando, ao ler as palavras, imagens, gráficos, infográficos etc., deve ser desafiado a entender melhor o mundo do qual faz parte.

Foi através do TOPA que descobri que eu queria ser professora e atuar na área da educação. Alfabetizadora **Yolanda Barbosa**, *Município de Ibotirama.*

Ao professor formador do TOPA faz-se necessária a humildade de se perceber em constante aprendizagem e a ousadia de partilhar o que sabe para que novos e diferentes saberes sejam produzidos durante o desenvolvimento de seu trabalho juntos aos educadores e educadoras que alfabetizam os jovens, os adultos e os idosos do Programa. Faz isso articulando o espírito de liderança que a função exige e os princípios da gestão compartilhada que o Programa estabelece, por meio do diálogo e das relações horizontais, vivenciando a *experiência tensa da democracia*, à que se refere o educador

Paulo Freire. Trata-se, portanto, de um profissional responsável pelos momentos de formação de determinado grupo, mas que não é o dono do saber nem desses momentos formativos. Angela Gusmão (2014), como coordenadora-geral do TOPA na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, em Vitória da Conquista, ressalta alguns destes aspectos:

> Digo, até com certo orgulho, que inauguramos, por meio do TOPA, a formação dos formadores [dentro da universidade], não era para levar um programa pronto para que o professor fosse multiplicador, pois muitas vezes, nos programas anteriores, cada professor fazia o que queria, então o perfil da formação ficava extremamente solto. Então começamos a discutir na universidade sobre o que é formar alfabetizadores de jovens e adultos. Primeiro deveríamos traçar um perfil do alfabetizador de jovens e adultos com o que desejávamos, considerando que algumas comunidades não tinham pessoas qualificadas com o magistério, e nesses casos trabalhávamos com os educadores populares. (GUSMÃO, 2014, p. 1)

Em relação a esse profissional, além da experiência que a própria vida proporciona, o Programa exige que tenha, no mínimo, graduação, preferencialmente, em pedagogia ou em alguma licenciatura, para gozar de legitimidade diante do grupo de educadores sob sua responsabilidade e apresentar melhores condições para exercer suas funções do que profissionais de outras áreas. Profissionais de pedagogia ou de licenciatura, em geral, trazem consigo um conjunto de conhecimentos que são tratados nas formações iniciais e continuadas e, dessa forma, podem contribuir para qualificar ainda mais os momentos de formação do Programa.

TOPA e universidades, uma parceria que deu certo

Depoimento da Professora Doutora Luciene de Souza Santos, da Universidade Estadual de Feira de Santana, sobre o o impacto do TOPA junto as universidades parceiras do Programa:

"Acho um gol de letra essa parceria com as universidades, por duas vias, a universidade ganha, pois vai para o chão da escola, para o chão dos movimentos sociais, vai para a realidade da educação, não fica apenas teorizando sobre a educação de jovens e adultos, vai para a vivência com um programa desses, conhecer as dores e delícias desses processos. A universidade tem a possibilidade de trabalhar com seus monitores, alunos que estão na licenciatura em letras, em pedagogia, para vivenciarem isso em outro lugar. [...] É uma oportunidade de sair do campo da teoria e experimentar a prática, trazendo para a teoria também, para a reflexão, o trabalho realizado em sala de aula com os alfabetizadores, dividindo isso com os alunos de licenciatura. O outro lado ganha também, pois a parceria com as universidades do estado e com outras universidades, essa Secretaria da Educação, os movimentos sociais, as ONGs, as prefeituras e as pessoas que estão diretamente ligadas à efetivação do projeto também dialogam com quem está pensando o conhecimento na outra ponta, e com isso fazemos um casamento bacana. Harmonizamos os dois lados, temos a teoria, enxergando o que está acontecendo de fato na prática e tendo também a engrenagem da prática indo "beber" na academia, vendo o que de melhor tem sido publicado na área nos últimos tempos, o que tem sido construído e está em alta dentro da alfabetização de jovens e adultos e o que precisa ser também discutido na ponta. Não fica algo semelhante a um corpo, com uma cabeça pensando e um braço executando, as coisas andam mais engendradas e nós temos todos pensando juntos". (SANTOS, 2014, p. 3)

Arquivo TOPA

Círculo de Cultura durante formação para alfabetizadores e os coordenadores das turmas da Direc 30 - Guanambi, no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, realizado pelo Instituto Imborés/ FAINOR – Faculdade Independente do Nordeste, em setembro de 2013

E possível observar o quão importante tem sido o TOPA não apenas na luta contra o analfabetismo, mas também na inserção da agenda da educação de jovens e adultos dentro da universidade, especialmente no que diz respeito à formação de novos educadores alfabetizadores.

Um dos impactos que podemos destacar da história do TOPA refere-se ao processo de formação dos alfabetizadores realizado em parceria com as universidades. Pelos depoimentos que coletamos para a escrita deste livro, pudemos verificar a existência de um caminho de mão dupla: o TOPA ganhou com essa parceria, e as universidades também. As universidades parceiras estão envolvidas num processo de construção de uma perspectiva popular de universidade, como a defendida por Paulo Freire desde que foi Diretor do Serviço de Extensão Universitária da Universidade do Recife, no início de sua carreira, ao mesmo tempo em que ele realizava projetos de alfabetização de adultos.

Nessa perspectiva, entendemos que a parceria entre as universidades e o TOPA deu materialidade a um fecundo diálogo transformador, em que não apenas os diretamente envolvidos no Programa puderam se servir das unidades formadoras, mas elas próprias também encontraram no TOPA espaço para protagonizar ações de **extensão universitária** de perspectiva popular e perceberem-se para além do viés academicista ainda tão presente nas universidades brasileiras.

5. O planejamento, a organização do trabalho e a formação no TOPA

No TOPA, todas as atividades têm por base uma relação dialógica e horizontal, sem que se diluam as responsabilidades e se confundam os papeis de cada um para que o coletivo obtenha bons resultados. Desse modo, cada atividade do Programa tem caráter formativo, uma vez que, além dos conteúdos desenvolvidos, a forma de gestão é também um grande aprendizado para todas e todos, até mesmo pelas dificuldades envolvidas nesses processos marcados por relações democráticas nas quais a participação efetiva das pessoas é imprescindível.

Contudo, vale ressaltar que, no TOPA, não se deseja qualquer tipo de participação, o que se espera é que as pessoas participem na condição de sujeitos corresponsáveis pelo processo e pelo resultado alcançado. Para isso, essa participação exige conhecimento e responsabilidade por parte de todas as pessoas envolvidas, pois para transformar é necessário conhecer o objeto/realidade a ser modificada/o.

O TOPA também estimulou e proporcionou **ações de formação mais localizadas nas diferentes comunidades** onde atua, com projetos e experiências relacionados à prática de alfabetização desenvolvida em sala de aula, à saúde, ao acompanhamento do Programa na

comunidade, à sustentabilidade do planeta, dentre outros, como se pode verificar nos exemplos a seguir.

- Projeto de Formação de Professores durante a 4ª etapa do Programa, em 2011, na Direc Feira de Santana, envolvendo alfabetizadores, coordenadores e educandos nas reflexões, debates e vivências, com base nos pressupostos teórico-metodológicos do educador Paulo freire.

- Palestra sobre saúde, dengue, higiene bucal, pressão arterial etc., com esclarecimentos sobre como se precaver de doenças e cáries. A palestra contribuiu também para aumentar o interesse dos educandos nas aulas, melhorar a frequência e reduzir a evasão.

- Atividade desenvolvida, no município de Santa Bárbara, nas turmas sob a coordenação de **Djavan de Almeida França**, dentre outros benefícios relacionados à saúde, aumentou a frequência e reduziu a evasão dos educandos nas turmas de alfabetização.

- Formação dos alfabetizadores em serviço – município de Candiba –, com a participação de bolsistas voluntários, educadores e membros da comunidade nas discussões sobre o andamento do Programa, reuniões de planejamento, acompanhamento e definição da rotina do TOPA.

- Relatos de experiência sobre o Projeto de desenvolvimento sustentável, no município de Canudos, na 4ª etapa, com a participação de 55 educandos debatendo sobre o desmatamento e a utilização de sacolas retornáveis.

O processo de formação do Programa TOPA vem se desenvolvendo por meio do movimento da práxis, partindo de situações concretas relacionadas à realidade dos educandos que dele fazem parte, utilizando-se para isso dos dados e informações resultantes do processo de pesquisa iniciado pela Leitura do Mundo.

Arquivo TOPA

Encontro de Formação de Alfabetizadores, realizado em Curuípe, Direc 8 - Eunápolis, 6ª etapa

Formando educadores populares

Depoimento da Professora Sônia Moreira Coutinho, coordenadora-geral do TOPA da Universidade Estadual de Feira de Santana, sobre as atividades desenvolvidas com os alfabetizadores durante os encontros de formação:

"Nos encontros de formação dos alfabetizadores, utilizamos músicas, textos informativos e vídeos sobre a questão da diversidade. Sempre trabalhamos a questão da diversidade nas formações, assim como a questão de gênero, de etnia. Sempre na perspectiva da alfabetização e do letramento. Trabalhamos também a questão do papel da mulher na sociedade, as oportunidades de trabalho dadas a mulher no campo e na cidade. Com a utilização de textos sobre a questão indígena em nosso país conseguimos trabalhar conteúdos de matemática, de ciências sociais. Um trabalho multidisciplinar. Utilizando textos, vídeos e poesias trabalhamos a questão da população negra, a questão dos quilombos, como vivem essas populações e o respeito que temos que ter pela sua cultura e seus saberes. São temas que despertam o interesse e a participação dos alfabetizadores por conta da proximidade, trabalhamos as questões relacionadas ao preconceito racial por meio de ditados populares... Vamos sempre tentando trabalhar nesse sentido. [...] Utilizamos muito a cultura popular. Na ultima formação realizada fizemos um trabalho com a utilização de cantigas de roda, das "adivinhas" e contação de "causos", relacionadas à realidade dos alfabetizadores e também dos alfabetizandos, para auxiliar na orientação da compreensão dos sujeitos que estão em sala de aula, para verificar quais conhecimentos eles já tem e partir disso para uma ampliação dos conteúdos. Os alfabetizadores aproveitaram muito, relembraram as músicas e brincadeiras da infância, e se imaginaram fazendo isso em suas respectivas salas de aula. Sempre tentamos trabalhar com essas questões partindo das vivências e experiências dos sujeitos para que eles possam criar seus próprios níveis de discurso. Recentemente abordamos também a questão da cidadania atrelada a tecnologia, trabalhamos a questão do uso da urna eletrônica. Buscamos sempre trazer as questões relacionadas a realidade dos sujeitos, desde as mais próximas até as mais distantes, para que eles possam fazer da sala de aula um espaço de construção, reflexão e produção de saber, alfabetizando a partir dessas realidades". (COUTINHO, 2014, p. 2)

Os pressupostos teóricos metodológicos do educador Paulo Freire têm servido para lançar fachos de luz sobre as zonas de sombra, proporcionando os conhecimentos necessários para uma prática alfabetizadora mais consistente pedagogicamente, mediadas pelas relações democráticas, com vistas a uma educação mais justa e mais humana no estado da Bahia.

Carla Ornelas/ GOVBA

Fabyano Gomes/ FAINOR

6 Processo de ensino-aprendizagem

Os(as) educandos(as) adultos(as) são aprendizes experientes. Eles(as) têm saberes que foram construídos ao longo da vida nas relações familiares, no trabalho e também na escola. Esta, por sua vez, precisa considerar, para além das questões metodológicas, o contexto social, que no Brasil e na América Latina é marcado pela pobreza e exclusão, o que incide na aprendizagem de maneira significativa.

Na obra *Psicogênese da Língua Escrita,* de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky (1999, p. 18), as autoras apresentam a situação educacional na América Latina, com base em dados oficiais da Unesco, em 1974:

> Do total da população compreendida entre 7 e 12 anos, em 1970, 20% encontravam-se fora do sistema educacional. De toda a população escolarizada, apenas 53% chegavam à 4ª série […] ou seja, a metade da população abandona sua educação, sem regressar à escola. Dois terços do total de repetentes estão situados nos primeiros anos de escolaridade, e em torno de 60% dos alunos egressos da escola repetiram o ano uma ou mais vezes.

A pouca oferta de educação básica para toda população era um dos males endêmicos do sistema educacional gerado pela repetência e consequente "abandono"[1] da escola. Em

1 Para não responsabilizar o educando, não concordamos com o termo "abandono" escolar, e sim "expulsão encoberta".

1976, as estatísticas oficiais da Unesco estimavam em 800 milhões o número de adultos analfabetos no mundo; em 2000, o mundo tinha 875 milhões de pessoas nesta situação; em 2009, houve uma redução de 82 milhões; e em 2011, chegou a 793 milhões de pessoas não alfabetizadas. Ainda estamos muito aquém do resultado esperado para cumprir a meta das Nações Unidas de reduzir em 50% no número de analfabetos até 2015.

O educador Moacir Gadotti (2008. p. 11) apresenta algumas condições que geram o analfabetismo, ao dizer que:

> Antes de mais nada é preciso reconhecer que nossas altas taxas de analfabetismo são decorrentes da nossa pobreza. O analfabetismo representa a negação de um direito fundamental, decorrente de um conjunto de problemas sociais: falta de moradia, alimentação, transporte, escola, saúde, emprego... Isso significa que, quando as políticas sociais vão bem, quando há emprego, escola, moradia, transporte, saúde, alimentação... não há analfabetismo. Quando tudo isso vai bem, a educação vai bem.

O analfabetismo esta ligado à pobreza, que é resultado da imensa desigualdade social na qual vivemos, por essa razão ele tem nome, sobrenome e endereço, é um problema situado que atinge, como bem disse o professor Gadotti, os cidadãos mais excluídos. Historicamente, mulheres, populações do campo, pessoas com deficiência, indígenas e pessoas privadas de liberdade, entre outras, tiveram mais dificuldade para frequentar escolas.

Ferreiro e Teberosky (1999, p. 19) chamam atenção para o fato de que quando, com base em dados oficiais, eram analisados problemas como a repetência e finalmente o "abandono"

Arquivo TOPA

Educandos(as) em processo de ensino-aprendizagem, Direc 10 - Paulo Afonso, 3ª etapa, em dezembro de 2010

da escola, que por consequência geravam o analfabetismo na maioria da população na América Latina, verificava-se que nenhum desses problemas encontravam-se divididos igualmente entre a população de diferentes classes sociais. Acumulam-se em determinados setores que, por razões étnicas, sociais, econômicas ou geográficas, são desfavorecidos. É entre a população indígena, rural ou marginalizada dos centros urbanos que se concentram as maiores porcentagens dos fracassos escolares.

Participar do TOPA foi muito bom pra mim. Agora eu já leio o que está escrito no ônibus, quando vou no supermercado vejo os preços e quando passa qualquer coisa de receita na televisão, eu vou e tiro a receita, e pra mim isso é bom demais. Educanda **Nilzabete dos Santos Carneiro**, *52 anos, Município de Feira de Santana.*

O objetivo do trabalho de Ferreiro foi compreender a natureza dos processos de aquisição de conhecimento sobre a língua escrita acima de qualquer método de ensino, com a finalidade de contribuir para solução dos problemas da leitura e escrita na América Latina. Ainda hoje vivenciamos em muitas escolas a concepção tradicional de educação, que desconsidera os saberes dos(as) educandos(as) e continua pensando o ensino independentemente da forma como o(a) aluno(a) constrói o conhecimento, portanto, nega-se aceitá-lo como sujeito, e assim, mesmo passando por anos de escolaridade, muitos mal aprendem a ler e escrever.

Tradicionalmente, o problema da aprendizagem foi apresentado como um problema dos métodos, gerando interesse na busca de um método mais eficaz, e em 1962 começam a surgir algumas mudanças importantes sobre a maneira de compreender os processos de aquisição da linguagem oral pelas crianças. Foram essas pesquisas que pouco depois influenciaram um novo pensamento sobre a aquisição da leitura e da escrita em toda a América Latina.

1. As contribuições do socioconstrutivismo

As pesquisas realizadas por Ferreiro e Teberosky afirmavam que nenhum conjunto de palavras, por mais vasto que seja, constitui uma linguagem e que, para compreender a natureza da linguagem que se fala a sua volta, é preciso formular hipóteses, buscar regularidades, colocar à prova algumas antecipações e criar sua própria gramática, que não é mera cópia deformada do modelo padrão, mas uma recriação original.

Na educação chamada de tradicionalista, as práticas do ensino da língua escrita eram subsidiadas pelo ensino da língua oral numa progressão clássica que consistia em começar pelas vogais, seguidas pela combinação de consoantes, depois as primeiras palavras, e só depois frases simples. Julgava-se que a língua escrita fosse uma aprendizagem da fala, no entanto, nenhuma escrita constitui transcrição fonética da língua oral.

Para que a escola pudesse assumir o ensino da língua, ela precisava se apropriar do saber linguístico, mas foi preciso que a psicolinguística o tornasse observável, colocando-o em evidência.

Faltava a essas teorias um sujeito cognoscente, ou seja, aquele que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca.

> Não é um sujeito o qual espera que alguém que possui um conhecimento transmita a ele por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo e que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo. (FERREIRO, 1999, p . 29)

Esse conhecimento muda o foco do ensino para aprendizagem. A pergunta passa a ser como se aprende e não como se ensina. O(A) educando(a) passa a ser o centro do processo, como sujeito da história e da aprendizagem, visto como pessoa que já possui conhecimento sobre o mundo e a própria leitura e escrita.

> O sujeito é ativo é aquele que compara, exclui, ordena, categoriza, reformula, comprova, formula, hipóteses, reorganiza, etc., (…) um sujeito que está realizando materialmente algo, porém, segundo instruções ou modelo a ser copiado, dado por outro, não é habitualmente, um sujeito intelectualmente ativo. (FERREIRO, 1999, p. 32)

Tanto Paulo Freire como Emilia Ferreiro concordam que o(a) educando(a), criança ou adulto, é sujeito do mundo e

Educanda e alfabetizadora em processo ensino-aprendizagem, Direc 32 - Cruz das Almas, em maio de 2009

de sua aprendizagem. Entre uma concepção do sujeito da aprendizagem como receptor do conhecimento e recebido de fora para dentro, e a concepção desse mesmo sujeito como um produtor de conhecimento, há um grande abismo. (FERREIRO, 1999, p. 34)

Os **princípios básicos** que guiaram a pesquisa de Ferreiro são:

1. Não identificar leitura com decifrado (ler não equivale a decodificar as grafias em sons, portanto, a leitura não pode ser reduzida a puro decifrado).

2. Não identificar escrita com cópia de um modelo. Escrever é uma tarefa de ordem conceitual, a escrita não é cópia passiva, sem interpretação ativa não se confunde com caligrafia ou com ortografia.

3. Não identificar progressos na conceitualização com avanços no decifrado ou na exatidão da cópia. A aquisição da escrita como produto e construção ativa supõe etapas de estruturação do conhecimento.

Esta teoria do conhecimento exclui todo tipo de avaliação em termos de respostas certas ou erradas, pois as hipóteses vão sendo substituídas gradativamente, portanto, são considerados erros construtivos, pois constituem pré-requisitos necessários para a obtenção da resposta correta, não são falta de atenção ou memória. Desse modo, propôs rever as práticas pedagógicas que têm horror ao

Aula Inaugural do TOPA na comunidade de Calabar, Direc 1- Salvador, em julho de 2011

erro, sem distinguir entre erros construtivos e erros não construtivos.

A pesquisa mostrou que não saber ler não impede que se formulem ideias bem precisas sobre as características de um texto escrito. Ferreiro não está falando de leitura propriamente, mas das condições previas para esta. Dois critérios são usados para distinguir o que serve para ler e o que não serve para ler: primeiro, a quantidade suficientes de letras.

Não se concebe que algo esteja escrito quando são usadas apenas uma ou duas letras, nem quando a quantidade é maior que três (o número-chave de caracteres é o três), quatro letras ou mais. Menos de três é inaceitável. Este critério é conhecido como exigência de uma quantidade mínima de caracteres.

O segundo critério inclui identificar as letras e diferenciá-las de números e outros sinais gráficos como sinais de pontuação, reconhecendo a necessidade da variedade de caracteres para escrever.

Letras cursivas são comumente identificadas como letras com maior dificuldade, inicialmente são consideradas mais próximas de desenhos, além de dificultar a associação do que está escrito com o falado, por não saber identificar onde começam onde terminam as partes da palavra.

Uma pessoa que não sabe ler possui ideias sobre o que se pode ler, pode reconhecer que existe mais de um tipo de escrita (letras cursivas e de imprensa), distinguir letras de números e suas funções, uns servem para ler outros para contar.

A escola tradicional muitas vezes introduz a ideia de que escrever é copiar, portanto, como o(a) educando(a) fica alienado(a) ao processo, ele(a) não associa à leitura. Temos muitos exemplos de alunos(as) que passaram anos fazendo exercícios de caligrafia, como se fosse condição para escrever, e ao pedir que escrevessem determinado texto, produziam um emaranhado de letras, mas quando solicitado que lessem o escrito, surpreendiam-se, pois não associavam a leitura à escrita.

Por isso, para Ferreiro, para alfabetizar é preciso saber responder a duas

perguntas fundamentais: o que a escrita representa e como ela representa?

A autora mostra que conhecimentos como orientação espacial da leitura não estão ligados ao reconhecimento do que é esquerda ou direita, acima ou abaixo, numa página, mas que estas noções são socialmente transmitidas, por essa razão faz falta ter assistido a atos de leitura para formular e reformular hipóteses que serão substituídas por outras ao longo do processo, daí também a importância da intervenção do educador. De maneira que ela destacou anteriormente como o acesso ao mundo letrado por parte da população privilegiada pode facilitar a aquisição desta. Todos podem aprender, mas a desigualdade social pode facilitar ou dificultar esse processo.

2. Leitura do Mundo, Leitura da Palavra

As parcerias que sustentam o TOPA têm se mostrado muito fecundas, ao permitir a instalação de turmas de alfabetização nas regiões mais distantes do Estado da Bahia, possibilitando que o Programa vá aonde ninguém vai.

Desde o início, o TOPA procurou orientar-se pelos princípios freirianos de uma Educação Popular crítica e emancipadora que ultrapassasse a leitura das palavras como mera decodificação, mas que estivesse a serviço da superação da consciência ingênua desvelada pelo exercício de leitura do mundo, que propõe análises mais profundas da conjuntura social, política e econômica, que extrapolam mitos e especulações infundadas e sem cabimento, como os que apresentamos aqui.

A atual equipe da coordenação do TOPA já estava envolvida com a Educação de Jovens e Adultos bem antes do início do Programa: em 2001 fundaram o **Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia**. "Posso dizer que aqui na Secretária já aconteceram algumas experiências anteriores ao governo atual de Jaques Wagner, mas temos historicamente uma descontinuidade da EJA, já que a EJA foi sempre renegada ao terceiro ou quarto Plano." (ALVES, 2014, p. 8)

O Estado da Bahia já possuía outros programas de alfabetização, mas a demanda ainda era muito grande.

> "A prova disso é que, além do trabalho que estamos fazendo e tantos outros que já estão acontecendo, como o MOVA, que vem há tempos realizando um bom trabalho por aqui, o que nos mostra que já existem outras ações alfabetizadoras. O que me chamou atenção foram os resultados das plenárias, realizadas em todo Estado pela Secretaria de Planejamento

(SEPLAN)[2], para **ouvir** as demandas da população, para saber o que a população precisava. Em todos os relatórios, de todas as plenárias realizadas em todas as regiões do Estado da Bahia, encontramos a EJA como uma das demandas." (ALVES, 2014, p. 3)

Por meio dessas ações, podemos perceber como a orientação do Programa Todos pela Alfabetização trabalha numa perspectiva semelhante à da Educação Popular de Paulo Freire, estimulando a participação popular, promovendo encontros que reúnem educadores, educandos líderes populares, de prefeituras, entidades e ONGs para Encontros como a **Escuta Aberta,** que dá voz àqueles silenciados pela exclusão social e educacional.

Além de mostrar compromisso com os mais excluídos, o governo do Estado decidiu enfrentar o analfabetismo e tratar o problema como uma política pública. Para a realização do Programa, estabeleceu convênio com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do governo federal e vem fazendo história na forma como se inventa e reinventando a cada e etapa. Seu primeiro destaque é assumir a responsabilidade da alfabetização de jovens, adultos e idosos como política pública do Estado da Bahia, novamente colocando em prática outra lição de Paulo Freire, que inaugurou um modelo de parceria Estado-sociedade civil. Segundo Gadotti (2008), tratava-se de uma nova "tecnologia social" especialmente inovadora no enfrentamento de problemas sociais ligados ao analfabetismo.

> Precisamos facilitar e estabelecer alianças e parcerias entre governos e sociedade civil. Só através do Estado não se chegará a eliminar o analfabetismo. O atraso é muito grande e os governos precisam contar com a participação ativa da sociedade civil. Trata-se pois de construir uma aliança entre o poder público e a sociedade civil. (GADOTTI, 2008, p. 44)

O Programa TOPA é uma ação articulada entre o governo do Estado, os municípios, entidades da sociedade civil e ONGs, para reduzir o índice de analfabetismo na Bahia, melhorar as condições de vida da população e os indicadores educacionais. Embora a educação seja dever do Estado, a adesão ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA) é **opcional,** e mesmo com altos índices de analfabetismo, pouquíssimos Estados aderem para obter financiamento para tal empreitada. *"Acredito que o governo deve ter essa vontade política, pois o Programa só aconteceu, e ainda acontece, graças a essa vontade política que priorizou o Programa."* (ALVES, 2014, p. 4)

2 Para saber mais: <http://www.seplan.ba.gov.br>.

Farol da Barra, símbolo de Salvador

Outra iniciativa importante foi o cruzamento do banco de dados do TOPA com o banco de dados do Programa Bolsa Família, pois ao perceber que, segundo o Censo de 2010, a Bahia possuía mais de 2 milhões de miseráveis, novamente a coordenação do TOPA se sensibilizou: *"Se o analfabetismo é um dos primeiros indicadores de pobreza, será que estes dois milhões estão dentro do TOPA? Será que estamos conseguindo atender o público que deveríamos atender?"* (ALVES, 2014, p. 4). Esta inquietação gerou contatos com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que se desdobrou numa grande mobilização que revelou 800 mil pessoas cadastradas no Bolsa Família sem matrículas no TOPA. *"De posse desse banco de dados, na 5ª etapa nós pegamos município a município, para matricular essas pessoas no TOPA. Ação conhecida como busca ativa."* (ALVES, 2014, p. 4)

* * *

Há muitas maneiras de acompanhar o desenvolvimento dos educandos num processo, quando estamos com eles diariamente na sala de aula, podendo fazer uso de portfólios ou dossiês que acompanham passo a passo o desenvolvimento, afinal, a avaliação na concepção freiriana é concebida no processo, portanto é democrática, dialógica, continuada e emancipadora. Lembramos

a fala do professor Gadotti (2008, p. 46), citada anteriormente, quando diz que "não se pode medir a qualidade da educação de adultos apenas pelo saber sistematizado acumulado pelos alunos, muitos outros saberes são adquiridos em cursos de alfabetização de adultos". Reduzir a avaliação apenas a aspectos ligados à aquisição de conteúdos conceituais deixa de contemplar parte importante do processo de aprendizagens dos educandos. Os programas de alfabetização são de grande relevância por causa do impacto na vida dessas pessoas que transformam suas realidades. Assim, vamos lidando com as dificuldades de transformar o real no ideal e nos aperfeiçoando e nos reinventando a cada dia cada, em nome dessa busca.

O TOPA me ajudou muito na parte de leitura, que eu era muito fraca, e a escrever, já que às vezes eu esquecia algumas letras, e através do TOPA consegui. Hoje, graças a Deus, eu posso dizer que sou alfabetizada. **Sandra Junqueira dos Santos**, *educanda, 41 anos, Município de Serrinha.*

Por isso, o caráter deste livro temático, além de documentar a história do Programa, é também trazer histórias de vida das pessoas do TOPA. Confirmando a importância de avaliar os impactos causados na vida das pessoas, os números não dão conta da grandeza do TOPA.

O Programa, ao mesmo tempo que alfabetiza, forma professores, estimula a pesquisa na área da EJA, promove uma política de articulação e mobilização social, insere digitalmente os municípios a partir dos aprendizados para se incluir no sistema do TOPA, promove ações intersecretariais e intersetoriais, cria conhecimento sobre gestão administrativa, política, pedagógica, financeira de programas com a grandeza do TOPA etc. Em muitos municípios, o Programa impulsionou a abertura de salas de aula regulares de Educação de Jovens e Adultos, que ao concluírem a etapa de alfabetização, reivindicaram o direito de continuar os estudos, para não repetir o fenômeno da expulsão encoberta.

Com isso, o Programa vem reinventando sua caminhada a cada passo, buscando aprimorar cada vez mais a efetivação do seu objetivo, que é acabar com o analfabetismo na Bahia.

30 mil livros são distribuídos para alfabetizados do Topa

Estado campeão em alfabetização, a Bahia é referência nacional. Com a intenção de consolidar o processo de aprendizagem, o governo, por meio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), está distribuindo 30 mil livros para esses alfabetizados. A ação, que integra o projeto **Leitura para Todos** e que objetiva o hábito da leitura nos jovens, adultos e idosos egressos do Topa, foi marcada pela entrega simbólica de obras literárias dos mais diversos gêneros e linguagens pelo governador Jaques Wagner e o secretário estadual da Educação, Osvaldo Barreto, nesta terça--feira, 29 de Junho de 2010, na sede dos Correios, na Pituba.

Nessa primeira etapa, serão contemplados os alfabetizados de 60 municípios, mas a meta é atender a todos os alfabetizados pelo programa no estado. Cada alfabetizado do Topa receberá em sua casa um livro da coleção do Ministério da Educação, juntamente com uma carta-resposta, com postagem paga, onde devem ser escritas suas impressões sobre o conteúdo lido, enviando para a Secretaria da Educação. A coleção do MEC, resultado de um concurso nacional de 2005, é composta por dez livros – de poesia, conto, crônica, novela, peça teatral tradição oral e biografia.

Fonte: <http://topabarradochoca.blogspot.com.br/2010/06/projeto-leitura-para-todos.html> Acesso em 30 set. 2014.

Manu Dias/GOVBA

Governador Jaques Wagner entrega livro para educanda do TOPA, durante o lançamento do projeto Leitura para Todos

Compromisso com a aprendizagem

Falar do TOPA é falar de esperança, sonho e, por que não, de amor, amor às pessoas simples que foram impedidas do direito de aprender a ler e a escrever. Caminhei e participei de todas as etapas e, em cada uma delas, aumentava a certeza de que o Programa cumpria uma importante tarefa na luta contra o analfabetismo no estado da Bahia.

Colaboradora da equipe pedagógica, estive próxima dos alfabetizadores, coordenadores de turmas e intérpretes de Libras, bem como daqueles que de fato são os protagonistas do Programa: os alfabetizandos.

Ao falar dessa caminhada de quase oito anos, destaco a importância do momento vivido em torno da construção da proposta pedagógica do Programa e dos vários mecanismos de avaliação e acompanhamento do trabalho criados, a exemplo das avaliações cognitivas que ajudaram no fortalecimento do processo ensino-aprendizagem dos alfabetizandos.

A **formação dos bolsistas do Programa** também merece destaque. As ações contínuas de formação dos alfabetizadores, coordenadores de turmas e tradutores intérpretes de Libras foram muito importantes e decisivas para o desenvolvimento dos objetivos de cada etapa do TOPA, exatamente por oportunizar aos envolvidos a construção de conhecimentos necessários para alfabetizar jovens, adultos e idosos.

A fim de estruturar o processo formativo, a equipe pedagógica do Programa, elaborou o **Plano Político-Pedagógico (PPP)**, documento com os pressupostos teóricos e metodológicos, de perspectiva freiriana, destinado a orientar as Unidades Formadoras, públicas e privadas, na organização do planejamento das formações inicial e continuada.

Este PPP, por sua vez, ao longo das etapas, foi sendo revisitado e aprimorado, em consequência da Leitura do Mundo que a equipe pedagógica foi fazendo. Tais mudanças foram se dando em diálogo com as instituições formadoras, a partir das experiências vividas e/ou através do próprio acompanhamento *in loco* às salas de alfabetização, realizado pela nossa equipe.

Nas inúmeras visitas às turmas, foi possível perceber o protagonismo político-pedagógico de muitos dos alfabetizadores envolvidos, ao ousarem construir novos olhares para as práticas de alfabetização desenvolvidas em sala de aula, demonstrando compromisso não só pelo processo de ensino-aprendizagem em si, mas principalmente com a efetiva permanência dos alfabetizandos nas turmas, de modo a se garantir as oportunidades à apropriação processual da leitura, da escrita e numeralização.

Durante o acompanhamento das formações dos bolsistas, sob a responsabilidade das universidades estaduais e particulares, pudemos, ainda, comprovar o quanto o Programa motivou e sensibilizou aqueles que antes não tinham o desejo de ser um educador e que encontraram no TOPA a porta de entrada para iniciar um curso superior nas diversas licenciaturas.

Hoje, considerando as tantas ações realizadas, não é pequena a felicidade por participar de um Programa que muito fez para mudar a história da EJA na Bahia.

Maria Célia Silva Coelho
Coordenação Pedagógica do Programa TOPA

Geraldo Carvalho/ ASCOM/SEC

Equipe da Coordenação Pedagógica, da esq. para a dir, Carla Guanais Liberal, Maria Célia Silva Coelho, Mariluse da França Dias, Ana Luiza Santos Borges e Ynajara Macêdo Silva, em outubro de 2014

Acervo IPF

Acervo IPF

Acervo IPF

7 Avaliação do Programa

O Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) vem, desde o seu início, fazendo avaliação cognitiva dos alfabetizandos jovens, adultos e idosos nele matriculados, com base nas determinações expressas no convênio firmado com o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) do governo federal.

Como parte de um amplo sistema de avaliação dos programas de alfabetização conveniados ao Programa Brasil Alfabetizado (PBA), como é o caso do TOPA, a avaliação cognitiva realizada junto aos educandos é entendida como fundamental para medir os seus resultados e encaminhar ações com vistas ao seu aprimoramento. Deve assumir por objetivo:

> [...] gerar informações sobre as práticas pedagógicas e os resultados de aprendizagem obtidos pelo Programa Brasil Alfabetizado, de modo a subsidiar a ação de todos os agentes diretamente envolvidos e/ou interessados no pleno cumprimento de suas metas. (RIBEIRO, 2003, p. 2)

Esta avaliação cognitiva é realizada em dois momentos: um no início de cada etapa e outro no fim, buscando, com isso, elementos para aferir os impactos do programa sobre a aprendizagem dos educandos. A avaliação feita no início de cada etapa, denominada aplicação de teste cognitivo de entrada, tem o propósito de investigar o conjunto de conhecimentos prévios em Língua Portuguesa e Matemática dos alunos regularmente matriculados no TOPA. A avaliação no fim da etapa, denominada aplicação de teste cognitivo de saída, busca constatar os avanços na aprendizagem dos educandos.

Metodologicamente, a aplicação desta **avaliação cognitiva** se dá com base nas determinações do PBA, que disponibiliza cadernos de testes cognitivos de entrada e de saída, com questões a serem respondidas pelos educandos matriculados. As questões propostas aos educandos baseiam-se na Matriz de Referência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, devidamente adaptada à realidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), e estão associadas a certos descritores de competências em Matemática e Língua Portuguesa priorizados pelos idealizadores da avaliação.

Os objetivos do Programa TOPA, citados no capítulo um, vêm sendo perseguidos em parceria com o Ministério da Educação, que, por seu lado, vem buscando mobilizar entes da federação e sociedade civil em torno do Programa Brasil Alfabetizado, que empresta nacionalmente significados e referencialidades metodológicas aos que atuam localmente na luta em favor da educação de jovens, adultos e idosos, como é o caso do TOPA.

> Nesse sentido, cabe enfatizar o papel atribuído, a partir de então, a Estados, Distrito Federal e Municípios durante a implementação do Programa Brasil Alfabetizado. Tais entes federativos passaram a ser priorizados na definição das metas de abrangência e cobertura e, portanto, na distribuição de recursos do programa. Criou-se, com isso, um componente de co-responsabilização entre os três níveis de governo para a oferta de vagas em programas de alfabetização e educação de jovens e adultos, preservando-se a participação das organizações da sociedade civil, universidades e centros de pesquisa, cuja capacidade técnica, experiência, flexibilidade e mobilidade são indispensáveis para a garantia da qualidade dos programas. (HENRIQUES, 2006, p. 35)

Além de se apresentar como agente indutor do protagonismo político-social local de um amplo conjunto de pessoas e articulador dos múltiplos esforços e movimentos em defesa da alfabetização, o Programa Brasil Alfabetizado, nacionalmente, e o Programa TOPA, na Bahia, cumprem o papel de inserir na pauta política dos estados e municípios a temática do analfabetismo e, consequentemente, enfrentá-lo não apenas no plano técnico-pedagógico, mas, fundamentalmente, por meio de movimentos populares e democráticos de mobilização social e conscientização da população quanto à urgência de tal iniciativa. Nesse sentido, o Programa TOPA, nos limites que lhe são inerentes, vem contribuindo no fortalecimento da própria experiência democrática das

Acervo IPF

Educandos(as) do município de Ichu em processo de ensino-aprendizagem, Direc 2 – Feira de Santana, em 2013

pessoas a ele ligadas, superando o "centralismo asfixiante" de outras matrizes educacionais, desvinculada da vida, como nos ensinou Paulo Freire.

Educar para e pela democracia é um dos grandes desafios colocados à sociedade brasileira, e o fazer político-pedagógico que a maioria de nós educadores reproduz cotidianamente para ver implementadas nossas políticas educacionais ainda não consegue apreender a radicalidade do discurso no qual nos apoiamos. Inegavelmente, todos nós desejamos avançar rumo a uma sociedade mais justa e democrática para todos, no entanto, cotidianamente, pela nossa própria inexperiência democrática e por condicionantes históricos de difícil enfrentamento, inúmeras oportunidades educativas são desperdiçadas. E, ao longo das etapas do Programa TOPA, vários esforços vêm sendo empenhados no sentido de desenvolver uma prática alfabetizadora fomentadora de práticas e experiências democráticas.

> Se há um saber que só se incorpora ao homem experimentalmente, existencialmente, este é o saber democrático. Saber que pretendemos, às vezes, os brasileiros, na insistência de nosso gosto intelectualista, transferir ao povo, nocionalmente. A nossa experiência, por isso que era democrática, tinha de se fundar no diálogo, uma das matrizes em que nasce a própria democracia. (FREIRE, 1959, p. 10).

Considerando que qualquer processo de avaliação, naturalmente, remete-nos a possibilidades de mudanças e melhorias daquilo que se avalia, uma experiência dialógica e humanizadora de avaliação cognitiva, de novo, à luz da Educação Popular freiriana, não apenas permite aos educandos e educadores refletirem sobre aquilo que são e ainda não são, mas também aquilo que podem vir a ser. Pode oportunizar a reflexão sobre os aspectos específicos da sua própria realidade como estudante e educador, do relacionamento que já tiveram e hoje têm com o ato de conhecer, bem como sobre o próprio contexto imediato de vida a que estão condicionados, permitindo avançar de uma consciência ingênua para a consciência crítica da realidade. A superação do analfabetismo no Brasil se dará no enfrentamento concomitante das violações de direitos que tanto fragilizam os jovens, adultos e idosos na sua própria experiência como educandos.

Os processos de avaliação cognitiva realizados a cada etapa do Programa têm perseguido tais pressupostos, assumindo ao longo dos anos configurações diversas com vistas ao seu aperfeiçoamento metodológico e político-pedagógico.

O TOPA é um produto do seu tempo, e o próprio modelo de avaliação cognitiva por ele desenvolvido, em obediência aos termos do convênio celebrado com o Ministério da Educação, é um exemplo disso. A Secretaria da Educação do Estado da Bahia, ao longo dos anos, vem problematizando este modelo, entendendo a necessidade de dar a ele significados que de fato o aproximem de um modelo mais participativo e abrangente de avaliação, na perspectiva da Educação Popular freiriana.

Há duas importantes experiências de **avaliação institucional** vivenciadas pelo TOPA ao longo das suas 7 etapas que merecem destaque. A primeira refere-se ao "Projeto de avaliações de impacto do TOPA", desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia em parceria com as universidades responsáveis pela formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas, que, em 2012, concluiu importantes estudos relativos às etapas de 2007 a 2011. A segunda experiência se desenvolveu em parceria com o Instituto Paulo Freire (IPF), responsável pela avaliação das etapas de 2013 e 2014.

Neste capítulo, resgatamos os aspectos fundamentais que caracterizam essas duas experiências, procurando fundamentá-las à luz dos pressupostos que a coordenação estadual do TOPA tem procurado assumir ao longo das etapas em que o Programa se realizou.

1. Construindo os caminhos para a avaliação do impacto do Programa

Em julho de 2011, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia articulou com as universidades responsáveis pela

formação dos alfabetizadores o desenvolvimento do projeto de avaliação de impacto do Programa Todos pela Alfabetização nas etapas de 2007 a 2011.

> Visando dar conta desta proposta, a Secretaria da Educação do Estado - SEC, através da coordenação geral do Programa TOPA, idealizou, em conjunto com as Unidades Formadoras – UF, uma proposta de trabalho [...] Para tanto, foi necessária a contratação de uma equipe permanente, constituída por representantes das UF, em regime de dedicação parcial e integral para coordenar as atividades de avaliação, as quais tiveram início no dia 25 de julho de 2011. […] Dessa forma, após a indicação e contratação dos membros da equipe, durante o período de 10 meses foram realizadas as atividades de coleta, sistematização e análise de dados referente às dimensões e indicadores de avaliação. A organização dos dados foi feita por Direc e municípios sob a abrangência de cada Unidade Formadora, na quarta etapa do Programa Topa. […] A equipe de avaliação contratada para a realização das atividades da Avaliação foi formada pelos representantes das Unidades Formadoras participantes da 4ª etapa (2010), sendo 6 (seis) da Universidade do Estado da Bahia – Uneb, 2 (dois) da Universidade Estadual de Feira de Santana – Uefs, 2 (dois) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb, 2 (dois) da Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc, 3 (três) da Faculdade Maria Milza – Famam e 2 (dois) da Faculdade Independente do Nordeste – Fainor. (BAHIA, 2012a, p. 4-5)

Juntas, estabeleceram um conjunto de dimensões e aspectos presentes no TOPA que precisaria ser avaliado.

> Para tanto, definiu-se uma série de dimensões de avaliação – a) missão, objetivos e meta do Programa; b) gestão e organização; c) pedagógica; d) alfabetizando; e) aprendizagem; f) diversidade e responsabilidade social; g) recursos humanos; h) infraestrutura; i) sustentabilidade financeira; j) planejamento e avaliação –, às quais foi vinculado um conjunto de indicadores, levantados mediante a realidade do TOPA, visando tanto a reunião de dados quantitativos quanto a análise qualitativa, considerando o contexto, os objetivos e as metas do Programa. (BAHIA, 2012a, p. 15)

De acordo com BAHIA (BAHIA, 2012a, p. 18) foram estabelecidos

para a primeira etapa do trabalho de avaliação os seguintes objetivos:

- Sistematizar os indicadores de alfabetização de jovens, adultos e idosos, resultantes do Programa Todos pela Alfabetização no Estado da Bahia - TOPA no período de 2007-2010.

- Analisar o perfil dos alfabetizandos por Município, considerando os indicadores de idade, gênero, etnia, nível de renda, condição de ocupação e segmento social.

- Analisar o perfil dos alfabetizadores, coordenadores de turma e tradutores e interpretes de Libras, considerando os indicadores de formação, gênero, idade, etnia, nível de renda, condição de ocupação e segmento social.

- Relacionar os testes de entrada e saída, de acordo com amostra estatística, visando à análise de desempenho na alfabetização.

- Sistematizar as experiências exitosas, tendo em vista a diversidade do TOPA.

- Na organização do cronograma de atividades, foram contempladas as dimensões e indicadores de avaliação para o atendimento dos Produtos 8, 9 e 10, nas condições contratuais firmadas entre a Secretaria da Educação e as Unidades Formadoras. O produto 8 se refere ao levantamento das atividades de aproveitamento de aprendizagem; o produto 9 diz respeito ao estudo técnico estatístico de impacto do Programa Topa e; o produto 10 ao levantamento das experiências do processo de alfabetização no contexto da diversidade.

Este primeiro modelo de avaliação institucional do TOPA, responsável pela sistematização do seu impacto nas quatro primeiras etapas, gerou importantes aprendizagens e aprimoramentos na gestão não só do Programa em si, mas fundamentalmente na própria avaliação. A isso dá-se o nome de meta-avaliação. Avaliação da própria avaliação, durante o próprio ato de avaliar.

Com base nos aprimoramentos indicados no primeiro modelo de avaliação, a partir da 6ª etapa, feita no ano de 2013, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia implementa modificações importantes nos processos de avaliação cognitiva realizados com os educandos. Coube ao Instituto Paulo Freire a tarefa de executar a aplicação de testes cognitivos e, consequentemente, a análise da proficiência dos educandos avaliados em Língua Portuguesa e Matemática.

Se no primeiro modelo de avaliação as 32 Direcs foram repartidas entre as

universidades parceiras, de acordo com as regiões em que atuavam como unidades formadoras de alfabetizadores, a partir da 6ª etapa esta divisão não ocorreu. O Instituto Paulo Freire ficou responsável pela avaliação em todas elas, tanto na fase de entrada quanto de saída das etapas 6 e 7.

Considerando as dimensões territoriais do estado da Bahia e o fato de que as avaliações de entrada e saída precisariam ser realizadas, respectivamente, logo no primeiro e último mês de cada etapa, foi necessária a construção de estruturas e processos específicos.

O planejamento e execução desse segundo modelo de avaliação compreendia: diagramação, impressão e distribuição dos cadernos de testes dos educandos, cadernos comentados dos aplicadores e gabaritos de respostas nas 32 Direcs; distribuição dos cadernos e demais materiais necessários para a realização dos testes nas 32 Direcs; desenvolvimento do sistema de gestão, registro e monitoramento dos testes a serem aplicados; seleção de 32 coordenadores locais e 6 coordenadores mesorregionais, por meio de edital de contratação; formação e capacitação da equipe de coordenação local e mesorregional; seleção e capacitação de 370 aplicadores de testes; aplicação dos testes cognitivos; leitura óptica dos gabaritos de resposta; análise dos dados obtidos e emissão de relatórios conclusivos.

A **diagramação, impressão e adequações pontuais dos cadernos** de testes de entrada e de saída dos educandos, gabaritos de respostas e os cadernos dos aplicadores, recomendados pelo Programa Brasil Alfabetizado, foram feitas em permanente diálogo com a coordenação estadual do TOPA para, em seguida, serem distribuídos em todas as Direcs.

Para um adequado monitoramento da aplicação dos testes cognitivos de entrada e saída, foi elaborado um **software de gestão que possibilitou o planejamento e o acompanhamento diário das visitas às turmas**, agendadas a cada semana aos aplicadores de testes. Isso só foi possível graças ao compartilhamento, por parte da Secretaria da Educação, dos dados cadastrais de todos os educandos e turmas do TOPA. Com base nesses dados, identificaram-se quais turmas tinham o maior número de educandos matriculados, por exemplo, sua localização e dias e horários de funcionamento. Em posse dessas informações, os coordenadores locais faziam o agendamento da visita. No dia seguinte à aplicação dos testes, os aplicadores informavam via fone, a seus respectivos coordenadores locais, a quantidade de testes aplicados no dia anterior, e estes lançavam essa informação no sistema. A cada sexta-feira, por ocasião do recebimento de todos os gabaritos e cadernos de testes aplicados, os coordenadores locais,

no sistema, informavam oficialmente a quantidade de testes aplicados na semana.

O software desenvolvido para esse monitoramento mostrou-se indispensável, considerando a extensão territorial do estado da Bahia, a grande quantidade de pessoas a articular e o curto espaço de tempo para a execução do trabalho.

A **seleção e contratação** de 32 coordenadores locais e 6 coordenadores mesorregionais se deu a partir de um edital amplamente divulgado em cada uma das Direcs. Por meio de videoconferência e outras iniciativas de comunicação virtual, realizadas na sede do Instituto Paulo Freire, em São Paulo, vários candidatos foram entrevistados até a definição de toda a equipe, tanto para a 6ª quanto a 7ª etapa.

Em seguida à contratação, **encontros de formação** da equipe de coordenação local e mesorregionais, em Salvador, foram realizadas com o objetivo de: a) acolher e integrar os coordenadores mesorregionais e locais entre si e ao Programa TOPA; b) cumprir as formalidades administrativas de admissão ao Instituto Paulo Freire, com a realização dos exames médicos e entrega de documentos; c) apresentar o Instituto Paulo Freire e refletir sobre os princípios e fundamentos freirianos que devem orientar a atuação de cada um no Programa TOPA; d) refletir os fundamentos de uma educação em direitos humanos e sua

Acervo IPF

O formador Alcir Caria durante o I Seminário de Socialização dos Resultados obtidos nos testes de entrada na 6ª etapa do TOPA, em outubro de 2013

Círculo de Cultura realizado durante a Formação de Coordenadores Locais e Mesorregionais no Centro de Treinamento de Líderes de Itapuã, em maio de 2013

relação com os desafios da sociedade brasileira no combate ao analfabetismo; e) dialogar sobre a importância histórica e social da ação de cada um, detalhando o conjunto de atribuições da equipe de coordenação local e mesorregional; f) construir coletivamente o cronograma de ações a serem desenvolvidas ao longo do processo; g) capacitar a equipe para os processos de seleção e capacitação de aplicadores que seriam contratados nas semanas seguintes; h) detalhar os fluxos logísticos e operacionais inerentes ao processo de visitação às turmas nas várias localidades de cada Direc.

Ao longo dos encontros de formação, as equipes de coordenação local e mesorregional formadas nessas duas etapas eram orientadas a refletirem sobre os pressupostos ético-político-pedagógicos freirianos que deveriam reger a atuação cotidiana de todos em suas respectivas Direcs.

Partindo do pressuposto que a aplicação de testes cognitivos não pode ser entendida como atividade meramente técnica, esvaziada de outros significados e sentidos, as equipes formadas eram desafiadas a ampliar o sentido e significado da atividade de aplicação de testes, refletindo sobre o impacto que essa ação exerceria sobre os sujeitos implicados no Programa TOPA, a saber, educandos, educadores, coordenadores de turma, supervisores de ensino e comunidades.

Inspirados na ideia do líder pacifista indiano Mahatma Gandhi (1869–1948), de que “devemos ser a mudança que queremos ver no mundo”, os participantes eram incentivados a refletir sobre os princípios que a equipe deveria assumir cotidianamente

enquanto coordenadores, visto que, historicamente, processos de avaliação externa são vistos como ação policialesca, que pode pôr em risco o trabalho dos educadores e coordenadores de turma, expondo cada um dos coordenadores locais e mesorregionais a situações de conflito e tensões. Em meio a essas problematizações, as equipes eram ainda desafiadas a compreender que o trabalho de coordenação do processo de aplicação dos testes cognitivos deve se desenvolver pautado na alegria, amorosidade, democracia, competência técnica, respeito, rigor nos prazos, seriedade e diálogo, numa perspectiva crítica e revolucionária.

Em seguida aos encontros de formação da equipe de coordenação, dava-se início à contratação e capacitação dos aplicadores de testes. Nas semanas seguintes à formação dos coordenadores, estes, cada um na sua Direc, iniciavam a análise de currículo dos candidatos a aplicadores que se apresentaram em resposta ao edital de contratação amplamente divulgado em todo o estado baiano.

Os encontros de formação inicial da equipe de aplicadores aconteceram aos sábados, sob a mediação da equipe de coordenação local e mesorregional, em torno dos seguintes objetivos: a) acolher e integrar todos os aplicadores e coordenadores da sua região, de modo a se constituírem numa equipe colaborativa e solidária de trabalho, tendo por base a carta de princípios do Instituto Paulo Freire; b) apresentar o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA, desenvolvido pelo governo estadual da Bahia, destacando os objetivos, etapas e resultados esperados de cada processo de avaliação diagnóstica ao qual estavam envolvidos; c) refletir sobre a importância histórica e social do trabalho que os aplicadores realizariam, diante dos desafios que a sociedade tem a enfrentar para eliminar o analfabetismo na Bahia; d) apresentar e orientar os aplicadores no preenchimento do caderno de testes cognitivos e da folha de transcrição de respostas que fariam durante as visitas às turmas de alunos; e) detalhar a rotina semanal de trabalho a ser executada pelos aplicadores, coordenadores locais e mesorregionais; f) vivenciar situações específicas e refletir sobre o momento da aplicação dos testes cognitivos nas salas de aulas do TOPA, identificando elementos que nos ajudem a assumir uma presença respeitosa e humanizadora junto aos educandos e alfabetizadores; g) distribuir os materiais a serem utilizados na primeira semana de aplicação de testes, bem como a agenda com as datas e locais a serem visitados por aplicador(a).

Com base nos depoimentos dos próprios aplicadores participantes do encontro de formação, de modo geral, as experiências eram elogiadas, ao garantir diálogos e reflexões sobre o conjunto de temáticas indispensável para a atuação de cada um deles na aplicação dos testes cognitivos.

Acervo IPF

Atividade durante a formação dos aplicadores de testes cognitivos, sob a coordenação de Camila Naiara (de pé), realizada no início da 7ª etapa do Programa TOPA

Tomando por base os objetivos desses encontros formativos dos aplicadores, por exemplo, em relação às aprendizagens em torno do sentido histórico do trabalho a ser feito por todos, destacamos a avaliação de uma das aplicadoras dos testes, a aplicadora **Diane Souza da Cruz**, da Direc Salvador:

> Neste dia foi explicitado um breve histórico sobre a EJA, e que nas classes de jovens e adultos os saberes acumulados dos alfabetizandos devem ser matéria-prima do processo de aprendizagem. O diálogo, o respeito, a valorização dos saberes contribuirão para a elevação da autoestima e crença na capacidade de aprender e essas questões seriam premissas para que esses sujeitos se sentissem confortáveis para a realização dos testes. Na formação, fomos orientados a explanar o sentido da avaliação, sua importância e tranquilizar os alfabetizandos para que todos ficassem à vontade para responder de acordo com suas experiências e vivências. Que não ficassem preocupados com os erros ou acertos, pois fazia parte do processo. Eu diria que foi uma aula riquíssima!
> **Diane Souza da Cruz** – Salvador

O Instituto Paulo Freire e a Secretaria da Educação do Estado da Bahia, através da Coordenação do TOPA, estabeleceram que, em todos os diálogos formativos previstos em cada etapa de aplicação de testes, o trabalho a ser executado deveria ser contextualizado historicamente, visto que não estamos presos a um hoje permanente, mas como sujeitos históricos, nossa ação no mundo precisa ser também compreendida a partir da própria história. Durante a formação dos aplicadores, esse sentido histórico sempre procurou ser resgatado.

Além da contextualização histórica, é fundamental oportunizar aos participantes do encontro de formação o exercício da práxis, ou seja, mobilizá-los para, em diálogo uns com os outros, problematizarem a sua tarefa como aplicadores de testes cognitivos.

> O encontro de formação [...] atendeu às expectativas propostas, uma vez que nesse encontro foi possível dialogar com os demais aplicadores acerca das atividades a serem realizadas, imaginando situações-problema e elaborando a posteriori situações para elas. Ademais, também foi possível trocar com os demais aplicadores as experiências vividas no contexto educacional, discutindo com base nos ensinamentos do professor Freire. **Mariana Cruz da Silva**, aplicadora de testes cognitivos – Salvador

A utilização de esquetes e de encenações sobre situações corriqueiras de uma sala de alfabetização foi explorada em várias regiões durante os encontros. A leitura corporal e cênica certamente favorece a compreensão de aspectos da realidade a ser encontrada durante a aplicação dos testes cognitivos.

> O grupo se dividiu em equipes que encenaram focando todas as situações que possivelmente fôssemos encontrar nas aplicações dos testes, e a coordenadora Lenéssia nos mediou com muita didática e metodologia adequada, à medida que surgiam situações que nos deixavam confusos. Foi muito produtivo e basicamente trabalhamos o período inteiro nos deparando com situações que já sabíamos como agir, pois a dinâmica do grupo foi importantíssima. **Dilma Selma Barreto Pereira**, aplicadora de testes cognitivos – Jequié

Nas formações, os aplicadores refletiram ainda sobre como assumir uma atitude dialógica e colaborativa de trabalho coerentes com os pressupostos freirianos. Relatos de aplicadores das Direcs de Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim e Barreiras ilustram um pouco essa avaliação que fizeram em relação à compreensão dos pressupostos freirianos que deveriam orientar o agir profissional de toda a equipe.

O encontro me proporcionou conhecer os princípios de Paulo Freire e, através destes, me preparar para desenvolver um trabalho mais humanizado e ético. **Aran Raphel dos Santos Leal** – Vitória da Conquista.

Foi um momento de grande relevância para o aprendizado de todo nós, aplicadores. **Nayara Silva** – Senhor do Bonfim.

Estudei muito sobre Paulo Freire e suas metodologias de ensino no curso de Pedagogia. No curso de formação, ao deparar com os princípios freirianos, percebi que era um trabalho sério e os conhecimentos adquiridos no curso vieram somar e enriquecer mais um pouco. **Elisangela Brito** – Barreiras.

Para além dessa atividade de formação inicial, toda a equipe de aplicadores se reuniu semanalmente em cada uma das 32 Direcs para, durante o processo de entrega e retirada dos cadernos de testes cognitivos, na perspectiva de uma formação continuada em serviço, qualificarem sua atuação cotidiana por meio de momentos de avaliação coletiva e reflexão sobre a sua prática em sala de aula.

A aplicação dos testes cognitivos, tanto nas fases de entrada quanto de saída, se deu em seguida a todo esse processo de preparação das equipe de coordenação e de aplicadores de testes. Tomando por base a meta geral de testes a serem aplicados *versus* o número de educandos matriculados em cada Direc, as equipes visitavam as turmas e solicitavam aos educandos presentes que respondessem às questões de Língua Portuguesa e Matemática previstas em cada caderno de respostas. Em seguida, os aplicadores transcreviam as respostas nos respectivos gabaritos e, a cada dia, informavam via telefone aos coordenadores locais a quantidade de testes aplicados. De posse dessas informações, os coordenadores imediatamente as lançavam no sistema, permitindo assim um monitoramento quase que diário, no máximo semanal, da evolução do processo de aplicação dos testes cognitivos.

Concluída a fase de aplicação de testes, todos os cadernos dos educandos e respectivos gabaritos de respostas eram organizados, transportados de cada Direc para o Instituto Paulo Freire e enviados para a **leitura óptica**, que, quando finalizada, gerava uma base de dados que se transformava em gráficos com informações sobre a proficiência dos educandos avaliados em relação a cada questão proposta na avaliação.

Iniciavam-se, assim, a análise dos dados obtidos e a elaboração dos relatórios conclusivos, apontando o domínio da Leitura e da Escrita que os educandos avaliados demonstravam possuir. Os resultados dessas análises puderam ser

Equipe reunida durante o II Seminário de Socialização dos Resultados obtidos nos testes de entrada na 7ª etapa do TOPA, realizado em 5 de setembro de 2014

compartilhados com todas as Direcs em um seminário realizado em outubro de 2013 e, ainda, com as unidades formadoras, em março de 2014, responsáveis pela formação dos alfabetizadores.

Todo esse fluxo demonstra o compromisso da Secretaria da Educação do Estado da Bahia com a avaliação institucional e o consequente aprimoramento que o TOPA pode processualmente alcançar, também, por intermédio dela. Esta opção e compromisso está fundamentada numa concepção de avaliação que a coordenação estadual do Programa defende. Uma avaliação institucional comprometida com a democratização do acesso e da própria gestão da educação.

2. A politicidade e a dialogicidade da avaliação institucional

A avaliação institucional se caracteriza, inicialmente, como uma ação propositiva e sistemática de uma instituição, ou programa, para avaliar o conjunto de suas ações e, desta forma, conhecer seus processos, estruturas e relações que constituem sua razão de ser, bem como os fatores que influenciam sua trajetória. Com a avaliação, almeja-se também verificar os resultados alcançados diante dos recursos disponibilizados e interpretar o significado social que tais resultados expressam. O caráter institucional da avaliação é representado pela decisão política da instituição de se autoavaliar, realizando-a de forma sistemática e abrangente, incorporando-a como instrumento de gestão e

conhecimento, inscrevendo-a na sua identidade e cultura.

No entanto, se uns a veem como uma técnica capaz de resolver as falhas dos processos, outros não entendem sua importância como **experiência formativa crítica**, relegando-a ao segundo plano. A questão fundamental neste debate não é superestimá-la, no primeiro caso, ou subestimá-la, no segundo, mas compreendê-la em todo o seu potencial emancipador.

No caso da administração pública, a avaliação institucional das políticas desenvolvidas, dos programas ou projetos, ganha relevância à medida que permite à sociedade, quando incorpora os diversos atores sociais neste processo, a aprendizagem e a experimentação na gestão do interesse público, promovendo a capacitação social no julgamento da alocação dos recursos e na sua intervenção para uma distribuição mais justa dos bens produzidos socialmente, fortalecendo a participação dos cidadãos no exercício da democracia.

Como podemos observar, a avaliação institucional transcende o caráter instrumental como muitos a compreendem. Ela se apresenta como prática social potencializadora do conhecimento da realidade para transformá-la.

A ideia de avaliação que o Programa TOPA vem lutando para ver implementada no seu interior sustenta-se na processualidade. A **avaliação processual** tem um sentido democrático e pedagógico, à medida que se configura como espaço e momento privilegiado de compartilhamento, acompanhamento, identificação e ajustamento dos fatores intervenientes na implementação de um programa social. Permite, igualmente, a compreensão sobre as mudanças requeridas à consecução dos objetivos iniciais, uma vez que estes dificilmente se realizam de acordo com a formulação dos responsáveis pela política ou pelo programa que se quer implementar, caso não haja um acompanhamento e uma readequação permanentes.

A concepção pedagógica que embasa essa proposta é a avaliação participativa e emancipatória. Isso porque se reconhecem o legítimo direito e a capacidade dos envolvidos em contribuírem para o conhecimento da realidade na qual o programa está sendo desenvolvido e a se engajarem na mudança social. Neste sentido, somente uma abordagem que considera a complexidade da realidade social, o olhar, o diálogo e o comprometimento dos diversos atores envolvidos, que garante oportunidade de vivências problematizadoras, colaborativas e cooperativas, pode produzir conhecimentos relevantes e sedimentar práticas sociais transformadoras e emancipatórias.

A dialogicidade, como fundamento da **avaliação institucional**, na perspectiva da educação libertadora e inspirada no pensamento de Paulo Freire, possibilita que o conhecimento seja construído coletivamente, desmontando os modelos meritocráticos e punitivos e se

transformando em processos de aprendizagem solidária e emancipatória. Desse ponto de vista, não concebemos uma avaliação unilateral, sem compartilhamento do sentido sobre a ação.

Considerando que a nossa concepção de avaliação revela muito da nossa concepção de educação e de aprendizagem, os processos de avaliação cognitiva do TOPA vêm sendo desenvolvidos de modo a se transformar em oportunidade para o exercício da cidadania, em que os sujeitos implicados na avaliação participem ativamente de todo o processo, e o escopo da avaliação integre aspectos cognitivos, socioculturais e socioambientais presentes em práticas alfabetizadoras que não separam aprendizagem e desenvolvimento político, social, econômico e cultural local. No entanto, não se propõe com isso descaracterizar a função primeira do TOPA, que é a de levar jovens, adultos e idosos ao pleno domínio da leitura e da escrita, mas reconhecer que o seu êxito, na importante função de alfabetizar, só se efetiva quando assume compromissos com a realidade concreta dos seus educandos.

Por tudo isso, seguramente, o estado da Bahia, considerando as práticas de avaliação institucional que vem construindo processualmente no interior do Programa TOPA, tem se apresentado nacionalmente como importante referência.

Acervo IPF

Seminários de apresentação dos resultados da avaliação cognitiva

Uma importante agenda assumida pelo Programa, em torno da avaliação cognitiva dos educandos matriculados, diz respeito à realização dos **Seminários para apresentação dos resultados obtidos na aplicação de testes cognitivos de entrada e de saída.** Participam deste encontro membros da equipe pedagógica do TOPA e de todos os supervisores do Programa nas 32 Direcs.

Estes seminários tiveram por objetivos: apresentar os resultados da aplicação dos testes cognitivos de cada etapa e fazer uma reflexão crítico-propositiva em torno dos dados sobre o nível de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática dos educandos, à luz dos princípios filosófico-político-pedagógicos do Programa TOPA, da concepção de avaliação subjacente ao PBA, que pressupõe a aplicação dos testes cognitivos de entrada e de saída, e dos princípios freirianos.

O sentido dialógico que o TOPA atribuiu à própria avaliação cognitiva encontrou nestes seminários oportunidade para se potencializar ainda mais, visto permitir o debate e a identificação coletiva de diretrizes para o permanente (re) planejamento do próprio Programa, ao reunir, num mesmo espaço, todos os segmentos representados (Instituições formadoras, Direcs, Coordenação do TOPA, formadores do IPF etc.), e, assim, criar condições de juntos perceberem que comungavam de uma mesma constatação: uma outra avaliação se faz necessária. As análises e comentários sobre os limites dos objetivos, do instrumental e da metodologia da avaliação estavam sendo feitas de forma dispersa. Foi o Seminário que permitiu que o grupo reconhecesse a convergência de pensamento, de reflexão e de desejo de fazer uma outra avaliação que captasse a grandeza do alcance do Programa TOPA.

Como um desdobramento da agenda assumida pelo TOPA em torno da avaliação e (re)planejamento permanente dele Programa, no início de cada etapa, foram realizados os encontro pedagógico das Unidades Formadoras, ocasião em que os participantes, em posse dos resultados das avaliações cognitivas de entrada e de saída das etapas anteriores, socializavam e revalidavam o planejamento das formações de alfabetizadores que seriam desenvolvidas na etapa que se iniciava.

II Seminário de Socialização dos Resultados da Avaliação Cognitiva de Entrada da 7ª etapa do TOPA, realizado na cidade de Salvador, em setembro de 2014

Acervo IPF

Mateus Pereira/ GOVBA

Arquivo TOPA

Arquivo TOPA

8 Cotidiano político-pedagógico

O Brasil se constitui da união de coletividades regionais que exercem a sua autonomia política e administrativa com base nas disposições constitucionais compartilhadas entre os entes federados que o integram, a saber, Estados, municípios e o Distrito Federal. Tais entes da federação podem ser entendidos como espaços político-sociais onde as pessoas, coletivamente, organizam o seu existir e nele produzem ou acessam aquilo de que necessitam para viver. O Estado, em especial, não se define na divisão geográfica que delimita suas fronteiras político-administrativas em relação ao restante do país. O Estado se define também, por exemplo, na identidade cultural do seu povo, nas suas características ambientais e produtivas.

Situado numa determinada área territorial, que abrange zonas rurais e urbanas, espera-se que o estado seja capaz de distribuir entre seus habitantes tudo aquilo que produzir ou nele existir. Ou seja, um estado socialmente justo e economicamente democrático se evidencia, exatamente, quando é capaz de repartir, entre todos, suas riquezas e oportunidades.

Viver em sociedade é uma necessidade vital de todos, e o estado, em articulação com os municípios que o integram, dispõe de importantes possibilidades e potencialidades para as pessoas se integrarem umas às outras e, assim, viabilizarem sua existência material, política e cultural. Por meio deles, estado e municípios, nos vemos integrados a uma ampla e complexa rede social que participa ativamente de todos os processos, contribuindo, inclusive, para o crescimento e desenvolvimento social, cultural e humano destes mesmos participantes. A dinâmica social presente no interior do estado e de seus municípios desafia as pessoas a exercerem

a sua individualidade, considerando os interesses e as necessidades dos coletivos humanos aos quais fazem parte.

Este tipo de iniciativa, que cria **espaços de diálogos reflexivos, críticos e políticos**, expõe potencialidades locais, dificuldades, desigualdades sociais e injustiças presentes no contexto da própria sociedade, que, necessariamente, lhe apresenta novos desafios, como, por exemplo, o de repartir entre todos aquilo que existe dentro de um estado. Isso porque, historicamente, a sociedade se desenvolveu apoiada na lógica da desigualdade e, em vez de constituírem-se num grande centro promotor de direitos, transformaram-se em centros regionais de privilégios, oferecendo apenas a alguns as condições necessárias para se viver com dignidade dentro dele, mantendo grandes contingentes populacionais excluídos daquilo que ele dispõe.

O fato é que o modo capitalista de organização social transformou estados e municípios num lugar de violação dos direitos fundamentais das pessoas. Não são todos que usufruem do pleno direito à moradia, ao trabalho, à educação, à saúde, à cultura e à liberdade de vir a ser aquilo que se quer. De modo geral, o desequilíbrio social presente nas cidades é muito grande, com alguns poucos tendo acesso aos bens produzidos nelas e com muitos impedidos desse acesso.

Mesmo ligados uns aos outros numa vida comum, a mercantilização da vida imposta pelo capitalismo criou inúmeros impedimentos ao pleno acesso de todos às riquezas e oportunidades presentes no estado. Ainda que haja o reconhecimento de que todos são iguais perante a lei, para se viver dignamente é necessário deter certos poderes econômicos, políticos, sociais e culturais. A democratização de uma sociedade está em garantir o pleno exercício de tais poderes, em prol do bem-estar pessoal e da cidadania de todos.

A desigualdade social no Brasil verificada tanto no campo quanto na cidade é uma construção histórica de difícil combate, tornando os municípios incapazes de, por si, enfrentá-la. Ações integradas e compartilhadas entre os entes da federação são fundamentais para isso. No caso do analfabetismo entre a população de jovens, adultos e idosos, por exemplo, os estados e municípios brasileiros vêm sofrendo direta e cotidianamente os impactos e as consequências que tal questão lhes impõem.

É por meio do desenvolvimento de ações colaborativas, em rede, articuladas e dialógicas que tem sido possível avançar na direção de um novo cenário educacional no Estado. Um novo que não surge magicamente de modo a-histórico, mas que é construído processualmente, por muitas mãos humanas no interior de um cotidiano que os liga, pois, segundo Kosik (1976, p. 68), "todo o modo de existência humana ou de existir do mundo possui sua própria cotidianidade", e é no interior dela que os homens fazem a sua história.

O TOPA existe, se faz e se historiciza no interior da sua própria cotidianidade, a partir do agir diário de um amplo coletivo de pessoas espalhadas nos vários territórios municipais da Bahia. São gestores, técnicos, educadores, supervisores, coordenadores, educandos, líderes comunitários e outros atores político-sociais agindo cotidianamente em torno dos objetivos que caracterizam o Programa.

No entanto, ao mesmo tempo em que a cotidianidade se apresenta como o *ambiente espaço-temporal* favorável para darmos materialidade à nossa história, ela mesma, dialeticamente, também nos distrai e nos aliena em relação à nossa condição de sujeitos históricos, reiterando-nos os cuidados e desafios sociais sobre os quais já falamos anteriormente.

O exercício do planejamento dialógico[1] entre todos os que atuam no interior do Programa TOPA, por meio de reuniões e encontros diversos, sempre foi uma prática estimulada que contribui para o enfrentamento dos desafios citados, projetando um futuro sempre melhor para todas as pessoas, já que, numa perspectiva freiriana, o diálogo, quando crítico e como um ato de liberdade, permite às pessoas se descolarem do seu cotidiano, olharem-no do lado de fora, analisá-lo e voltarem para ele com maior consciência do papel de cada um no interior da cotidianidade que compartilham. As reuniões de planejamento pedagógico entre alfabetizadores e coordenadores de turma é um bom exemplo disso.

> A possibilidade humana de existir – forma acrescida de ser – mais do que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer. É um ser aberto. Distingue o ontem do hoje. O aqui do ali. Essa transitividade do homem faz dele um ser diferente. Um ser histórico. Faz dele um criador de cultura. (FREIRE, 1959, p. 7)

Neste sentido, o TOPA pode ser entendido como um amplo e plural coletivo de pessoas que, cotidianamente, cada uma, a seu modo e no seu âmbito e município, se reconhecem ligada umas as outras e atuam mediadas por objetivos e pressupostos comuns, com vistas ao enfrentamento do analfabetismo no estado da Bahia. Ou seja, o Programa adquire vida exatamente por meio do agir local das pessoas que o integram e que o reconhecem, desde a sua origem, como lugar da cidadania e lugar da utopia.

1 Para saber mais: PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 7. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2007a. (Guia da Escola Cidadã, 7)

Turma localizada no distrito Maria Quitéria, Direc 2 - Feira de Santana, em 31 de julho de 2013

Lugar da cidadania ao estimular *que as pessoas construam a sua própria autonomia como sujeitos,* por meio de vivências alfabetizadoras associadas a processos de conscientização. Lugar da utopia ao oportunizar a todos a *projeção de novas realidades para si e para o lugar onde vivem, por meio do trabalho, enquanto ação criadora, que numa sociedade letrada como a nossa alcança, na aquisição da leitura e da escrita, novos sentidos.*

O TOPA é **lugar para o exercício da cidadania** e fortalecimento da autonomia das pessoas que o integram. São jovens, adultos e idosos que se conectam entre si e passam a compartilhar processos comuns rumo à sua autodeterminação como pessoa, numa perspectiva solidária, crítica e cidadã.

> A sociedade do futuro será tanto mais valiosa e autêntica quanto mais favorecer o desenvolvimento integral da pessoa, o compromisso comunitário, a comunhão fraterna e o diálogo, e o processo de participação popular. [...] Quer dizer, é preciso passar do homem individualista, competitivo e destruidor, ao homem essencialmente comunitário. (GUTIÉRREZ, 1999, p. 58)

O Programa também se apresenta como lugar da utopia. Entendamos melhor essa ideia. A palavra utopia, de origem grega, deriva dos termos **ou** (que indica negação) e **topos** (lugar), que

traduzindo quer dizer "o não lugar", ou seja, "o lugar que não existe"[2]. Nessa perspectiva, o papel histórico e social do Programa TOPA deve ser realizado pisando o chão do presente e projetando socialmente possíveis futuros, lugares que ainda não existem, tendo por base a realidade herdada do passado.

É possível construir outro mundo, ou outros mundos, a partir das realidades concretas vividas por cada um de nós hoje, seja na escola, na comunidade, no município e até no mesmo Estado. O Programa TOPA como lugar da utopia estimula o fomento de novas práticas e atitudes nas pessoas em relação ao mundo que temos e ao mundo que queremos, ao procurar desenvolver uma prática alfabetizadora onde todos possam refletir sobre as realidades históricas herdadas do passado e mobilizá-los para, coletivamente, transformarem contextos desumanizadores em realidades coerentes com a dignidade humana.

Tanto quanto lugar de cidadania, um programa que se reconhece lugar da utopia, compreende o ser humano como sujeito capaz de recriar e transformar a realidade em que se encontra e, por meio de uma educação emancipatória, promove o encontro das pessoas para refletirem sobre a vida e assim ampliarem a própria consciência de si como sujeitos históricos e, alimentados de esperança, participarem socialmente da construção da felicidade humana.

Contudo, desenvolver um programa de alfabetização em larga escala, como é o TOPA, não é tarefa das mais fáceis, e tem sido exatamente no reconhecimento da sua incompletude que a Secretaria da Educação do Estado da Bahia vem estimulando, junto a seus parceiros, um fazer político-pedagógico solidário e dialógico, capaz de levar todos a assumirem uma práxis que assegure as condições materiais e objetivas necessárias para o pleno desenvolvimento dos objetivos a que se propõe.

1. O planejamento como ato dialógico

Este capítulo, em especial, propõe-se a refletir sobre práticas cotidianas relacionadas ao planejamento político-pedagógico que se desenvolvem nas várias instâncias do Programa – Secretaria da Educação do Estado da Bahia, Direcs, Universidades, Entidades Sociais e Sindicais e Prefeituras parceiras, que juntas formam o TOPA.

Ao longo das etapas, as pessoas diretamente envolvidas no fazer político-pedagógico do TOPA (re)produziram práticas comuns, e também próprias, de planejamento e organização diária do programa.

Por tratar-se de uma complexa tecnologia social de alfabetização em rede, a organização do trabalho cotidiano inclui

2 Fonte da definição sobre utopia: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Utopia> Acesso em: 20 jul. 2014.

o cumprimento de rotinas previamente recomendadas pela Coordenação Estadual do TOPA a todos. No entanto, pelo próprio dinamismo que lhe é inerente, o Programa também estimula arranjos locais e próprios de planejamento, desde que respeitadas as concepções e referencialidades metodológicas nas quais se apoia.

No TOPA aprendi a planejar melhor as minhas aulas, pois não sabia, e de vivenciar experiências com pessoas mais experientes, mesmo não sabendo ler e escrever. Alfabetizadora **Querle Pereira dos Santos**, *Município de Alagoinhas.*

Este modelo de planejamento e gestão, que se dá por meio do estabelecimento de fluxos, rotinas e prazos comuns a todas as turmas, associado a iniciativas particulares e específicas de cada localidade, revela que o programa alcança unidade de intencionalidades e sentidos por meio da diversidade de práticas político-pedagógicas de planejamento.

Nas reuniões de planejamento e de **avaliação semanal do trabalho pedagógico** realizadas no interior das prefeituras e entidades sociais parceiras, entre seus respectivos coordenadores de turma e alfabetizadores, este aspecto esteve fortemente presente. Notícias publicadas nos vários *blogs* criados pelas Direcs para registrar os principais acontecimentos do TOPA ilustram bem essa perspectiva de planejamento.

A experiência de planejamento acima revela a natureza dialógica do planejamento educacional, que se materializa na relação com o outro e no reconhecimento de que a organização do cotidiano pedagógico não pode prescindir do diálogo com a realidade e entre as pessoas implicadas na ação alfabetizadora pretendida. Um planejamento que não se dá em gabinetes, apenas entre gestores e técnicos. Ao fazer a opção por uma gestão compartilhada do Programa, o planejamento político-pedagógico do TOPA se desenvolve em várias níveis, contextos e tempos.

Antes do início de cada etapa de alfabetização, determinados atores entram em cena para o planejamento do Programa, que abrange avaliação da etapa anterior, com base nos resultados da avaliação cognitiva realizada; estudo e mapeamento da

Círculo de Cultura realizado durante o encontro Diálogos Pedagógicos, na Direc 21 - Irecê, em julho de 2012

Encontro Diálogos Pedagógicos – 5ª etapa/2012 **- Nos dias 18 e 19 de junho de 2012 aconteceu na cidade de Irecê o Encontro Diálogos Pedagógicos, organizado pelo Programa TOPA. O Encontro teve como objetivo dialogar com os coordenadores de turmas sobre o acompanhamento pedagógico a ser realizado junto aos alfabetizadores, bem como possibilitar a construção coletiva de um planejamento pedagógico que atenda as demandas locais do público alvo do Programa. [...] Para além das questões pedagógicas, o evento proporcionou uma maior interação e reflexão sistematizada sobre o papel do coordenador e sua atuação na comunidade onde as turmas, sob sua responsabilidade, estão inseridas.**

Fonte: <http://topadirec21.blogspot.com.br/2012/07/encontro-dialogos-pedagogicos-5.html> Acesso em 20 jul. 2014.

demanda em cada região do estado; preparação dos documentos necessários para a renovação do convênio com o Programa Brasil Alfabetizado, seu principal mantenedor; renovação do termo de adesão das entidades sociais e prefeituras; mobilização e atualização da equipe de coordenação de turma e alfabetizadores; efetivação da matrícula dos novos educandos; articulação das ações de formação dos alfabetizadores junto às universidades parceiras; planejamento das ações intersetoriais junto à Secretaria da Saúde, responsável pelas cirurgias da catarata e demais exames de acuidade visual, além da disponibilização de óculos;

articulação junto às prefeituras que assumem a responsabilidade pela oferta de merenda escolar aos educandos do TOPA matriculados nas entidades sociais que, por restrições legais, não recebem recursos para essa finalidade.

Quando do início de cada etapa, como desdobramento das ações de planejamento descritas acima, outros atores envolvidos no planejamento cotidiano do TOPA entram em cena. São os gestores das entidades e prefeituras, coordenadores de turmas e alfabetizadores que passam a planejar semanalmente o trabalho a ser realizado entre os novos educandos matriculados.

Nos encontros quinzenais da equipe, fazemos planejamentos de duas, três semanas. Trabalhamos com tudo, não ficamos focados só no livro. Partimos também para outros trabalhos, revistas, livros, jornais, coisas que passam na TV, eles assistem muito, além das coisas do dia a dia que eles passam pra gente. A gente trabalha bastante com essas questões. Alfabetizadora **Dinamara Santos Santana**, *Município de Feira de Santana.*

É possível perceber que o cotidiano do TOPA se constitui de vários atores que protagonizam papéis diversos no seu interior. Atores que se entretecem feito um tecido, uma trama, formada de muitos fios. Atores que, a exemplo dos fios e linhas, se entrelaçam e compõem uma tecitura comum. Metáforas como *rede*, *tecido* e *trama* representam bem o sentido político-pedagógico do cotidiano do TOPA, exatamente por reconhecer que cada ator que atua no interior do

Reunião de planejamento com os(as) alfabetizadores(as) do município de Coribe, em julho de 2011

Turma da Direc 10 - Paulo Afonso, 3ª etapa, em dezembro de 2010

Programa – seja ele educando, alfabetizador, coordenador de turma, entidades sociais, prefeituras, universidades e Direcs – traz consigo conhecimentos, saberes de vida, utopias, compromissos com a transformação da realidade que, entretecidos, tornam o processo de planejamento, enquanto processo dialógico e humanizador, possível.

Dentre esses vários momentos que integram o planejamento cotidiano do programa, damos destaque aqui a alguns deles.

2. Avaliação cognitiva da aprendizagem

Um programa com o alcance do TOPA encontra nos processos de avaliação institucional importantes elementos para o seu aprimoramento. Avaliar o nível de aprendizagem alcançado pelos educadores e educandos em cada etapa, por exemplo, muito contribui para o sentido dialógico do planejamento político-pedagógico que realiza.

Em coerência com seus pressupostos, os processos de avaliação cognitiva realizados ao longos das 7 etapas do Programa, mesmo em meio à rigorosidade metodológica que lhe é inerente, sempre se deram na perspectiva da dialogicidade, entendendo o ato de responder à uma avaliação como a pronúncia de uma palavra, dita tanto pelos educandos quanto pelos alfabetizadores como um todo. Palavra essa que se fazia ouvida nos processos permanentes de (re)planejamento protagonizados por todos os atores envolvidos no TOPA.

O cotidiano político-pedagógico do TOPA sendo feito e refeito processualmente por meio do diálogo, da conexão e articulação entre educandos, alfabetizadores, coordenadores locais, universidades, prefeituras, entidades sociais, Direc e SEC/BA, que em tempos, lugares e modos distintos vão compondo um agir coletivo em torno de um só objetivo, o combate ao analfabetismo no estado da Bahia.

3. Estudo e mapeamento da demanda em cada região do estado

Atender a mais de um milhão de jovens, adultos e idosos em sete anos de programa exigiu muitos estudos e articulações para o devido mapeamento das demandas em cada região do estado.

Um programa de alfabetização não nasce apenas com base em dados estatísticos e estudos específicos que caracterizam uma certa realidade a ser transformada. No instante da implementação e execução do programa, as pessoas que compõem o índice de analfabetismo em determinada região precisam ser visibilizadas, retiradas do anonimato e identificadas.

Os mapeamentos estatísticos cumprem um importante papel nos processos de gestão de um programa de alfabetização, mas eles, em si, não retiram as pessoas da invisibilidade. São as articulações regionais e iniciativas comunitárias locais que transformam os sujeitos indeterminados apontados nos índices em pessoas portadoras de nome, endereço, história e sonhos, em sujeitos de direitos.

Na fase de identificação das demandas, definição da quantidade de turmas a serem abertas em cada município do estado, identificação das pessoas em condição de analfabetismo, convite a cada uma delas para participarem do Programa e realização da matrícula, todos os envolvidos nessas ações estavam desafiados a cumpri-las conscientes do seu significado, restabelecer o direito à educação a cidadãos baianos historicamente impedidos do pleno gozo da sua cidadania.

Atividade em sala de aula da turma do Calabar, Direc 1- Salvador, em 25 de outubro de 2011

4. Termo de adesão das entidades sociais e prefeituras

Ainda durante o processo de planejamento de cada etapa, as prefeituras e entidades sociais parceiras formalizam a adesão ao TOPA por meio do cumprimento de um conjunto de procedimentos estabelecidos, em resolução específica, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (MEC/FNDE).

Este processo de adesão anual, além de dar materialidade ao regime de colaboração entre os entes da federação, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9495/96), dá legitimidade para as ações que as entidades e movimentos sociais parceiros do TOPA desenvolverão, contribuindo assim com seu desenvolvimento institucional e empoderamento local.

O diálogo permanente com as entidades sociais e prefeituras sempre foi uma marca do TOPA, por entender que as ações e iniciativas governamentais de combate ao analfabetismo não estariam imunes a problemas e dificuldades, e que a presença não só de apoio, mas também fiscalizadora, era fundamental.

> Desde o início fazemos esse exercício de escuta sensível [...]. Todos falam, uns elogiam, outros criticam, já outros cobram. E devem cobrar mesmo, pois é um controle social. Eu digo aos movimentos sociais, desde 2007 que o papel deles é cobrar, é fazer o controle social, se algo não está bom deve ser dito. (ALVES, 2014, p. 10)

A qualidade social do TOPA se evidencia também no conjunto de aprendizagens que o diálogo entre a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e os movimentos e entidades sociais e sindicais oportuniza, favorecendo o fortalecimento das lideranças comunitárias locais, o entendimento dos aparato burocrático inerentes a qualquer programa governamental, dentre outras.

5. Formação dos alfabetizadores

Os impactos do Programa TOPA não estão associados apenas à diminuição dos índices de analfabetismo no estado da Bahia, exatamente por, também, se apresentar como espaço de formação de educadores populares. Milhares de homens e mulheres participaram do Programa como alfabetizadores ou coordenadores de turmas, e ao longo de cada etapa tiveram o oportunidade de refletirem não somente sobre o sentido da profissão docente e a importância social do trabalho que realizavam, mas também sobre as especificidades didático-pedagógicas relativas aos processos de alfabetização.

TOPA, UNEB e o compromisso com a educação popular

O professor **Gildeci Leite**, assessor especial de projetos acadêmicos interinstitucionais da Universidade do Estado da Bahia, destaca o compromisso com as camadas populares do TOPA e da UNEB:

Essa perspectiva da leitura do mundo e da proximidade com as camadas populares tem a cara da UNEB. A UNEB é uma universidade popular. [...] Ao fazer uma pesquisa na UNEB é possível perceber que boa parte dos professores desta universidade são originários de camadas populares [...] Tem um dado interessante, somos tão ligados às manifestações populares e a esses anseios, que parte significativa do primeiro corpo docente da UNEB, formado há 30 anos e alguns meses, foi formado por ex-exilados. Esse é um dado importante para algum pesquisador que queira se aprofundar nesse assunto. Inclusive docentes dos cursos de pedagogia. No momento em que nós abraçamos um projeto como o TOPA, não há nenhum estranhamento, na verdade é uma forma complementar, isso nos completa. Já temos uma certa expertise em lidar com essas camadas, porque nós somos essas camadas. (LEITE, 2014, p. 1)

Em parceria com as universidades baianas, tanto públicas quanto privadas, uma ampla agenda de formação profissional foi desenvolvida aos longos das 7 etapas do programa. Encontros de formação que, em permanente diálogo com o cotidiano do TOPA, oportunizaram aos seus participantes ampliação de saberes necessários à prática alfabetizadora. Mas é preciso destacar que as próprias universidades, como unidades formadoras, também foram fortemente impactadas pelo Programa e se alimentaram desse amplo e dialógico processo de planejamento em torno do TOPA.

O que eu percebo de novo no TOPA é a oportunidade que a universidade tem de, como centro de produção de

conhecimento e, no caso da UNEB especificamente de expertise na formação de professores, de ter uma interferência direta não com o nosso público, formado por universitários, mas com as comunidades, com os movimentos sociais. Isso, para a universidade, abre um novo espaço de atuação e de referenciação social. Na perspectiva de quem está na academia, a grande novidade do TOPA é isso. Da própria atuação, dos relatórios dos projetos, dos dados sistematizados, isso foi apropriado por alguns pesquisadores da UNEB em suas produções de mestrado e doutorado. Na verdade, a UNEB não apenas forma as pessoas que estão lá na ponta do processo, mas também se interessa, por meio de seus pesquisadores, em sistematizar, em estudar esse processo de alfabetização que está acontecendo e em apontar caminhos para alguns problemas que efetivamente existiram, pois em projetos resultantes de criações humanas sempre têm algum problema ou entrave durante sua aplicação. O TOPA já foi objeto de estudo na UNEB, pelo menos naquilo que foi a nossa aplicação, a nossa atuação dentro do programa. Acredito que o TOPA trouxe isso de novo e significativo para a própria academia. (TUPINIQUIM, 2014, p. 1)

Como é possível perceber, o TOPA tem estimulado um amplo coletivo de pessoas a, cotidianamente, se reinventarem, em diálogo uns com os outros, e, consequentemente, humanizarem-se.

6. Planejamento das ações intersetoriais

Os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos surgidos no Brasil ao longo das décadas sempre trataram a questão do analfabetismo apenas no âmbito da educação. Raras iniciativas de enfrentamento dessa triste marca histórica ousaram se dar de modo intersetorial.

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia, desde 2007, entende o analfabetismo como fenômeno social multifacetado, cujo enfrentamento não deve se limitar à aprendizagem da leitura e escrita em si, pois aqueles que, por razões históricas, ficaram alijados do direito à educação, também estiveram privados de outros direitos sociais como saúde, moradia, trabalho etc., instituindo uma complexa relação causal entre as tantas coisas que o analfabetismo e a pobreza impõem sobre as pessoas. A coordenadora estadual do TOPA, professora Francisca Elenir Alves, dá alguns exemplos sobre esse planejamento intersetorial que ocorre entre a Secretaria da Educação do Estado da Bahia e as demais Secretarias de Estado:

> Temos também uma parceria com a Secretaria de Segurança Pública, na qual nós providenciamos as carteiras de identidade dos alunos, através do Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC). Conseguimos renovar as carteiras de identidade dos alunos, pois eles se alfabetizaram então querem um novo documento, assinado por eles, sem ter apenas a identificação digital. [...] Nós também fizemos todo o acompanhamento para que esse serviço fosse realizado gratuitamente aos nossos alfabetizandos. Outra ação importante foi a emissão do Registro Civil, já que nós tínhamos muitos alfabetizandos que não existiam para a sociedade por conta da ausência desse registro. (ALVES, 2014, p. 13)

Nesse sentido, o Programa Todos pela Alfabetização está integrado a uma agenda governamental intersetorial que inclui, além dos processos de aprendizagem da leitura e da escrita, ações de formação para a cidadania, seguridade alimentar, assistência à saúde etc. Em relação às ações na área da Saúde, o programa Saúde em Movimento se destaca.

> Costumo dizer que o Saúde em Movimento é um TOPA dentro do TOPA. A Secretaria de Saúde monta toda a estrutura no município, mas a logística com os alunos é toda nossa: transporte, lanches, identificação, emissão do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), que tivemos que fazer para todos os nossos alunos, e mais uma série de ações que tivemos que encaminhar para dar conta desses atendimentos. [...] Esse programa é uma coisa linda, pois a maioria das pessoas atendidas, ou quase todas, nunca tiveram acesso ao atendimento de um oftalmologista. (ALVES, 2014, p. 13)

O Programa Saúde em Movimento é outro bom exemplo de um planejamento intersetorial que tem dado muitos frutos e alcançado resultados incríveis, com destaque para as cirurgias de catarata e exames de acuidade visual com entrega de óculos aos educandos do TOPA. Atendimentos oftalmológicos indispensáveis para a garantia do direito à educação de muitos dos educandos participantes do Programa.

Educandos do TOPA recebem atendimento oftalmológico

O Saúde em Movimento é um programa desenvolvido pela Secretaria Estadual da Saúde (Sesab) com a finalidade de levar serviços de saúde para os moradores das cidades do interior baiano. O projeto já realizou, desde o seu início em 2009, 65 mil cirurgias de catarata, beneficiando moradores de mais de 350 municípios. O público-alvo para os atendimentos são pessoas com idade superior a 60 anos, que possuam ou não alguma doença ocular, e alunos do Programa TOPA (Todos pela Alfabetização).

A equipe da Estratégia Saúde em Movimento é composta de médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e pessoal de apoio. Nos atendimentos, os pacientes passam por consulta ambulatorial e exames e, se for diagnosticada a catarata, são submetidos à cirurgia. A clientela ainda recebe o colírio que deve ser utilizado nos primeiros quinze dias do pós-operatório.

Fonte: <http://www.saude.ba.gov.br/index.php?option=com_content&id=3840:saudeemmovimento&Itemid=19<. Acesso em: 20 jul. 2014.

Realização de cirurgias de catarata nos educandos(as) do município de Uibaí, 5ª etapa, em 13 de janeiro de 2012

Manu Dias/GOVBA

Educanda do TOPA passando por avaliação médica no Programa Saúde em Movimento, em Wanderley, Direc 25 - Barreiras, em 20 de julho de 2012

Carol Garcia/GOVBA

Não apenas os educandos do programa se beneficiaram das ações intersecretariais que o Saúde em Movimento representa. Esta experiência fez avançar aquilo que é tendência na própria administração pública brasileira, constituindo-se numa importante referência, a saber, a gestão cada vez mais integrada das políticas públicas.

Saúde em Movimento, importante diferencial do TOPA

Professora **Jucinalva Bastos de Almeida Costa**, coordenadora-geral do TOPA da Faculdade Maria Nilza, ressalta a importante parceria entre a Educação e a Saúde em prol dos educandos do Programa:

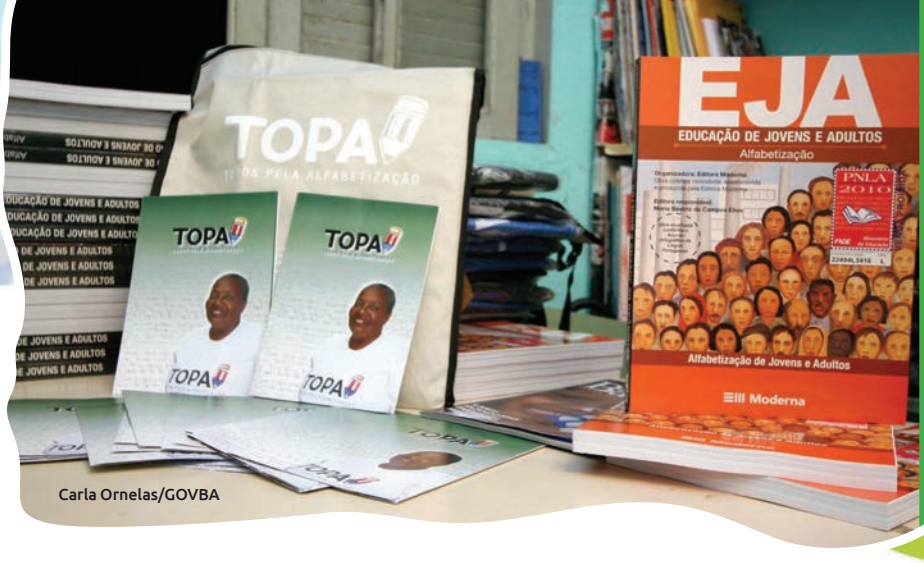
O que eu destaco como muito relevante e até parabenizo a gestão TOPA na Bahia é o "Saúde em Movimento". O TOPA na Bahia conseguiu perceber que nós precisamos ter parceiros, que a educação não sobrevive sozinha, e isso foi realizado. [...] De nada adianta ter o alfabetizando na sala sem que ele consiga ver ou ouvir, o processo de alfabetização não iria acontecer. Isso pra mim foi um diferencial do TOPA na Bahia. [...] O programa na Bahia deu certo, e acredito que um dos fatores para isso foi justamente a associação da educação à saúde, já que o público é diferente, tem carências e precisa também ser motivado e estimulado, o programa faz isso também. O programa vai além do letramento, e essa composição, esse casamento com a saúde, fortaleceu e diferenciou esse programa de todos os outros, não tenho dúvida nenhuma. (COSTA, 2014, p. 3)

Manu Dias/GOVBA

Educandos(as) do TOPA em atendimento no Programa Ótica em Movimento, na Direc 24 - Caetité, em 28 de novembro de 2009

Manu Dias/GOVBA

Educandos do TOPA em atendimento no programa Saúde em Movimento, em Caetité, 28 de novembro de 2009



Materiais didáticos da 4ª etapa do Programa TOPA

Carla Ornelas/GOVBA

7. Alimentação e materiais didático-pedagógicos

Todos os educandos do TOPA têm direito à alimentação e demais materiais necessários para a sua aprendizagem, como livro didático, cadernos, lápis, caneta, camiseta, giz de cera, régua, borracha etc. Mas os desafios enfrentados para assegurar tais direitos não são poucos.

Em relação aos materiais escolares, apesar do empenho de todos, os trâmites licitatórios exigidos pala administração pública quase sempre impõem dificuldades para assegurar aos educandos o acesso a todos os materiais básicos necessários para a sua aprendizagem em salas de aula, logo no início das etapas. Mas apesar de registrarmos ocorrências de atraso em algumas etapas, os **materiais didático-pedagógicos** sempre chegaram aos alfabetizandos, mesmo que ao longo da etapa.

No entanto, a parceria e comprometimento das entidades sociais e prefeituras com os seus educandos, bem como a dos educadores e coordenadores responsáveis pelas turmas, sempre favoreceu soluções locais que pudessem suprir a ausência do material previsto, até a finalização da sua compra pela SEC/BA. Uma grande rede de solidariedade local se criava para assegurar aos educandos os materiais indispensáveis para a sua aprendizagem. Fluxos e procedimentos mais ágeis são ainda desafios a serem enfrentados para a melhor distribuição dos materiais assegurados pelo Programa.

No que diz respeito à **alimentação**, o conjunto normativo que regulamenta a aplicação de recurso público para a sua compra é bastante complexo. Se, de um lado, possui os dispositivos de controle necessários para um uso adequado de tais recursos, por outro, no caso específico do TOPA, impõe grandes dificuldades para assegurar a merenda escolar a todos os educandos matriculados no programa, sejam eles participantes de turmas administradas pelas prefeituras ou de turmas administradas pelas entidades sociais. Isto pelo fato de as entidades sociais não estarem autorizadas pela lei a receberem recurso público para a merenda escolar.

Apesar dos desafios burocráticos inerentes à questão da alimentação e materiais escolares diversos, ao longo das 7 etapas, a solidariedade e o compromisso comunitário daqueles que se veem implicados no processo se manifestam e fazem nascer soluções locais que asseguram alimentação e provisão de materiais essenciais a todos.

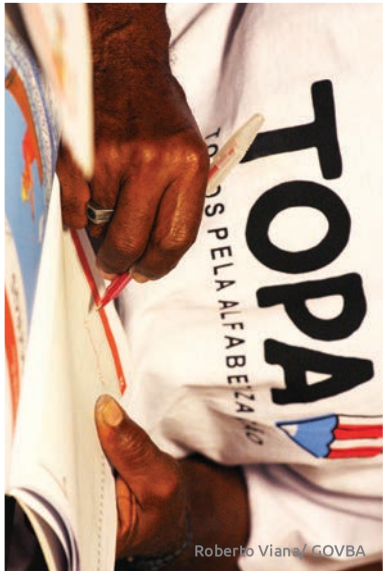
Ao longo das etapas do TOPA, foram muitas as experiências de planejamento do trabalho político-pedagógico realizado no interior do seu cotidiano. Encontros de âmbito estadual e municipal são permanentes e visam a uma maior compreensão tanto dos aspectos operacionais quanto dos político-pedagógicos do Programa.

O Programa TOPA realiza nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2010, na Escola Parque, o I ENCONTRO ESTADUAL DE GESTORES MUNICIPAIS DO TOPA

A atividade, que reunirá Gestores Municipais, Supervisores Regionais e representantes de Unidades Formadoras com a Equipe central do Programa, tem entre seus objetivos capacitar os gestores nos sistemas SBA e Gestão TOPA, orientar sobre execução financeira e prestação de contas dos convênios realizados, e apresentar e socializar os resultados e desafios do Programa. Além disso, o momento servirá para elaboração do planejamento das ações do TOPA para 2010.

Fonte: <http://topadirec32.blogspot.com.br/2010/02/topa-realiza-encontro-com-gestoresas.html> Acesso em 20 jul. 2014.

Como podemos perceber, a vida pulsa no cotidiano do TOPA. Companheirismos, afetos, esperanças, sonhos, dificuldades, aprendizagens, descobertas coletivas, desafios, tomadas de consciência, alegria, conectividades etc. se fazem presentes o tempo todo neste programa que sonha contribuir com o fim do analfabetismo no estado da Bahia por meio da ação cidadã do seu próprio povo.



Roberto Viana/ GOVBA

Matheus Pereira/ GOVBA

Roberto Viana/ GOVBA

9 Alfabetização e cultura

Desde 1948, quando a Declaração Universal dos Direitos do Homem foi proclamada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, a educação conquistou um *status* de direito humano, reconhecido mundialmente.

Garantir o direito à educação para todos e todas seria, desde então, condição essencial para o desenvolvimento das nações que almejassem construir para si uma sociedade mais pacífica, justa e menos desigual. Contudo, o reconhecimento do direito não tem se revertido em práticas concretas. Outros direitos elementares, como o da alimentação, moradia, saúde, entre tantos, também têm sido negligenciados.

Para as crianças mais empobrecidas, o caminho que deveria levar desde cedo à escola sofre bruscas mudanças de itinerário, levando-as a definir, como única rota possível, a preservação da própria vida. Em decorrência disso, milhões de crianças são obrigadas a abandonar os estudos antes de concluí-los ou nem sequer têm a oportunidade de iniciá-los. Contudo, não é somente a necessidade de trabalhar desde cedo que contribui para que o direito à educação seja violado. Muitos dentre aqueles que puderam iniciar o processo de escolarização são expulsos da escola por um currículo alienado de suas reais necessidades, distante de suas experiências de vida, composto por disciplinas fragmentadas, pouco atrativas, desprovidas de sentido, e organizado com base em tempos e espaços alheios às suas culturas.

Esses sujeitos acabaram por recorrer à Educação de Jovens e Adultos (EJA), vendo nela um atalho que lhes permitirá dar continuidade à trajetória interrompida. No entanto, para além

do caráter reparatório das injustiças sofridas por estes sujeitos, a EJA deve buscar formas cada vez mais inovadoras de constituir-se como educação de qualidade social, conforme previsto na Declaração de Hamburgo (UNESCO, 1997):

> A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz.

Os marcos legais e os documentos nacionais e internacionais que amparam a EJA e a colocam no patamar de educação de caráter regular expressam a intencionalidade de fazer cumprir o direito inalienável de uma educação com qualidade social, que permita aos jovens e adultos o pleno exercício da cidadania.

Um programa que se pretenda inclusivo deve ter suas ações ampliadas a favor daqueles que demandam necessidades especiais para iniciarem seus percursos de aprendizagem e permanecerem nele. Materiais, currículo e metodologias adequados ao público adulto, avaliação processual, dialógica e formativa, organização dos tempos e espaços, são algumas das questões que devem ser pensadas e otimizadas em favor das aprendizagens.

Sendo assim, a Educação de Adultos não pode ser pensada como uma segunda chance. Não é a segunda e provavelmente a última oportunidade de se fazer parte da comunidade de letrados. Também não é um prêmio de consolação ou um tipo de educação reduzida a ser oferecida àqueles que, por razões sociais, familiares ou políticas não a tiveram durante a infância. Não é uma educação pobre para pobres. A educação de adultos está inserida no campo do direito.

Para reverter essa situação são necessárias ações articuladas, como proposição de políticas públicas intersetoriais que envolvam diferentes segmentos da sociedade; estabelecimento de uma interlocução mais dinâmica e significativa com a comunidade escolar; investimento em formação inicial e continuada de educadores(as) e alfabetizadores(as) de jovens, adultos e idosos; elaboração de materiais específicos, diferenciados e inovadores, que contemplem a alfabetização de jovens e adultos na riqueza da sua diversidade (regional, geracional, cultural, gênero, entre outras).

1. Alfabetização e Cultura em Paulo Freire

Os adultos e idosos que interromperam seus estudos quando crianças, ao voltar a estudar, trazem uma imagem que muito se assemelha à escola do seu período de infância, como se pudessem retomar os estudos do jeito que pararam, sem levar em consideração todas as aprendizagens que acumularam ao longo dos anos. Mesmo os que nunca frequentaram a escola trazem esse imaginário. Em geral, essas pessoas esperam encontrar, na

Turma da APAE participando do desfile cívico, Direc 30 - Guanambi, em 7 de setembro de 2010

Carla Ornelas/GOVBA

Educandos (as) do TOPA no Centro de Diagnose do Dayhorc (Hospital de Olhos), no bairro de São Lourenço, Direc 9 - Teixeira de Freitas, em 17 de setembro de 2011

escola de hoje, a mesma do passado, que remonta a um período em que a aprendizagem estava relacionada à memorização, repetição, treino ortográfico, cópias e atividades mecânicas com o intuito de "fixar" o conhecimento. A alfabetização neste contexto deixa de valorizar o extenso repertório de experiências adquiridas no decorrer da vida dos estudantes.

O conceito de alfabetização em Paulo Freire é muito claro. Alfabetização é a aquisição da língua escrita, por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (GADOTTI, 1996, p. 59). Ainda segundo Gadotti (2008, p. 73),

> A alfabetização tem sido entendida tradicionalmente como um processo de ensinar e aprender a ler e escrever, portanto, alfabetizado é aquele que lê e escreve. O conceito de alfabetização para Paulo Freire tem um significado mais abrangente, na medida em que vai além do domínio do código escrito. Enquanto prática discursiva, para Freire (1991, p. 68), "a alfabetização possibilita uma leitura crítica

da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social". Freire defendia a ideia de que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra, fundamentando-se na antropologia: o ser humano, muito antes de inventar códigos linguísticos, já lia o seu mundo. Para ele, o processo de alfabetização, como de resto toda a educação, vai muito além do aprendizado das letras. Insistia que a Leitura do Mundo precede a leitura da palavra: "a prática da alfabetização tem que partir exatamente dos níveis de leitura do mundo, de como os alfabetizandos estão lendo sua realidade, porque toda leitura de mundo está grávida de um certo saber".

Neste sentido, alfabetizar-se é também aprender a pensar-se em seu mundo para, a partir daí, agir como uma pessoa ética e politicamente responsável, participante e transformadora. Cada pessoa, cada grupo humano, cada cultura é, em si-mesmo(a), uma fonte original, coerente e irrepetível de experiências, vivências, valores e saberes. Essas várias experiências que desenham os modos de viver e existir desses educandos constituem a cultura que eles trazem consigo ao retornar à escola. Portanto, tudo o que acontece na educação, na escola e na sala de aulas faz parte de um mundo de cultura.

No entanto, um dos maiores desafios da alfabetização de jovens, adultos e idosos está no saber como realizar a "incorporação da cultura e da realidade vivencial dos educandos como conteúdo ou ponto de partida da prática educativa".

Segundo Brandão (2009, p. 21)

> O foco central da ideia de *cultura* não está no que os seres humanos fazem. Está no que eles sabem; está no que e no como aprendem; está no como coletivamente criam algo que vai da culinária típica até uma ampla visão de mundo. E está no que e no como transmitem uns para os outros: saberes, sentidos, sensibilidades, significados, sociabilidades. A partir daí, uma *cultura* existe presente dentro das pessoas que a partilham e, em diferentes círculos sociais de suas convivências, através do que-e-como elas pensam, como criam suas práticas, éticas, ideias e ideologias, envolvendo no seu todo e em cada dimensão os seus "fazeres" coletivos.

Há uma tendência de pensar a *cultura* como o *folclore*. Como o domínio dos costumes, das crenças, das criações artísticas e artesanais de nossos povos. Ela é "também" isto, mas é muito mais do que apenas isto. A *experiência humana* de criar e viver *culturas* envolve a totalidade da vida coletiva de uma comunidade ou de todo um povo. As práticas do fazer, as éticas do agir, as políticas do viver e os universos simbólicos são dimensões interligadas de um mesmo complexo processo cultural. Segundo Freire (1963, p. 17)

> Pareceu-nos, então que o caminho seria levarmos o analfabeto, através de reduções, ao conceito antropológico de cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido da mediação que tem a natureza para as relações e comunicações dos homens. A cultura como acrescentamento que o homem faz ao mundo que ele não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. De seu esforço criador e recriador. O homem, afinal, no mundo e com o mundo, como sujeito e não como objeto. [...] descobrir-se-ia criticamente agora, como fazedor desse mundo da cultura. Descobriria que ele, como o letrado, ambos têm um ímpeto de criação e recriação. Descobriria que tanto é cultura um boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor ou músico. Que cultura é a poesia dos poetas letrados do seu país, como também a poesia do seu cancioneiro popular. Que cultura são as formas de comportar-se. Que cultura é toda criação humana.

Por isso mesmo, Paulo Freire, ao associar a *cultura* à alfabetização e aos primeiros momentos de um *trabalho de educação com jovens e adultos,* reconhece que o aprender a ler e não pode estar dissociado das primeiras aprendizagens.

Para Brandão (2009), quando lembramos tudo que aprendemos quando crianças, da língua que falamos (mas que ainda não escrevemos) às brincadeiras de criança vividas entre irmãos e amigos, e através das quais aprendemos muito mais do que podemos imaginar, estamos falando de um quase *"curriculum informal e invisível"* que em boa medida nos seguirá acompanhado ao longo dos anos de nossa vida.

Atividade externa de Leitura do Mundo e confraternização junto uma entidade apoiadora da Direc 23 - Macaúbas, na realização da 6ª etapa Programa TOPA

2. Educação escolar e Cultura

A educação tem importante papel na transformação do mundo. Se ela não é capaz de gerar mudanças sozinha, tampouco sem ela se transformam as condições de existência.

Reinventar a educação a fim de permitir que ela cumpra o seu papel transformador torna imprescindível também a reinvenção da escola, que é muito mais que um espaço físico. Ela é um espaço de cultura. Existe uma cultura escolar na medida em que a escola é resultado das relações que a fazem ser o que ela é, dos acontecimentos e modos de vida que nela têm local e ocasião, dos valores, relações, hábitos, atitudes, conhecimentos e comportamentos que a caracterizam. É papel da educação possibilitar que o encontro entre os diferentes modos de vida não se convertam em formas de dominação cultural, mas em oportunidades de aprender a viver junto em meio a tantas diferenças. Se as desigualdades devem ser combatidas, porque são formas de poder, as diferenças merecem ser respeitadas, porque materializam, como num mosaico, a beleza da vida.

A educação de jovens, adultos e idosos também não pode prescindir da tomada de posição diante do conhecimento. Isso implica considerar de antemão que jovens e adultos são

Educandas-artesãs em atividade na Direc 30 - Guanambi, 6ª etapa, em julho de 2012

diferentes entre si e também diferentes de crianças. Desinfantilizar as formas de tratar os conhecimentos e contemplar as heterogeneidades etárias que compõem um grupo de educandos jovens e adultos é pré-requisito para valorizar suas culturas e as histórias de vida. Somente assim podemos retirar das costas de cada indivíduo o peso da crença no "fracasso escolar" que curva a espinha de sua autoestima ao nível do chão. Cumpre, portanto, acolher esses(as) educandos(as) valorizando-os(as) e oportunizando momentos de satisfação diante do ato de estudar, de forma que o medo de não conseguir aprender se esvaeça e não mais se coloque como obstáculo.

Do público que tem procurado os programas de educação de jovens e adultos, uma grande maioria é constituída de pessoas que tiveram **passagens fracassadas pela escola**, entre elas, uma crescente demanda de adolescentes e jovens recém-excluídos do sistema regular de ensino. Esse panorama ressalta o grande desafio pedagógico e o compromisso que se impõe em garantir a essa pessoas acesso de qualidade a uma cultura letrada que lhes possibilite uma participação mais ativa e efetiva no mundo do trabalho, da política e da cultura.

Nesse ponto, a escola torna-se um espaço para desenvolver o pensamento reflexivo, para se aprender a discutir, participar

democraticamente e desenvolver a responsabilidade pelo bem-estar comum. É extremamente importante no trabalho com jovens e adultos favorecer a autonomia dos educandos, estimulá-los a avaliar constantemente seus progressos, tomando consciência de como a aprendizagem se realiza. Acima de tudo, é importante fortalecer a sua identidade, por meio da valorização de sua cultura.

Para isso, vale destacar que o foco do trabalho com a EJA deve estar no sujeito mais do que na estrutura, isso porque é na ação do sujeito que se estabelece o conhecimento, ou seja, enfatizamos que os sujeitos da EJA são ativos, vivenciam diferentes realidades, na maioria das vezes, duras e desafiantes, e estão o tempo todo produzindo saberes e culturas. Nesse sentido, faz-se necessário valorizar a riqueza de todas as culturas na nossa constituição de sujeitos únicos e multifacetados, e da necessidade do outro para a nossa formação de indivíduo, que não pode prescindir da coletividade para se afirmar como sujeito. Únicos porque indivíduos, com suas singularidades, e coletivos porque sociais e inacabados. Para Freire (1993, p. 93),

> Perguntar-nos em torno das relações entre a identidade cultural, que tem sempre um corte de classe social, dos sujeitos da educação e a prática educativa é algo que se nos impõe. É que a identidade dos sujeitos tem que ver com as questões fundamentais de currículo, tanto o oculto quanto o explícito e, obviamente, com questões de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, vale ressaltar também a importância dos saberes acumulados historicamente, como defende Cândida Andrade de Moraes (2011, p. 36), em sua dissertação de mestrado:

> É direito de cada educando entrar em contato com a riqueza das contribuições dos seus ancestrais, é direito, também, aprender a aprender com uma vivência que integre o sentir, o pensar e o agir. As heranças culturais africanas e indígenas na cultura brasileira, ao longo do desenvolvimento educativo e do acesso à escola formal, ficaram à margem dos currículos e foi necessária, através de leis, a entrada de tais conteúdos como legítimos na prática pedagógica, a fim de considerar as identidades e pluralidades dos sujeitos. O toque, o olfato, o paladar, o sentir e respeitar o lugar e as escolhas do outro, ainda são relegados em práticas educativas, a favor de crianças, jovens ou adultos, sentados em

cadeiras durante o longo turno dos tempos destinados à aprendizagem. As marcas deste "não sentir" estão sendo acumuladas em cada sujeito, ao longo do processo de educação. As fileiras de cadeiras, a ausência de ritmos, cores e formas interrompem um pensar simbólico que, se suscitado, estimularia e promoveria as descobertas.

3. Diálogos com a práxis

O TOPA vem desenvolvendo, ao longo dos seus 7 anos de existência, um importante papel na valorização da cultura local. O Programa pode ser considerado uma referência nacional, pois conseguiu mapear as comunidades com necessidades educacionais especiais e oferecer alfabetização com foco nessas necessidades e nas suas culturas.

Como exemplo disto, podemos citar o trabalho realizado na Chapada Diamantina, no sertão da Bahia. De acordo com o Relatório do Programa Brasil Alfabetizado no Estado da Bahia – Programa Todos pela Alfabetização – TOPA, etapas 2007, 2008, 2009 e 2010, p. 172 - 187,

> As comunidades remanescentes de quilombos constituídos durante o processo de escravatura negra no Brasil, vigente até o século XIX, tentam superar os desafios impostos pela caatinga, sobretudo, em longos períodos de estiagem. Por lá, cultivam os hábitos e costumes dos antepassados, muitas vezes, alijadas de qualquer benfeitoria promovida pelo desenvolvimento tecnológico e econômico e pela expansão das ações do Estado. Somente em América Dourada, município da microrregião de Irecê, de apenas 15.961 habitantes e 839 km^2 (IBGE, 2011) e voltado à agricultura, estão seis destas comunidades (Lajedão dos Matheus, Lapinha, Canabrava, Garapa, Lagoa Verde e Queimada dos Beneditos).
>
> Fincados na zona rural do município, os descendentes de quilombolas de Queimada dos Beneditos, por exemplo, vivem distantes geograficamente da cidade e têm dificuldade de acesso a equipamentos e serviços públicos, inclusive de água tratada. Conseguir água potável para beber e cozinhar depende de longa caminhada com latas sobre a cabeça ou no lombo de animais. De indício dos avanços recentes da humanidade, há apenas um bico de luz iluminando cada uma das parcas casas que compunham o arraial.

Em 2011, formou-se no povoado uma turma do Programa TOPA, com a participação de onze homens e mulheres remanescentes do **quilombo**. A maioria dos candidatos nunca havia ido à escola, mas conseguiram se alfabetizar abrindo precedente para que outras pessoas da comunidade despertassem o interesse pela alfabetização.

Da mesma forma, o Programa tem uma importante atuação na comunidade indígena. Na aldeia Mirandela, do município de Banzaê, no sertão baiano, na microrregião de Ribeira do Pombal, a cerca de 300 quilômetros de distância de Salvador, funciona a turma do Programa Todos pela Alfabetização voltada aos Kiriris (ou Cariris, Quiriris). Com calendário de aulas baseado nos festejos e rituais da população local, com livro didático específico sobre a realidade do lugar, desenvolvido com a participação dos próprios alfabetizandos e do seu povo, o Programa oferece a oportunidade de os indígenas aprenderem a ler e escrever em português – a língua oficial do Brasil – e fazer operações matemáticas básicas, além de conteúdos relacionados ao meio ambiente e a outros temas relevantes, mas sem desconsiderar a cultura indígena.

Todos os procedimentos e materiais são adaptados à **cultura kiriri**, respeitam e valorizam as manifestações indígenas e os Kiriris, abordando aspectos da sua cultura, tradição, realidade atual e história, sob supervisão do cacique Lázaro, a principal autoridade da aldeia.

Educandas Maria Lima da Costa e Eremita Ambrosia dos Santos com o coordenador da Associação de Remanescentes de Quilombo, comunidade Olhos D'Água do Meio, em Livramento de Nossa Senhora, Direc 19 - Brumado, em 2014

Acervo IPF

Todo o conteúdo parte das experiências e da realidade daqueles sujeitos, conforme preconiza Paulo Freire.

A Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos, ao tratar do tema diversidade e igualdade (V CONFINTEA, 1997, § 15), no tocante à educação de adultos, assim se expressa:

> [...] deve refletir a riqueza da diversidade cultural, bem como respeitar o conhecimento e formas de aprendizagem tradicionais dos povos indígenas. O direito de ser alfabetizado na língua materna deve ser respeitado e implementado. A educação de adultos enfrenta um grande desafio, que consiste em preservar e documentar o conhecimento oral de grupos étnicos minoritários e de povos indígenas e nômades. Por outro lado, a educação intercultural deve promover o aprendizado e o intercâmbio de conhecimento entre e sobre diferentes culturas, em favor da paz, dos direitos humanos, das liberdades fundamentais, da democracia, da justiça, da coexistência pacífica e da diversidade cultural

Ainda na proposta de inclusão social e respeito à diversidade cultural, o Programa também atuou junto à **comunidade cigana**, que, em função da vida nômade e do preconceito de que são vítimas, concentra grande número de analfabetos. Um desses grupos que estava acampado nas imediações da cidade de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano, compôs uma turma do TOPA. A formação de turmas dentro do acampamento faz parte de um plano de preparação da comunidade para atuação no mercado de trabalho e busca da garantia dos direitos já previstos pelos dispositivos legais.

Outro grupo assistido pelo Programa é o de **assentados e acampados**. O Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Inhambupe (MMTR), município localizado no Nordeste baiano, na microrregião de Alagoinhas, atua dentro do Programa TOPA conseguindo alfabetizar até mais de oito de cada dez estudantes matriculados, utilizando performances teatrais, músicas, rodas de leitura, além da prática de avaliação do andamento do trabalho de campo, socialização de vivências com os objetivos de estimular a interação social, desenvolver a oratória e a expressão corporal e abordar conteúdos de interesse do grupo, como a questão ambiental.

A parceria do TOPA com os movimentos de luta pelo direito à terra na Bahia ilustra bem o compromisso deste governo com as causas dos oprimidos que, numa perspectiva freiriana, melhor reúnem as condições para a superação da opressão que oprime oprimidos e opressores. Uma parceria celebrada na compreensão de que alfabetização e conscientização são processos indissociáveis.

A esperançosa marcha dos que sabem que mudar é possível

O Movimento dos Sem-Terra, tão ético e pedagógico quanto cheio de boniteza, não começou agora, nem há dez ou quinze, ou vinte anos. Suas raízes mais remotas se acham na rebeldia dos quilombos e, mais recentemente, na bravura de seus companheiros das Ligas Camponesas que há quarenta anos foram esmagados pelas mesmas forças retrógradas do imobilismo reacionário, colonial e perverso.

O importante porém é reconhecer que os quilombos tanto quanto os camponeses das Ligas e os sem- terra de hoje todos em seu tempo, anteontem, ontem e agora sonharam e sonham o mesmo sonho, acreditaram e acreditam na imperiosa necessidade da luta na feitura da história como "façanha da liberdade". No fundo, jamais se entregariam à falsidade ideológica da frase: "a realidade é assim mesmo, não adianta lutar". Pelo contrário, apostaram na intervenção no mundo para retificá- lo e não apenas para mantê- lo mais ou menos como está.

Se os sem- terra tivessem acreditado na "morte da história", da utopia, do sonho; no desaparecimento das classes sociais, na ineficácia dos testemunhos de amor à liberdade; se tivessem acreditado que a crítica ao fatalismo neoliberal é a expressão de um "neobobismo" que nada constrói; se tivessem acreditado na despolitizaçao da política, embutida nos discursos que falam de que o que vale hoje é "pouca conversa, menos política e só resultados", se, acreditando nos discursos oficiais, tivessem desistido das ocupações e voltado não para suas casas, mas para a negação de si mesmos, mais uma vez a reforma agrária seria arquivada.

A eles e elas, sem-terra, a seu inconformismo, à sua determinação de ajudar a democratização deste país devemos mais do que às vezes podemos pensar. E que bom seria para a ampliação e a consolidação de nossa democracia, sobretudo para sua autenticidade, se outras marchas se seguissem à sua.

A marcha dos desempregados, dos injustiçados, dos que protestam contra a impunidade, dos que clamam contra a violência, contra a mentira e o desrespeito à coisa pública. A marcha dos sem-teto, dos sem-escola, dos sem- hospital, dos renegados. A marcha esperançosa dos que sabem que mudar é possível. (FREIRE, 2000, p. 60)

Como já destacamos, a história da EJA no Brasil tem sido compreendida como um **campo de lutas**. Luta por garantia de oferta em todo território nacional, por aumento de vagas nas escolas em diferentes períodos, por materiais e recursos adequados ao público jovem e adulto, por reconhecimento como uma modalidade regular, por formação inicial e continuada dos educadores e educadoras, enfim, luta por uma educação de qualidade com garantia de acesso e permanência. Garantidas todas as condições necessárias, ainda há um novo desafio: mobilizar os educandos e educandas para romper o obstáculo maior para esse segmento: a decisão de voltar a estudar.

Rompido esse primeiro obstáculo, muitos outros se apresentam, e o retorno aos estudos é, via de regra, marcado por inúmeras sensações e desafios.

Misturam-se a expectativa das novas aprendizagens, o medo de um possível fracasso, a vergonha de frequentar um ambiente que muitos acreditam ser de exclusividade da infância, o desafio de gerenciar as diferentes demandas diárias com o tempo de estudo, a alegria pelo início de uma nova etapa na vida e outros sentimentos desafiadores.

José Ferreira de Castro, lavrador e educando da turma da Associação de Pequenos Produtores Rurais, na Comunidade Lagoa Dourada, Direc 22 - Ibotirama, 2ª etapa

Acervo IPF

Mas, antes de chegar à escola, os educandos já interpretam a realidade em que vivem, experimentando-a e explicando-a de maneiras muito particulares. Essas leituras de mundo não podem ser desconsideradas como um tipo de saber menor e descartável, pelo contrário, devem ser lidas pelo educador e relidas por toda a comunidade de aprendizagem, confrontando-as com os conhecimentos humanos sistematizados. Desse modo, não é possível construir uma prática pedagógica libertadora sem conhecer os educandos, seu universo e suas demandas enfim, sua cultura, sem respeitar a leitura que trazem, como nos alerta Freire (2013d, p. 120):

> O desrespeito à leitura do mundo do educando revela o gosto elitista, portanto antidemocrático, do educador que, desta forma, não escutando o educando, com ele não fala. Nele deposita seus comunicados. Há algo ainda de real importância a ser discutido na reflexão sobre a recusa ou ao respeito à leitura de mundo do educando por parte do educador. A leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se constituindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo. Uma das tarefas essenciais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de "amaciá-la" ou "domesticá-la". É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do achado. É preciso, por outro lado, e sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de recebedor da que lhe seja transferida pelo professor.

A primeira mediação do educador se dá com a formação da comunidade de aprendizagem. O grupo reunido em uma sala de aula constitui-se em um círculo de culturas diversas, disponíveis em tais circunstâncias para potenciais trocas. Tal comunidade, unida em torno da aprendizagem, começa por se conhecer e por superar a condição de mero agrupamento de pessoas, iniciando a construção de seus vínculos afetivos. É papel do educador criar as possibilidades para que todos se apresentem, falem de si e do mundo em que vivem, de suas histórias de vida, de seus problemas diários, dos seus sonhos, das vontades de saber e de poder que os levam até a escola, das dificuldades e expectativas de

aprendizagem. Essa primeira abordagem promove uma primeira aproximação do educador com as situações significativas vividas pelos educandos, além de permitir a eles que se distanciem de suas próprias experiências cotidianas, estranhando a sua aparente obviedade. A leitura de mundo é o início da desnaturalização da realidade e da passagem de uma visão ingênua sobre o mundo para uma visão crítica e problematizadora sobre este. De acordo com Freire (2013d, p. 90),

> Como educador preciso de ir "lendo" cada vez melhor a leitura do mundo que os grupos populares com quem trabalho fazem de seu contexto imediato e do maior de que o seu é parte. O que quero dizer é o seguinte: não posso de maneira alguma, nas minhas relações político-pedagógicas com os grupos populares, desconsiderar seu saber de experiência feito. Sua explicação do mundo de que faz parte a compreensão de sua própria presença no mundo. E isso tudo vem explicitado ou sugerido ou escondido no que chamo "leitura do mundo" que precede sempre a "leitura da palavra".

Respeitar a leitura de mundo do educando não é também um jogo tático com que o educador ou educadora procura tornar-se simpático ao educando, mas é uma forma de valorizar a sua cultura, entendendo-a como um:

> conjunto (dinâmico) de conhecimentos que o ser humano acumula a partir do grupo a que pertence e a partir de suas experiências pessoais, principalmente no que diz respeito ao uso de sistemas simbólicos em sua vida cotidiana. O conhecimento cultural está na origem das reações que a pessoa apresenta e na interpretação que faz das informações que recebe. Ele está na base dos processos interacionais e nas formas de ação espontaneamente elaboradas ou assumidas pelos indivíduos em sua vida cotidiana. (LIMA, 1998, p. 16-17)

Percebe-se a estreita relação existente entre Alfabetização e Cultura. Esse binômio, ao mesmo tempo em que representa um **desafio** para muitos programas educacionais, no TOPA, constitui-se como única e promissora **perspectiva**.

4. O TOPA e a cultura popular

O TOPA é um projeto de educação popular, uma política pública de educação popular, pois reconhece os diferentes saberes, respeitando a cultura

popular e os direitos humanos. Cultura é o processo histórico por meio do qual o ser humano transforma a natureza e se transforma a si mesmo.

Tudo o que não é natureza é cultura, é obra do ser humano: as ciências, as artes, o direito, a religião, a filosofia, as atitudes, os símbolos, as crenças, os projetos, a linguagem e os valores. A cultura é pessoal e social ao mesmo tempo, pois os seres humanos transformam e se transformam em relação uns com os outros, em comunhão. A **cultura popular** diz respeito a um tipo de cultura voltada para a ação política transformadora da realidade histórico-social.

No sistema de alfabetização proposto por Paulo Freire em Angicos (1963), o processo de alfabetização tinha início com uma discussão sobre o **conceito antropológico de cultura**. Diz ele (FREIRE, 2013b, p. 115):

> Pareceu-nos que a primeira dimensão deste novo conteúdo com que ajudaríamos o analfabeto, antes mesmo de iniciar sua alfabetização, na superação de sua compreensão mágica como ingênua e no desenvolvimento de crescentemente crítica, seria o conceito antropológico de cultura. A distinção entre dois mundos: o da natureza e o da cultura. O papel ativo do homem em sua e com sua realidade. O sentido de mediação que tem a natureza para as relações e comunicação dos homens. A cultura como o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez. A cultura como resultado de seu trabalho. Do seu esforço criador e recriador. O sentido transcendental de suas relações. A dimensão humanista da cultura. A cultura como aquisição sistemática da experiência humana. Como uma incorporação, por isto crítica e criadora, e não como uma justaposição de informes ou prescrições "doadas". A democratização da cultura – dimensão da democratização fundamental. O aprendizado da escrita e da leitura como uma chave com que o analfabeto iniciaria a sua introdução no mundo da comunicação escrita. O homem, afinal, no e com o mundo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto".

No desenvolvimento de práticas alfabetizadoras comprometidas com a vida das pessoas, não é possível dissociar aprendizagem da leitura e da escrita da cultura. Ao longo das 7 etapas do Programa TOPA, educandos e alfabetizadores se desafiaram a transformar o ambiente da sala de aula em espaço de produção e difusão cultural, trazendo para dentro dela as várias identidades culturais locais.

Arquivo TOPA

Arquivo TOPA

10 Articulação e mobilização social

Há diferença entre a construção formal de um regime democrático e a construção de práticas efetivamente democráticas. A identidade do termo "democracia", presente nas duas situações, poderia sugerir, equivocadamente, que se trata sobretudo de uma distinção de sutilezas, daquelas tipicamente talhadas ao gosto das elucubrações mais teóricas e eruditas, que servem de mote à montagem de grandes tratados acadêmicos. No entanto, a diferença é de caráter radical, que não se pode transpor com uma simples passada. Na verdade, de uma margem a outra, o que temos a percorrer é um tortuoso caminho de pedras. A dolorosa constatação dessa verdade faz parte dos ensinamentos da história moderna, e o seu aprendizado representa, acima de tudo, o fundamento mais sólido que temos alcançado para continuarmos refazendo permanentemente essa caminhada, potencialmente com crescente eficiência e melhores resultados.

1. Desafios contemporâneos da nossa democracia

A construção da prática democrática no Brasil sempre se deparou com inimigos de grande envergadura: em sua primeira e precária forma, durante o período da República Velha, carregava a herança imediata, ainda muito viva e vigorosa, do escravismo, patriarcalismo e patrimonialismo coloniais, que se expressavam, entre outras formas, nas modalidades do mandonismo, do voto masculino, alfabetizado e censitário, do coronelismo e todos

os outros modos de compadrios. Essa primeira experiência foi interrompida pela ditadura varguista, na década de 1930. Depois da Segunda Guerra Mundial, quando começavam a se delinear os contornos do que viria a ser a Guerra Fria, surge a nossa segunda experiência de regime público democrático. Nesse novo contexto, de acordo com os padrões político-ideológicos da zona de influência imperialista sob a qual o nosso país era objeto de hegemonia, aparecia um novo e mais vigoroso inimigo do regime democrático burguês, o comunismo, e a luta contra ele no contexto latino-americano do período justificaria, inclusive, a própria supressão do regime democrático, tal como se fez entre nós em 1964. Tal experiência dramática, que se repetiu em diferentes países da nossa região, serviu mais uma vez de lição sobre como o regime político está sempre subordinado, em última instância, à sua maior ou menor capacidade de ajudar a reproduzir um determinado projeto de sociedade.

Agora, desde o último processo de redemocratização, que culminou com a Constituição de 1988, experimentamos já 26 anos ininterruptos de regime democrático, fato inédito e

Promulgação da Constituição de 1988 por Ulysses Guimarães, então presidente da Assembleia Nacional Constituinte

amplamente comemorado entre nós. Essa idade mais "avançada", pelo seu ineditismo na nossa história nacional, poderia talvez servir de razão para afirmarmos que somos uma democracia provada em sua eficiência, madura nas suas práticas e nos seus valores, vigorosa na sua vontade e na sua defesa enquanto modelo político. Mas, se nos aventurarmos em defender essas posições, o que diremos diante de fenômenos como junho de 2013, diante da diluição de reformas tão importantes, tais como a tributária, a política, a urbana e a agrária, diante do extermínio sistemático de jovens, negros e pobres nas periferias das grandes cidades?

Primeiramente, a democratização da vida política não costuma caminhar com a democratização da vida social e econômica. Embora capazes de sustentar nossas práticas democráticas ao longo desses 26 anos, de eleger um operário e uma mulher para o cargo máximo da política nacional, continua existindo a imensa desigualdade econômica entre uma pequena porção de ricos e uma imensa quantidade de pobres. Essa imensa quantidade de pobres continua impedida de acessar bens e serviços de qualidade, como educação, saúde, moradia, trabalho, transporte, cultura, lazer etc. Outro importante fator limitador da vida democrática sob a ordem capitalista reside no fato de que a prática democrática na vida pública está em relação inversa com a prática autoritária que se vive, via de regra, no contexto da família, da escola e do trabalho. A cultura que nos constrói e nos conforma, desde a infância, é a do autoritarismo e não a da democracia.

Daí voltamos novamente à diferença indicada no começo deste capítulo, entre a construção formal de um regime democrático e a **construção de práticas efetivamente democráticas**. A primeira é relativamente fácil e simples. Consiste, basicamente, na criação e regulamentação de espaços para o funcionamento da participação da população. A segunda construção, a das práticas e valores efetivamente democráticos, é muito mais difícil e complexa, por diversas razões.

Esse é o tema da Educação Popular em perspectiva freiriana. As características negativas presentes na ordem social vigente já não podem mais ser pensadas como um bloco monolítico, que poderia ser destruído de um golpe só e de uma vez por todas. O tecido dessa ordem social vigente precisa ser rasgado aos poucos, simultaneamente em diferentes pontos, até a possibilidade de seu comprometimento irremediável. Trata-se de pensar nas estratégias de construção de uma cultura efetivamente democrática, que vá ao encontro das formas já construídas, e que possa inclusive modificá-las naquilo que se fizer necessário para sua ampliação e aprofundamento.

2. Democracia, mobilização popular e mobilização social

Os programas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, elaborados com perspectivas ao desenvolvimento da consciência e do comportamento crítico, têm cumprido, nesse sentido, um importante papel na nossa história. O caso mais exemplar e paradigmático, pela luta política que representou e pela projeção nacional e internacional que ganhou é o da experiência de Angicos, concebida e coordenada por Paulo Freire, no Rio Grande do Norte, em 1963. Não pretendemos abordar aqui os aspectos pedagógicos dessa experiência, mas tão somente aqueles que dizem respeito à nossa temática de agora.

Em primeiro lugar, do ponto de vista da dotação de um direito formal, alfabetizar adultos, naquele contexto, significava dotar do direito ao voto. Na experiência de Angicos, bem como na possibilidade efetiva de replicar o modelo em escala nacional, tratava-se do projeto de alfabetizar trabalhadores agrícolas pobres. Esse programa tinha um sentido político muito forte naquela época, por conta do contexto internacional da Guerra Fria, das lutas das

Alfabetizadores, alunos e coordenadores da Direc 16 - Jacobina participando do desfile cívico, em 7 de setembro de 2012

Arquivo TOPA

Arquivo TOPA

Educandos(as) do TOPA da Direc 7 - Itabuna, apresentam a ala própria : "ABC de Jorge Amado", na ocasião do desfile cívico, ação realizada em parceria com as escolas da Rede Estadual, em 7 de setembro de 2011

ligas camponesas pela reforma agrária, bem como da linha de aprofundamento do pacto populista adotada pelo governo Jango, que consistia em levar direitos trabalhistas, econômicos e sociais para o campo, por meio da formação de sindicatos, formalização do trabalho e pela proposta de reforma agrária compreendida pelo programa de reformas de base. Paulo Freire conhecia as limitações e os usos oportunistas que caracterizavam o princípio do pacto populista, constituído pela ideia de uma incorporação política subordinada e tutelada das massas populares. Mas avaliava que, naquela conjuntura, era a política vigente com maior capacidade e possibilidades para tensionar as formas políticas e econômicas mais conservadoras da sociedade, assim como para promover ações de elevação do nível de consciência crítica das camadas populares, em direção ao máximo de consciência possível em um determinado contexto histórico e cultural (FREIRE, 1977).

Esse trabalho de alfabetização de jovens, adultos e idosos, além disso, só poderia funcionar para explorar essas possibilidades críticas e libertadoras, na medida em que fosse orientado e desenvolvido de acordo com os postulados pedagógicos e metodológicos de uma educação problematizadora. É bastante sintomático e curioso, a esse propósito, que a primeira greve conhecida naquela região tenha se manifestado no contexto desse trabalho alfabetizador:

> Coincidência ou não, logo após a formação da primeira turma de alfabetizandos, a cidade de Angicos teria sua primeira greve. Os proprietários rurais chamam a experiência de Paulo Freire de 'praga comunista'. (GADOTTI, 2014a, p. 4)

Paulo Freire escreveu que "a leitura do mundo precede a leitura da palavra". Ler o mundo, aqui, significa problematizá-lo, e uma das suas mais importantes questões diz respeito, sem dúvida, ao caráter das relações sociais, suas formas mais ou menos democráticas, e aos sentidos, usos e interesses enraizados nas práticas autoritárias.

> O TOPA tem muito forte essa questão da inclusão social, […] da alfabetização inicial em uma perspectiva de letramento, mas o letramento para além daquele texto que está escrito, o letramento de uma nova vivência dentro do que é o mundo. Em uma concepção muito ampla de texto, podemos dizer que o mundo é um texto que precisa ser lido. Essa perspectiva de alfabetização popular é, em muitos sentidos, libertária. Além da questão da aquisição da leitura e da escrita, desse letramento oficial, desse pontapé do letramento de textos escritos, eu acredito que o ganho para as pessoas que passam pelo curso realmente é muito grande. (TUPINIQUIM, 2014, p. 1)

Em todas essas questões e práticas acima apontadas, pulsa permanentemente um conjunto de importantes **mobilizações e articulações sociais**, relacionadas com as propostas de reformas de base, bem como com as campanhas de alfabetização por meio do uso da Educação Popular, que se difundiam principalmente por todo o Nordeste brasileiro no período pré-64. A bem da verdade, as diferentes formas e modalidades de mobilização e luta popular sempre foram de fundamental importância para a formalização e implementação dos inúmeros direitos que foram sendo conquistados ao longo do processo histórico da modernidade: desde os econômicos e trabalhistas, que tiveram nos sindicatos e partidos políticos os seus principais agentes protagonistas, até os civis e culturais, elaborados pelos diversos movimentos que vieram a se constituir com muita força a partir da década de 1960 em todo o mundo ocidental, ressaltando-se, para exemplo, o dos negros, dos LGBTs, das mulheres, ambiental etc. Essas mobilizações, articulações e movimentos, sociais e populares, representaram desde sempre um conjunto de práticas e instrumentos decisivos para se pensar e implementar outras formas e modalidades de experiência

democrática, relacionadas com as dimensões dos direitos como objetivos, do poder popular como método, e do protagonismo do sujeito de sua própria história como fundamento de um conjunto de outros valores. Esse sempre foi um fértil terreno para o enraizamento de práticas democráticas no cotidiano, e em outras esferas da vida, sociais, econômicas e culturais.

Como ilustração, podemos observar, nesses anos de 2013 e 2014 no Brasil, dois movimentos sociais fortemente caracterizados pelo sentido da articulação social, despontando como atores políticos de grande peso no cenário urbano de grandes metrópoles: o Movimento pelo Passe Livre, que questiona a precificação e o pesado custo que deve ser pago para o exercício constitucional da liberdade de ir e vir; e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que se constrói com base em uma demanda que se torna cada dia mais dramática e potencialmente explosiva, por conta sobretudo da especulação imobiliária e a mercantilização neoliberal do direito constitucional à moradia digna.

Por muito tempo, os alunos se achavam reféns das outras pessoas e o TOPA deu mais autonomia a eles. Hoje lutam pelos seus direitos e não tem mais aquela coisa da pessoa só ouvir. Hoje tem a mesma condição de ouvir, dizer e lutar também pelos seus direitos, e com isso muitas portas foram abertas.
João Aparecido Ramos da Costa. *Associação dos Remanescentes de Quilombos da Comunidade Olho D'Água do Meio, Município de Brumado.*

Nesse cenário contemporâneo da mobilização social, um aspecto importante chama a atenção e merece ser observado, qual seja, a diversificação das suas formas de organização. Se considerarmos as lutas sociais do século XIX e primeira metade do XX, vamos perceber a posição central e quase exclusiva que foi ocupada pelos sindicatos e partidos políticos nas diferentes lutas desenvolvidas para a proposição e defesa dos direitos dos trabalhadores. *Grosso modo*, a partir da segunda metade do século XX, o que se vê é o surgimento e o desenvolvimento de outras modalidades de organização e luta, representadas

sobretudo pelos movimentos sociais, que progressivamente vão organizando a atuação política de setores cada vez mais expressivos da classe trabalhadora, bem como de expressando e fazendo valer suas demandas.

As mobilizações e articulações sociais e populares continuam presentes e atuantes. Suas formas mais frequentes e comuns, no entanto, deixaram de ser exclusivamente os sindicatos e partidos, e passaram a ser, com cada vez mais força, os movimentos sociais. São esses movimentos que têm demonstrado uma grande capacidade para organizar segmentos da classe trabalhadora que as formas tradicionais não conseguem mais atingir ou cativar, e isso em razão das suas características mais frequentes de organização territorial, mobilização por demandas temáticas e maior grau de informalidade. Essa capacidade, na verdade, ao longo das últimas décadas, tem enfrentado desafios e dificuldades similares às que passaram os partidos políticos, o que acarreta um grande risco para essas formas mais atuais de mobilização popular e exercício mais abrangente das práticas democráticas e projetos transformadores da nossa realidade social:

Educandos (as) do TOPA visitam a Associação de Moradores do Bairro Vila Nova, em Pindaí, Direc 30 - Guanambi, em 7 de agosto de 2013

Arquivo TOPA

> […] Além disso, o ativismo se profissionalizou. Em vários países do Ocidente, movimentos sociais se burocratizaram, se converteram em partido, se empresariaram ou assumiram a prestação de serviços estatais. Assim se esmaeceu a auréola de inovação política que traziam desde os anos 1970 (ALONSO, 2014, p. 74).

3. O TOPA como espaço e ferramenta da mobilização social

Essas questões colocam imensas dificuldades para a concepção e execução das políticas públicas de participação e controle social, bem como para os diversos programas públicos que se articulam com movimentos e entidades sociais e populares, como, por exemplo, os de orçamento participativo e o próprio programa do TOPA. Um dos principais reside na necessidade de separar política e conceitualmente a mobilização social da mobilização popular, reconhecendo e respeitando as formas autônomas e independentes de organização e luta direta de diferentes entidades e movimentos, que muitas vezes preferem não se vincular a espaços de participação do poder público, a não ser eventualmente:

> Aqui o grande desafio é relacionar e fazer dialogar, no interesse das políticas públicas emancipatórias e dos seus temas e pautas de luta, a Participação Social e a Participação Popular, respeitando e garantindo a autonomia e a independência das formas de organização popular, superando os riscos de cooptação, subordinação, fragmentação e dissolução das lutas populares. (GADOTTI, 2014a, p. 3)

Diante do quadro traçado do começo até agora, devemos ressaltar algumas ponderações e desafios que são estratégicos, pensados já dentro de um conjunto de demarcações que

traçam as relações entre o Programa TOPA e a sua articulação com os movimentos sociais.

Para começar, o reconhecimento de que os movimentos sociais e as entidades comunitárias e sindicais assumem cada vez mais o legado e a responsabilidade de tocar adiante as lutas dos trabalhadores, para o conhecimento, defesa e implementação dos seus direitos. No contexto dessas lutas e dessas formas de mobilização, a alfabetização de jovens, adultos e idosos continua servindo como ferramenta para a construção de consciência e práticas críticas, no contexto das realidades locais, regionais e outras mais abrangentes. Nesse sentido, ilustramos com o exemplo da **Associação dos Pequenos Agricultores da Boa Vista**, na cidade de Valença (BA). Essa associação, que se inscreveu para a premiação Cosme de Farias na sua quarta etapa (2010-2011), apresentou um relato das suas finalidades comunitárias, do qual ressaltamos o seguinte trecho:

> *A entidade surgiu a partir das necessidades e carências da comunidade Boa Vista, em uma localidade que necessitava de tudo. Os trabalhadores desconheciam seus próprios direitos, daí junto com a comunidade surgiu a ideia de fundarmos a entidade. Hoje a Boa Vista já tem escola, energia, agente de saúde, promove cursos para os trabalhadores dentro e fora da comunidade, participa da agricultura familiar. Hoje as famílias já conhecem os seus direitos.*

Nesse relato simples e direto, podemos identificar importantes pontos em comum com o que está descrito e preconizado na *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire, que também, em larga medida, serviu-se das experiências de alfabetização no campo, embora não necessariamente essa obra tenha sido estudada pelos protagonistas desse relato. Desses pontos em comum, destacamos o diagnóstico coletivo das carências objetivas e subjetivas da comunidade de trabalhadores (de infraestrutura, políticas públicas e conhecimento de direitos), a constituição de uma entidade como forma de organização coletiva para agir contra essas

O TOPA NA COMUNIDADE

A gente realizou vários projetos no decorrer do TOPA. Organizamos uma feira de saúde, onde tivemos vários profissionais, com os alfabetizandos e a comunidade fazendo perguntas e consultas, no contexto da realidade deles. Tivemos o projeto do meio ambiente, em que o técnico da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) falou sobre o cuidar da plantas e da natureza. [...] Tivemos o *stand* do TOPA, onde os alfabetizadores puderam expor e apresentar seus trabalhos. Tivemos saúde bucal, em que dois dentistas fizeram aplicação de flúor. Também tivemos a presença de funcionários do Banco do Nordeste para esclarecer dúvidas e do sindicato rural para falar sobre o direito da terra, o direito do trabalhador rural, sua aposentadoria, além de um *stand* de vacinação para a comunidade. **Ataíde Moura Ribeiro** - Associação de moradores de Tocos III, Município de Governador Mangabeira.

Arquivo TOPA

Foto 1: Dra. Ana Conceição aplica flúor na escova de educanda do TOPA, que está se preparando para escovar os dentes durante a palestra sobre higiene bucal realizada na turma Meio de Campo, em setembro de 2010

Arquivo TOPA

Foto 2: Stand sobre higiene bucal montado na Feira da Saúde, ação realizada pelo TOPA para integrar e conscientizar a comunidade local, Direc 32 - Cruz das Almas, 2ª etapa

carências, os resultados concretos que vão aparecendo com essa nova práxis comunitária, e a importância central, estratégica, que é atribuída aos trabalhos de formação e qualificação dos trabalhadores. Quanto a esse último ponto, o conhecimento crítico dos direitos no contexto de uma articulação coletiva corresponde a uma mudança de práticas e realidades, e, na dimensão desse trabalho, a alfabetização de jovens, adultos e idosos não poderia ser inserida, como ferramenta, sem ser encharcada dessa intencionalidade.

Outro ponto importante que precisamos destacar, e que naturalmente se relaciona com o anterior, focando entretanto de um modo mais específico em um dos seus aspectos, é o quanto os projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos, quando inseridos no contexto de uma entidade que luta pelos direitos dos trabalhadores de determinada localidade, acaba servindo como instrumento metodológico de Leitura do Mundo, aprofundando a reflexão crítica sobre as características particulares de uma região e ampliando o próprio interesse de participação nas atividades pedagógicas. É o que relata, por exemplo, a **Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais da Comunidade de Morrinhos**, no município de Brumado (BA), e que também se inscreveu para a premiação Cosme de Farias na sua quarta etapa (2010-2011):

Em relação à Educação de Jovens e Adultos, a Entidade tem sido privilegiada, uma vez que cerca de 10 dos sócios tiveram a oportunidade de estudar através do Programa TOPA. As atividades desenvolvidas durante o Programa foram todas voltadas para a realidade de vida dos alfabetizandos, tais como: agricultura, pecuária, meio ambiente e a cultura local, uma forma que conquistou a atenção da turma, já que são assuntos de interesse deles.

Também desejamos destacar o quanto as entidades locais de luta pelos direitos dos trabalhadores, fazendo uso de uma política pública voltada para superação do analfabetismo, pode servir como ponte para a articulação e

implementação de um conjunto de outras políticas públicas garantidoras de direitos, constituindo, desse modo, um novo ponto de articulação da rede intersetorial de proteção social. É o que podemos depreender do relato apresentado pela **Associação dos Moradores do Guaibim - Deus é Fiel**, na cidade de Guaibim - Valença (BA), que também participou da premiação Cosme de Farias na sua quarta etapa (2010-2011):

Ajudamos nas documentações pessoais e carteira de marisqueiras, pescador, e continuamos na luta junto com o TOPA (Todos pela Alfabetização) contra o analfabetismo. Criamos dentro da comunidade uma biblioteca comunitária em parceria com alunos da UNEB, e disponibilizamos espaços para o funcionamento das turmas do TOPA. Ajudamos no material didático, pequenos lanches e palestras de incentivo para eles não desistirem do programa. Com parceria do Programa TOPA ajudamos muitos em cirurgias de catarata, exames oftalmológicos com direito a óculos, e participamos de mutirões de saúde. Além disso, já tivemos na nossa comunidade vários cursos profissionalizantes com a ajuda da Secretaria de Promoção Social.

Os três exemplos apontados acima caracterizam e definem possibilidades de uso e aproveitamento do Programa TOPA pelas entidades e associações de diferentes regiões, no contexto das suas lutas pela efetivação dos direitos dos trabalhadores. Essa é, na verdade, apenas uma das vias da processualidade do programa TOPA. A outra via é definida pelo modo como o poder público se relaciona e articula com essas entidades, quais são os aprendizados e as mudanças efetivadas pelo governo, quais os conhecimentos acumulados dessa relação com as comunidades organizadas.

Podemos vislumbrar as potencialidades viabilizadas pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia nesse sentido, por meio dos encontros estaduais com as entidades. Assim,

no Primeiro Encontro com Entidades e Prefeituras Parceiras do TOPA 2009, promovido pela Direc 32, entre os pontos da pauta consta um momento dedicado ao Relato de Experiências Exitosas - TOPA 2008, quando então se tem a possibilidade de fazer a escuta dos diferentes modos como o programa tem servido para alcançar suas finalidades, permitindo os ajustes necessários.

Já no III Encontro Estadual dos Representantes dos Movimentos Sociais e Sindicais - Escuta Aberta, organizado pela Secretaria da Educação do Estado da Bahia, nos dias 3 e 4 de maio de 2011, lideranças de 38 das 41 entidades que aderiram ao TOPA se encontraram com o governo. Nessa oportunidade,

Além de apresentações culturais e palestras sobre a importância da participação dos movimentos sociais e sindicais na construção de políticas públicas de alfabetização no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), os presentes participaram de oficinas para esta 4ª etapa. A supervisora do TOPA na Direc 2, Valdeci Mamona, coordenou um desses grupos de trabalho que debateu sobre o tema "Participação dos Movimentos Sociais no TOPA: Avanços, Desafios e Possibilidades.[2]

Esse exemplo nos mostra a preocupação relacionada de proporcionar encontros formativos com as entidades e movimentos parceiros do Programa TOPA, ao mesmo tempo que o uso do debate em grupos, que permite a escuta das realidades e características particulares de cada entidade e localidade.

Já no IV Encontro Estadual Escuta Aberta, que ocorreu no dia 13 de novembro de 2012, em Salvador (BA), podemos verificar a participação expressiva de 350 representantes de movimentos sociais e sindicatos de todo o Estado.

---

1 Disponível em: <http://topadirec32.blogspot.com.br/2009/07/encontro-com-entidades-e-prefeituras.html> Acesso em: 4 jul. 2014.

2 Disponível em: <http://topadirec02.blogspot.com.br/2011/05/encontro-estadual-mobiliza-entidades.html> Acesso em: 4 jul. 2014.

Esses são bons exemplos que ajudam a elaborar algumas conclusões sobre as características mais expressivas da relação que o Programa TOPA tem construído com as entidades, movimentos sociais e sindicatos, e que podem ser resumidas nos seguintes tópicos:

Essa Escuta Aberta, a quarta que estamos realizando desde que o programa foi implantado pelo Governo do Estado, é um momento muito importante de dialogar e construir as ações do programa com os nossos parceiros dos movimentos sociais e sindical. **Francisca Elenir**, *coordenadora estadual do TOPA*[3]

1) Escuta aberta e relato de experiências, que proporcionam o conhecimento sobre como o Programa TOPA tem sido implementado concretamente e quais as consequências particulares que se desdobram no contexto de realidades distintas, o que ajuda a enriquecer o saber sobre as diferentes intencionalidades locais nas quais se insere, bem como elaborar as possibilidades formais da sua adaptação aos diferentes contextos. Esses momentos também se apresentam como oportunidades propícias para uma troca de experiências das entidades e movimentos entre si, fortalecendo e melhorando

3 Disponível em: <http://topadirec30.blogspot.com.br/2012/11/iv-encontro-estadual-escuta-aberta_29.html> Acesso em: 7 jul. 2014.

Informativo do V Encontro de Estadual de Escuta Aberta, realizado no Centro Administrativo da Bahia (CAB), em Salvador no dia 30 de outubro de 2013

Divulgação

reciprocamente as ações que são implementadas em cada localidade, e compartilhando um saber que vai se tornando cada vez mais comum e espalhado pelo território estadual.

2) Por meio de oficinas, grupos de debate e outras atividades formativas, a exploração pedagógica das possibilidades de criação, nos encontros regionais e estaduais, de espaços de formação sobre os movimentos sociais, atividades sindicais e partidárias, participação social, cidadania e protagonismo etc., que são de suma importância para a elaboração política e ideológica de lideranças comunitárias, fortalecendo os postulados da cidadania ativa, do pensamento crítico e da prática transformadora.

3) Avaliação dialogada e processual de cada uma das etapas do programa, momento esse que sempre é estratégico para fazer o balanço coletivo e crítico dos avanços e das dificuldades do programa, incorporando as propostas e apontamentos dos movimentos e entidades que implementam efetivamente o TOPA em diferentes localidades.

4. Por uma Política Nacional de Participação Social

Do ponto de vista da mobilização e articulação social, que é o que aqui nos interessa, esse processo determinou todo um conjunto de possibilidades e desafios. Duas grandes possibilidades, que se afirmaram com muita força nos últimos anos, expressaram-se no Pacto Nacional pela Participação Social e no Marco Referencial da Educação Popular. As propostas básicas se definem pelas expectativas de ampliar e fortalecer os espaços e mecanismos da participação social na elaboração e implementação das políticas públicas, nos três níveis da estrutura federativa, o que configura, oficialmente, uma proposta de fortalecimento de um *método* complementar de governo e gestão pública, e os objetivos de fazer uso da concepção e da

Agroecologia e associativismo

A agroecologia, ciência que tem sua origem na década de 1970, valoriza o conhecimento agrícola tradicional e procura sistematizá-lo, favorecendo sua perpetuação. Apresenta-se como uma forma de resistência contra a monocultura em larga escala, valorizando o desenvolvimento da agricultura familiar e o associativismo.

Em maio de 2014, a cidade de Juazeiro (BA) acolheu o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), cujo tema foi "Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde e Cultivar o Futuro". Ao final do evento os cerca de 2100 participantes, em sua maioria agricultores familiares, camponeses, extrativistas, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, faxinalenses, agricultores urbanos, geraizeiros, sertanejos, vazanteiros, quebradeiras de coco, caatingueiros, criadores em fundos de pasto e seringueiros, produziram um documento que traduz o momento atual da agroecologia no Brasil. Nele, afirmam que o Encontro produziu claras evidências da abrangência nacional que assume hoje a agroecologia, sendo referência para a construção de caminhos alternativos aos padrões de desenvolvimento rural impostos pelo agronegócio. Registram que dezenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do campo incorporaram a proposta agroecológica como caminho para a revalorização do diversificado patrimônio de saberes e práticas de gestão social dos bens comuns e de reafirmação do papel da produção de base familiar como provedora de alimentos para a sociedade.

Considerando a capilaridade do Programa TOPA e sua forte presença nas áreas rurais, este prestou, por meio das suas ações de alfabetização, importante contribuição ao desenvolvimento de políticas agrícolas comprometidas com os fundamentos da agroecologia.

Acervo Articulação Nacional de Agroecologia (ANA)

Atividade em grupo na ocasião do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), em maio de 2014

metodologia da Educação Popular como ferramenta pedagógica a ser usada no interior das políticas públicas, para viabilizar o conhecimento das diferentes localidades e seus saberes específicos, elaborar consciência crítica e caminhar rumo a uma práxis transformadora, com intencionalidade.

A disputa central da democracia brasileira hoje está se dando no campo da participação social. Trata-se de um processo de qualificação da democracia, diante de uma democracia formal que proclama direitos que não os atente. Ampliar a cidadania é um dever de uma sociedade que quer avançar. O Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social, organiza e consolida o que já existe e avança na proposta de que outras esferas, além do governo federal, adotem a participação como "método de governo", aderindo a essa política.

Entretanto houve uma reação raivosa das elites na mídia e no Congresso. É um sinal de que vamos ter que enfrentar definitivamente a batalha pela democracia participativa, um direito constitucional e humano. As elites não toleram mais avanços nas políticas sociais. A batalha está ligada umbilicalmente à outra: a reforma política. Sem ela o capital continuará dando as cartas, aprovando no Congresso as leis que o beneficiam em detrimento da justiça social e da superação das desigualdades.

Manu Dias /GOVBA

Lançamento do Pacto pela Educação – Todos pela Escola, no Instituto Anísio Teixeira, na cidade de Salvador, em 28 de abril de 2011. Segundo o secretário Osvaldo Barreto: "O governo irá se responsabilizar pelo fornecimento de todo material pedagógico para a alfabetização, capacitação e metodologia de avaliação à medida que os municípios se integrem ao pacto" (Trecho de reportagem publicada em 29 de abril de 2011 em: <http://blogdolatinha.blogspot.com.br/2011/04/pacto-pela-educacao-investe-na.html>)

A nosso ver, um dos grandes desafios estruturais que se apresentam, cotejando as características apontadas e as possibilidades desenhadas, reside na contradição de lógicas distintas que se confrontam na relação que se estabelece entre ambas. No centro desse conflito, as diversas políticas e programas públicos, como o TOPA, que operam com a mobilização e articulação social, não podem fechar os olhos para esse dilema, nem deixar de falar a seu respeito, principalmente considerando que o curso natural desse desenvolvimento costuma ser o do predomínio do interesse privado e corporativo, dos sacrifícios exigidos pela governabilidade, e da cooptação e acomodamento de lideranças populares e comunitárias.

O projeto supracitado tem facilitado ao presidiário um conhecimento técnico que possa lhe proporcionar uma nova fonte de renda, uma vez que muitos deles não recebem visitas de familiares e carecem de comprar alguns produtos de higiene pessoal, e quando saírem do presídio se reintegrarem ao mercado de trabalho, tem contribuído para a elevação da autoestima do detento, pois o trabalho dignifica o homem, a terapia ocupacional com os cursos aplicados ocupam a mente dos alunos, proporcionando condições de construção de novos conhecimentos e gerando assim esperança de reintegração à sociedade.

Também não podemos deixar de apontar o contexto político e ideológico das entidades, movimentos e sujeitos que vão fazer uso do TOPA, e que muitas vezes podem demandar um trabalho específico de intervenção e **qualificação das intenções e dos procedimentos**, para que a alfabetização de jovens, adultos e idosos não perca a sua expectativa de servir como ferramenta para a construção de consciência e prática críticas. É o tipo de desafio que podemos discernir no relato apresentado por um bolsista, do município de Teixeira de Freitas (BA), que participou da premiação Cosme de Farias na sua terceira etapa (2009-2010), por conta do trabalho desenvolvido em um presídio masculino não especificado:

> A educação de jovens e adultos, em suas modalidades de educação emancipadora, sempre se constituiu em importante instrumento das lutas por direitos da classe trabalhadora. Continuar esse legado não pode ser uma declaração de princípios: só pode ser o resultado de um trabalho do dia a dia.

O TOPA, o local e o global

O Programa TOPA é desenvolvido, em sua essência, na perspectiva da mobilização e articulação social, do exercício de cidadania ativa, da participação social e da participação popular. Participação social compreendida como aquela que se dá por meio da atuação em espaços de participação já consolidados, como sindicatos, conselhos, associações e grêmios, por exemplo. Já a participação popular ganha corpo por meio de movimentos que nascem de iniciativas de pessoas com interesses comuns, como marchas, fóruns de discussão, manifestações de diferentes segmentos em defesa de seus direitos, entre outras.

Para Paulo Freire, a "*politização*" é algo inerente ao ato educativo. Uma vez "*lido o mundo*" e construídas coletivamente interpretações da própria realidade, é preciso construir comprometimento com a sua transformação em algo melhor para todos e todas. A pedagogia deve estar comprometida com a *cidadania ativa*, tendo a ética como referência para a construção da democracia. Nesse sentido, pode-se dizer que alfabetização de adultos e **participação social e popular** devem caminhar juntas. Desafio este abraçado pelo Programa Todos pela Alfabetização.

As parcerias estabelecidas entre o TOPA e organizações da sociedade civil espalhadas pelos 27 Territórios de Identidade existentes no estado da Bahia contribuíram com a formação de equipes de educadores/as das diferentes instituições, ampliaram a visibilidade destas em suas regiões de atuação, provocaram a partilha de experiências e favoreceram o diálogo entre organizações de várias regiões, inspirando e potencializando a realização de novas ações educativas de natureza semelhante. Nessa perspectiva, é possível afirmar que o Programa ampliou os horizontes de seus participantes no que se refere ao exercício de cidadania.

O Brasil tem compartilhado sua experiência na área de educação popular de jovens e adultos em encontros internacionais como o Fórum Social Mundial, o Fórum Mundial de

Educação e também em Encontros Internacionais do Fórum Paulo Freire. São iniciativas que buscam articular múltiplas ações em torno da construção de novas realidades, de modo que não se percam no isolamento, que se alimentem umas às outras e que produzam um movimento que possibilite sua expansão para além dos territórios onde são realizadas. Fóruns mundiais estimulam o diálogo entre ONGs e **movimentos sociais**, gerando um novo tipo de cidadania, favorecendo a ampliação de saberes e transformação de práticas que têm como referência a construção de um presente e um futuro melhores.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que as referencialidades construídas pelo TOPA para combate ao analfabetismo ultrapassam as fronteiras do estado da Bahia, indo além das fronteiras do país.

A coordenadora do Programa Todos pela Educação, **Francisca Elenir Alves**, compartilhou a experiência desenvolvida na Bahia com educadores de diversos lugares do mundo durante o IX Encontro Internacional do **Fórum Paulo Freire**, realizado em Turim - Itália, de 17 a 20 de setembro de 2014. Metodologia, desafios e resultados do processo desenvolvido no Brasil foram apresentados em um Círculo de Cultura que reuniu outros trabalhos feitos na Itália, México, Estados Unidos e França, todos relacionados ao tema "Educar para emancipar em contextos de desigualdade e vulnerabilidade".

Acervo IPF

Francisca Elenir Alves durante o IX Encontro Internacional do Fórum Paulo Freire, em setembro de 2014

Arquivo TOPA

Arquivo TOPA

Alberto Coutinho/ GOVBA

11 Lugares diferentes, soluções diferentes

Ao observarmos a realidade vivida nas diferentes regiões do estado da Bahia, deparamo-nos com uma múltipla e valiosa diversidade cultural, e, ao mesmo tempo, com a urgência de políticas públicas que viabilizem o acesso de mulheres e homens adultos, idosos e idosas, jovens e crianças, a direitos básicos historicamente negados. Um deles, a educação. A Bahia abriga a maior população de não alfabetizados/as, em números absolutos, entre as 27 unidades federativas do País.

Conforme citado anteriormente, cerca de 1.700.000 habitantes do território baiano, com idade igual ou superior a 15 anos, são analfabetos (Censo de 2010 - IBGE, 2011). Aproximadamente 34% dos habitantes do estado nesta faixa etária são considerados analfabetos funcionais, não conseguindo entender o que leem e nem elaborar um enunciado curto sobre um assunto genérico, por falta de acesso à escolarização formal ou por distorções no processo educativo do qual participaram. Cerca de 16% da população total do estado foi privada de seu direito à educação. São comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e ciganas, populações ribeirinhas, assentados por programas de reforma agrária, pescadores, catadores de materiais recicláveis, extrativistas, profissionais do sexo, entre outros grupos com especificidades que necessitam ser reconhecidas e valorizadas no momento de enfrentamento do desafio de incluir todos e todas em um amplo processo de alfabetização.

Mas não basta alfabetizar. Não basta atender ao desejo de “escrever o nome”, como dizem muitos dos que procuram os programas de alfabetização. É preciso desenvolver um

Círculo de Cultura na comunidade Quilombola Olhos D'Água do Meio, Direc 19 - Brumado, em 2010

processo de alfabetização, "junto" com os/as educandos/as, que possibilite conscientização, politização e emancipação. Que contribua para a transformação de todos/as os/as envolvidos/as no processo de aprendizagem e produza resultados também nos territórios onde vivem.

1. Trata-se de um sonho? Utopia?

> Vem sendo uma das conotações fortes do discurso neoliberal e de sua prática educativa no Brasil e fora dele a recusa sistemática ao sonho e à utopia, o que sacrifica necessariamente a esperança. A propalada morte do sonho e da utopia, que ameaça a vida da esperança, termina por despolitizar a prática educativa, ferindo a própria natureza humana. A morte do sonho e da utopia, prolongamento consequente da morte da História, implica a imobilização da História na redução do futuro à permanência do presente. O presente "vitorioso" do neoliberalismo é o futuro a que nos adaptaremos. Ao mesmo tempo em que este discurso fala da morte do sonho e da utopia e desproblematiza o futuro, se afirma como um discurso fatalista. [...] Nenhuma realidade é assim porque assim tem de ser. Está sendo assim porque interesses fortes de quem tem poder a fazem assim. (FREIRE, 2000, p. 58)

Transformar a realidade exige vontade política, compromisso com a ética e com a justiça, e coragem. A carência e as deficiências educacionais estão intimamente relacionadas à condição socioeconômica das famílias e limitam sua inserção e permanência no mundo do trabalho, comprometem o exercício da cidadania e as tornam vulneráveis à discriminação e à segregação.

Uma das consequências mais imediatas do analfabetismo e das lacunas no processo de escolarização, resultantes do processo histórico ao qual a população foi submetida, é a restrição de acesso/permanência no mundo do trabalho, cada vez mais exigente quanto à formação e qualificação profissional dos trabalhadores. Tal restrição implica na ausência ou insuficiência de renda e, por conseguinte, na inclusão destas pessoas no grupo marcado pela pobreza ou pobreza extrema. De acordo com a pesquisa do Ipea (BRASIL, 2011), em 2009, os analfabetos eram maioria entre os desempregados e em situação de extrema pobreza. À época, o desemprego atingiu 9,3% da população baiana ativa, e a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais era de 16,7%.

Conforme o Ipea (2011), apesar da existência de políticas públicas para a promoção social e do crescimento da renda per capita na Bahia, ainda existem bolsões de pobreza extrema e um volume significativo de pessoas em "estado de privação",

Arquivo TOPA

Círculo de Cultura realizado na Direc 27 - Seabra, em 14 de maio de 2008

ou seja, aquele em que o bem-estar de um indivíduo é inferior ao mínimo que a sociedade à qual ele pertence julga imprescindível assegurar. Isto se deve, possivelmente, ao não enfrentamento desta desigualdade de direitos pelas políticas públicas praticadas no Estado nas últimas décadas. As medidas adotadas por governos anteriores não priorizaram os mais pobres e, por conseguinte, aqueles indivíduos com menor nível de escolaridade.

Apesar de ser notória a redução de desigualdades sociais registrada no estado da Bahia nos últimos anos (IBGE, 2009), conforme citado em capítulos anteriores, ainda existem aproximadamente 10,2% da população baiana vivendo em condições de extrema pobreza. A miséria incide sobre 27,5% das crianças na faixa etária de 0 a 14 anos, comprometendo a formação da sociedade futura, pois, não raro, pessoas nesta situação são privadas de seus direitos mais básicos, como educação, formação e/ou profissionalização para atuação produtiva.

Enfrentar esta realidade construindo soluções para torná-la "menos feia" é um dever ético de toda a sociedade. Neste sentido, é possível dizer que a realização do Programa Todos pela Alfabetização é um exemplo de uma iniciativa comprometida com a recuperação de um direito historicamente negado a boa parte da população "empobrecida" no Brasil.

Compreendendo que nenhuma comunidade "é pobre". Muitas comunidades "estão pobres", foram empobrecidas devido à ausência de políticas públicas ou, quando existiram, tiveram características não inclusivas ao longo da história.

Vale lembrar que o acesso à educação, por si só, não garante inclusão. É preciso uma política educacional efetivamente emancipadora, que considere a cultura dos sujeitos envolvidos, suas histórias e saberes, conforme Bahia (2012a, p. 32), onde cita que, em relatos orais, alfabetizadores, coordenadores de turma e técnicos de acompanhamento de campo afirmaram que uma parcela dos/as estudantes matriculados/as nas quatro edições iniciais do Programa já tinha passado pela escola e/ou por programas de alfabetização anteriormente. Estas pessoas resolveram ingressar no TOPA, em geral, por apresentarem dificuldades para ler, escrever e realizar operações matemáticas, o que comprometia suas atividades cotidianas. Em entrevista concedida para a equipe de avaliação de impacto, a coordenadora de área da Universidade do Estado da Bahia, Adylane Santos de Jesus (24 jul. 2012), afirmou que encontrou, em turmas do TOPA no município de Inhambupe, aprendentes que haviam cursado até a 6ª série do ensino fundamental, mas ainda não tinham construído a base alfabética.

Histórias assim são indicadores de que não basta viabilizar o acesso à educação, é preciso também refletir

sobre qual proposta educativa será desenvolvida. É necessário colocar em prática currículos "vivos", onde todos/as se reconheçam e tenham oportunidade de construir conhecimento, autonomia e emancipação.

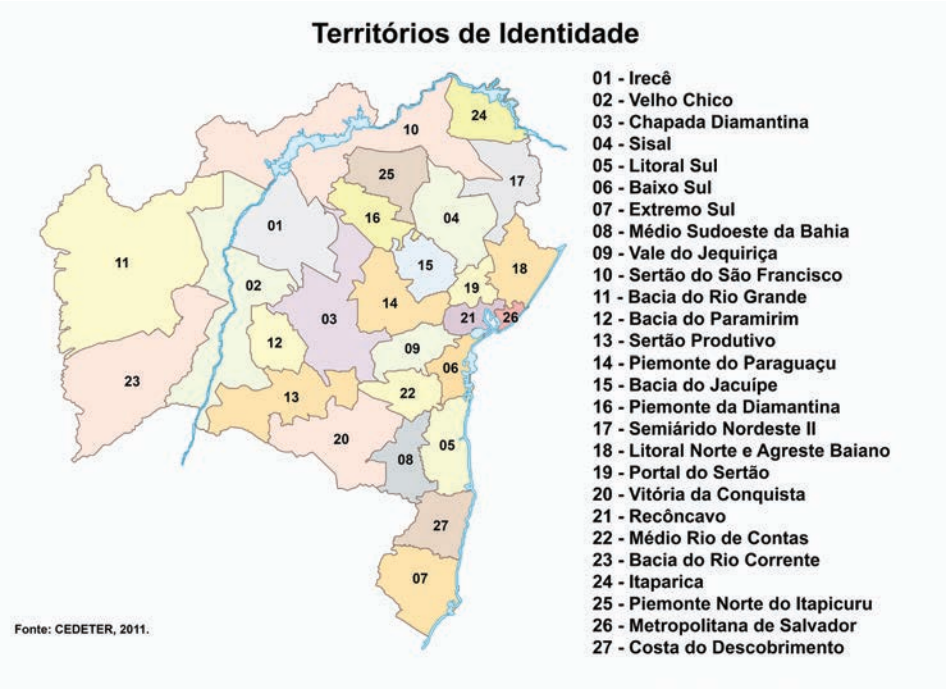
De acordo com IBGE (2012), 43% de todo o Semiárido do Nordeste brasileiro fica na Bahia, cuja dimensão territorial equivalente a 36% do território nordestino. Dos 417 municípios da Bahia, 265 (63%) estão no Semiárido e, neste espaço, vive cerca de 48% da população baiana. Portanto, estima-se que 48 de cada 100 habitantes do Estado morem neste ambiente onde, historicamente, há dificuldade de acesso a equipamentos e serviços públicos de qualidade.

2. A realidade é difícil, mas não é imutável

> O sonho de um mundo melhor nasce das entranhas do seu contrário. Por isso corremos o risco de tanto idealizarmos o mundo melhor, desgarrando-nos do nosso concreto, quanto o de, demasiado "aderidos" ao mundo concreto, submergirmo-nos no imobilismo fatalista. Ambas posições são alienadas. A posição crítica é a em que, tomando distância epistemológica da concretude em que estou, com o que a conheço melhor, descubro que a única forma dela sair está na concretização do sonho, que vira, então, nova concretude. Por isso, aceitar o sonho do mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de recriá-lo. Processo de luta profundamente ancorado na ética. De luta contra qualquer tipo de violência. [...]. De violência contra os fracos, os indefesos, contra as minorias ofendidas. De violência contra os discriminados, não importa a razão da discriminação. De luta contra a impunidade que estimula no momento entre nós o crime, o abuso, o desrespeito aos mais fracos, o desrespeito ostensivo à vida. (FREIRE, 2000, p. 61)

Aceitar o sonho do mundo melhor e a ele aderir é aceitar entrar no processo de recriá-lo, o que implica investimento, criatividade e ousadia. Nesse sentido, pode-se dizer que o TOPA é parte do processo de recriação da realidade social e educacional em um estado que possui microrregiões com características humanas e geográficas bastante diversas.

Buscando identificar as especificidades de cada uma dessas microrregiões e favorecer o desenvolvimento de políticas públicas adequadas a cada uma delas, o estado da Bahia vem, desde 2007, sendo organizado em "territórios de identidade", assim distribuídos:



Distintos uns dos outros, os "territórios de identidade" são caracterizados por elementos sociais, culturais, étnicos, econômicos, políticos e ambientais específicos, que possibilitam conhecer melhor os indivíduos que neles vivem.

Esta forma de "olhar" para o próprio território permitiu desvelar características relacionadas aos índices de analfabetismo de cada microrregião, identificando os espaços geográficos com maior incidência de analfabetismo real e funcional e, portanto, com maior demanda por políticas e ações públicas voltadas à alfabetização e à escolarização, visando à inserção social e à promoção de condições essenciais ao exercício da cidadania. O olhar atento à diversidade cultural, étnica e socioeconômica existente no estado possibilitou a realização de processos educativos que consideram as especificidades de cada localidade, de cada contexto.

No município de Vitória da Conquista, por exemplo, depoimentos registram o comprometimento dos formadores com

as especificidades dos diferentes grupos. Preocupado com o "melhor aproveitamento" dos educandos, um dos monitores afirma que:

[...] as aulas são adaptadas à realidade de vida dos alfabetizandos levando-se em conta desde os aspectos profissionais, passando pela faixa etária e chegando à localidade de moradia de cada um (zona rural, zona urbana periferia e bairros centrais), o que permite um melhor aproveitamento e compreensão por parte dos alfabetizandos.

Ao longo de seu desenvolvimento, o Programa semeou transformações em diferentes grupos e lugares espalhados pelo estado da Bahia.

O Território de Identidade Chapada Diamantina, por exemplo, abriga cerca de 38 comunidades remanescentes de quilombos constituídos durante o processo de escravatura negra no Brasil. Ainda hoje cultivam os hábitos e costumes de seus antepassados e vivem de maneira bastante rudimentar. Em determinadas áreas da zona rural, distantes dos núcleos urbanos, conseguir água tratada para beber e cozinhar depende de longa caminhada com latas sobre a cabeça ou no lombo de animais. Estudar foi um direito negado a grande parte dos seus moradores que hoje compõem a população adulta do lugar.

Em 2011, foi formada uma turma do TOPA na comunidade quilombola Queimada dos Beneditos, localizada no município de América Dourada, que pertence ao Território Chapada Diamantina. Entre os remanescentes do quilombo, 11 homens e mulheres resolveram participar do processo de alfabetização desenvolvido por Eugênia do Espírito Santo, alfabetizadora voluntária, bolsista da própria comunidade, conforme reivindicam os movimentos sociais ligados à causa negra. A maioria deles há anos não pegava um lápis para escrever e alguns nunca haviam ido à escola, contudo, ao final das atividades, muitos estavam alfabetizados.

Uma alfabetização que ultrapassa os limites da sala de aula

Nas aulas, os alfabetizandos, com idades de 30 a 78 anos e aparência envelhecida pelo sol castigante e pelo trabalho braçal diário árduo, superavam as dificuldades de aprendizado e as condições inadequadas. No ambiente educativo, faltavam carteiras, materiais didáticos, livros, merenda, instrumentos para registros das aulas, quase tudo. Grande parte acomodava-se em um sofá desgastado e apoiava o papel para escrever e tentar ler no próprio colo. [...] Embora tenha como única formação o ensino médio, Eugênia revelou-se fundamental para o êxito das ações. Não esmoreceu nem com a constante cobrança por acesso aos materiais, à merenda e à assistência oftalmológica, habitualmente ofertados pelo Programa. [...] O processo de alfabetização ultrapassava os limites do ambiente educativo. Apesar de ser lactante e ter inúmeros afazeres com o filho recém-nascido, Eugênia procurava orientar os alfabetizandos para a realização de atividades diárias e propiciar ao grupo condições para a melhoria da autoestima e para o exercício pleno da cidadania, por meio, por exemplo, da retirada de novos documentos de identificação já com a assinatura de cada um. Em Queimada dos Beneditos, a perseverança e o comprometimento desta remanescente de quilombolas fez a diferença para garantir a alfabetização da sua gente. (BAHIA, 2012a, p. 172-187)

3. Lugares, territórios, identidades

Observamos, no box acima, que a alfabetizadora, ainda que com filho pequeno, um bebê, e sem dispor de materiais escolares, alimentação ou assistência oftalmológica para sua turma, deu um exemplo de cidadania e solidariedade. As aulas ocorreram na casa de um dos estudantes, e muitas vezes o grupo contou

apenas com “papelão e restos de cadernos reaproveitados” para escrever. As dificuldades encontradas não venceram o compromisso da educadora com a emancipação de sua comunidade, com a alfabetização de “sua gente”.

Com características bastante diferentes do anterior, o Território de Identidade Recôncavo possui a maior parte de seus habitantes vivendo na zona urbana. A região conta com importante rede comercial e de serviços, em diversos segmentos, e abriga indústrias do ramo fumageiro, alimentício e moveleiro, além de forte atuação na pecuária e na fruticultura. E a performance econômica deste Território reflete-se nas condições de vida da população, cuja taxa de analfabetismo, conforme o Censo 2010 (IBGE, 2011), é de 17,97%, uma das menores entre as registradas nos territórios baianos.

Esta é a região onde foi desenvolvida pelo Programa TOPA uma inovadora experiência de alfabetização da **Comunidade Cigana**.

De tradição nômade, o povo cigano está entre os segmentos sociais brasileiros mais afetados pelo analfabetismo, sobretudo pela dificuldade de permanência dos/das estudantes na escola. Dificuldade esta que ocorre pelo fato de não estabelecerem moradia em um mesmo lugar por longo período e também pela resistência dos homens em permitirem que esposas e filhos estudem. Contudo, alguns grupos que se deslocam entre municípios da Bahia tiveram acesso à alfabetização por meio do Programa Todos pela Alfabetização, enquanto estavam acampados nas imediações da cidade de Cruz das Almas, no Recôncavo Baiano.

Arquivo TOPA

Comunidade cigana do bairro da Cauaba, durante a solenidade de formatura da 6ª etapa do Programa TOPA na Direc 16 - Jacobina, em 13 de dezembro de 2013

A formação de turmas do Programa dentro do acampamento fez parte de um plano de preparação da comunidade cigana para atuação no mercado de trabalho e busca da garantia dos direitos já previstos pela legislação brasileira. Na ocasião, o líder cigano Robelito fez um apelo aos demais membros de sua comunidade, no intuito de motivá-los a incentivarem mulheres, mães e filhos a estudarem, percebendo a educação como instrumento de fortalecimento da luta pela manutenção da cultura e dos direitos do povo cigano.

A luta do povo cigano

"Vivo fora e dentro das barracas, não deixei de ser cigano porque estudo e estou na prefeitura. Tenho aparência de cigano, visto como cigano, corto meu cabelo como cigano, pratico o comércio como cigano, preservo minha família, amo minha mulher... A educação não vai nos desviar da nossa linhagem. [...] Ela vai aglutinar informações que o mundo oferece. O povo cigano pode usar essa ferramenta para lutar e não ser dizimado na Terra. [...] Não podemos cobrar um emprego do governo se não podemos nos capacitar. Se não quiserem estudar, pelo menos incentivem suas mulheres, mães... Com jeito, as mulheres podem conversar com seus maridos e colocar os filhos na escola, na creche. Podem procurar ajuda na prefeitura, na Universidade, nos postos. Daqui pode sair os futuros governantes de Cruz das Almas!" (Relatório de Formação na Tenda Cigana, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2010, in BAHIA, 2012a, p. 168).

O apoio de lideranças, como as acima citadas, tornou possível a atuação do Programa TOPA também na comunidade cigana.

As turmas foram formadas majoritariamente por mulheres, que em sua maioria nunca haviam tido a oportunidade de frequentar a escola. Por vezes, atribuladas com os afazeres domésticos e com os deveres sob sua responsabilidade dentro da comunidade, precisavam levar os filhos pequenos para a tenda improvisada como sala de aula, compartilhando com eles a experiência de aprendizagem e, em determinadas ocasiões, sendo prejudicadas por terem que dividir atenção entre as tarefas didáticas e a responsabilidade com as crianças.

As atividades pedagógicas, sempre orientadas pelo respeito e pela **valorização da diversidade cultural das comunidades**, partiam das experiências e demandas dos/as estudantes, que, na condição de ciganos/as, eram constantemente alvo de discriminação e preconceito por parte da sociedade. O objetivo era que o processo educativo desenvolvido, além de alfabetizar, pudesse colaborar para a conscientização dos/as estudantes quanto à necessidade de luta por políticas públicas específicas para a população cigana e também para a busca de alternativas que pudessem melhorar sua qualidade de vida.

Nesse sentido, uma das alfabetizadoras do Programa TOPA, Maria Nilza Silva Cardoso, buscou construir, junto com os/as estudantes, uma possibilidade de incremento da renda das famílias ciganas. Reservou as tardes de sábado para ensinar técnicas de artesanato para as mulheres, no próprio acampamento. A expectativa era de que as peças confeccionadas à mão pudessem ser comercializadas e garantissem a geração de alguma renda para as estudantes, contribuindo diretamente para sua permanência no TOPA.

Muitos desafios foram enfrentados, entre eles o atraso na distribuição de produtos para preparo da alimentação, a falta de materiais didáticos, a necessidade de dois grupos "levantarem acampamento" e deixarem o município. Ainda assim, das quatro turmas formadas nas tendas improvisadas de Cruz das Almas, duas concluíram com êxito o processo, apresentando aprendizagem compatível com o esperado. Conforme consta nos relatórios do TOPA, "possivelmente poderão, no futuro, dar continuidade aos estudos, ingressando em turmas da educação de jovens e adultos (EJA) referentes aos ensinos fundamental e médio".

O "olhar atento" aos diferentes **Territórios de Identidade** tornou evidentes especificidades relacionadas não só aos grupos étnicos que vivem no estado da Bahia, mas também a grupos de cidadãos e cidadãs que necessitam de atenção diferenciada para que tenham seu direito à educação respeitado. Entre eles estão os idosos, para os quais o reparo à ausência de oportunidades de estudo muitas vezes imposta pela sociedade não pode ser postergada.

Alfabetizar adultos e idosos não contribui para mudar apenas suas

próprias vidas, mas a vida das pessoas que com eles e com elas convivem, suas famílias, suas comunidades. No ano 2000, um relatório do Banco Mundial, agência do sistema das Nações Unidas, publicou uma pesquisa (OXENHAM; AOKI, 2000) concluindo que os participantes em programas de alfabetização têm maior confiança e autonomia no interior de suas famílias e comunidades, estão mais à vontade que os não alfabetizados quando levam e trazem seus filhos da escola e monitoram o seu progresso, alteram suas práticas de saúde e de nutrição em benefício de suas famílias, aumentam sua produção e seus ganhos usando informações recebidas, participam mais efetivamente na comunidade e na política, mostram melhor compreensão das mensagens disseminadas pela mídia, desenvolvem novas e produtivas relações sociais por meio de seus grupos de aprendizagem e ainda usam suas habilidades de alfabetização para expandir sua satisfação na vida diária.

Uma experiência bastante relevante de educação de idosos promovida pelo Programa TOPA ocorreu no Território de Identidade Litoral Sul. A arrecadação desta região é responsável por cerca de 4,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, a quinta maior entre os territórios baianos. Sua atividade econômica concentra-se no segmento de serviços. A taxa de analfabetismo nesta região, conforme o Censo 2010 (IBGE, 2011), é de 24,61%, o que significa que cerca de ¼ da população com 15 anos ou mais foi mantida à margem da escolarização. Sem domínio da leitura e da escrita, em geral, não resta alternativa à população local a não ser a dedicação ao trabalho braçal na lavoura de cacau, a lida com gado bovino ou a pesca de subsistência no rio Pardo.

Desejos antigos tornam-se possíveis quando políticas públicas antes inacessíveis passam a ser efetivamente inclusivas. Este é o caso do estudante **Ubaldo Dias**, de 106 anos de idade, que se matriculou no TOPA em 2009. É o caso também de "Dona Enedina", como é chamada **Enedina Pereira**, marisqueira da cidade de Ilhéus, localizada no mesmo Território de Identidade onde vive o senhor Ubaldo Dias, o Litoral Sul. O direito à educação lhe foi negado durante toda a infância e juventude. Em um de seus depoimentos, Dona Enedina contou da vergonha que sentia quando se via obrigada a perguntar para onde ia cada um dos ônibus que chegavam ao ponto de ônibus em que estava, pois não conseguia ler o que estava escrito neles. Contou que dizia a si mesma:

"Tenho fé em Deus que vou aprender, vou olhar para a placa de um ônibus e dizer: aquele vai pro Centro, Avenida Itabuna, e eu pegar certo. Cidade Nova.

Manu Dias/ GOVBA

(Da esq. para a dir.) D. Enedina, o governador Jaques Wagner e o Sr. Ubaldo durante a solenidade de formatura da 2ª etapa do Programa TOPA, realizada no Hotel Pestana, em Salvador, em 3 de dezembro de 2009

E eu pegar certo. Quando eu estiver lá embaixo, no centro, ônibus Teotônio Vilela. E eu não ficar perguntando a um e outro. Eu olhar assim e dizer: Ói, vem ali Teotônio Vilela. Eu pegar e vir embora. Isso é bonito pra mim, depois de velha. Moderna não achei. Depois de 100 anos tô achando".

Em 2013, a moradora mais velha de Ilhéus, Enedina Pereira, completou 104 anos. Foi homenageada com uma festa organizada pela educadora **Eunice Correa**, responsável por sua alfabetização no TOPA. Segundo Eunice, "a dedicação e a persistência de Dona Enedina devem ser referência para todos nós, apesar de uma vida dura, de catadora de caranguejo, ela nunca deixou de sorrir e de levar alegria por onda passa".

Dona Enedina só conquistou o direito à alfabetização depois de matricular-se no Programa TOPA, já com 100 anos de idade. Apenas depois de um século de vida passou a ver realizados desejos muito simples para os/as que têm oportunidade de estudar, mas inacessíveis para cidadãos e cidadãs cujo direito à escolarização foi desconsiderado ao longo na nossa história.

Ubaldo e Enedina estão entre as milhares de pessoas com mais de 60 anos cadastradas no Programa em toda a Bahia, desde a edição de 2007, que buscam aprender a ler, escrever e contar. A atual gestão do Estado reconhece que a alfabetização

é um direito de todo cidadão e de toda a cidadã, que não prescreve com o avanço da idade, e que torná-lo realidade exige metodologias adequadas a faixas etárias mais avançadas. É humilhante para um adulto ou idoso ter de estudar como se fosse uma criança, renunciando a tudo o que a vida lhe ensinou. É preciso respeitá-los, utilizando-se uma metodologia apropriada, que resgate a importância da sua biografia, da sua história de vida, de seus saberes. Os jovens e adultos alfabetizandos já foram desrespeitados uma vez quando tiveram seu direito à educação negado. Não podem, ao retomar seu processo educacional, serem humilhados, mais uma vez, por uma metodologia que lhes nega o direito de afirmação de sua identidade, de seu saber, de sua cultura. (GADOTTI, 2014)

O Território de Identidade Portal do Sertão possui características bastante distintas dos demais. Reúne municípios com grande concentração de pessoas nos centros urbanos e, segundo dados oficiais, possui condições socioeconômicas melhores do que os demais Territórios do Estado. Um dos municípios que compõem o Território Portal do Sertão é Conceição do Jacuípe, palco de uma experiência bastante relevante no atendimento do Programa TOPA a pessoas com deficiência. Lá, o desafio foi incluir no processo educativo pessoas com deficiência auditiva. Sem domínio da língua brasileira de sinais (Libras), muitas vezes sem acesso a espaços de interação social, cultura, esporte e lazer, não raramente excluídas da escola, estes cidadãos e cidadãs têm suas vidas comumente reduzidas ao convívio em família. Mesmo no convívio com familiares enfrentam dificuldades para expressar suas opiniões, compartilhar desejos ou discordâncias. Em 2008, em Conceição do Jacuípe, esta realidade passou a mudar para oito dessas pessoas, quando ingressaram em turmas de alfabetização do Programa Todos pela Alfabetização.

Já experiente na **tradução e interpretação de Libras** e formação de profissionais para atuação na inclusão social e educacional de estudantes com limitações auditivas, Márcio Araújo de Almeida aceitou o desafio de alfabetizar oito aprendentes matriculados em turmas vinculadas à Associação Baiana de Inclusão Social (ABIS).

O grupo atendido foi constituído por jovens e adultos, sendo quatro com idade de 15 a 29 anos e outros quatro na faixa etária de 30 a 59 anos. Durante os oito meses do período letivo, foram trabalhados temas relacionados à realidade dos educandos, tais como inclusão social, trabalho, assistência e promoção social, etnia e raça. O processo educativo contribuiu para que saíssem da condição de segregação em que se encontravam. Ao serem alfabetizados e aprenderem Libras, passaram a reunir condições de interagir com indivíduos

com ou sem deficiência, tiveram acesso a um universo de informações até então desconhecido e se apropriaram de um instrumento de fundamental importância para a continuidade dos estudos e a profissionalização.

Mais do que serem alfabetizados, os estudantes passaram a acessar um universo de oportunidades e direitos que até então lhes era negado. Os temas trabalhados no processo educativo possibilitaram reflexões sobre a realidade, diálogo e o repensar da maneira como se percebiam no mundo.

4. Lugar de vida, espaço de construção coletiva

O processo educativo desenvolvido no estado da Bahia tem promovido importantes transformações naqueles que se envolveram com o Programa TOPA e com ele aprenderam e ensinaram. A educação não muda o mundo, mas muda as pessoas, que se tornam mais fortes e mais confiantes para mudar sua vida, a vida das pessoas com as quais convivem e o próprio mundo a sua volta.

O "mundo à nossa volta", a paisagem na qual estamos mergulhados em nosso dia a dia, é uma experiência que compartilhamos com quem vive conosco e é também uma construção social, "herdada" de longos processos naturais e de ações humanas que, juntos, fizeram com que o lugar onde vivemos seja da forma como é. Nesse sentido, podemos entender a paisagem também como uma "herança" (AB'SABER, 2003), mas não uma herança dada, um fato consumado, contra a qual não exista ação possível. Lugares, espaços de vida, cidades e áreas rurais, ambientes naturais ou construídos, são fruto de decisões. Decisões que vão expondo e ocultando no espaço as lutas pelo poder e pela vida. (SANDEVILLE JÚNIOR, 2010.)

Olhando por este ponto de vista, a paisagem "abriga" decisões tomadas no passado, que construíram, ao longo da história, novas possibilidades de viver o presente. Cada um em seu tempo, cada pessoa, família ou comunidade, foi imprimindo no lugar em que vive um pouco da cor, do cheiro e do gosto que o mundo tem hoje.

A educadora Eugênia contribuiu para que Queimadas dos Beneditos mudasse quando transformou a vida do grupo de educandos com o qual trabalhou, garantindo a alfabetização da "sua gente" e construindo possibilidades de exercício de cidadania.

Também os homens e mulheres Kiriris, conforme experiência citada em capítulo anterior, mais bem instrumentalizados, tornaram-se mais fortes para refletir sobre a situação em que vivem, pensar ações e buscar soluções. Ampliaram suas possibilidades de reivindicação de direitos. Tornaram-se mais fortes para mudar também a realidade de suas comunidades e do lugar onde vivem.

Escola Indígena Tupinambá, na comunidade de Curupitanga de Olivença, em 2014

Nesse mesmo sentido, a alfabetização de mulheres ciganas transformou potencialmente a vida de toda uma comunidade. O acesso das mulheres à educação provoca mudanças nas relações entre os membros dos núcleos familiares, pois o "lugar" ocupado pelas mulheres nesse contexto ganha nova dimensão. A relação dessas pessoas com o território onde vivem se estreita e reivindicações por acesso a políticas públicas tendem a ganhar corpo. Ter o direito à educação reconhecido contribui para um despertar de outros direitos muitas vezes violados. Mulheres assim transformadas formam de maneira diferente seus filhos e filhas, o que potencializa novas mudanças, que, com o tempo, passam a imprimir novas características no território onde vivem.

No livro *Educação como prática da liberdade*, Paulo Freire incluiu o depoimento de uma senhora recém-alfabetizada, que, assim como na metodologia praticada pelo programa TOPA , também tinha vivenciado um processo de reflexão sobre a própria realidade. Ela dizia: "*gosto de discutir sobre isso*", referindo-se a uma atividade da qual tinha participado em que questões concretas da sua vida tinham sido problematizadas. Completou: "*Porque vivo assim. Enquanto vivo, porém, não vejo. Agora, sim, observo como vivo".* (FREIRE, 2013b, p. 189)

A prática pedagógica desenvolvida pelo Programa TOPA, inspirada nos princípios políticos e pedagógicos freirianos,

proporcionou "olhares" diferenciados para as especificidades de cada grupo de sujeitos e para cada um dos Territórios de Identidade onde vivem. Por meio de sua opção metodológica, o Programa TOPA reconheceu que há um mundo de saberes que compõem a cultura local e procurou articulá-los, valorizando-os e construindo sentido para o processo de ensino e aprendizagem.

A negação desta diversidade humana e cultural, muitas vezes observada em nossa história educacional, implica negar a **capacidade de homens e mulheres se construírem de forma diferente**, em tempos e espaços diferentes, buscando enfrentar a diversidade de problemas com os quais se deparam. Problemas estes que não se encerram no processo de alfabetização vivido, mas, a partir dele, inspiram novos passos, novos sonhos comuns. Um deles é o de continuar os estudos após a alfabetização.

Um dos relatórios do Programa, por exemplo, relatando o processo vivido em uma das comunidades quilombolas atendidas pelo TOPA, explicita este desafio dizendo que "a população ainda aguarda outras ações do Estado, inclusive, a oportunidade efetiva de dar continuidade aos estudos" (BAHIA, 2012a, p. 172).

A alfabetização é o primeiro de muitos passos a serem dados no sentido da emancipação e da autonomia. Ao iniciar o caminho, outros horizontes se descortinam e direitos antes "adormecidos" ganham força. Ao terem acesso a um direito constitucional e humano que lhes foi negado até então, a educação, se descobrem sujeitos de muitos outros direitos também. Percebem-se fortes para dar muitos outros passos e contribuir para que outras transformações na vida e no lugar onde vivem tornem-se sonhos possíveis para muitos outros/as. A alfabetização inicial é apenas o começo da trajetória de transformação.

Ao mesmo tempo, aproximar-se dos diferentes grupos sociais distribuídos nos Territórios de Identidade, mergulhar em sua cultura, histórias e anseios, desvela também questões cujas soluções demandam diálogo com outras áreas, por exemplo, com a da saúde e da assistência social. Um bom exemplo é a realidade da aldeia Kiriri, relatada no Capítulo 9, sobre Alfabetização e Cultura. Nos registros da experiência encontramos o seguinte trecho:

> *Os casos de evasão tiveram como causa o alcoolismo, problema enfrentado em geral pela população masculina, em idade reprodutiva e produtiva, o que ameaça tanto a saúde destes homens como o bem-estar das comunidades e a própria sobrevivência das aldeias.* (BAHIA, 2012a, p. 174)

A transformação de **vidas e territórios** impõe olhá-los por inteiro, ampla e organicamente, escutar atentamente o que têm a dizer – por meio de palavras ou silêncios, problematizar compreensões, construir e reconstruir conhecimentos, identificar e viabilizar soluções. Conforme dito anteriormente, o mundo a nossa volta é uma construção social, herdada de longos processos naturais e de ações humanas que, juntos, fizeram com que o lugar onde vivemos seja da forma como é. Nesta perspectiva, nossa história produziu realidades que, feias, ficam muitas vezes invisibilizadas, esquecidas.

A atenção ao alcoolismo nas aldeias indígenas, desvelado pela ação do TOPA, é um dos passos que estão postos no caminho a seguir. Uma população masculina dependente e doente, por si só, já é motivo de cuidado especial. Mas a necessidade de apoio se amplia ao considerarmos as implicações do estado físico e emocional destes pais, tios e avós, na formação de crianças e jovens, na gestão das aldeias.

Ações intersetoriais se fazem necessárias para que seja de fato possível transformar efetiva e permanentemente a vida destes homens em cuja dependência do álcool ameaça *"o bem-estar das comunidades e a própria sobrevivência das aldeias"*, conforme destacado no relatório.

Outro aspecto que merece atenção especial diz respeito à acolhida, ao cuidado com que homens e mulheres são recebidos/as em cada uma das turmas do Programa.

A decisão de voltar a estudar ou de enfrentar este desafio pela primeira vez na vida, já adulto/a, vem em geral impregnada de desconforto, de certo sentimento de inferioridade que nasce por perceberem-se "incapazes". Situações de humilhação vividas no dia a dia contribuem para que este sentimento ganhe força. Vale lembrar o depoimento da Dona Enedina, registrado neste capítulo, sobre a vergonha que sentia quando se via obrigada a perguntar para onde iam os ônibus que chegavam ao ponto de ônibus em que estava. Sentimentos assim, de vergonha e inferioridade, dificultam a compreensão de que não se trata de incapacidade em aprender mas de ausência de oportunidade de acesso à educação, direito humano que, apesar de garantido pela Constituição brasileira, lhes foi negado ao longo da vida. Esses homens e mulheres muitas vezes chegam de mansinho às turmas de alfabetização, sem saber ao certo se ficam ou partem. Nesse sentido, acolhê-los com material didático de qualidade, com alimentação preparada com cuidado e ambientes dignos e adequados à prática educativa, são fatores que contribuem decisivamente para que novos sentimentos sejam construídos com o passar dos dias.

Educandas da Direc 19 - Brumado apresentam-se em festa da terceira idade "Viva a vida e viva bem", evento realizado em parceria com a prefeitura local, em 2009

Acervo IPF

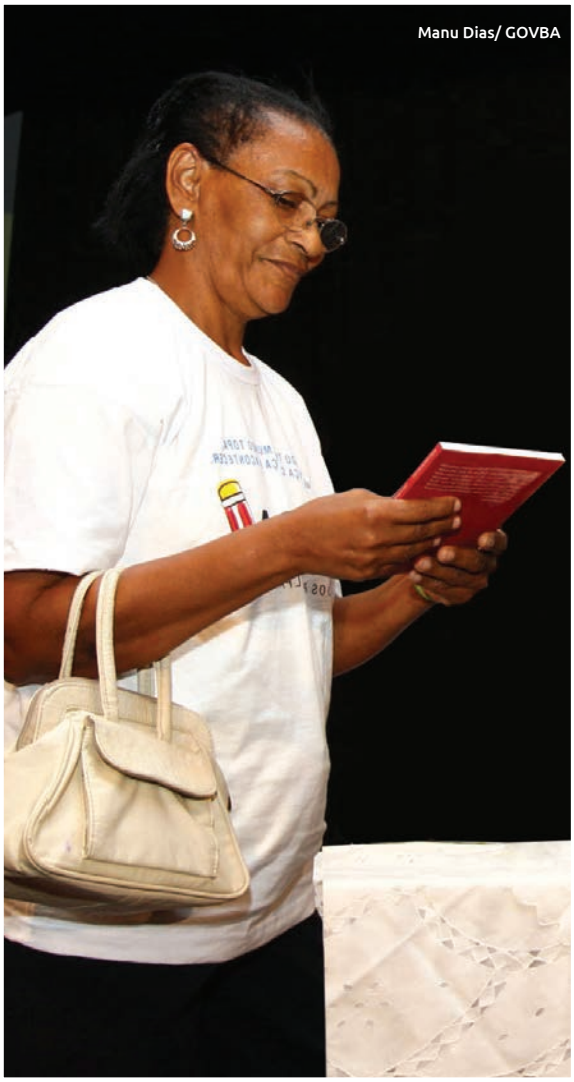
Quem vai dar, é melhor levar um saco, porque pode trazer também!

O Professor Raimundo Barboza Viana, diretor-presidente da Entidade Mantenedora da Fainor, de Vitória da Conquista, ao compartilhar sua percepção e experiência em relação ao TOPA, destacou a importância do programa na luta em defesa do direito à educação.

"Não foi o fato de escrever apenas, mas de sentir-se gente. Houve uma transformação. Elas começaram a se descobrir, a se nortearem, não foi apenas desenhar letras e a formar palavras, mas se descobriram, [se indagando]: "Quem eu sou?". [...] Tudo isso nós vimos. Presenciamos uma festa junina muito animada, organizada entre eles, educandos, com a ajuda de uma professora, e foi a primeira festa junina na qual eles se sentiram participantes daquele momento. Não é possível ter pena daquela gente não, a piedade é algo para outra hora, e isso aqui é um trabalho de educação, de transformação. Nós já temos visto vários depoimentos e conseguimos ver a transformação, no agir, no votar. [...] Tem um ditado na Bahia que diz assim: "Quem vai dar, é melhor levar um saco, porque pode trazer também". E nessa hora trazemos muito. [...] Esses alfabetizandos são pessoas que nos ensinam muito, eles sabem manusear uma pá e eu não sei, sabem pegar em uma enxada e eu não sei, eles sabem pegar um gado bravo e segurá-lo e eu não sei. [...] Hoje sou uma pessoa cheia de coisas que ouvi e que vi acontecerem no TOPA." (VIANA, 2014, p. 1)

O Programa TOPA tem contado com parcerias decisivas e com educadores e educadoras comprometidos, o que tem sido fundamental para o sucesso conquistado até o momento. Relatórios apontam inclusive parcerias com Prefeituras que viabilizam o deslocamento dos/as alfabetizandos/as, tanto para as atividades pedagógicas quanto para os compromissos médicos.

É inegável a importância dos passos dados no sentido da transformação das vidas e dos territórios no estado da Bahia. A direção foi acertada. Trata-se agora de ir, enquanto se segue em frente, aprimorando mais e mais tanto o caminho como o caminhar.


Manu Dias/ GOVBA

Carol Garcia/ GOVBA

Arquivo TOPA

12 Incluir e emancipar

A economia é uma prática social que, dentre tantos outros sentidos, visa prover as pessoas dos insumos materiais necessários à sua sobrevivência e realização. As atividades econômicas desenvolvidas socialmente ao longo da história da humanidade sempre se associaram à equação de dois importantes aspectos, a produção e a distribuição dos materiais indispensáveis para o existir de todos. O próprio significado etimológico da palavra economia nos ajuda a compreendê-la. Derivada do grego, a palavra economia significa *administração da casa*: *oikos*, que quer dizer casa, seguida de *nomos*, que se traduz por gerir, administrar. Prover materialmente a casa e viabilizar o existir daqueles que a integram é a prática social que historicamente foi denominada economia.

A dimensão econômica da vida social se dá por meio do trabalho, que deve ser entendido como ação consciente do homem sobre a natureza com vistas a sua transformação. Enquanto ação criadora, o trabalho possibilitou ao homem construir em torno de si um novo hábitat para protagonizar o seu existir, denominado cultura. Na impossibilidade de viver na natureza, o homem passou a criar realidades novas para o seu existir. Diante da fragilidade do seu corpo ante o frio, criou roupas para se proteger, a partir da pele de animais; pouco resistente às chuvas e ao sol, criou para si casas; ao descobrir o fogo, passa a cozer os alimentos e temperá-los com especiarias, descobertas ao longo das suas observações e análises da natureza; sapatos foram criados pelo homem, diante do frio ou calor e do desconforto que sentia ao pisar em determinados terrenos; a descoberta

da roda também propiciou ao homem novas condições para o seu existir e o seu agir sobre a natureza.

Enfim, roupas, sapatos, roda, utensílios de cozinha, são bons exemplos de insumos materiais indispensáveis para o existir humano, que a natureza não nos ofertou e cuja criação, (re)produção e distribuição entre os humanos dá-se o nome de economia.

Com o desenvolvimento da humanidade, claro, esta dimensão econômica foi se complexificando e tem nos dias de hoje um amplo conjunto de significados e usos. Mas a compreensão histórica desta importante dimensão humana nos ajuda a entendê-la hoje.

1. Desenvolvimento e justiça econômica

Na sociedade capitalista em que nos vemos inseridos, tanto os processos de produção quanto de distribuição dos materiais que viabilizam a nossa vida sofreram importantes mudanças. Os meios de se produzir e os critérios para a distribuição passaram a pertencer àqueles que detêm as máquinas e os modos de produção. Se antes a economia baseava-se numa produção artesanal, no capitalismo passou a se dar por meio de uma produção industrial, de larga escala. E, nesse contexto, o próprio sentido do trabalho sofreu drásticas mudanças, passando a ser caracterizado por trabalho assalariado, já que o capitalismo forçou homens e mulheres a abandonarem suas atividades econômicas e a passarem a trabalhar como assalariados para aqueles que possuem os meios de produção.

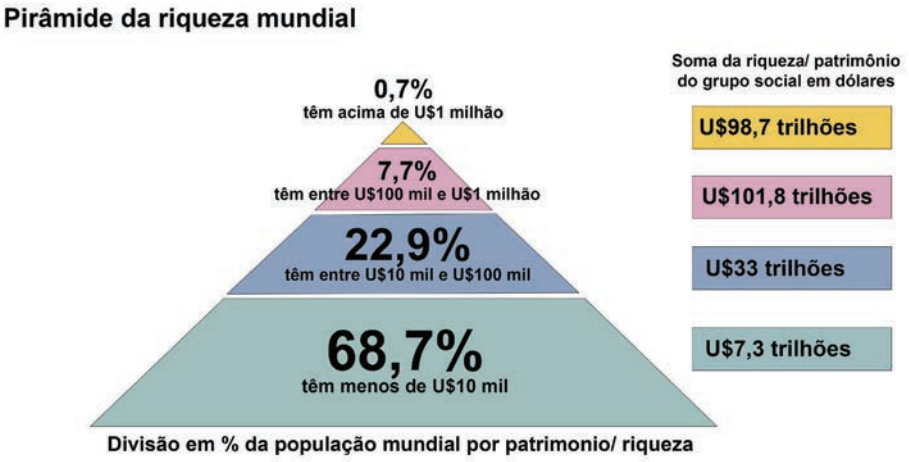
Surge com isso uma ampla classe de trabalhadores que, cumprindo extensas jornadas diárias, passam a dispensar sua força de trabalho e energia física e intelectual em favor dos donos das máquinas, em troca de salário, mas privados do direito de usufruir das riquezas materiais por eles geradas.

No capitalismo, a divisão social do trabalho intensificou ainda mais a desigualdade econômica, transformando o direito ao usufruto das riquezas de um país em privilégio de poucos. A expansão da capacidade produtiva capitalista se apoiou, fundamentalmente, na desigual valorização dos trabalhadores, pagando salários menores para as ocupações entendidas como mais simples, apesar de dispendiosa de muita energia física e intelectual por parte do trabalhador, e salários bem maiores para as ocupações tidas como mais complexas, de natureza essencialmente intelectual. Em síntese, a desigualdade econômica é, ao mesmo tempo, fundamento e a consequência do capitalismo.

Se a revolução industrial criou as condições para a produção em abundância dos insumos materiais necessários a uma vida melhor para todos, resolvendo o grave problema da escassez verificada nos períodos anteriores a ela, o fato é

que, na sociedade capitalista, o acesso a tais insumos, tanto na forma de bens de consumo quanto de serviços, se tornou ainda mais desigual.

Os frutos do desenvolvimento econômico alcançado pela humanidade são repartidos de modo injusto, concentrando a riqueza dos povos nas mãos de alguns poucos e mantendo bilhões privados dela. Estudos apontam que os 10% mais ricos do planeta detêm atualmente 86% da riqueza mundial[1], restando aos 90% da população repartir entre si os outros 14%.



Fonte: James Davies, Rodrigo Luberas e Anthony Shorrocks, da Credit Suisse 2013 Global Wealth

No caso do Brasil, o capitalismo (re)produz uma enorme desigualdade social e econômica entre a população, transformando-o num dos países com a maior taxa de concentração de renda do mundo.

1 Disponível em: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/31831/mapa+da+desigualdade+em+2013+07%25+da+populacao+detem+41%25+da+riqueza+mundial.shtml> Acesso em: 20 ago. 2014.

> A despeito de ter ultrapassado a condição de colônia portuguesa e do regime imperial, para ter ingressado na fase republicana, bem como superado o ciclo agrário-exportador para avançar na urbanização e industrialização, permaneceu praticamente incólume a apropriação de cerca de 75% de toda riqueza e renda nacional por apenas e tão somente uma elite branca e escolarizada formada por 10% de toda a população brasileira. (POCHMANN, 2006, p. 102)

Os efeitos político-sociais que a desigualdade econômica produz sobre uma nação são enormes, especialmente pelo fato de que, numa sociedade capitalista, aqueles que detêm o poder econômico também detêm poder político, estabelecendo uma assimétrica correlação de forças, em relação ao cidadão comum, na disputa de interesses junto ao Estado.

Ainda, segundo Pochmann (2006, p. 105), ao analisar a história do Brasil fica evidente a relação causal entre dois fenômenos: concentração da riqueza nacional nas mãos de poucos e a frágil experiência democrática da sociedade brasileira. Ao considerarmos o fato de que, em 500 anos de história, o Brasil acumula pouco mais de 50 anos de vivência democrática, é possível constatar que a vergonhosa concentração de renda tem suas raízes nos vários regimes e sistemas de governo não democráticos que vigoraram desde o seu início como nação.

Em contraposição a isso, é preciso compreender que a **construção de uma sociedade mais justa e democrática** implica exatamente na desconcentração e equânime distribuição dos poderes políticos e econômicos de uma nação. Não é possível democracia política sem democracia econômica e vice-versa.

Entre as décadas de 1970 e 1990, apesar do desenvolvimento econômico que elevou o país à condição de oitava economia do mundo à época, a concentração da renda no Brasil alcançou níveis ainda maiores, desmentindo a tese que defendia que primeiro era preciso fazer o bolo crescer para depois reparti-lo, apoiada na ideia de que o crescimento econômico permitiria às pessoas, por meio do esforço pessoal, alcançarem melhores

níveis de seguridade econômica e social, e com isso, quase que naturalmente, diminuir a desigualdade.

No entanto, o que se viu foi o crescimento do desemprego, o descontrole da inflação, do aumento da violência na cidade e no campo, a renúncia do Estado na garantia de direitos fundamentais como educação, saúde, moradia, transporte etc., já que tal modelo econômico também defendia – e em certa medida deu concretude a essa tese – a privatização do Estado e a consequente transferência dos serviços essenciais à população para a iniciativa privada.

No plano político, nesse mesmo período, o Brasil vivenciou o processo de redemocratização, com o fim de uma ditadura militar que durou vinte anos, culminando na promulgação de uma nova Constituição, em 1988, que, ao menos no plano da lei, assegura à população importantes direitos políticos, sociais e civis.

A busca por justiça econômica implica uma maior equidade na distribuição da riqueza material e imaterial de um povo. Em contraposição às lógicas do mérito e da hereditariedade, a sociedade brasileira só conseguirá melhores níveis de desenvolvimento se reconhecer o usufruto das suas riquezas como um direito de todos e não privilégio de alguns.

Lançamento do Programa TOPA na Direc 29 - Amargosa, 2ª etapa

Estudos econômicos e sociais[2] apontam que, na última década, mais precisamente de 2003 para cá, o Brasil tem conseguido não apenas frear a tendência histórica de aumento da desigualdade, mas, em certa medida, diminuí-la por meio do desenvolvimento de políticas macroeconômicas associadas a um amplo conjunto de políticas de ampliação do acesso à educação, ao trabalho, à saúde, à moradia e à participação política. Os avanços e conquistas que a sociedade brasileira tem alcançado nesta última década são muito significativos, mas os desafios ainda são muito grandes, até que a dívida social que o Brasil tem com a maioria do seu povo seja saldada.

A questão da desigualdade econômica de um povo também precisa ser considerada do ponto de vista regional. Dados do IBGE (2012), por exemplo, apontam importante discrepância regional no PIB[3] Per Capita do Brasil de 2010. A tabela a seguir nos ajuda a compreender parte dessa realidade.

Regiões	PIB Per Capita	Participação no PIB Nacional	Percentual populacional em relação ao Brasil
Norte	R$ 12.701,05	5,4%	8,32%
Nordeste	R$ 9.561,41	13,4%	27,83%
Sudeste	R$ 25.987,86	55,4%	42,13%
Sul	R$ 22.722,62	16,2%	14,36%
Centro-Oeste	R$ 24.952,88	9,6%	7,37%
Bahia	R$ 11.007,47	4,1%	7,35%

Fonte: IBGE, Censo de 2010

2 Ver: BRASIL. Ipea. *Brasil em desenvolvimento 2013*: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013.

3 PIB per capita é o Produto Interno Bruto (toda a riqueza gerada nacionalmente no ano) dividido pela quantidade de habitantes de um país.

2. Conscientização e equidade

Como se vê, o desafio que se coloca à sociedade brasileira na busca por maior justiça econômica e social inclui, também, uma melhor redistribuição regional da riqueza nacional. Considerando as potencialidades econômicas e produtivas de cada uma delas, deve-se intensificar investimentos públicos e privados nas regiões historicamente desprestigiadas pela União, como é o caso das regiões Norte e Nordeste, ampliando as possibilidades de desenvolvimento econômico e social de cada uma delas, de modo a vermos diminuída as diferenças em relação as demais regiões brasileiras.

É neste contexto histórico, político, econômico e social que o estado da Bahia vem, desde 2007, desenvolvendo uma ampla política de desenvolvimento sustentável, inclusão social e afirmação de direitos, da qual o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) faz parte.

As políticas de distribuição de renda, inclusão produtiva e a de garantia de direitos e acesso a serviços implementadas pelo Governo Federal, associadas a um conjunto de programas de

Manu Dias/ GOVBA

O orador da turma, Rafael Borges, durante a cerimônia de certificação da 2ª fase do Programa Trilha, que insere jovens em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho, valorizando os direitos humanos e cidadania e estimulando a superação das desigualdades sociais como forma de combater o desemprego

inclusão social desenvolvidos pelo governo estadual, levou a Bahia a uma histórica redução da *extrema pobreza*[4] em todo o estado, de 11,6% em 2006, para 7,4% em 2012. Isso significou a saída de 547 mil pessoas da condição de extremamente pobres.

> Os significativos aumentos do salário mínimo, a expansão das transferências de renda e seus efeitos multiplicadores sobre o comércio e serviços nas regiões mais pobres, a política econômica do Governo Federal e a sólida política de atração de investimentos do Governo Estadual são os principais impulsionadores do crescimento da renda e do emprego na Bahia. (BAHIA, 2014a, p. 16)

Os investimentos públicos voltados à geração de novos empregos, acompanhados da melhoria do acesso a direitos fundamentais como saúde e educação, permitiram à Bahia alcançar ainda uma importante elevação da renda da sua população, diminuindo seu índice de *pobreza* de 21,4% para 12,3% entre os anos de 2006 a 2012. Outro dado revelador associado à busca por uma maior equidade econômica entre a população baiana diz respeito ao crescimento real do rendimento do trabalhador de 22%, no igual período.

Na busca por melhorias na qualidade de vida da população, importantes investimentos foram feitos na área da Saúde, com destaque para o Programa Saúde da Família e a ampliação da estrutura física destinada à atenção básica de saúde no meio rural. Ações que resultaram, por exemplo, na redução da mortalidade infantil de 23,9 óbitos por mil nascidos vivos em 2002 para 16,8 óbitos por mil nascidos vivos em 2011, graças, também, ao aumento do número das consultas pré-natais realizadas de 2006 a 2013. Nesse período, a proporção de gestantes que realizaram 7 ou mais consultas pré-natais cresceu de 35% para 47%.

No permanente enfrentamento da seca, fator climático de grande impacto sobre as atividades econômicas da população,

4 Famílias com renda per capita de até R$ 70,00.

o Governo Estadual implementou diversas iniciativas de acesso à água. Se entre 2000 e 2006 a construção de cisternas e tecnologias hídricas eram em média de 4.324 por ano, em parceria com o Governo Federal, de 2007 a 2013, foram construídas em média 25.280 por ano. Nesse mesmo período, a perfuração de poços foi aumentada em 69%, se comparada com os anos de 2000 a 2006.

A política educacional implementada pelo Governo Estadual baiano também vem contribuindo decisivamente para a construção de uma sociedade mais justa e democrática economicamente. Segundo dados do Censos Demográficos do IBGE, de 2000 a 2010, a Bahia saiu de uma frequência escolar entre jovens de 6 a 14 anos de 91,8% para 96,9%. Considerando apenas a região do Semiárido, esses avanços são ainda maiores, saltando de 91,4% para 97,2%, no igual período.

De 2007 a 2012, o analfabetismo no estado sofreu importante queda. Se em 2006 era de 18,6% da população, em 2012 passou a ser de 15,9%. E em relação a esse aspecto, o TOPA vem contribuindo decisivamente, com a participação de mais de 1,3 milhão de baianos no Programa.

Assinatura de Ordem de Serviço para início das obras de implantação do Sistema de Abastecimento de Água em Campo Formoso, em fevereiro de 2014

Manu Dias/ GOVBA

Ao longo das suas 7 etapas de funcionamento, o Programa TOPA, para além da aprendizagem da leitura e escrita, oportunizou aos seus educandos inúmeras vivências e experiências educativas, cujo impacto não é de fácil medição.

Participaram do Programa trabalhadoras domésticas; trabalhadores/as do campo; educandos/as cegos ou com baixa visão; educandos/as com deficiência física e/ou mental; educandos/as de assentamentos rurais e movimentos de luta pelo direito à terra; educandos/as transgêneros; jovens em conflito com a lei submetidos a medidas socioeducativas; jovens e adultos privados de liberdade, inseridos em alguma unidade carcerária; educandos/as membros de comunidades quilombolas,

Para mim, o TOPA tem praticado a cidadania e ajudado as pessoas que antes não sabiam ler, não sabiam escrever, e que não tinham segurança nem para tomar um transporte coletivo. Eu vejo a vida dessas pessoas mudarem. O TOPA tem levado a sério essa bandeira de educar. Coordenadora de turma **Celisia Ribeiro dos Santos**, *Salvador.*

Arquivo TOPA

Educanda Raulinda, com visão reduzida não corrigível em um dos olhos, durante o processo de alfabetização, em 2008

indígenas e ciganas; educandas profissionais do sexo; educandos/as pescadores; jovens, adultos e idosos catadores de resíduos sólidos para reciclagem entre outros.

O Programa recebeu uma grande diversidade de pessoas jovens, adultas e idosas, que, desafiadas a aprender a ler e a escrever, encontraram sentidos e possibilidades ainda maiores para si durante a sua participação no TOPA. E isso vem se mostrando possível em razão dos pressupostos político-pedagógicos freirianos nos quais o programa se apoia.

> Para que a alfabetização não seja puramente mecânica e assunto só de memória, é preciso conduzir os adultos a conscientizar-se primeiro, para que logo se alfabetizem a si mesmos. Consequentemente, este método – na medida em que ajuda o homem a aprofundar a consciência de sua problemática e de sua condição de pessoa e, portanto, de sujeito – converte-se para ele em caminho de opção. Neste momento, o homem se politizará a si mesmo. (FREIRE, 1979, p. 26)

Este governo, que se propôs democrático e popular, vem, desde o seu início, desenvolvendo um amplo conjunto de políticas públicas comprometidas com um maior **empoderamento social da população baiana**, de modo a vê-la, de fato, assumir um maior protagonismo político e econômico. Tendo isso como pressuposto, no caso das pessoas com nenhuma ou com baixa escolaridade, o compromisso do Programa TOPA foi o de não dicotomizar alfabetização e conscientização, por entender que aprender a ler e a escrever palavras e textos pressupõe aprender a ler e a escrever a própria realidade que educandos e alfabetizador compartilham.

Um programa de alfabetização de jovens, adultos e idosos comprometido com a luta por maior equidade social, política e econômica não pode prescindir de relações dialógicas que fomentem, entre os sujeitos envolvidos, uma ampliação do nível de consciência histórica acerca da sua realidade.

> Na medida, porém, em que a consciência dos homens está condicionada pela realidade, e conscientização é, antes de tudo, um esforço para livrar os homens dos obstáculos que os impedem de ter uma clara percepção da realidade. (FREIRE, 1979, p. 48)

O execício da Leitura do Mundo, fomentado em sala de aula, em si, não muda a realidade, mas potencializa o reposicionamento das pessoas diante dela, pela compreensão de que se trata de um fenômeno em permanente transformação, determinada pela correlação de forças e poder que os homens, socialmente falando, exercem sobre ela. E numa sociedade letrada como a nossa, mas profundamente desigual e injusta, não é suficiente objetivar a aprendizagem mecânica da leitura e da escrita, dissociando essa aquisição de processos de conscientização capazes de levar as pessoas a assumirem plenamente a sua cidadania e a participarem dos destinos da sua cidade, estado e nação.

> A conscientização nos convida a assumir uma posição utópica frente ao mundo, posição esta que converte o conscientizado em "fator utópico". Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico […] A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso de transformação que assumimos. (FREIRE, 1979, p. 16)

Se a realidade, no presente, é marcada por uma profunda desigualdade social e econômica, a tomada de consciência em relação a ela, coerentemente com a própria vocação humana de querer ser sempre mais, inclui projetar socialmente novas realidades humanas e participar ativamente da luta pela transformação da atual.

3. Impactos do TOPA na vida das pessoas

Neste capítulo, reunimos algumas histórias de educandos, alfabetizadores, coordenadores de turma que, em certa medida, encontraram no TOPA oportunidade para serem continuadas com maior autonomia e consciência rumo à autodeterminação pessoal e ao empoderamento como cidadãos. São depoimentos recolhidos entre pessoas

que passaram pelo Programa e testemunham a importância do TOPA para suas vidas e para a própria comunidade.

Vejamos o caso da Senhora **Joselina Santos Moura**, 43 anos, moradora de Salvador e que participou do TOPA no ano de 2008. Diante da pergunta: Qual a importância do TOPA para a sua vida? Ela relatou: *Foi muito importante porque eu vivia no escuro, eu não sabia ler, nem escrever né, aí eu tinha muitas dificuldades como doméstica, pra poder ler as receitas, bilhete que o patrão deixava, eu tinha que ir até a portaria, pra pedir o porteiro para ler pra mim, e nas receitas eu não tinha a menor condição de fazer, porque eu não sabia o que tinha escrito, eu evitava fazer. […]* Sobre a continuidade dos estudos, disse: *Continuei estudando, continuei não, continuo estudando, hoje eu sou aluna da Alto de Coutos, [...] e aí eu tô*

O TOPA tem me ajudado a ajudar pessoas a terem oportunidade, assim como eu também tive, de pensar mais além. Coordenadora de turma **Mirian Kléa Moura dos Santos**, *Município de Livramento de Nossa Senhora.*

Acervo IPF

Educanda Joselina Santos Moura, participou do Programa TOPA em 2008 e afirmou, durante a entrevista: "Eu resolvi ensinar uma menina de 14 anos a fazer biscuit. Ela pensa que eu ensinei alguma coisa a ela, mas foi ela que me ensinou!"

fazendo agora o 4º ano na Escola Alto de Coutos e não pretendo parar não. […] Hoje eu sou diarista, tenho as diárias fixas e faço bisquit [artesanato feito com massa de modelar à base de amido de milho, cola branca e outros ingredientes]. Quando perguntada se o Programa TOPA a ajudou a ter mais consciência dos seus direitos, respondeu: *Perdi o medo de falar, de cobrar o que é meu mesmo [...] Sabe o que eu fazia pelo fato de não ter o conhecimento? [achava que] todo político é igual [e por isso] eu votava em qualquer um. [Mas] hoje eu já não penso desse jeito, hoje eu já procuro ver mesmo, qual o melhorzinho, como diz o povo, "o menos pior". [...] Eu via que o povo não se interessava e também não tinha o conhecimento, não tinha leitura, pra saber o que tava acontecendo, não ia atrás dos fatos, ficava igual a piolho, ia pela cabeça dos outros. Aí hoje em dia não.*

Este relato ilustra bem a impossibilidade de isolar a alfabetização da conscientização. Se no plano pessoal a aprendizagem da leitura e da escrita inaugurou novas relações no mundo do trabalho, no plano social e político, o exercício da sua cidadania atingiu novos sentidos, neste caso, ao passar a diferenciar aqueles que se candidatam a representá-la politicamente e a votar com maior consciência.

Dona **Carmelita do Carmo Pereira**, 38 anos, do município de Brumado e educanda do TOPA em 2009, tem uma história muito parecida com a de outras educandas mães que antes de se alfabetizarem encontravam dificuldades para apoiar e acompanhar a vida escolar dos seus filhos. Ela nos conta que *o Programa TOPA pra mim foi muito importante, porque através dele foi que deu a iniciativa de estudar e conhecer alguma coisa, através disso eu aprendi muitas coisas depois desse Programa. [...] E na escola do meu filho mesmo eu tinha muitas dificuldades de ouvir as pessoas falarem. Mandavam aqueles bilhetinhos e eu não sabia nem o que significava. Agora depois dos estudos eu sei o que está relativo àqueles bilhetes que vêm da escola.*

As pessoas que estão excluídas dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, como educação, saúde, moradia, saneamento básico, cultura, lazer, participação política etc., reúnem em torno de si chances menores de

interromper essa condição e de assegurar a seus filhos outros parâmetros de existência. Ainda que existam histórias particulares de homens e mulheres que, por razões diversas, foram capazes de, em certa medida, preservarem seus filhos dos duros efeitos econômicos, culturais e sociais que uma vida lhes impôs, a reprodução da exclusão no interior das famílias empobrecidas é a consequência quase que natural em uma sociedade ainda tão injusta e desigual como a nossa.

A história da dona Carmelita revela-nos os efeitos que a alfabetização causa, também, sobre a relação dos pais com a experiência escolar dos seus filhos, inaugurando um novo padrão de participação.

Do ponto de vista econômico, a aquisição da leitura e da escrita favorece iniciativas empreendedoras importantes, criando condições não apenas para o sujeito solucionar questões do dia a dia presentes no mundo do trabalho, mas também para inaugurar novas possibilidades de trabalho e renda. O relato do senhor **João Severo dos Santos**, 61 anos de idade, morador do município de Itapé e educando do TOPA em 2009, ilustra bem esse aspecto. Vejamos o que ele diz: *Ó, a importância do TOPA pra mim, é porque é o seguinte, eu estudei no TOPA e se não fosse o TOPA eu sabia escrever, não sabia ler, não tinha meu comércio que graças a Deus que hoje em dia eu sei de tudo. Faço minha continha, anoto direitinho o fiado dos meus fregueses que compram e hoje eu sou um camarada feliz. [...] Hoje em dia eu trabalho com um comércio que eu tenho, um comércio pequeno que eu tenho que tá dando muito bem pra "mim" viver "devagarzinho" a vida. Eu por sinal, quando comecei a estudar no TOPA, eu não sabia ler e escrever, não sabia fazer uma conta, e hoje eu sou desenvolvido na conta e estudo e leio qualquer coisa.*

Mas o TOPA não impactou apenas a vida dos seus educandos, mas também das pessoas que nele trabalharam. Pessoas que assumiram o desafio de enfrentar o analfabetismo em seus municípios e ao mesmo tempo potencializarem suas experiências profissionais. **Marta da Silva dos Santos**, 27 anos, moradora do município de Governador Mangabeira, Direc Cruz das Almas, foi uma das alfabetizadoras do Programa em

2012. Perguntada sobre a importância do TOPA para a sua vida profissional, relatou: *Posso dizer que foi fundamental, sem ele acho que minha vida estaria estacionada. Porque ele foi o ponto de partida pra que hoje eu pudesse estar na faculdade, para que outras portas pudessem ser abertas para mim. Hoje eu trabalho para a prefeitura, foi o TOPA que me abriu as portas. Quando me pediram o currículo, a experiência era do TOPA. E apostaram em mim através do TOPA, foi fundamental mesmo. [...] Eu trabalhava na roça, ajudava meus pais, plantação de fumo, feijão, mandioca, tudo que se planta na lavoura, milho. Hoje eu estou cursando (faculdade de Pedagogia). Ainda que acabe o TOPA, eu estou com a base, é o que vai ficar comigo, uma experiência enorme. Trabalho com crianças no CRAS que estão em estado de vulnerabilidade. Eu não quero parar, quero chegar longe, não quero apenas trabalhar 20 horas em sala de aula, eu quero mais porque descobri que posso, não quero limitações, quero mais.*

Vemos aqui uma jovem trabalhadora rural que, por intermédio do TOPA, se descobriu educadora também. O cotidiano político-pedagógico de um programa de alfabetização do porte do TOPA, de fato, oportuniza a todos os que nele trabalham ricas oportunidades de desenvolvimento profissional, e por isso se apresenta como importante programa não apenas de luta contra o analfabetismo, mas também de formação de educadores e de lideranças populares comprometidas com a transformação do lugar onde vivem.

Isis Fernanda Silva Santos, de 34 anos, alfabetizadora do TOPA em 2009 no município de Brumado, professora de Educação Física, traz em seu relato elementos que ilustram bem a importância do programa para aqueles que fora dele já atuaram ou ainda atuam como educadores. Vejamos: *Fui professora de Educação Física no ano de 2001 e depois comecei a dar aula de reforço em casa mesmo. Participar do programa TOPA me despertou a esta nova profissão de ser professora lecionando em sala de aula, onde tive a necessidade de buscar conhecimento pedagógicos e construir matérias para alfabetizar meus alunos, novas didáticas para atuar com os alunos.[...] no início foi difícil, mas fui me aperfeiçoando e se tornou uma troca de experiência,*

e fui capaz de enxergar os limites dos alunos e de buscar o melhor dentro das suas limitações. Foi como se os olhos estivessem fechados, os ouvidos tapados e a língua enrolada, e quando essa janela do conhecimento abriu uma brecha, despertando tudo aquilo que estava dormindo, [a mudança passou a acontecer na vida dos educandos] e a maior importância para mim é fazer parte dessa história.

A docência se faz no próprio exercício dela, por meio de uma prática reflexiva que submete a sua ação político-pedagógica à permanente análise, avaliando todos os aspectos presentes na relação educando-educador. O depoimento da Isis ilustra bem essa importante dimensão e sentido da docência.

Essas são histórias ilustrativas de jovens, adultos e idosos que encontram no TOPA ambiência cultural e política para, seja como educando ou alfabetizador, refletirem e protagonizarem a vida numa perspectiva emancipadora e, por ser também comunitária, anunciadora de novas realidades para si.

Acervo IPF

Joselita Ferreira de Sousa Santana, atua no TOPA desde de 2009, na Direc 1 - Salvador, e é exemplo de alfabetizadora comprometida, que acredita na educação como agente transformador

> Outra coisa que o TOPA associou, e eu achei de grande importância, é que essas formações ministradas nos municípios geravam também um movimento na economia dos municípios, pois no desenvolvimento da logística agregávamos também outros serviços, tais como: hotelaria, alimentação, transporte. Isso acontecia dentro do próprio município, então não estávamos proporcionando uma condição econômica e social somente para aquelas pessoas que diretamente estavam no TOPA, era para o município como um todo, isso também é de fundamental importância. Os coordenadores tinham uma bolsa, os alfabetizadores também tinham uma bolsa, que consequentemente fazia gerar, dentro de seu próprio município, um capital maior. Imagine isso em todos os municípios do estado da Bahia, olha a dimensão desse programa e a importância da permanência dele. (COSTA, 2014, p.3)

A luta por maior equidade econômica e social é contínua e se dá em diversos níveis, contextos e tempos. Ante o compromisso com a transformação da sociedade brasileira, o programa TOPA, no âmbito do estado da Bahia, entende que vem se constituindo numa importante referencialidade para aqueles que estão comprometidos com o desenvolvimento de tecnologias sociais de alfabetização e conscientização aplicadas em larga escala.

4. Não basta incluir, é preciso emancipar

Em sua concepção e sua prática educativa de alfabetização de jovens, adultos e idosos, o Programa TOPA sempre teve em mente não só incluir por meio do acesso à cultura letrada, mas também conscientizar, emancipar, de acordo com a visão de alfabetização de adultos de Paulo Freire.

Paulo Freire analisou como poucos a importância das políticas educacionais, criticando a educação bancária e estabelecendo princípios político-pedagógicos para a ação educativa numa perspectiva emancipatória. Para ele, não bastava a educação

ser estatal, laica e gratuita. Ela precisava ser pública (para todos, democrática) e popular (projeto de poder popular), não admitindo a neutralidade da educação. Ele defendia o **saber científico** sem desprezar a validade do **saber popular**, do saber primeiro. Dizia que não podemos mudar a história sem conhecimentos, mas que tínhamos que educar o conhecimento para colocá-lo a serviço da transformação social. Educar o conhecimento pelo entendimento da politicidade do conhecimento: entender o sentido histórico e político do conhecimento. Essa concepção da educação está presente no Programa Todos pela Alfabetização (TOPA).

A visão iluminista e instrumental da alfabetização de adultos foi muito criticada por Paulo Freire, pois separa educação, vida cotidiana e conhecimento. A educação é muito mais do que a simples aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências lógico-linguísticas. Não podemos reduzir todo o saber ao saber simbólico, desprezando o saber sensível e técnico.

A palavra "emancipar" vem de do latim *ex-manus* ou de *ex-mancipium. Ex* (indica a ideia de "saída" ou de "retirada") e *manus* ("mão", simbolizando poder). Emancipar seria então "retirar a mão que agarra", "libertar, abrir mão de poderes", significa "pôr fora de tutela". *Ex-manus* (fora-mão) significa "pôr fora do alcance da mão". Emancipar-se é, então, dizer a quem nos oprime: "tire a sua mão de cima de mim!".

Emancipar-se é, então, conquistar **liberdade**, **autonomia**, independência, não apenas política, mas também econômica. Não pode estar emancipado aquele que passa fome, que não tem um teto, que não tem o que vestir.

Em português, encontramos os adjetivos "emancipador" e "emancipatório". Quando se trata de ação, de educação, de processo, de práxis, de prática, usamos o adjetivo "emancipador" e quando nos referimos à concepção, ideal, à teoria, princípios, avaliação, currículo, ética, potencial, racionalidade, competência, conceito, concepção, perspectiva, usamos o adjetivo "emancipatório".

Por “perspectiva emancipatória” da educação entende-se a visão de que os processos educativos precisam estar comprometidos com uma visão de mundo transformadora, inconformada com um mundo injusto e insustentável em que vivemos. Por isso, uma perspectiva emancipatória da educação deve desenvolver a capacidade de pensar criticamente a realidade e promover a justiça e a solidariedade, fundada na ética, e respeitando a dignidade e a autonomia do educando. Daí a importância estratégica do alfabetizador como intelectual transformador, formando para o exercício da cidadania.

A educação pode ser entendida e praticada tanto como um processo de formação para *manter* a sociedade quanto para *transformá-la.* Numa perspectiva emancipatória, a educação é entendida como problematização da realidade, visando à sua transformação.

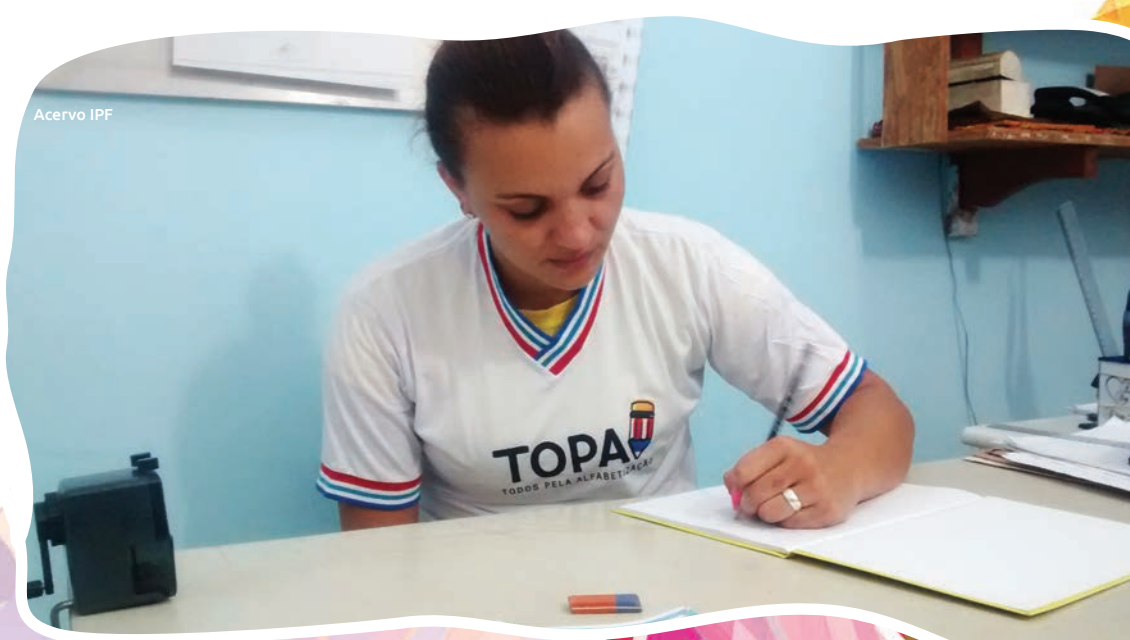
A **educação emancipadora** é o oposto da **educação bancária**, uma educação voltada para a fabricação de mão de obra para satisfazer as necessidades do mercado.

Paulo Freire, em seu livro *Pedagogia do oprimido,* opõe a educação problematizadora à educação bancária. Na concepção bancária, o saber dos educandos não é valorizado. Ao contrário, é desprezado como saber não científico. Na concepção emancipatória (problematizadora), todos produzem conhecimentos e todos aprendem juntos. Na concepção emancipatória respeita-se e valoriza-se a trajetória de vida dos educandos. Nessa concepção, a educação é voltada para as necessidades dos sujeitos da educação e não submetida aos ditames do mercado, às necessidades da produção voltada para o lucro.

Na educação bancária não há leitura crítica da realidade, não há desvelamento e nenhuma inquietação ou investigação temática. Há, sim, repetição, memorização. Aprende-se mecanicamente o que é transmitido, levando à passividade intelectual. Não há conhecimento crítico, não há tomada de consciência da realidade. O ensino é verbalista, não dialogando com a realidade do educando, com seus sonhos, suas lutas, com o mundo da vida e o mundo do trabalho.

O TOPA, ao longo das 7 etapas, sempre expressou compromissos com uma educação não apenas inclusiva, mas, fundamentalmente, emancipadora, tanto para aqueles e aquelas que passaram pelo Programa na condição de educando/a, quanto para os que estiveram como alfabetizador, coordenador de turma e gestor.

Educanda Nailma Caraiba em processo emancipador de aprendizagem, Direc 9 - Teixeira de Freitas, 7ª etapa



Acervo IPF

Arquivo TOPA

Arquivo TOPA

13 Presente e futuro: perspectivas

Este é um livro que nos relata a história de uma política que valoriza e prioriza a alfabetização de jovens, adultos e idosos e a continuidade dos estudos. No Brasil tem-se dado prioridade à alfabetização na chamada "idade certa". Trata-se de uma política correta. O que está errado não é alfabetizar crianças e jovens; o que está errado é separar a alfabetização de crianças e jovens da alfabetização de adultos e idosos. Está errado ainda considerar uma só idade como a "idade certa" para aprender. **Toda idade é certa para aprender**. Também é certo que adultos e idosos que não se alfabetizaram têm menos chance de acompanhar a vida escolar de crianças e jovens, de seus filhos e netos. Há famílias de analfabetos que eram analfabetas há 50 anos e continuam analfabetas hoje.

Registramos, neste livro, a caminhada significativa de um programa educacional que leva a sério a alfabetização de adultos. O **resgate da memória** traz à tona a importância da história na nossa constituição como sujeitos únicos na nossa singularidade e integrantes de uma coletividade como sujeito social. Registrar significa agir para que a memória não seja apagada e o passado, como acontecimento no tempo, apesar de não mais existir, continue fazendo parte de nossa história como ensinamento, determinante para o que somos no presente e o que seremos no futuro, pois só há presente e futuro porque já houve um passado que plasma o que é e o que será.

1. Por que investir na alfabetização de jovens, adultos e idosos?

Tivemos, até bem pouco, uma política governamental que desvalorizava a EJA com os **argumentos**, entre outros, de que: a) os analfabetos mesmos *não demandam alfabetização*; b) a alfabetização não influi no *rendimento* das pessoas, nem na busca por um *emprego*; c) para os governos, o *investimento* é muito maior do que o retorno.

Esses argumentos são falaciosos. Segundo a Pastoral da Criança, em pesquisa realizada em 2002, a falta de alfabetização das mães é uma das principais causas de desnutrição infantil. Até o Banco Mundial – agência do sistema das Nações Unidas – mudou de opinião em relação à política de EJA. Pesquisa feita pelo banco mostrou que os participantes em programas de alfabetização (OXENHAM; AOKI, 2000):

a) têm maior *confiança* e *autonomia* no interior de suas famílias e comunidades;

b) estão mais à vontade que os não alfabetizados quando levam e trazem seus *filhos da escola* e monitoram o seu progresso;

c) alteraram suas *práticas de saúde* e de nutrição em benefício de suas famílias;

d) *aumentam sua produção* e seus ganhos usando informações recebidas nos programas de alfabetização ou acessando outras informações;

e) *participam mais efetivamente* na comunidade e na política;

f) mostram melhor *compreensão das mensagens* disseminadas pelo rádio, TV e pela mídia impressa;

g) desenvolvem *novas* e *produtivas relações sociais* por meio de seus grupos de aprendizagem;

h) guardam suas habilidades de alfabetização e as usam para expandir sua *satisfação na vida diária*.

Uma **visão prospectiva** do campo da EJA deverá levar em conta as numerosas lições deixadas pela *Declaração de Hamburgo* (1997) da Confintea V (Conferência Internacional de Educação de Adultos), organizada pela Unesco. A Declaração de Hamburgo entende a educação de adultos como aquela que "engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas 'adultas' pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionado-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade" (In: ROMÃO; GADOTTI, 2007, p. 128). A Confintea V nos deixou muitas lições, entre elas podemos destacar:

a) reconhecer o papel indispensável do educador bem formado;

b) reconhecer e reafirmar a diversidade de experiências;

c) assumir o caráter público da EJA;

d) a importância da EJA para a cidadania, o trabalho e a renda numa era de desemprego crescente;

e) reconhecer a importância da articulação de ações locais (não se isolar);

f) reconceituar a EJA como um processo permanente de aprendizagem do adulto;

g) reafirmar a responsabilidade inegável do Estado diante da EJA;

h) fortalecer a sociedade civil;

i) integrar a EJA como uma modalidade da educação básica;

j) resgatar a tradição de luta política da EJA pela democracia e justiça social;

l) criar uma agenda própria da EJA;

m) sistematizar e difundir experiências relevantes.

Ao temor devemos contrapor a esperança ativa, exigir a EJA como direito. Não há justificativa ética e nem jurídica para excluir os analfabetos do direito de ter acesso à educação básica.

Não cremos que precisamos de muitos argumentos racionais para justificar nossa posição de **priorizar a educação de jovens e adultos**. Não faltam justificavas éticas e políticas. Todos sabemos que a superação do analfabetismo é uma precondição não só da equidade, mas também do desenvolvimento e da democracia.

Por que, então, precisamos ainda insistir nessa prioridade?

Porque sempre consideramos essa prioridade como a prioridade "deles" (analfabetos) e sobrepomos as "nossas" prioridades às prioridades "deles". Todos sabemos também que "eles" não têm tido oportunidade de fazer valer seu direito à prioridade. Não estão nem "politizados" e nem "organizados" para tomarem a palavra. Daí a importância dada por Paulo Freire à "politização" dos alfabetizandos no seu método de alfabetização. Não era para que os alfabetizandos saíssem do

Carla Ornelas/ GOVBA

Impactos sociais do Programa TOPA

A Professora Doutora **Sheila Cristina Furtado Sales**, coordenadora-geral do TOPA da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, destaca a importância social do Programa:

Quando fui convidada pela reitoria para coordenar esse programa, já haviam acontecido duas etapas. Da terceira etapa em diante fui me envolvendo e me apaixonando, agora acho que fico até o final, se não houver nenhuma eventualidade. Me questionei muito sobre qual seria meu papel e tive que "botar na balança" os pontos positivos e negativos disso, como pesquisadora, professora dessa universidade, coordenadora do programa e principalmente como pessoa. Minha análise foi ainda mais importante em minha vida pessoal do que na vida profissional, pois além de impactar minha vida, pensei no que ela poderia trazer de bom para todas as outras pessoas envolvidas nesse processo, não só para aqueles que trabalham comigo e para as pessoas que me dão suporte, mas para os professores formadores e principalmente para os alfabetizadores e coordenadores, e mais ainda para os alfabetizandos que estavam lá na ponta. Precisei ponderar muito, pois historicamente estamos acompanhando algumas campanhas e programas por registro, enquanto vivenciamos outros, e o Programa TOPA tem uma dimensão humana que me moveu mais do que a dimensão pedagógica. A possibilidade de levar, de maneira negativa ou positiva de acordo com o formador, o conhecimento de uma nova perspectiva ou releitura para a formação de educadores populares pode significar um avanço no desenvolvimento pessoal para cada pessoa que se propõe a estar no programa. Sei que existem pessoas, alfabetizadores e coordenadores de turma, que estão no programa exclusivamente por conta da bolsa ofertada para executar a função, mas sei de pessoas que vão pela bolsa e também por outras questões, e para mim o que vale são essas outras questões. Não estou negando a importância da bolsa, sei que a dimensão dela é tão grande que chega a ser, junto ao bolsa-família, o sustento de muitas famílias em diversos municípios no país todo, quando falamos no Brasil Alfabetizado. O TOPA leva uma possibilidade de desenvolvimento, de um amadurecimento, de uma abertura para outras perspectivas que, talvez, aquelas outras pessoas não viessem a ter, tanto na zona rural quanto na zona urbana. Assim como têm pessoas que não cumprem com as expectativas, temos muitas pessoas sérias trabalhando nesse Programa, isso foi muito importante. (SALES, 2014, p. 3)

"Círculo de Cultura" para se filiarem a um partido político. Era para que eles pudessem incidir politicamente sobre as causas econômicas e sociais do analfabetismo e se organizassem para lutar contra a sociedade injusta que gera o analfabetismo. Só eles podem libertar-se por eles mesmos, mas eles precisam da solidariedade de uma educação "popular" e de educadores "populares", capazes de construir, com eles, a prioridade da educação de jovens, adultos e idosos.

Devemos resistir à **desistência** de alfabetizar por meio de ações positivas como a do TOPA. Sim, como sustenta Rosa Maria Torres (TORRES, 2013), os formuladores de políticas educacionais estão entendendo que "os adultos e idosos são inalfabetizáveis". Passamos da luta pelo fim do analfabetismo à tese da *inalfabetizabilidade*. Por trás desta tese existe a ideologia neoliberal que considera a educação como uma mercadoria e não se vê retorno econômico no investimento na alfabetização de jovens, adultos e idosos. Assim, renuncia-se propositadamente à alfabetização desses sujeitos. Por causa desta política, 13 milhões de brasileiros vão morrer sem nunca ter lido um livro. É a renúncia a um Brasil alfabetizado.

2. Concepção freiriana de Alfabetização de Adultos

Para Paulo Freire, mais importante do que saber como ensinar, é saber como o aluno aprende. Paulo Freire construiu um **método de conhecimento** e não um método de ensino. Por isso criou, desde seus primeiros escritos, o neologismo "Dodiscência" (FREIRE, 2013b, p. 31), docência+discência, para designar a relação dialógica entre o ato de ensinar e de aprender: "não há docência sem discência" (FREIRE, 2013b, p. 23); "quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender" (FREIRE, 2013b, p. 25), um não é objeto do outro. Numa perspectiva emancipatória, não é possível ensinar e aprender sem o diálogo, sem uma comunicação dialógica.

Até a década de cinquenta do século passado, alfabetizavam-se adultos com os mesmos métodos de alfabetização de

crianças. Paulo Freire achava isso uma humilhação para o adulto que já trazia uma grande experiência de vida, e criou um método específico para a alfabetização de adultos. Foi ele o primeiro a sistematizar e experimentar um método inteiramente criado para a educação de adultos. Tratar o adulto como uma criança é desrespeitá-lo. Essa era também a preocupação de um de seus grandes mestres: Álvaro Vieira Pinto. Em seu livro *Sete lições sobre educação de adultos* (PINTO, 1994), ele dedica um capítulo inteiro à distinção entre Educação Infantil e Educação de Adultos, afirmando que "a alfabetização de adultos é um processo pedagógico qualitativamente distinto do infantil" (p. 72). Diz ele que o "equívoco" dos pedagogos que tratam igualmente adulto e criança, deve-se ao fato de eles não pensarem a educação no seu "contexto concreto" e que "lhes falta a noção do caráter existencial da educação" (Idem), permanecendo "no plano das generalidades e idealização" (p. 71). Álvaro Vieira Pinto, autor também do livro *Ciência e existência* (PINTO, 1969), fundamenta sua reflexão pedagógica numa antropologia: "a diferença de procedimento pedagógico se origina na própria diferença no acervo cultural que possuem a criança e o adulto (PINTO, 1994, p. 73).

A concepção de Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto tem ainda mais incidência hoje com a presença maciça das novas tecnologias da informação que colocam o adulto (mesmo analfabeto) em conexão permanente com o mundo da cultura digital. Por que sobrevalorizar, neste contexto, a cultura letrada (impressa) se vivemos imersos na cultura digital?

Os programas de educação de adultos que negam essa especificidade apontada por Paulo Freire e Álvaro Vieira Pinto regridem à primeira metade do século passado, confundindo educação com escolarização. Trata-se de uma visão parcial e distorcida do caráter formativo da educação. Esses programas têm privilegiado um saber escolar totalmente desconectado do "contexto concreto", como afirma Álvaro Vieira Pinto (1994).

Uma visão mais conectada com o contexto concreto da Educação de Adultos, como queria Vieira Pinto, nos levaria a rever inteiramente o conceito de evasão. **Evasão** do aluno trabalhador

nada tem a ver com a evasão escolar de alunos que frequentam escolas, com a mesma faixa etária, aproximadamente com o mesmo nível de aprendizagem e preocupações. A evasão na EJA tem características próprias que devem ser respeitadas pelos educadores e pela sociedade. Chamar esse aluno adulto de "evadido", sem entender suas causas, é o mesmo que criminalizá-lo e culpá-lo por não ter tido acesso à educação na chamada "idade própria": situação econômica, local de trabalho, transporte, segurança, saúde, horários impróprios, incompatíveis com suas responsabilidades, falta de material didático, e, principalmente, porque se frustram diante de uma visão infantilizada e escolarizada da EJA. Jovens e adultos continuam sendo vistos sob a ótica das carências "escolares", como se precisassem de uma "segunda chance" de frequentar a escola. Solução: voltar para a escola e recuperar o "tempo perdido"!

Dados do último PNAD (2012) mostram que, no Brasil, 46% dos analfabetos têm mais de 60 anos. Metade vive na zona rural. Para que servem os conteúdos escolares para essa população? A EJA deve atender a essa especificidade. Não podemos ter

Exercício de leitura em sala de aula do Programa TOPA

Marcio Argolo/ TOPA

uma única política pública para todas as idades e necessidades. O cidadão tem direito à educação que ele deseja e que não é, necessariamente, a que o Estado oferece. O Estado deve garantir modalidades diferentes de atendimento a esse direito. A EJA e a escola não podem constituir-se no único caminho para o prosseguimento dos estudos desses novos alfabetizandos. A EJA não serve para todos os egressos do TOPA. O desafio é criar algo novo, um programa específico para essa população, principalmente os idosos.

Paulo Freire distingue "evadido" de "expulso". Evade-se o aluno que não quer mais ficar na escola; expulso é aquele que quer ficar mas não encontra as condições para estar aí. A escola diz ao aluno o que ele deve aprender. É uma lógica perversa que ignora a identidade desse aluno trabalhador. O que ele sabe não é considerado: ele traz consigo uma história, as marcas da socialização e da formação que teve. Só precisa ser considerado como sujeito de direitos. Muitos alunos de EJA não acham significativo para sua vida o que estão aprendendo e abandonam o curso. Os cursos de EJA não atendem às suas expectativas. Frustrados e inseguros, eles abandonam o curso.

A escolarização da EJA não se refere apenas à concepção de evasão e de conhecimento: ela também supõe uma **concepção de avaliação** e, portanto, a metodologia e a gestão do processo de ensino-aprendizagem. Na visão freiriana, a alfabetização precisa ser dialógica, formativa e continuada. Para isso será preciso assegurar condições para que haja efetiva participação dos educandos, de modo a torná-los não objetos da avaliação, mas sujeitos desse processo. Para que as ações de alfabetização, incluindo a avaliação, sejam numa **perspectiva emancipatória**, inúmeros são os fatores que interferem num Programa como o TOPA, dentre eles, adequar os tempos das exigências burocráticas entre as instâncias envolvidas aos tempos pedagógicos, viabilizando o alcance dos objetivos do Programa. A avaliação diagnóstica, por exemplo, não deve se ater apenas aos aspectos cognitivos passíveis de mensuração. O **conjunto de saberes** que uma sala de alfabetização enseja aos educadores e educandos vai além da dimensão cognitiva e não se limita ao terreno do

tangível. Há aprendizagens socioculturais e socioambientais importantes que devem ser levadas em conta.

Outro aspecto a ser considerado na construção de um **novo modelo avaliativo** como queria Paulo Freire diz respeito ao próprio processo de construção dos instrumentais de avaliação, que deve ser regionalizado e feito em diálogo com educadores, coordenadores, supervisores do programa de alfabetização, de modo a assegurar a devida contextualização das perguntas a serem feitas aos educandos, evitando com isso, por exemplo, a formulação de questões sobre temas essencialmente urbanos endereçados a jovens, adultos e idosos moradores de zonas rurais.

O Programa TOPA, como vimos neste livro, está comprometido com o desenvolvimento de uma educação que não dicotomiza alfabetização e transformação político-social da realidade, reconhecendo cada uma dessas ações como interdependentes e, por essa razão, indissociáveis. Nesse sentido, é importante problematizar em que medida e de que forma o atual modelo de avaliação cognitiva do Programa Brasil Alfabetizado contribui com o TOPA no alcance de seus objetivos, que busca a inclusão social, política, econômica e cultural dos educandos. Ao objetivar uma educação centrada no educando, na sua imensa maioria, privado do pleno gozo do conjunto de direitos fundamentais que dignificam a pessoa humana, torna-se insuficiente a aplicação de testes cognitivos que privilegiam a avaliação apenas do nível de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e que desconsidera outros saberes e aprendizagens socioculturais e socioambientais inerentes ao processo de alfabetização pretendidos pelo TOPA.

A escolarização da EJA esconde a alfabetização quando a substitui pelo chamado “letramento”. E não se trata de desvalorizar a cultura letrada. O problema está emreduzir todo o processo de alfabetização de adultos ao acesso à cultura letrada. Nesse sentido, não mais seria necessário alfabetizar; bastaria simplesmente letrar. A rigor, não existiriam sequer analfabetos; apenas iletrados. O analfabetismo teria sido extinto e substituído pelo iletrismo. A notícia é boa: **acabou o analfabetismo no Brasil**. Paulo Freire ficaria contente. Afinal,

ele sonhou a vida toda com essa notícia. Mas não é bem assim. Só as palavras mudaram. Não há analfabetismo porque alguns especialistas em alfabetização decidiram chamar de iletrados os que antes eram considerados analfabetos. Por que iletrados? Porque agora os cidadãos não precisam mais ser alfabetizados: precisam se apropriar da cultura letrada. Isso significa que os analfabetos jovens, adultos e idosos precisam suprir sua deficiência de letramento adquirindo os conteúdos escolares aos quais não tiveram acesso na "idade própria", porque não frequentaram a escola.

A escolarização da alfabetização de adultos não só infantiliza a EJA, como também declara o fim do analfabetismo. Então, não se trata mais de alfabetizar mas, sim, de "universalizar o ensino fundamental", isto é, a escolarização. Esse discurso é apenas em favor da "elevação da escolaridade". E não há dúvida de que a elevação da escolaridade do povo brasileiro é um dos nossos principais desafios. Mas, no caso de adultos e idosos, o que fazer com o saber "de experiência feito", como dizia Paulo Freire? Não basta valorizar e certificar apenas o saber escolar. Isso nada tem a ver com a necessária continuidade dos estudos para além do ciclo inicial da alfabetização. E para os educandos e educandas em idade mais avançada, não basta oferecer vagas em escolas. Será preciso criar programas específicos para essa idade.

Essa confusão entre cultura letrada e alfabetização leva ao fim do analfabetismo sem precisar alfabetizar mais ninguém. Parece que assistimos à política da desistência: cansamos de tentar letrar analfabetos. Não respeitando a biografia dos analfabetos adultos, tentamos letrá-los e não conseguimos. Então, a culpa é dos próprios analfabetos. Eles são inalfabetizáveis.

Já que não se consegue eliminar o analfabetismo, elimina-se a palavra "analfabetismo". A universalização da educação básica é um direito. Ela é fundamental para a eliminação do analfabetismo de jovens e adultos no Brasil, mas se, com isso, os adultos e idosos hoje analfabetos forem abandonados, estamos negando um direito, que não cessa aos 14 anos, a milhões de brasileiros e brasileiras.

3. Garantir a continuidade dos estudos e a formação profissional

Entre os grandes desafios da alfabetização de jovens, adultos e idosos está a continuidade dos estudos e a integração a formação profissional. Na educação do trabalhador, a integração da EJA à formação profissional é essencial. O alfabetizando que deixa de utilizar o que aprendeu regride ao analfabetismo. Como afirmou a professora Francisca Elenir Alves, coordenadora do TOPA, numa entrevista a Moacir Gadotti e Ângela Antunes (ALVES, 2014), na Secretaria da Educação, em abril de 2014, "para que serve alfabetizar jovens e adultos se não conseguimos garantir a continuidade dos estudos"?

Como todo governo comprometido com a educação de qualidade socialmente referenciada, que promove a inclusão e a emancipação humana, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia vem promovendo a educação integral do trabalhador, encaminhando os egressos do TOPA para a continuidade dos estudos no ensino regular, no PROEJA, no PRONATEC EJA, na EJA, nos Centros Noturnos de Educação Básica (CENEBs), nos Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEPs), nos Centros Territoriais (CETEPs) etc. Hoje, o estado da Bahia tem a segunda maior Rede Estadual de Educação Profissional do país.

Mas, apesar de todo o avanço, ainda são inúmeros os **desafios** a serem enfrentados e muitas as conquistas a serem alcançadas. O acesso foi ampliado no estado da Bahia. O número de vagas vem procurando atender às demandas tanto da educação de jovens e adultos, bem como da Educação Profissional. A Secretaria da Educação, ao longo dos últimos anos, vem dando importantes respostas às necessidades da rede, mas, ao criar todas essas novas possibilidades educacionais, seja das equipes das Secretaria, seja das equipes das unidades educacionais, constata-se a necessidade de criar e/ou aperfeiçoar mecanismos de integração e interação entre elas.

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia, em especial a Superintendência da Educação Profissional, afinadas com as

Roberto Stuckert Filho/PR

Em cerimônia realizada em abril de 2014, a presidenta Dilma Rousseff entrega o certificado de conclusão do PRONATEC ao formando Antonio de Oliveira. À direita, o ministro da Educação, José Henrique Paim Fernandes. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego é uma recente criação do Governo Federal. Criado em outubro de 2011, o Pronatec tem como objetivo expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica

necessidades do estado e visando a contribuir também com o alcance das metas nacionais, constata a urgente necessidade de promover a articulação da Educação Profissional e da Educação de Jovens e Adultos na rede estadual de educação. A articulação de que falamos aqui é a que valoriza os saberes da formação geral como conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade e os saberes da formação profissional. Essa articulação possibilita o acesso à educação formal e profissional, na perspectiva da formação integral.

Destacamos a noção de **trabalho como princípio educativo** adotada pelo TOPA. Aqui o trabalho não é entendido por meio de uma lógica mercantilista, mas como um espaço de direitos do trabalhador através do qual ele se torna sujeito e não mero instrumento de quem detém os meios de produção, apropriando-se da técnica e dos fundamentos científicos do trabalho, refletindo criticamente acerca dos princípios socioambientais necessários à construção de uma sociedade com qualidade social e ambiental.

O TOPA, com sua proposta educativa comprometida com a superação das condições de opressão dos alfabetizandos adultos, concebe o trabalho como ação transformadora, emancipadora (ALVES, 2006; 2013). Assim, é necessário entender a formação profissional como parte da formação integral dos educandos.

À medida que o trabalhador aperfeiçoa a sua prática, ele adquire uma postura menos servil nas relações com seu empregador, adquire maior autonomia e amplia sua visão de mundo.

Ao propor a formação profissional aos educandos em processo de alfabetização, busca-se inserir os alfabetizandos no universo da cultura letrada e reinseri-los no mundo do trabalho com maior autonomia. Ao propor essa ponte ligando a formação intelectual à profissional, procura-se possibilitar uma travessia segura da exclusão à inserção social.

Desde 2009, quando da realização da CONFINTEA VI, buscou-se consolidar uma Política Nacional de EJA capaz de garantir os princípios defendidos pelas CONFINTEAs e pelo coletivo da EJA, nos diferentes fóruns e demais espaços em que atua. A Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), criada em 2003 para assessorar o ministro da Educação quanto à formulação de políticas de EJA, vem trabalhando nessa nova política. Entre as proposições feitas pela CNAEJA, em 2012, em documento enviado ao ministro da Educação, a primeira refere-se à "inserção da alfabetização como primeira etapa da Educação de Jovens e Adultos nas redes públicas de ensino, fortalecendo

Antonio Almerico Biondi Lima, professor e superintendente de Educação Profissional, e o secretário de Educação Osvaldo Barreto no III Encontro de Gestores de Educação Profissional da Bahia com a Suprof, em 2010

Edma Pereira

a continuidade dos estudos com a finalidade de conclusão da Educação Básica". Ela aponta ainda a necessidade da valorização do educador de EJA "por meio de formação inicial e continuada ofertada com apoio do governo federal e de remuneração nunca inferior ao piso salarial nacional" e a "vinculação direta entre a alfabetização e EJA com os programas governamentais de saúde, assistência e distribuição de renda entre outros". Essa integração com os programas governamentais estaduais e federal é um **grande diferencial** do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), como vimos nos capítulos anteriores.

A CNAEJA vem chamando a atenção para a necessidade de promover "parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho, nas diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil". Uma nova política de EJA deve levar em conta esta articulação, e é exatamente isso que o estado da Bahia está fazendo.

Essa articulação é também defendida pelos estudos e reflexões feitos pelo grupo de trabalho do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã da Secretaria Nacional de Articulação Social (SNAS), da Secretaria-Geral da Presidência da República, que reagindo à demandas da sociedade lançou, em maio de 2014, o *Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas*, para facilitar a construção de políticas integradas de educação, pensando na gestão democrática, na organização popular, na participação cidadã, na conscientização, no respeito à diversidade, à cultura popular, no conhecimento crítico e numa perspectiva emancipatória da educação. Por enquanto, trata-se de um marco da política federal de educação e não nacional, já que ele objetiva "orientar os processos educativos e formativos das políticas públicas do Governo Federal" (p. 25). Mas, certamente, esse marco da "concepção de educação emancipadora" (p. 5) deverá servir de base para além da esfera federal. Como afirma na introdução o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, o desafio é tornar esse marco "conhecido assimilado entre todos os sujeitos e agentes que promovem ações educativas em diferentes frentes e campos de atuação e em todas as políticas públicas" (p. 6).

4. Contribuições do TOPA a uma política pública de educação popular

Estamos num período de repensar não só da alfabetização de jovens, adultos e idosos, mas de construção de uma política pública de Educação Popular (PONTUAL, 2011). Quais poderiam ser, nesse sentido, as maiores contribuições do Programa TOPA para essa política?

A Educação Popular como política pública, como queria Paulo Freire, é um processo que se constrói ao mesmo tempo dentro e fora do Estado. O Estado, como a Sociedade, não é algo monolítico. Ele está em constante processo de transformação. Por isso, Paulo Freire defendia a tese de que a Educação Popular pode e deve inspirar as políticas públicas de educação. Quando ele assumiu a Secretaria Municipal de Educação em São Paulo (1989), lançou "A Educação Pública Popular" como sua plataforma política, respeitando a diversidade da sociedade civil, mas rompendo com práticas autoritárias e disputando a hegemonia política e cultural de um projeto popular, incorporando instrumentos da democracia participativa, fortalecendo os conselhos escolares e a participação popular ("conselhos participativos", "conselhos populares", "assembleias populares") como método de governo.

Uma **Política Nacional de Educação Popular** é um sonho possível. Mas ainda há muito a fazer para chegar lá. Uma das tarefas urgentes é ampliar nossas redes, alargar nossos horizontes, aumentar alianças e parcerias, como vem fazendo o TOPA. Essa política teria como objetivo principal superar a perspectiva restrita de alfabetização, caminhando na direção da consolidação de uma política pública que inclua a alfabetização no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, promovendo a continuidade entre uma e outra. A CNAEJA vem apontando algumas *orientações básicas* dessa política, entre elas, o mapeamento e diagnóstico do município no âmbito da construção de um plano municipal de alfabetização na EJA e a valorização do alfabetizador por meio de formação inicial e continuada ofertada com apoio do governo federal e de remuneração nunca inferior ao piso salarial nacional.

Manu Dias/ GOVBA

Rui Costa, governador eleito no 1º turno, dia 05 de outubro de 2014, ao lado de Jaques Wagner. "Para continuar garantindo o direito a aprender, que não prescreve com a idade, e qualificar parte importante da nossa população economicamente ativa, precisamos manter o programa de alfabetização (TOPA) e avançar fortemente na escolarização de Jovens e Adultos trabalhadores, com um grande programa, via ampliação dos Centros Noturnos de Educação e parceria com prefeituras e sociedade." Programa de Governo Participativo 2014 (p. 18)

O governo precisa fazer a sua parte. A sociedade precisa fazer a sua parte. As empresas podem contribuir, mostrando que a responsabilidade social é tão importante quanto os seus investimentos. Mas o mais importante é entender que não basta saber ler e escrever. É preciso que o alfabetizando aprenda a ser sujeito de sua própria história. Daí a importância que Paulo Feire dava à teoria do conhecimento, à metodologia da alfabetização que leve as pessoas a se empoderarem. A eficácia do método está justamente nisso: seu objetivo fundamental é a promoção da autodeterminação do sujeito e das comunidades. O primeiro direito do alfabetizando é o direito de se expressar, de dizer a sua palavra, diante de um mundo que sempre o silenciou.

As celebrações dos 50 anos de Angicos (GADOTTI, org., 2014) do *Programa Nacional de Alfabetização* de Paulo Freire não ficaram só em homenagens, seminários e publicações, as em propostas concretas em prol de uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos. Celebrar é manter viva a luta e anunciar conquistas. Há 50 anos, com Paulo Freire, nascia um sonho possível, o sonho de construir uma nação com base numa educação emancipadora. O sonho foi interrompido pelo golpe de 1964 e precisa ser retomado hoje.

O Brasil pode eliminar o analfabetismo. Mas, para isso, precisamos urgentemente de uma política nacional de Educação

Popular de jovens e adultos que o país ainda está devendo, uma política de Estado (BEISIEGEL, 1974; MANFREDI, 1978; BRANDÃO, 1980), e não apenas programas transitórios e conjunturais de governo. No Brasil, neste momento, o que precisamos é de uma política afirmativa em defesa da EJA, como foi feito com a política de cotas nas universidades, envolvendo a sociedade num grande pacto pela alfabetização de jovens, adultos e idosos.

Falta, ainda, retomar o diálogo com a sociedade. Fazer uma aliança entre Estado e Sociedade civil organizada. Será preciso articular e potencializar tudo o que já existe nesse campo. Existem numerosas iniciativas sociais e populares que foram ignoradas a partir de 2007. Falta planejamento governamental para mapear e colocar em rede essa enorme força social até agora desperdiçada e desconsiderada pelos governos. Precisamos convocar e reunir a força que temos fora do sistema regular de ensino. O governo federal precisa criar uma política nacional de alfabetização, com planejamento, com planos concretos, com mobilização nacional, com metas e prazos precisos, municipais e estaduais. É preciso envolver a sociedade. Pactuar com a sociedade.

As contas não estão batendo: há dez anos tínhamos aproximadamente 14 milhões de analfabetos, alfabetizamos, neste período, 14 milhões de analfabetos. Zeramos o analfabetismo? Não, continuamos com 14 milhões de analfabetos. Alguma coisa está errada nesta conta.

O Programa TOPA vem contribuindo com sua experiência e reflexão sobre ela, com uma **política nacional de Educação Popular de jovens e adultos** (GADOTTI, 2014a). Ele tem-se destacado na luta pelo estabelecimento de políticas públicas para esta modalidade que atendem, de forma efetiva, às necessidades educacionais do público da EJA, marcado pela diversidade dos sujeitos e pela condição de trabalhadores.

O TOPA vem se preocupando muito com a continuidade dos estudos e com a formação profissional. Aumenta, a cada dia, o contingente de pessoas que buscam a aprendizagem da leitura e da escrita e o domínio da técnica e das práticas presentes no mundo do trabalho. Demonstrou que é insustentável, sobretudo

na zona rural, onde se concentram mais da metade dos analfabetos, manter salas com grande número de alunos, inclusive por conta das longas distâncias. A diversidade dos sujeitos da EJA e suas múltiplas identidades exigem uma adequação do atual modelo de avaliação cognitiva recomendado pelo Programa Brasil Alfabetizado.

A *Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão* (SECADI), do Ministério da Educação (MEC), consciente de seu papel de articulação e proposição de políticas de EJA, tem buscado, com apoio da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), criar diretrizes para EJA que contemplem maior flexibilidade com relação a: frequência, reconhecimento de saberes, diferentes formas de matrícula (anual, semestral, por módulos, disciplinas, por componente curricular, a qualquer época do ano), mudanças no ENCEEJA, que não deverá ser mais concebido como exame nacional, mas ser uma avaliação do MEC. Essas mudanças, se aprovadas pelo Ministro da Educação, trarão grandes benefícios para a EJA.

5. Uma outra educação é possível e necessária

Vivemos 21 anos de ditadura no Brasil (1964-1985), mas seus efeitos não foram ainda totalmente superados. O golpe durou 21 anos porque, além da repressão política, mexeu com a cultura, com as mentalidades, com a educação e a comunicação.

O que persiste ainda hoje na educação? Uma coisa é certa: o *tecnicismo pedagógico* da política educacional da ditadura não foi ainda inteiramente superado. Ele está presente hoje no *iluminismo pedagógico* (TAMARIT, 1996). O tecnicismo da ditadura implantado na educação brasileira está particularmente presente nos sistemas de avaliação. Aperfeiçoam-se os meios de avaliar sem se perguntar o que se está avaliando. Discutem-se os meios e não se fala dos fins. Não se discute a educação que desejamos para o país que queremos. Até hoje,

na escola não se fala de política. Onde está hoje a formação crítica, cidadã? Em raras experiências de administrações populares. Ela está mais presente na ONGs e nos Movimentos Sociais e Populares. De modo geral, não está na escola. Nisso, pode-se dizer que o pensamento da ditadura continua enraizado na política educacional até hoje. Em certos ambientes trata-se a formação cidadã com desprezo. Por isso, é ainda muito difícil falar em gestão democrática e construir grêmios estudantis e conselhos de escola que funcionem. Por que isso acontece? Pela vinculação da educação pública aos interesses e necessidades do mercado. O mercado não está interessado na formação de trabalhadores críticos.

Não há dúvida de que tivemos significativos **avanços**, nas últimas décadas, mas o *golpe na Educação Popular* ainda não foi revertido. Sim, tivemos um belo capítulo sobre a educação na Constituição de 1988, chamada de "Constituição Cidadã"; tivemos um belo movimento em torno da "Escola Cidadã" combatendo a Merco-Escola da Ditadura Militar. Na cidade de São Paulo (1989-1992), numa visão emancipadora da educação, Paulo Freire instituiu a "Educação Pública Popular". Tivemos a conquista do Piso Salarial Nacional dos Professores e o aperfeiçoamento do regime de colaboração, embrião de um Sistema Nacional da Educação, na criação do Fundeb. Mas isso não foi suficiente para retirar da educação brasileira a principal marca deixada pelo golpe: o autoritarismo.

Para **reverter o golpe na Educação Popular,** precisamos apoiar processos participativos como os da Conae (Conferência Nacional de Educação) e os da criação de uma *Política Nacional de Participação Social* e de *Política Nacional de Educação Popular*, se quisermos reverter a herança deixada pela política educacional da ditadura. O Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a *Política Nacional de Participação Social* e o *Sistema Nacional de Participação Social*, é um belo exemplo desse processo de reversão, consolidando uma política que vem sendo construída desde 2003. Consolidar a participação social como "método de governo" (CARVALHO, 2012), como costuma dizer o Secretário-Geral da Presidência da República Gilberto Carvalho, é um grande passo para concretizar a democracia participativa ao lado da democracia representativa, como prescreve o Artigo Primeiro da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, não basta apenas oferecer espaços adequados de participação. Será preciso criar planos estratégicos de participação, formar para e pela participação, formar o "povo soberano" (TAMARIT, 1996), capaz de governar e de governar-se. O Estado brasileiro precisa ser menos representativo e mais participativo. Como sustenta Luiz Dulci (2005, p.3), Ministro Chefe da Secretaria-Geral do Presidente Lula,

"a participação cidadã enriquece as instituições representativas, criando verdadeira corresponsabilidade social e evitando o risco de apatia civil e a negação autoritária da política que ameaça todas as democracias contemporâneas". Nesse sentido, a democracia participativa tem ainda muito que caminhar, particularmente no âmbito da educação.

Aos poucos, o golpe de 1964 na Educação Popular vai sendo revertido por iniciativas como a do *Marco de referência da Educação Popular para as políticas públicas*, lançado também em maio de 2014 (BRASIL/SGPR, 2014). Na página 31 deste importante documento afirma-se: "a ditadura militar alterou significativamente o sentido da política pública de educação. Entre 1964 e 1984, além da repressão às organizações populares e destruição da memória de diversas experiências de Educação Popular, foram construídas as bases para que a política de educação assumisse outra concepção: 'a da educação para o povo". O nosso sonho é que, um dia, toda a educação seja "popular". Aí, então, não precisaremos mais de uma "Política Nacional de Educação de Educação Popular" e simplesmente de uma "Política Nacional de Educação".

O momento presente é favorável a tudo isto, dada a **crescente institucionalidade da Educação Popular**, em iniciativas como esta do TOPA. Mas é preciso e urgente retomar o diálogo com a sociedade civil em nível nacional. Precisamos, ainda, retomar o sonho de Paulo Freire. Paulo Freire, em entrevista concedida a Claudius Ceccon e Miguel Darcy de Oliveira e publicada numa edição especial do jornal *O pasquim* (Rio de Janeiro,

Ana Nascimento/MDS

Patrus Ananias lê discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum Social Mundial Temático da Bahia, realizado na cidade de Salvador, em janeiro de 2010

nº 462, de 5 de maio de 1978), sobre o PNA, afirmou que "o negócio era tão extraordinário que não poderia continuar (…). Pesava demais na balança do poder. Era um jogo muito arriscado para a classe dominante" (p. 13-14). Será que o sonho de um Brasil alfabetizado é, ainda hoje, muito arriscado para a classe dominante?

Não dá para separar o regime autoritário das elites dominantes de ontem e de hoje. Elas são e sempre foram autoritárias. Isso foi particularmente expresso nas reações ao Decreto que instituiu a *Política Nacional de Participação Social*. A oposição chegou a dizer que se tratava de "aparelhamento ideológico" do Estado, uma medida "antidemocrática" que estaria retirando prerrogativas do "parlamento brasileiro" (In: *Folha de S. Paulo*, 31 de maio de 2014. Caderno *Poder 2*, p. 3). A saída está na participação democrática, na luta dos movimentos sociais pelo controle social (participação direta da população por meio presenciais e virtuais), na democracia direta. O iluminismo pedagógico continua presente toda vez que as elites nos dizem que elas sabem o que o povo precisa e, portanto, ele não precisa ser consultado.

O grande legado do TOPA é compreender que, com o investimento público para a educação de jovens e adultos utilizado com seriedade e visão gestora coerente e com bases conceituais pedagógicas também coerentes, que formem cidadãos autônomos, é possível pensar em uma educação de jovens e adultos para o Brasil que dê certo, que não se torne apenas mais um programa que, ao longo da história, foi deixado para trás por não ter base que se sustentasse. O TOPA prova que é possível fazer educação de jovens e adultos no Brasil com qualidade. Um dos legados é ter agregado a esse grande desafio nosso não somente o investimento, mas uma gestão transparente, coerente e lúcida para a EJA, conhecedora da educação de jovens e adultos, com base pedagógica conceitual muito sedimentada nos princípios freirianos, e isso ajudou muito a resgatar a estima desse sujeito, a formação da consciência crítica. Destaco também a articulação com os movimentos de base existentes, o dialogo com a universidade, o diálogo com o estudante portador de necessidades especiais também foi muito importante, pois deu visibilidade a eles. Deu também visibilidade ao jovem e adulto morador de comunidade quilombola, ao trabalhador rural. E isso nos fez compreender que, ao falar de EJA, não estamos sempre tratando dos mesmos sujeitos, mas de sujeitos diversos. E é nessa diversidade que se apresenta, por

> sua complexidade, o desafio, pois pensar em EJA com essa diversidade é pensar em formas diferentes de alfabetizar esse jovem e adulto. Perceber essa sutileza é o que torna o TOPA um programa diferente, pois perceber a "diferença na diferença" é algo sutil. (OLIVEIRA, 2014, p. 4)

Debate-se muito hoje a qualidade da educação. Os educadores sabem que não há *qualidade da educação* sem procura, sem pesquisa, sem autoria, sem busca, sem uma escola desafiadora para cada aluno e cada professor. Qualidade é também um problema de concepção. Qualidade é busca de resposta para perguntas, para interrogações, para preocupações que despertamos em nós mesmos. A educação não pode ser massificadora e massificante. Desestimula a aprendizagem. A educação de qualidade – sociocultural e socioambiental – é aquela que promove a busca de respostas para as questões que temos, e a escola que herdamos da ditadura é uma escola que tem todas as repostas, uma escola que tem todas as respostas para perguntas que ninguém fez e, por isso, a ninguém interessa. A escola precisa, para ser eficaz, perguntar-se mais, despertar novas perguntas e não oferecer respostas para perguntas que ninguém fez. Se não temos perguntas que nos desafiem, não acharemos o caminho, como dizem os zapatistas, não aprenderemos e a educação não será de qualidade.

Meu caminho pelo mundo
eu mesmo traço. A Bahia já
me deu régua e compasso"
Gilberto Gil, *canção*
"Aquele Abraço"

Manu Dias/ GOVBA

Referências

AB' SABER, Aziz. *Os domínios da natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ABRAMOVAY, Míriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luis Carlos Gil (Org.). Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Unesco, 2007.

ALBUQUERQUE, Kátia Silene Lopes de Souza; SILVA, Rosinei Almeida da; NETO, Joubert Ferreira da Silva. Orçamento público como instrumento de gestão: análise do programa Todos pela Alfabetização (TOPA). *ReAC – Revista de Administração e Contabilidade*. Faculdade Anísio Teixeira (FAT), Feira de Santana, v. 3, n. 2, p. 23-40, jul./dez., 2011.

ALMEIDA, Silvana Carvalho de (Org.). *Perfil dos Alfabetizadores do Programa Todos pela Alfabetização – TOPA/Programa Brasil Alfabetizado no Estado da Bahia*. Disponível em: http://www.seeja.com.br/ Acesso em: 20 jun. 2014.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. São Paulo. *Lua Nova*, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2014.

ALVES, Francisca Elenir. *Mulheres trabalhadoras, sim. Alunas, por que não? Estudo sobre gênero, trabalho e educação na Bahia*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica, Brasília, 2006.

_____. *De escrava à cidadã*: educação, trabalho e emancipação social das trabalhadoras domésticas. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

_____. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistadores: Moacir Gadotti e Ângela Antunes. Salvador, SEC/BA, 2014.

ANDRADE, Maria Antonia Brandão de; SANTOS, Mônica Celestino; NASCIMENTO, Renato Santos do. *A Avaliação do Programa Brasil Alfabetizado na Educação de Jovens e Adultos*: um relato das experiências do Programa Todos Pela Alfabetização (TOPA) no Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/208.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2014.

ANTUNES, Ângela Maria Biz Rosa (et al.) *Alfabetização de Jovens e Adultos* – Livro do Alfabetizando. Rio de Janeiro: Editora Multimeios, 2008. 256 p.

_____. *Alfabetização de Jovens e Adultos* – Manual do Alfabetizador. Rio de Janeiro: Editora Multimeios, 2008. 432 p.

ANTUNES. Ricardo. *Adeus ao trabalho?*Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez / Editora da Unicamp, 2000.

ARROYO, Miguel. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N. A. *Alfabetiza Brasil – Educação de Jovens e Adultos*. Curitiba: Módulo Editora, 2001.

AZEVEDO, Maria A.; GUERRA, Viviane N. A. *EJA – Alfabetização de Jovens e Adultos – Manual do Alfabetizador*. São Paulo: Moderna, 2001.

BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

BAHIA. Casa Civil. *Balanço das ações* – Governo do Estado 6 anos. Salvador: CC, 2013d. 180 p.

_____. Casa Civil. *Balanço das ações* – Governo da Bahia (2007-2013). Salvador: EGBA, 2014a. 248 p.

_____. Casa Civil. *Caderno de Ações em Salvador* – Governo da Bahia (2007-2013). Salvador: EGBA, 2014b, 80 p.

_____. Casa Civil. *Caderno de Ações no Semiárido Baiano* – Governo da Bahia (2007-2013). Salvador: EGBA, 2014c, 76 p.

_____. Casa Civil. *Números da Bahia* – Governo da Bahia (2007-2013). Salvador: EGBA, 2014d, 100 p.

_____. Governo do Estado. *Números da Bahia*: Balanço 2007-2013. Salvador, 2014e.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Edital de Seleção para Monitoria do Programa Todos Pela Alfabetização – TOPA nº 092/2009*. Salvador: SEC/TOPA/UESB, 2009a.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Edital de Seleção para Monitoria do Programa Todos Pela Alfabetização*. Salvador: SEC/TOPA/UNEB, 2009b.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final das Experiências do Processo de Alfabetização-Diversidade*. Feira de Santana: SEC/TOPA/UEFS, 2011a.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final de Desempenho e Aproveitamento de Aprendizagem*. Feira de Santana: SEC/TOPA/UEFS, 2011b.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final Estudo Técnico e Estatístico do Programa TOPA*. Feira de Santana: SEC/TOPA/UEFS, 2011c.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório do Programa Brasil Alfabetizado do Estado da Bahia – Programa Todos pela Alfabetização etapas 2007 a 2010*. Bahia: SEC/TOPA, 2012a.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final das Experiências do Processo de Alfabetização-Diversidade*. Salvador: SEC/TOPA/FAINOR, 2012b.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final das Experiências do Processo de Alfabetização-Diversidade*. Salvador: SEC/TOPA/FAMAM, 2012c.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final das Experiências do Processo de Alfabetização-Diversidade*. Salvador: SEC/TOPA/UESB, 2012d.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final das Experiências do Processo de Alfabetização-Diversidade*. Salvador: SEC/TOPA/UNEB, 2012e.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final de Desempenho e Aproveitamento de Aprendizagem*. Salvador: SEC/TOPA/FAINOR, 2012f.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final de Desempenho e Aproveitamento de Aprendizagem*. Salvador: SEC/TOPA/FAMAM, 2012g.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final de Desempenho e Aproveitamento de Aprendizagem*. Salvador: SEC/TOPA/UESB, 2012h.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final de Estudo Técnico e Estatístico do Programa TOPA*. Salvador: SEC/TOPA/FAINOR, 2012i.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final Estudo Técnico e Estatístico do Programa TOPA*. Salvador: SEC/TOPA/FAMAM, 2012j.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final Estudo Técnico e Estatístico do Programa TOPA*. Salvador: SEC/TOPA/UESB, 2012k.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Relatório Final Estudo Técnico e Estatístico do Programa TOPA*. Salvador: SEC/TOPA/UNEB, 2012l.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Edital nº 059/2012*. Salvador: SEC/TOPA/UNEB, 2012m.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Todos pela Alfabetização. Avaliação diagnóstica de entrada* – Análise dos dados de todo estado da Bahia – 6ª etapa do TOPA. 2013a.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. 2013. Disponível em: http://www.educacao.ba.gov.br/node/9458. Acesso em: 2 out. 2013b.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Decreto nº 10.339 de Maio de 2007*. Bahia, 2013. Disponível em: <http://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75633/decreto-10339-07>. Aceso em: 5 out. 2013c.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Análise comparativa dos resultados das avaliações de entrada e de saída da 6ª etapa e contribuições para o aprimoramento do Programa*. Bahia: SEC/TOPA, 2014f.

_____. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. *Avaliação diagnóstica de entrada da 6ª etapa do Programa TOPA*. Bahia, SEC/TOPA, 2014g.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Participação popular na melhoria do ensino público. *Rev. Bras. Educ.*, n. 1, p.93-99, abr 1996.

_____. *Política e educação popular*: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Estado e educação popular*: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Pioneira, 1974.

BOFF, Leonardo. *Nova Era*: a civilização planetária. São Paulo: Ática, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A questão política da Educação Popular*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. *O que é educação popular*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. Ousar utopias: da educação cidadã à educação que a pessoa cidadã cria. In: AZEVEDO, José Clóvis et al. (Org.). *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Secretaria Municipal de Educação, 2000. p. 449-462.

_____. Soletrar a letra P: Povo, Popular, Partido e Política – a educação de vocação popular e o poder de Estado. In: FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 105-146.

_____. Ubuntu: viver, conviver e aprender no município. In: PADILHA, Paulo Roberto; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila (Orgs.). *Município que Educa*: múltiplos olhares. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010, p. 125.

_____;FEITOSA, Sonia Couto Souza; AMARAL, Rutléa. *Princípios Curriculares Orientadores para a EJA*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. (Receja, Caderno 2).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução CEB1/2000* - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. Brasília, 2000.

_____. *Estatuto do Idoso: Lei Federal n.º 10.741, de 01 de outubro de 2003*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

_____. SR/PR. *Democracia participativa*: nova relação do Estado com a Sociedade – 2003-2010. Brasília. SR/PR, 2011.

_____. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Educação Popular em Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

_____. Ipea. *Brasil em desenvolvimento 2013*: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séries Estatísticas e Históricas Disponível em: http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=1 Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. SGPR, 2014. *Marco de referência da Educação Popular para as políticas públicas*. Brasília, BRASIL/SGPR, 2014.

CARIA, Alcir. *Projeto político-pedagógico*: em busca de novos sentidos. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

CARVALHO, Gilberto. *Participação social como método de governo*: um mapeamento das 'interfaces socioestatais' nos programas federais. Brasília: FUNAG, 2012.

CERQUEIRA, Elizabeth Kipman. Sentido da sexualidade humana. In: *Sexualidade, gênero e desafios bioéticos*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

CLARK, Geórgia Nellie. *Os sentidos da experiência de alfabetizar no Programa Todos pela Alfabetização/Brasil Alfabetizado, em Rio Real - BA*. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania) – Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2012. 157p.

COSTA, Jucinalva Bastos de Almeida. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Cruz das Almas, Faculdade Maria Nilza, 2014.

COUTINHO, Sônia Moreira. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

DULCI, Luiz. Participação e mudança social. *Folha de S. Paulo*, 18 de dezembro de 2005, p. 3.

DUSSEL, Inés. O currículo híbrido: domesticação ou pluralização das diferenças? In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.). *Currículo*: debates contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2002. p. 55-77.

FARIA, Nalu; NOBRE, Míriam. O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero. *Caderno de Formação da Sempreviva Organização Feminista*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1997.

FEITOSA, Sonia Couto Souza. *Método Paulo Freire*: a reinvenção de um legado. Brasília, DF: Líber Livro, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Positivo, 2009.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FLEURI, Reinaldo Matias. A questão da diferença na educação: para além da diversidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., GT 06 de Educação Popular, 2002, Caxambu. *Resumos*... Caxambu: ANPEd, 2002. p. 1-15.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.

FREIRE, Ana Maria Araújo. *Analfabetismo no Brasil*: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou de como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas (Paraguaçu), Felipinas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Graças até os Severinos. São Paulo: Cortez; Brasília: Inep, 1989.

FREIRE, Paulo. *Educação e atualidade brasileira*. Recife: Imprensa Universitária, 1959.

_____. Conscientização e Alfabetização: uma nova visão do processo. *Revista de Cultura da Universidade do Recife,* n. 4, abr./jun., 1963.

_____. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *Conscientização*: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. *Educação na cidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Professora sim, tia não*. Cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'Água, 1993.

_____. *Pedagogia da Indignação*: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. *Política e educação*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a. (Questões de Nossa Época, v. 23).

_____. *Pedagogia dos sonhos possíveis*. Organização de Ana M. A. Freire. São Paulo: Unesp, 2001b.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013a.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013b.

_____. *A importância do ato de ler*: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 2013c.

_____. *Pedagogia da autonomia*: Saberes necessários à prática educativa. 46. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013d.

_____. *Pedagogia da esperança*. Um reencontro com a Pedagogia do oprimido. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013e.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). *Trabalho e conhecimento, dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1987.

GADOTTI, Moacir. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos* – a experiência do MOVA-SP. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996a.

_____. (Org.) *Paulo Freir*e: uma biobibliografia. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 1996b.

_____. *MOVA, por um Brasil Alfabetizado*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.

_____. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

_____. *Educação e comunicação*: o papel dos meios na formação do aluno e do professor em educação de jovens e adultos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2004.

_____. *Educação integral no Brasil*: inovações em processo. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. (Educação Cidadã; v. 4).

_____. *Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos*. São Paulo: Moderna/Fundação Santillana, 2014a.

_____. (Org.) *Alfabetizar e conscientizar*: Paulo Freire, 50 anos de Angicos. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014b.

_____. Gestão democrática com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2014.

_____. *Alfabetizar e politizar* – Angicos, 50 anos depois. Disponível em: <http://periodicos.ufersa.edu.br/revistas/index.php/risa/article/view/3150/pdf_8>. Acesso em: 7 jul. 2014.

GALVÃO, Ana Maria de O.; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007. (Série Preconceitos).

GALVÃO, Mariana; PADILHA, Paulo Roberto; LEITE, Rosângela. *Diversidade e direitos. Cadernos de Formação. Projeto MOVA-Brasil*. 2. ed. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014.

GAUTHIER, Jacques; FLEURI, Reinaldo Matias; GRANDO, Beleni Saléte (Orgs.). *Uma pesquisa sociopoética*: o índio, o negro e o branco no imaginário de pesquisadores da área de educação. Florianópolis: UFSC/NUP/CED, 2001.

GENTILLI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão*: crítica ao neoliberalismo em educação. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOMES, Nilma Lino (Org.). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

GRAMSCI. Antonio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GUSMÃO, Angela. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

GUTIÉRREZ, Francisco; PRADO, Cruz. *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*. São Paulo: Cortez, 1999 (Guia da Escola Cidadã, Instituto Paulo Freire).

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. *Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de jovens e adultos no Brasil*: contribuições para uma avaliação da década da Educação para Todos. São Paulo: Ação Educativa, 1999. (Mimeografado.)

HADDAD. Sérgio (Coord.). *Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.

HENRIQUES, Ricardo. Alfabetização e inclusão social: contexto e desafios do Programa Brasil Alfabetizado. In: HENRIQUE, Ricardo et al. *Brasil alfabetizado*: caminhos da avaliação. Brasília: MEC, 2006.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora*: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 17 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2014.

INSTITUTO PAULO FREIRE, PETROBRÁS, FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS. *Projeto Mova-Brasil*: projeto político-pedagógico participativo: experiências do Mova-Brasil. São Paulo, 2011.

ITINERÁRIOS. *Caderno do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos*. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, ano 1, n. 1, maio 2002.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEITE, Gildeci. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2014.

LIMA, Adriana dos Santos Marmori. *Programa TOPA/UNEB*: formação de alfabetizadores e perspectiva para a inclusão sócio-digital dos jovens e adultos da Bahia. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2009. 129 p.

LIMA, Elvira Souza. *Desenvolvimento e aprendizagem na escola*: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos. São Paulo: Editora Sobradinho 107, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 59-75, jul./dez., 2000.

MANFREDI, Silvia Maria. *Política*: educação popular. São Paulo: Símbolo, 1978.

MINAS GERAIS. Ceale, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita/ UFMG. *Matriz de referência comentada/Matemática/Língua Portuguesa/Leitura e escrita Programa Brasil Alfabetizado*, 2007.

MORAES, Cândida Andrade de. *Por uma Pedagogia Social*: práticas pedagógicas em escolas para jovens em privação de liberdade. 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2011.

OLIVEIRA, Martha Kohl de. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 12, p. 59-73, 1999.

OLIVEIRA, Rita. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização* – TOPA. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Salvador, SEC/BA, 2014.

OXENHAM, J.; AOKI, A. *Including the 900 million*. Washington: The World Bank, 2000.

PADILHA, Paulo Roberto. *Educar em todos os cantos*: reflexões e canções por uma educação intertranscultural. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2007.

_____. Município que Educa: caminhos percorridos, itinerários sonhados. In: PADILHA, Paulo Roberto; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila (Orgs.). *Município que Educa*: múltiplos olhares. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

_____. *Planejamento dialógico*: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 7. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2007a. (Guia da escola cidadã, v. 7).

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1993.

PEREIRA, Aurea da Silva. Memórias Autobiográficas de Mulheres Idosas: infância, escola e trabalho. VI COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. São Cristóvão, 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_11/PDF/19.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014.

_____. A construção social das mulheres de saquinho: narrativas e cenas de pesquisa: D. Amélia e as memórias de escola. 34ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, Natal, 2011. Disponível em: <http://www.anped.org.br>. Acesso em: 20 jun. 2014.

PEREIRA, Cristina Porto Pacheco. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização* – TOPA. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Salvador, SEC/BA, 2014.

PINI, Francisca. A diversidade de sujeitos e currículo. In: FEITOSA, Sonia Couto Souza (Org.). *Proposta Curricular para Educação de Jovens e Adultos do Município de Osasco*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009. p. 3-45.

PINTO, Álvaro Vieira, 1969. *Ciência e existência*: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. *Sete lições sobre educação de adultos*. São Paulo: Cortez, 1994.

POCHMANN, Marcio. O desafio da distribuição equânime da renda e riqueza no Brasil. *Economia e Desenvolvimento*, Recife (PE), v. 5, n. 1, p. 89-105, 2006.

_____. *Nova classe média*? São Paulo: Boitempo, 2012.

PONTUAL, Pedro. *Educação popular como política pública*. Brasília: RECID, 2011.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 60-71.

RAAAB. Alfabetização e Cidadania. *Revista de Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: RAAAB, n. 19, 2006.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão et al. *Metodologia da alfabetização*: pesquisas em educação de jovens e adultos. São Paulo: Cedi; Campinas: Papirus, 1992.

_____. *Termo de referência para avaliação do Programa Brasil Alfabetizado*. Brasília: Secad/MEC, 2003.

_____. *Educação para jovens e adultos: ensino fundamental*: Proposta Curricular. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio; GADOTTI, Moacir. *Educação de adultos*: cenários, perspectivas e formação de educadores. Brasília: Liber/IPF, 2007.

ROMÃO, José Eustáquio. *Avaliação dialógica*: desafios e perspectivas. São Paulo: Cortez, 1998.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. *Territórios contestados*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 82-113.

SALES, Sheila Cristina Furtado. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2014.

SANDEVILLE JÚNIOR, Euler. A paisagem do município como território educativo. In: PADILHA, Paulo Roberto; CECCON, Sheila; RAMALHO, Priscila (Orgs.). *Município que educa*: múltiplos olhares. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

SOUZA, Boaventura S. Pela mão de Alice. São Paulo: Cortez, 1996.

SANTOS, Luciene de Souza. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Feira de Santana, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

SAUL, Ana Maria. *Avaliação emancipatória*: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SILVA, Antônio Fernando Gouvêa da. *A busca do Tema Gerador na práxis da Educação Popular*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SILVA, Luiz Inácio Lula. *Discurso do Presidente da República*. Salvador: 29 jul. 2008. Cerimônia de formatura de alunos do Todos pela Alfabetização (TOPA) e premiação para iniciativas sociais.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVEIRA, Caio. Desenvolvimento local e novos arranjos socioinstitucionais: algumas referências para a questão da governança. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (Orgs.). *Políticas para o desenvolvimento local*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 48.

SOARES. Edgar Larry Andrade. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Vitória da Conquista, Faculdade Independente do Nordeste, 2014.

TAMARIT, José, 1996. *Educar o soberano*: crítica ao iluminismo pedagógico de ontem e de hoje. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.

TORRES, Rosa Maria (org.). Educação popular: um encontro com Paulo Freire. São Paulo: Loyola, 1987.

TORRES, Rosa Maria. Renuncia a un mundo alfabetizado?. *Revista DVV Internacional*, Después de 2015. Bonn, DVV, 80/2013, p. 49-51.

TUPINIQUIM, Ricardo. *Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA*. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Salvador, Universidade do Estado da Bahia, 2014.

UNESCO. *Oficina de la Unesco para América Latina y Caribe*. Evolución reciente de la educación en América Latina, Santiago de Chile, 1974._____. Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos e Agenda para o Futuro. In: IRELAND, T. et al. (Org.). *Educação de Jovens e Adultos*: uma memória contemporânea (1996-2004). Brasília: Unesco/MEC, 2004. p. 41-49.

_____. *Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos*, V Confintea. Hamburgo, 1997.

_____. *Declaração de Salamanca*: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 26 nov. 2011.

_____. *Marco de Ação de Belém sobre Educação de Adultos*, VI Confintea. Belém, 2010.

_____. *Alfabetização de jovens e adultos no Brasil*: lições da prática. Brasília, DF: Unesco, 2008.

URPIA, Maria de Fátima Mota; LINS, Maria José de Faria. *Programa TOPA – Todos pela Alfabetização/Brasil Alfabetizado*: quem é o alfabetizador? Disponível em: <http://www.seeja.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2014.

VALENTE, Ana Lúcia. Os negros, a educação e as políticas de ação afirmativa. In: FAVERO, Osmar; IRELAND, Timoty Denis. *Educação como exercício de diversidade*. Brasília, DF: Unesco/MEC/ANPEd, 2007. p. 251-268.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Org.). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

VIANA, Raimundo Barboza. Depoimento sobre o Programa Todos pela Alfabetização – TOPA. [2014]. Entrevistador: Alcir de Souza Caria. Vitória da Conquista, Faculdade Independente do Nordeste, 2014.

Instituto
PauloFreire
TOPA
TODOS PELA ALFABETIZAÇÃO
SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO
Bahia
GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS
Ministério da
Educação
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA